



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Sónia Maria da Costa Martins

**Vitimização e Perpetração Sexual em Jovens
Adultos: da Caracterização da Prevalência às
Atitudes**

Vitimização e Perpetração Sexual em Jovens
Adultos: da Caracterização da Prevalência às
Atitudes

Sónia Maria da Costa Martins

UMinho | 2012

Julho de 2012

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Sónia Maria da Costa Martins

Vitimização e Perpetração Sexual em Jovens Adultos: da Caracterização da Prevalência às Atitudes

Tese de Doutoramento em Psicologia
Especialidade de Psicologia da Justiça

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Professora Doutora Carla Machado
Escola de Psicologia da Universidade do Minho

Professora Doutora Celina Manita
Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto

Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves
Escola de Psicologia da Universidade do Minho

Julho de 2012

**É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO,
MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;**

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura: _____

À Professora Doutora

Carla Machado

Agradecimentos

Agradeço especialmente à Professora Doutora Carla Machado, pelo Exemplo, pela Inspiração, Sabedoria, Exigência e Profissionalismo, e pelo papel inestimável que desempenhou nestas tarefas e em todo o meu percurso académico, profissional e pessoal.

À Professora Celina Manita e ao Professor Rui Abrunhosa Gonçalves, também, orientadores científicos, pelo apoio e orientação ao longo dos últimos meses, cujo contributo foi crucial para a finalização deste trabalho. Agradeço a disponibilidade, o incentivo, o rigor científico, o questionamento crítico e o feedback fornecidos.

Às colegas e amigas da equipa de investigação da Professora Carla Machado, nomeadamente à Rita Conde Dias, à Sónia Caridade, à Rosa Saavedra, à Olga Cruz, à Helena Grangeia, à Carla Antunes, à Mariana Barbosa e à Cláudia Coelho.

A todos os participantes nos estudos conduzidos, sem a sua colaboração, disponibilidade e contributo este trabalho não seria passível de concretização.

A todos os profissionais da Escola de Psicologia, da Escola de Engenharia e do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho que, ao longo deste percurso, facilitaram a realização de algumas tarefas e as enriqueceram com os seus contributos e profissionalismo.

Agradeço também ao Professor Doutor João Marques Teixeira, à Professora Doutora Fernanda Rodrigues, ao Doutor Mário Castro e ao Doutor Francisco Taveira por me possibilitarem e compreenderem a necessidade de, no âmbito da atividade profissional por mim desenvolvida, realizar alguns momentos de pausa e reflexão que se revelaram fundamentais para a conclusão desta dissertação.

Ao João, a toda a minha Família e Amigos, pela forma como cada um atravessa e enriquece a minha existência.

Agradeço, finalmente, à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pela atribuição da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/30123/2006, assim como o apoio financeiro

providenciado pelo projeto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” (PTCD/PSI/65852/2006).

Resumo

Ao efetuar uma revisão da literatura sobre a investigação realizada na área da violência sexual (no presente caso, centrada nas idades juvenis/jovem adulto) constatámos, desde logo, que, apesar das inúmeras investigações internacionais sobre o tema, não é fácil fazer uma referência clara à incidência e prevalência do fenómeno. Na verdade, podem mesmo identificar-se vários entraves ao conhecimento preciso destes números, nomeadamente: a dificuldade na operacionalização dos termos em investigação, os diferentes *designs* dos estudos, a não unificação dos períodos a que se referem as questões, as amostras de diferentes tamanhos e áreas geográficas, o tipo de questões que são colocadas e as próprias metodologias que são usadas. A todos estes fatores, no caso nacional, acresce a falta de estudos conduzidos na área, a dificuldade de construção de uma amostra representativa e os custos elevados associados a uma investigação desta natureza, assim como a inexistência de instrumentos devidamente validados e aferidos sobre este tema. Mesmo assim, os resultados encontrados revelam-se inquietantes e progressivamente mais conclusivos quanto à gravidade e disseminação do problema, assim como à importância de unificar esforços no sentido de melhor o compreender e de desenvolver estratégias de intervenção e prevenção mais eficazes.

Face ao exposto, ao longo deste trabalho, apresentaremos uma revisão crítica do estado da arte na área da violência sexual e dois estudos, ambos de carácter quantitativo, conduzidos em território nacional com estudantes universitários. A principal diferença entre os dois estudos prende-se com o método de recolha dos dados, na medida em que um se baseia no método de recolha presencial, via papel e lápis, enquanto o outro se socorre de um método de recolha via internet. Ambos partilham os mesmos objetivos, mais especificamente: (a) recolher dados sobre a prevalência dos diferentes tipos de violência sexual (i.e., toques sexuais indesejados, coerção sexual, tentativa de violação e violação), quer a nível da vitimização quer da perpetração, tanto do ponto de vista das vítimas como dos agressores. Para a concretização deste primeiro objetivo procedemos à adaptação e aplicação de um questionário largamente usado, a nível internacional, na investigação da violência sexual – o Questionário de Experiências Sexuais (“*Sexual Experiences Survey*” - SES), mais concretamente a duas versões do mesmo, uma para avaliar a vitimização (Sexual Experiences Survey- Short Form Victimization - SES-SFV) e outra para avaliar a perpetração

(Sexual Experiences Survey- Short Form Perpetration – SES-SFP) de comportamentos sexualmente abusivos; (b) conhecer o posicionamento dos jovens face a estas formas de violência (procurando identificar o grau de tolerância/legitimação em relação a estes comportamentos e as crenças específicas que concorrem para a sua legitimação). Para a concretização deste segundo objetivo, e dada a falta de questionários validados e aferidos para a população portuguesa, procedemos à adaptação e aferição uma escala de crenças sobre o tema – a Escala de Crenças Sobre Violência Sexual (ECVS); (c) analisar a relação entre atitudes e comportamentos abusivos e identificar os fatores sociodemográficos (e.g., género, idade, nível socioeconómico) e formativos (e.g., ano de formação, áreas de formação) associados às crenças e comportamentos sexualmente abusivos; e, (d) determinar fatores preditores das atitudes legitimadoras do abuso íntimo e dos comportamentos sexualmente abusivos. Na globalidade, os estudos por nós conduzidos permitiram-nos responder aos objetivos delineados, não obstante algumas limitações de que iremos dar conta. Ao longo do trabalho apresentado procuraremos, assim, analisar o que nos revelam os principais resultados encontrados, assim como explorar as potencialidades e fragilidades dos estudos conduzidos e debater potenciais implicações para a investigação e para o desenvolvimento de programas preventivos e interventivos especializados nesta área.

Abstract

Sexual Victimization and Perpetration in Young Adults: from Prevalence Characterization to Attitudes

By reviewing literature regarding the research performed within the area of sexual violence (in the present case, focused on juvenile/young adult ages) we promptly found that, despite the innumerable international research made concerning the subject, it is not easy to clearly reference the incidence and prevalence of such phenomenon.

In fact, many barriers may actually be identified as to the precise acknowledgement of these numbers, namely: the difficult operationalization of the research terms, the different study designs, the non-unification of the time intervals to which the questions refer to, the samples distinct sizes and geographical areas, the type of questions that are made and, itself, the methodologies that are used. To all these factors, nationally, add the lack of research performed in the area, the difficulty constructing a representative sample and the high costs associated to an investigation of such nature, as well as the inexistence of instruments properly validated and assessed concerning the subject. Nevertheless, the obtained results reveal itself disturbing and progressively more conclusive in relation to the severity and dissemination of the problem, as to the importance of unifying efforts in way to better understand it and to develop more effective intervention and prevention strategies.

Based on the above contextualization, throughout this work, one will introduce a critical revision of the sexual violence area's state of the art and two studies, both quantitative, conducted with university students in Portuguese territory. The main distinction between both studies relates to the data collection method, since one is presential, using paper and pencil, while the other relies on acquirement by means of the internet. Both share the same goals, more specifically: (a) gathering data about the prevalence of the different types of sexual violence (i.e., unwanted sexual touches, sexual coercion, rape attempt and rape), both in victimization and perpetration levels, from the point of view of the victims as well as the aggressors. In order to fulfill this first goal we proceeded to adapting and employing a survey vastly used, internationally, in the investigation of sexual violence - the “Sexual Experiences Survey” - SES, more specifically two versions of it, one to evaluate the victimization (Sexual Experiences Survey - Short Form Victimization - SES-SFV)

and the other to evaluate perpetration (Sexual Experiences Survey - Short Form Perpetration - SES-SFP) of sexually abusive behaviors; (b) acknowledging the position of youth in face of these forms of violence (looking to identify the degree of tolerance/legitimation regarding such behaviors and the specific beliefs in which their legitimation stands). To accomplish the second goal, and given the lack of validated and assessed surveys meant for the Portuguese population, one proceeded to adapting and assessing a scale of beliefs regarding the subject - the Scale of Beliefs about Sexual Violence ("Escala de Crenças Sobre Violência Sexual" - ECVS); (c) analyzing the relation between attitudes and abusive behaviors and identifying the sociodemographic factors (i.e., gender, age, socio-economical level) and educational (i.e., graduation year, educational areas) associated to the beliefs and sexually abusive behaviors; and, (d) determining predicting factors for legitimating attitudes of intimal abuse and sexually abusive behaviors. In general, the studies one conducted allowed us to meet the outlined objectives, despite some limitations which one will discuss. Throughout the current work one will try, as such, to analyze the data revealed by the main found results, as well as explore the potentialities and weaknesses of the conducted studies and debate potential implications towards the investigation and development of preventive and interventive programs specialized in this area.

Índice

Introdução.....	1
------------------------	----------

PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
--	----------

CAPÍTULO 1 - Violência sexual em jovens adultos: Caracterização e implicações para a investigação	9
--	----------

1. Introdução	9
2. Violência sexual: que definições?	10
2.1 O problema do “não-consentimento” e das “estratégias de resistência”	13
3. Táticas sexualmente agressivas: de que falamos?	17
3.1. Táticas usadas e variáveis situacionais: Que relação?	22
4. Dados epidemiológicos: o que nos é dado a conhecer?	26
4.1 Vitimização	26
4.2. Perpetração.....	34
4.3. O que ajuda a explicar a não denúncia?	36
5. Quão devastadora pode ser esta forma de violência?	40
6. Discussão.....	44

CAPÍTULO 2 - Preditores e teorias explicativas da violência sexual	49
---	-----------

1. Introdução	49
2. Preditores demográficos.....	50
3. Preditores desenvolvimentais	52
4. Preditores psicológicos.....	57
5. Preditores relacionais.....	60
6. Preditores situacionais	63
7. Preditores culturais	69
8. Discussão.....	72

CAPÍTULO 3 - Cultura, Sexualidade e Violência Sexual: Percepções sociais, mitos e atribuições	75
--	-----------

1. Introdução	75
2. Género, cultura, sexualidade e processos de controlo social	75

3. Género e concepções culturais sobre o amor e violência	80
4. Género, vulnerabilidade e violência sexual	82
5. Género e perceção social da violência sexual	84
6. Mitos e atribuições face à violência sexual.....	89
7. Discussão.....	93

PARTE II - ESTUDOS EMPÍRICOS.....97

CAPÍTULO 4 - Vitimização e perpetração de violência sexual em jovens adultos: da caracterização da prevalência ao estudo das atitudes99

1. Objetivos e Questões de partida	99
2. Metodologia.....	100
2.1 Amostra	100
2.2 Instrumentos de avaliação	102
2.2.1 Escala de Crenças sobre Violência Sexual	102
2.2.1.1. Estudos realizados em Portugal	103
2.2.2 Questionário de Experiências Sexuais (“Sexual Experiences Survey” – SES)	108
2.2.2.1. Principais revisões efetuadas no SES em 2007 e racional subjacente às mesmas	109
2.2.2.2. Procedimentos de tradução e adaptação do SES	116
2.2.2.3. Composição do instrumento	117
2.2.2.4. Validade e fidelidade (reliability and validity) do questionário.....	118
2.2.2.5. Cotação	119
2.3 Procedimentos de Recolha dos dados.....	122
2.4 Análise estatística.....	123
3. Apresentação dos resultados	123
3.1 Vitimização.....	124
3.1.1 Análise Descritiva	124
3.1.1.1. Prevalência dos comportamentos sexualmente abusivos sofridos	124
3.1.1.2. Estratégias usadas pelo/a perpetrador/a para cometer o ato sexualmente abusivo	128
3.1.1.3. Género da vítima e sexo do/a agressor/a	129
3.1.1.4. Caracterização da relação vítima-agressor/a	130
3.1.2 Análise Inferencial	131
3.1.2.1 Vitimização e género	131
3.1.2.1.1. Tipo de estratégia sofrida e género	131

3.1.2.2. Vitimização e idade.....	132
3.1.2.3. Vitimização e nível socioeconómico.....	132
3.1.2.4. Vitimização e ano do curso.....	133
3.1.2.5. Vitimização e área de formação.....	133
3.2 Perpetração.....	134
3.2.1 Análise Descritiva.....	134
3.2.1.1 Prevalência dos comportamentos sexualmente abusivos perpetrados.....	134
3.2.1.2. Estratégias usadas no cometimento do ato sexualmente abusivo.....	138
3.2.1.3. Género do agressor e da vítima.....	139
3.2.1.4. Relação do/a agressor/a com a vítima.....	140
3.2.2 Análise Inferencial.....	141
3.2.2.1. Perpetração e género.....	141
3.2.2.2. Perpetração e idade.....	141
3.2.2.3. Perpetração e nível socioeconómico.....	142
3.2.2.4. Perpetração e ano do curso.....	142
3.2.2.5. Perpetração e área de formação.....	143
3.2.2.6. Género do/a agressor/a e tipo de estratégia utilizada.....	143
3.2.2.7. Vitimização e Perpetração.....	144
3.3 Atitudes face à violência sexual.....	145
3.3.1 Análise Descritiva.....	145
3.3.2. Análise Inferencial.....	145
3.3.2.1. Atitudes e género.....	145
3.3.2.2. Atitudes e idade.....	146
3.3.2.3. Atitudes e nível socioeconómico.....	146
3.3.2.4. Atitudes e ano de curso.....	147
3.3.2.5 Atitudes e área de formação.....	149
3.4. Atitudes e comportamentos abusivos (vitimização e perpetração).....	151
3.5. Fatores preditores da violência sexual e sua legitimação.....	152
3.5.1. Predição de comportamentos abusivos.....	152
3.5.2. Predição de atitudes legitimadoras da violência sexual.....	153
4. Discussão dos resultados.....	154

CAPÍTULO 5 - Estudo da violência sexual entre jovens adultos recorrendo aos métodos de recolha online: da caracterização da prevalência às atitudes..... 171

1. Objetivos e Questões de partida.....	171
---	-----

2. Metodologia.....	172
2.1 Amostra	172
2.2. Instrumentos de avaliação	172
2.3. Procedimentos de Recolha dos dados.....	173
2.4. Análise estatística.....	175
3. Apresentação dos resultados	176
3.1. Vitimização.....	176
3.1.1 Análise Descritiva	176
3.1.1.1. Prevalência dos comportamentos sexualmente abusivos sofridos	176
3.1.1.2. Estratégias usadas pelo/a perpetrador/a.....	180
3.1.1.3. Género da vítima e sexo do/a agressor/a	181
3.1.1.4. Relação da vítima-agressor/a	181
3.1.2 Análise Inferencial	182
3.1.2.1 Vitimização e género	182
3.1.2.2. Vitimização e idade	183
3.1.2.3. Vitimização e nível socioeconómico.....	183
3.1.2.4. Vitimização e ano do curso	183
3.1.2.5. Vitimização e área de formação.....	184
3.2 Perpetração.....	185
3.2.1 Análise Descritiva	185
3.2.1.1 Prevalência dos comportamentos sexualmente abusivos perpetrados.....	185
3.2.1.2. Estratégias usadas no cometimento do ato sexualmente abusivo	188
3.2.1.3. Género do/a agressor/a e sexo da vítima	189
3.2.1.4. Relação do/a agressor/a com a vítima	190
3.2.2 Análise Inferencial	190
3.2.2.1. Perpetração e género	190
3.2.2.2. Perpetração e idade	191
3.2.2.3. Perpetração e nível socioeconómico	191
3.2.2.4. Perpetração e ano do curso.....	192
3.2.2.5. Perpetração e área de formação.....	193
3.2.2.6. Vitimização e Perpetração	193
3.3 Atitudes face à violência sexual.....	194
3.3.1 Análise Descritiva	194
3.3.2. Análise Inferencial	194

3.3.2.1. Atitudes e género	194
3.3.2.2. Atitudes e idade.....	195
3.3.2.3. Atitudes e nível socioeconómico.....	196
3.3.2.4. Atitudes e ano de curso	197
3.3.2.5. Atitudes e área de formação	199
3.4. Atitudes e comportamentos abusivos (vitimização e perpetração)	201
3.5. Fatores preditores da violência sexual e sua legitimação.....	202
3.5.1. Predição de comportamentos abusivos	202
3.5.2. Predição de atitudes legitimadoras da violência sexual	203
4. Conclusão	204
Conclusão Integradora	211
1. Porquê investigar um contínuo de comportamentos abusivos?	211
2. O que nos informam as taxas de prevalência encontradas?.....	212
3. O que podemos concluir sobre a relação vítima-agressor/a?	216
4. O que podemos concluir quanto às diferentes estratégias analisadas?	217
5. Atitudes e comportamentos – o que concluímos?	220
6. Instrumentos utilizados: potencialidade e fragilidades?.....	223
7. Métodos de recolha de dados usados: Vantagens e desvantagens?	226
8. Implicações a nível preventivo e interventivo?	229
Bibliografia.....	233

Lista de Quadros

Capítulo 4

Quadro 4. 1. Distribuição dos/as participantes segundo as suas características formativas e sociodemográficas (N=1000).	101
Quadro 4. 2. Itens que integram o fator 1 e respetiva saturação.	105
Quadro 4. 3. Itens que integram o fator 2 e respetiva saturação.	106
Quadro 4. 4. Itens que integram o fator 3 e respetiva saturação.	106
Quadro 4. 5. Itens que integram o fator 4 e respetiva saturação.	107
Quadro 4. 6. Itens que integram o fator 5 e respetiva saturação.	107

Capítulo 5

Quadro 5. 1. Distribuição dos/as participantes segundo as suas características sociodemográficas (N=1366).....	173
Quadro 5. 2. Distribuição dos/as participantes segundo as suas características formativas (N=1366). ...	173

Lista de Tabelas

Capítulo 4

Tabela 4. 1. Vitimização e género “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade” e nos “últimos doze meses”	125
Tabela 4. 2. Tipo de ato sexualmente abusivo sofrido (independentemente da estratégia usada para a sua consumação) e género da vítima	125
Tabela 4. 3. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos sofridos ao “longo da vida” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima	126
Tabela 4. 4. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos sofridos “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima	127
Tabela 4. 5. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos sofridos nos “últimos doze meses” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima	127
Tabela 4. 6. Caracterização do tipo de atos e estratégias sofridas (classificados em categorias não mutuamente exclusivas) e género das vítimas	129
Tabela 4. 7. Caracterização do género da vítima e do género do/a agressor/a	130
Tabela 4. 8. Caracterização da relação vítima-agressor/a	130
Tabela 4. 9. Vitimização e género ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”	131
Tabela 4. 10. Tipo de estratégia sofrida e género da vítima	132
Tabela 4. 11. Vitimização e idade, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”	132
Tabela 4. 12. Vitimização e nível socioeconómico, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”	133
Tabela 4. 13. Vitimização e ano do curso, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”	133
Tabela 4. 14. Vitimização e área de formação, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, “últimos doze meses”	134
Tabela 4. 15. Perpetração e género do/a participante “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e nos “últimos doze meses”	135
Tabela 4. 16. Tipo de ato sexualmente abusivo praticado (independentemente da estratégia usada para a sua consumação) e género do/a agressor/a	136
Tabela 4. 17. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos perpetrados ao “longo da vida” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género do/a agressor/a	137
Tabela 4. 18. Perpetração de diferentes tipos de atos sexualmente abusivos “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género do/a agressor/a	137
Tabela 4. 19. Perpetração de diferentes tipos de atos sexualmente abusivos “nos últimos doze meses” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género do agressor/a	138

Tabela 4. 20. Caracterização das diferentes estratégias usadas no cometimento dos diferentes tipos de atos sexuais indesejados pela outra pessoa (“toques sexuais”, “coerção sexual”, “tentativa de violação” e “violação”).....	139
Tabela 4. 21. Caracterização do género do/a agressor/a e sexo da vítima.	140
Tabela 4. 22. Caracterização da relação mantida entre agressor/a-vítima.....	140
Tabela 4. 23. Perpetração e género do/a agressor/a, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.....	141
Tabela 4. 24. Perpetração e idade do/a agressor/a, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.....	142
Tabela 4. 25. Perpetração e nível socioeconómico, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.....	142
Tabela 4. 26. Perpetração e ano do curso, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.....	142
Tabela 4. 27. Perpetração e área de formação, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, “últimos doze meses”.....	143
Tabela 4. 28. Género do/a agressor/a e tipo de estratégia utilizada na consumação do ato sexual indesejado pelo outro.....	144
Tabela 4. 29. Associação entre vitimização e perpetração.....	144
Tabela 4. 30. Diferenças entre participantes do género masculino e participantes do género feminino ao nível das atitudes face à violência sexual.	146
Tabela 4. 31. Relação entre atitudes face à violência sexual e idade dos/as participantes.	146
Tabela 4. 32. Relação entre o nível socioeconómico dos/as participantes/as (autoavaliado pelos próprios/as) e o grau de tolerância face à violência sexual.....	147
Tabela 4. 33. Relação entre o nível socioeconómico dos/as participantes (autoavaliado pelos próprios/as) e as atitudes específicas de legitimação de violência sexual.....	147
Tabela 4. 34. Diferenças ao nível das atitudes face à violência sexual e ano de curso dos/as participantes.	147
Tabela 4. 35. Diferenças ao nível das atitudes face à violência sexual em função do ano de curso dos/as participantes.....	148
Tabela 4. 36. Diferenças ao nível dos diferentes fatores da ECVS em função do ano de curso dos/as participantes.....	148
Tabela 4. 37. Diferenças entre os grupos, evidenciadas pelos testes de <i>Mann-Whitney</i> efetuados com correção de <i>Bonferroni</i>	148
Tabela 4. 38. Atitudes globais legitimadoras da violência e áreas de formação.....	149
Tabela 4. 39. Atitudes específicas de legitimação da violência sexual e áreas de formação.....	150
Tabela 4. 40. Diferenças entre vítimas de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não vítimas ao nível das atitudes face à violência sexual, “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.....	151
Tabela 4. 41. Diferenças entre vítimas de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não vítimas ao nível das atitudes específicas face à violência sexual (diferentes fatores que compõem a ECVS).	151
Tabela 4. 42. Diferenças entre perpetradores/as de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não perpetradores/as ao nível das atitudes face à violência sexual, “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.....	152
Tabela 4. 43. Diferenças entre perpetradores/as de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não perpetradores/as ao nível das atitudes específicas face à violência sexual (diferentes fatores que compõem a ECVS).	152

Tabela 4. 44. Preditores da perpetração de violência sexual.	153
Tabela 4. 45. Preditores da vitimização de violência sexual.	153
Tabela 4. 46. Regressão múltipla das variáveis predictoras das atitudes legitimadoras da violência sexual.	154

Capítulo 5

Tabela 5. 1. Vitimização e género “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e nos “últimos doze meses”	177
Tabela 5. 2. Tipo de ato sexualmente abusivo sofrido (independentemente da estratégia usada para a sua consumação) e género da vítima.	178
Tabela 5. 3. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos sofridos ao “longo da vida” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima.	179
Tabela 5. 4. Vitimização de diferentes tipos de atos sexuais indesejados “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género da vítima.....	179
Tabela 5. 5. Vitimização de diferentes tipos de atos sexuais indesejados “nos últimos doze meses” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género da vítima.....	180
Tabela 5. 6 Caracterização das estratégias usadas pelo/a agressor/a (segundo a vítima) no cometimento do respetivo ato sexual abusivo (“toques sexuais”, “coerção sexual”, “tentativa de violação” e “violação”- mediante sistema de classificação não mutuamente exclusivo) e género das vítimas (N=366).	181
Tabela 5. 7. Caracterização do género da vítima e do sexo do/a agressor/a.....	181
Tabela 5. 8. Relação da vítima com o/a agressor/a.....	182
Tabela 5. 9. Vitimização e género, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”	182
Tabela 5. 10. Vitimização e idade, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”	183
Tabela 5. 11. Vitimização e nível socioeconómico, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”	183
Tabela 5. 12. Vitimização e ano do curso, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”	184
Tabela 5. 13. Vitimização e área de formação, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade”, “últimos doze meses”	184
Tabela 5. 14. Perpetração e género “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e nos “últimos doze meses”	186
Tabela 5. 15. Tipo de ato sexualmente abusivo cometido (independentemente da estratégia usada para a sua consumação) e género do/a agressor/a.	186
Tabela 5. 16. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos perpetrados ao “longo da vida” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima.	187
Tabela 5. 17. Perpetração de diferentes tipos de atos sexualmente abusivos “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género do/a agressor/a.....	188

Tabela 5. 18. Perpetração de diferentes tipos de atos sexualmente abusivos “nos últimos doze meses” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e gênero do/a agressor/a.	188
Tabela 5. 19. Caracterização das diferentes estratégias usadas no cometimento dos diferentes tipos de atos sexuais indesejados (“toques sexuais indesejados”, “coerção sexual”, “tentativa de violação” e “violação”).	189
Tabela 5. 20. Caracterização do gênero do/a agressor/a e sexo da vítima.	190
Tabela 5. 21. Caracterização da relação mantida entre agressor/a e vítima, segundo avaliação efetuada pelo/a perpetrado/a do ato sexualmente abusivo.	190
Tabela 5. 22. Perpetração e gênero do/a agressor/a, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.....	191
Tabela 5. 23. Perpetração e idade do/a agressor/a, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.....	191
Tabela 5. 24. Perpetração e nível socioeconómico, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.....	192
Tabela 5. 25. Perpetração e ano do curso, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.....	192
Tabela 5. 26. Perpetração e área de formação, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, “últimos doze meses”.....	193
Tabela 5. 27. Associação entre vitimização e perpetração.....	194
Tabela 5. 28. Diferenças entre participantes do gênero feminino e participantes do gênero masculino ao nível das atitudes face à violência sexual.	195
Tabela 5. 29. Relação entre atitudes face à violência sexual e idade dos/as participantes.	195
Tabela 5. 30. Relação entre o nível socioeconómico dos/as participantes (autoavaliado pelos/as próprios/as) e o grau de tolerância face à violência sexual.....	196
Tabela 5. 31. Apresentação dos resultados relativos ao teste Post-Hoc de Gabriel.....	196
Tabela 5. 32. Relação entre o nível socioeconómico dos/as participantes e as atitudes específicas de legitimação de violência sexual.....	197
Tabela 5. 33. Apresentação dos resultados relativos ao teste Post-Hoc de Gabriel.....	197
Tabela 5. 34. Diferenças ao nível das atitudes face à violência sexual e ano de curso dos/as participantes.	197
Tabela 5. 35. Diferenças ao nível das atitudes face à violência sexual em função do ano de curso dos/as participantes.....	198
Tabela 5. 36. Diferenças ao nível dos diferentes fatores da ECVS em função do ano de curso dos/as participantes.....	198
Tabela 5. 37. Diferenças entre os grupos evidenciadas pelos testes de <i>Mann-Whitney</i> efetuados com correção de <i>Bonferroni</i>	198
Tabela 5. 38. Atitudes globais legitimadoras da violência e áreas de formação.....	199
Tabela 5. 39. Atitudes específicas de legitimação da violência sexual e áreas de formação.....	200
Tabela 5. 40. Diferenças entre vítimas de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não vítimas ao nível das atitudes face à violência sexual, “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.....	201
Tabela 5. 41. Diferenças entre vítimas de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não vítimas ao nível das atitudes específicas face à violência sexual (diferentes fatores que compõem a ECVS).	201

Tabela 5. 42. Diferenças entre perpetradores/as de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não perpetradores/as ao nível das atitudes face à violência sexual, “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.	202
Tabela 5. 43. Diferenças entre perpetradores/as de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não perpetradores/as ao nível das atitudes específicas face à violência sexual (diferentes fatores que compõem a ECVS).	202
Tabela 5. 44. Preditores da perpetração de violência sexual.	203
Tabela 5. 45. Regressão múltipla das variáveis preditoras das atitudes legitimadoras da violência sexual.	203

Introdução

O presente trabalho enquadra-se num projeto de investigação mais abrangente, levado a cabo na Universidade do Minho, intitulado “*Violência nas relações juvenis de intimidade*” (PTDC/PSI/65852/2006), coordenado pela Professora Doutora Carla Machado, cujos objetivos globais consistiam na identificação da prevalência nas relações juvenis de intimidade (Caridade, 2011; presente trabalho); na caracterização das atitudes, crenças e discursos dos jovens sobre a violência (Caridade, 2011; Dias, 2012; presente trabalho); no levantamento e avaliação crítica dos programas de prevenção da violência na intimidade juvenil conduzidos em Portugal (Saavedra, 2011); e no desenvolvimento, aplicação e avaliação da eficácia de programas de prevenção neste âmbito (Saavedra, 2011; Coelho, em preparação). Centrados especificamente na violência sexual, para além do presente estudo, foram conduzidos pela equipa de investigação mais três.

Globalmente, pretendeu-se identificar a prevalência da violência sexual na intimidade juvenil, abrangendo diferentes grupos etários e educacionais e de todo o país (objetivo prosseguido nesta dissertação); conhecer as atitudes dos jovens face à violência sexual (outro objetivo desta dissertação); compreender a forma como a sexualidade é percebida no contexto das narrativas românticas dos jovens (Dias, 2012); e, caracterizar a representação mediática da intimidade e da sexualidade juvenil (cf. Coelho, em preparação).

De sublinhar que a primeira abordagem do tema pela equipa de investigação se realizou no âmbito de um estudo mais lato sobre a violência na intimidade dos jovens portugueses (Caridade, 2011) maioritariamente centrado na violência física e emocional. Tratou-se de um estudo realizado com uma amostra de 4667 jovens, com idades compreendidas entre os 13 e os 29 anos de idade ($M = 18.9$; $DP = 2.68$) e diferentes níveis de ensino (secundário, profissional e universitário). De referir que apenas uma das questões desse inquérito (*Inventário de Violência*

Conjugal adaptado, IVC-2; Matos, Machado, & Gonçalves, 2000) era dedicada à violência sexual (perpetrada ou sofrida). Os resultados obtidos revelaram percentagens muito reduzidas de violência sexual com apenas 1.6% dos participantes a relatar que teria forçado o/a parceiro/a a praticar atos sexuais indesejados e 1.9% a revelar ter sido alvo de alguma forma de vitimização. Não obstante, e visto que apenas uma das questões dos questionários usados abordava especificamente esta temática, a equipa de investigação considerou a necessidade de realizar um estudo mais aprofundado nesta área (nascendo, assim, o estudo agora apresentado nesta tese).

De salientar, ainda, que, a nível nacional, mais concretamente em 2003/2004, foi realizado também um estudo intitulado “*Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses*” (Paiva & Figueiredo, 2004), com uma amostra de 318 estudantes universitários, a partir da “*Revised Conflict Tactics Scales*” (CTS2, Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996). Globalmente, as autoras concluíram que, em termos de perpetração e de vitimização, (i) a agressão psicológica era mais prevalente (53.8% e 50.8%, respetivamente), seguida da coerção sexual (18.9% e 25.6%, respetivamente), do abuso físico sem sequelas (16.7% e 15.4%, respetivamente) e do abuso físico com sequelas (3.8% e 3.8%, respetivamente); (ii) as formas de abuso “menores” sobrepuseram-se, em frequência, às formas mais severas; e, (iii) a perpetração e a vitimização encontravam-se significativamente associadas, sendo o exercício da violência uma realidade comum aos dois elementos da relação.

Recorrendo ao mesmo instrumento (CTS2, Straus *et al.*, 1996), em 2007, Costa e Sani (no prelo), conduziram também o estudo intitulado: “*O abuso e as crenças sobre a violência nas relações amorosas de estudantes universitários*”, com o objetivo de estimar a prevalência, frequência e severidade dos diferentes tipos de abuso, quer em termos de perpetração quer de vitimização. O estudo envolveu 345 estudantes do ensino universitário, com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos de idade. Globalmente, concluíram pelo predomínio da perpetração da agressão psicológica, sucedendo-se o abuso físico sem sequelas, a coerção sexual e a agressão física com sequelas (69%, 28%, 19.8% e 5.6%, respetivamente). O mesmo padrão foi registado quando as autoras analisaram a vitimização (61.4% assinalou a experiência de violência psicológica, 26.7% abuso físico sem sequelas, 24.4% coerção sexual e 5.9% abuso físico com sequelas).

De registar, também, o estudo conduzido por Rodrigues (2007), intitulado: “*Vitimização na relação com os pares: prevalência e crenças relacionadas com a vitimização*”, no qual foram

recolhidos dados relativos à caracterização das relações de namoro, às experiências sexuais não desejadas, à presença de comportamentos violentos na relação, às consequências das discussões e aos motivos subjacentes às mesmas. O estudo envolveu a administração do “*Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory*” (CADR, Wolfe, Scott, Reitzl-Jaffe, Wekerle, Graasley, & Straatman, 2001) a 596 participantes, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade, de cinco regiões de Portugal Continental (Norte, centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve). No que diz respeito à violência sexual, globalmente, o autor constatou: (i) que 33.3% dos inquiridos admitiu ter apalpado o/a parceiro/a na relação de namoro, quando aquele/a não o desejava; (ii) 28.5% referiu ter beijado o/a parceiro/a quando aquele/a não o desejava; e (iii) 1.7% reconheceu já ter forçado o/a parceiro/a a praticar relações sexuais sem o seu consentimento. De sublinhar que esta investigação compreendeu, ainda, a aplicação de um outro questionário sobre experiências sexuais (apenas dirigido às participantes do género feminino), tendo verificado que 11.5% admitiu ter sofrido contatos sexuais indesejados, 1.58% referiu ter sido alvo de uma tentativa de violação e 0.9% de uma violação.

Face ao exposto, e atendendo aos objetivos enunciados, esta dissertação está estruturada em duas partes distintas. A primeira parte integra a revisão do estado da arte na área da violência sexual, englobando três capítulos (que mais abaixo serão discriminados). Alertámos, desde já, para o fato de a nossa análise e recolha bibliográfica se centrarem, quase exclusivamente, nos estudos conduzidos com estudantes universitários. A escolha deste tema e, sobretudo, desta população, prende-se com as evidências que têm sido consistentemente encontradas na investigação de que estamos perante um problema generalizado entre jovens do ensino universitário (Abbey, 1991; Abbey, Ross, McDuffie, & McAuslan, 1996; Bryant & Spencer, 2003; Fisher, Cullen, & Turner, 1997; Frinter & Rubinson, 1993; Koss, Gidycz, & Wisniewski, 1987; Gidycz, Coble, Latham, & Layman, 1993; Mohler-Kuo, Dowdall, Koss, & Wechsler, 2004; Rozee & Koss, 2001; Senn, Desmarais, Verberg, & Wood, 2000; Schwartz & DeKeseredy, 1997), particularmente, quando falamos de toques sexuais indesejados (e.g., Fisher, Cullen, & Turner, 2000; Muehlenhard & Linton, 1987; Spitzberg, 1999).

De registar que, a par dos níveis elevados índices de violência sexual no namoro entre estudantes universitários (e.g., Bethke & De Joy, 1993; Bryant *et al.*, 2003; Clarck, Beckett, Wells, & Dungee-Anderson, 1994; Harned, 2002; Koss *et al.*, 1987; Shook, Gerrity, Jurich, & Segrist, 2000; Strauss, 2004), os estudos revelam que as mulheres entre os 16 e os 24 anos de idade

constituem um grupo em maior risco de sofrer algum tipo de agressão sexual (*Us Department of Justice*, 2003). Existem mesmo estudos que sugerem, por comparação às restantes mulheres, que estas evidenciarão índices de prevalência de alguma forma de agressão sexual quatro vezes superiores (e.g., Rennison, 1992).

Além disso, e não negligenciando o fato de existirem evidências de que este tipo de comportamentos se pode iniciar em idades mais precoces, a literatura chama a atenção para o fato de existirem diferenças muito significativas, quer na idade quer na experiência de namoro, entre estudantes universitários e estudantes mais novos, sendo que os primeiros tendem a ser apontados como tendo mais experiências de namoros agressivos (Forbes & Adams-Curtis, 2001). Tal consideração é importante porque a agressão no contexto de namoro, tal como outras formas de agressão, pode provocar retaliações, servindo também como modelo para futuras agressões (Bandura, 1977). Desta forma, pode originar uma espiral de violência (Gray & Foshee, 1997) que pode atenuar ou obscurecer variáveis pessoais e familiares que tendem a estar em ação mais evidente em idades mais precoces.

Os estudos sugerem, ainda, que os estudantes universitários poderão estar mais expostos a uma cultura de maior risco para a ocorrência deste tipo de agressão, na medida em que se tem verificado que as atitudes e práticas que encorajam a dominação pelos homens, a objetificação e a exploração das mulheres, são mais comuns no contexto universitário (Koss & Cleveland, 1997; Sanday, 1990, 1996). Dessa forma, o contexto universitário tem vindo a ser apontado como sendo de risco acrescido para a ocorrência de violência sexual (Cooper, 2002; Presley, Meilman, & Leichter, 2002; Wood & Sher, 2002). Tal assunção, para além de tudo o que foi mencionado, baseia-se na noção de que a experiência universitária é vista como um tempo de exploração em que os estudantes vivem, muitas vezes pela primeira vez, longe dos pais. Onde, tendem a celebrar essa “liberdade” com o envolvimento em atividades que os podem colocar num contexto de maior perigo para a violência sexual, tais como o consumo de álcool e de drogas ilícitas (O’Malley & Johnston, 2002) e o aumento da atividade sexual (Douglas, Collins, Warren, Kann, Gold, & Clayton, 1997), tal como será analisado de forma mais pormenorizada ao longo da nossa dissertação.

O primeiro capítulo, longe de pretender ser um levantamento exaustivo de todos os estudos conduzidos na área da violência sexual na população jovem adulta, procura, sobretudo, promover a análise e reflexão crítica sobre o conhecimento construído até este momento, suas

potencialidades e fragilidades. Neste âmbito, e porque a investigação nacional é ainda bastante omissa relativamente a este fenómeno, pretende-se fomentar a consciencialização da importância de desenvolver estudos nesta área e, neste sentido, refletir sobre as contribuições que os estudos internacionais podem fornecer à investigação em território nacional. Neste sentido, para proporcionarmos ao leitor uma reflexão acerca do que já foi estudado, de que forma e sob que influências teóricas, consideramos pertinente fazer uma menção aos estudos pioneiros conduzidos nesta área, analisando a sua importância, os seus contributos e reflexos na forma como a investigação subsequente se foi desenvolvendo, passando, de seguida, a analisar as contribuições dos estudos mais recentes e, por fim, tecendo considerações sobre as necessidades identificadas, nomeadamente em termos de investigações futuras.

No segundo capítulo, procuramos analisar e caracterizar a linha de pesquisa que tem vindo a documentar os principais fatores preditores da violência sexual, abordando, de forma integradora, as diferentes teorias explicativas que lhe estão subjacentes. Tal como anteriormente, finalizamos o capítulo sublinhando algumas limitações dos estudos revistos e avançamos algumas recomendações para futuras investigações.

No terceiro capítulo, procedemos à análise das crenças subjacentes ao comportamento sexualmente abusivo e da sua relação com os discursos culturais mais abrangentes. Trata-se de um capítulo que apresenta uma revisão da literatura sobre a violência sexual, à luz da dualidade sexualidade *versus* género. A partir desta revisão, são tecidas considerações em torno do género, da cultura, da sexualidade e dos processos de controlo social, assim como da perceção social da violência sexual e dos mitos e atribuições associados ao fenómeno. Por fim, na conclusão, refletimos sobre a necessidade de rever as atitudes da sociedade relativamente à natureza da violência sexual, às suas consequências na vítima, aos papéis sociais e à natureza das relações entre homens e mulheres.

A segunda parte da dissertação é dedicada à componente empírica deste trabalho, que se subdivide em dois estudos, ambos de carácter quantitativo, de cujos objetivos já demos conta anteriormente - identificar a prevalência da violência sexual na intimidade juvenil, abrangendo diferentes grupos etários e educacionais de todo o país e conhecer as atitudes dos jovens face à violência sexual. A principal diferença entre estes prende-se com o método de recolha dos dados, na medida em que um se baseia no método de recolha presencial, via papel e lápis, enquanto o outro se socorre de um método de recolha via internet. Este segundo método de recolha tem vindo

Introdução

a ser usado recentemente na área da investigação sexual, tendo vindo a captar a atenção da comunidade científica.

Tal como esperado, até mesmo pela novidade que lhe está associada, a discussão em torno da sua mais valia não reúne consenso. Não obstante, alguns autores advogam que a análise dos resultados obtidos tem refletido um aumento dos índices de autorrelato de perpetração destes atos, sugerindo que estes métodos aumentam a revelação de atos embaraçantes e/ou ilegais pelo fato de preservarem um maior anonimato (cf. Abbey, Parkhill, Clinton-Sherrod, & Zawacki, 2007). Na discussão dos resultados e conclusões de cada estudo, procuramos integrar a revisão teórica efetuada na primeira parte com os resultados obtidos, enfatizando, não só os contributos produzidos por esta investigação, mas também as suas limitações.

Por último, na conclusão final, refletimos sobre as implicações dos nossos estudos para a investigação futura, assim como para a prática, nomeadamente, ao nível das políticas de prevenção que possam auxiliar na erradicação ou, pelo menos, no combate a um problema que afeta uma percentagem significativa de jovens adultos.

PARTE I

Fundamentação Teórica

Violência sexual em jovens adultos: Caraterização e implicações para a investigação

1. Introdução

Ao efetuar uma revisão da literatura sobre a investigação realizada na área da violência sexual (no presente caso, centrada nas idades juvenis/jovem adulto) constatámos, desde logo, que, apesar das inúmeras investigações internacionais sobre o tema, não é fácil fazer uma referência clara à incidência e prevalência do fenómeno. Na verdade, podem mesmo identificar-se vários entraves ao conhecimento preciso destes números, nomeadamente: a dificuldade na operacionalização dos termos em investigação, os diferentes *designs* dos estudos, a não unificação dos períodos a que se referem as questões, as amostras de diferentes tamanhos e áreas geográficas, o tipo de questões que são colocadas e as próprias metodologias que são usadas. A todos estes fatores, no caso nacional, acresce a falta de estudos conduzidos na área, a dificuldade de construção de uma amostra representativa e os custos elevados associados a uma investigação desta natureza, assim como a inexistência de instrumentos devidamente validados e aferidos sobre este tema. Mesmo assim, os resultados encontrados revelam-se inquietantes e progressivamente mais conclusivos quanto à gravidade e disseminação do problema, assim como à importância de unificar esforços no sentido de melhor o compreender e de desenvolver estratégias de intervenção e prevenção mais eficazes.

2. Violência sexual: que definições?

As experiências sexuais têm, frequentemente, sido estudadas ao longo de um *continuum*, incluindo categorias de contacto sexual indesejado (e.g., beijos, carícias), coerção sexual, tentativa de violação e violação (Koss, *et al.*, 1987), presumindo que o mesmo reflete um crescendo em termos de gravidade dos atos praticados (Brown, Messman-Moore, Miller, & Stasser, 2005; Gidycz, Hanson, & Layman, 1995; Goodman, Koss, Fitzgerald, Russo, & Keita, 1993; White, Kadlec, & Sechrist, 2006).

Não obstante, e tal como mencionado anteriormente, existe pouca consistência ao longo dos estudos no que se refere à definição do que constitui uma vitimização e/ou perpetração sexual (Craig, 1990), além de que é efetuada (quando o é) uma pobre diferenciação entre vitimização sexual envolvendo coerção e vitimização sexual resultante do uso da ameaça e/ou da força física (como são exemplo os atos frequentemente classificados como tentativas de violação e/ou violação). O mesmo se pode afirmar quando considerámos a perpetração sexual.

Segundo White e colaboradores (2006), por exemplo, os termos “coerção sexual”, “agressão sexual”, “ofensas sexuais” e “perpetração sexual” são frequentemente usados pelos investigadores para fazer referência a um *continuum* de comportamentos sexuais em que uma pessoa, o perpetrador, tem comportamentos sexuais contra a vontade da outra pessoa, a vítima.

Se formos mais específicos, centrando-nos no termo “coerção sexual”, apercebemo-nos que, efetivamente, este tem sido usado por alguns autores para englobar um conjunto de comportamentos sexuais abusivos (indesejados pelo outro) que podem ser obtidos através de inúmeras técnicas (Cleveland, Koss, & Lyons, 1999; Emmers-Sommer & Allen, 1999). Por exemplo, Russell e Oswald (2002) sugerem que a coerção sexual inclui uma variedade de comportamentos sexualmente abusivos, tipicamente perpetrados mediante o recurso à manipulação verbal (argumentos continuados, falsas promessas, ameaças de terminar a relação ou ameaças do uso da força física) e/ou à agressão física. Porém, paralelamente, o termo “coerção sexual” também tem sido usado por outros autores de uma forma mais delimitadora. Por exemplo, Koss e colaboradores (1987) definiram “coerção sexual” como a prática de relações sexuais com outra pessoa que não as deseja, por intermédio do uso de pressão verbal ou do uso indevido de uma posição de autoridade. Já Testa e Dermen (1999), por exemplo, resumem que o

termo “coerção sexual” envolve a prática de relações sexuais mediante o uso de pressão verbal e emocional, enquanto os termos “violação” e “tentativa de violação” envolvem o uso da força física.

Acresce que, recentemente, a violação por incapacitação/intoxicação tem vindo a aparecer como um tipo distinto de vitimização sexual (Cole, 2006). Podemos mesmo afirmar que, na última década, se tem assistido a um crescente reconhecimento de que um número substancial de violações ocorre quando uma pessoa tem sexo com outra que está incapaz de consentir ou resistir à relação sexual (devido ao seu estado de intoxicação por álcool e/ou outras drogas), muito embora continuando a retratar, maioritariamente, o género masculino como o potencial agressor e o género feminino como a potencial vítima (e.g., Abbey, BeShears, Clinton-Sherrod, & McAuslan, 2004; Schwartz & Legget, 1999; Testa, Livingston, Vanzile-Tamsen, & Frone, 2003; Tyler, Hoyt, & Whitbeck, 1998). Alguns investigadores adotaram o termo “*incapacitated rape*” para descrever este fenómeno (e.g., Kilpatrick, Resnick, Ruggiero, Conoscenti, & McCauley, 2007; Testa *et al.*, 2003), distinguindo-o da violação cometida por meio da força e violência (“*forcible rape*”), que ocorre quando o perpetrador usa ou ameaça recorrer ao uso da força física como forma de obrigar a outra a envolver-se em atividades sexuais indesejadas.

Neste seguimento, alguns autores (e.g., Brown, Testa, & Messman-Moore, 2009) sugerem que o *continuum* deve incluir categorias separadas para violação por meio de incapacitação e violação pelo uso ou ameaça de uso da força física, defendendo que o segundo tipo é mais traumático que o primeiro. Argumentam, assim, que, ao envolver maior uso da força por parte do perpetrador e maior resistência oferecida por parte da vítima, maior é a probabilidade de dele resultarem lesões físicas (Kilpatrick *et al.*, 2007; Testa *et al.*, 2003). Estudos documentam, ainda, que a violação cometida mediante o uso da força física é acompanhada pela experenciação, por parte da vítima, de mais sintomas físicos durante a agressão, nomeadamente, falta de ar, aceleração do batimento cardíaco, transpiração, comparativamente com as violações cometidas por intermédio da incapacitação da vítima (Clum, Nishith, & Calhoun, 2002). No entanto, este tópico não parece reunir consenso entre os académicos, havendo investigadores (e.g., Abbey, *et al.*, 2004) que constataram que as vítimas que tinham sido alvo de estratégias de intoxicação e as vítimas que tinham sido alvo de força física evidenciavam níveis similares de desajustamento, sugerindo, tal como outros autores (e.g., Abbey *et al.*, 1996; Koss *et al.*, 1987), que as estratégias de análise que comumente combinam as duas estratégias num só grupo (aspeto que será

melhor analisado no tópico da metodologia dos estudos empíricos realizados) se mostra apropriada.

Não obstante, autores como Brown e colaboradores (2009) defendem que a violação cometida mediante incapacitação é menos traumatizante do que a violação cometida por intermédio da força física, mas mais traumática do que a coerção verbal. Concretizam que existem domínios em que as consequências da violação mediante incapacitação e da violação mediante o uso ou ameaça de uso da força física são similares (e.g., reações emocionais, revelação do incidente) e existem domínios em que as reações das vítimas de violação mediante incapacitação se tornam similares às reações das vítimas de coerção verbal (e.g., atribuições de responsabilidade e revelação junto das redes de suporte formal). Outros estudos sustentam, ainda, que as vítimas destes dois tipos de violação não diferem no que respeita à perceção do grau de severidade (Clum *et al.*, 2002) e gravidade do evento (Abbey *et al.*, 2004) e ao sentimento de estarem emocionalmente afetadas pelo mesmo (Scwartz *et al.*, 1999).

Estudos recentes admitem também que, comparativamente com a violação cometida mediante o uso da força física, a violação por incapacitação/intoxicação é o tipo de violação mais comum entre os estudantes universitários (e.g., Mohler-Kuo *et al.*, 2004) e mais comum entre estudantes universitários do que nas amostras com a população em geral (Kilpatrick *et al.*, 2007). Estudos acrescentam que, entre estudantes universitários, ser vítima de violação mediante incapacitação (pelo uso de álcool e/ou outras drogas) é predito por variáveis como ser mais jovem, pertencer a um círculo estudantil feminino e envolver-se em comportamentos de consumo excessivo de álcool (Mohler-Kuo *et al.*, 2004). A literatura veicula igualmente que a violação mediante incapacitação tem maior probabilidade de envolver o consumo abusivo de álcool e /ou outras drogas no momento da agressão, quer por parte da vítima quer por parte do agressor, comparativamente com a violação cometida por intermédio do uso ou ameaça de uso da força física (Abbey *et al.*, 2004; Clum *et al.*, 2002; Testa *et al.*, 2003). A violação mediante incapacitação ocorre mais frequentemente a seguir a situações festivas (Testa *et al.*, 2003). Todavia, e apesar da crescente atenção que tem sido dada a este tipo de violação, pouco se sabe relativamente às consequências desta forma de agressão sexual, comparativamente com os outros tipos.

Os estudos defendem também que as vítimas de coerção verbal tendem a perceber-se como mais responsáveis pelo incidente do que as vítimas de violação mediante o uso da força

física, e tendem a atribuir menor responsabilidade ao agressor do que as vítimas de violação, quer esta última seja praticada mediante a sua incapacitação (por intoxicação por álcool e/ou outras drogas) quer seja praticada mediante o uso ou ameaça de uso da força física (Brown *et al.*, 2009).

A literatura veicula, ainda, que a violação tende a ser percebida pelas vítimas como sendo uma experiência mais traumática do que a coerção verbal (Testa, VanZile-Tamsen, Livingston, & Koss, 2004), contudo, os estudos não parecem fazer grande distinção entre os outros tipos de experiências sexuais indesejadas.

2.1 O problema do “não-consentimento” e das “estratégias de resistência”

A literatura veicula que na atividade sexual a confiança excessiva (indevida) na comunicação não-verbal pode conduzir a uma falha nas competências comunicativas que são fundamentais para negociar uma conduta apropriada. Por exemplo, é sugerido que uma adesão extrema aos *scripts* sexuais cultural e socialmente partilhados pode conduzir a uma falha na adaptação do comportamento ao feedback do/a companheiro/a (Metts & Spitzburg, 1996).

Na mesma linha de pensamento, tem sido sugerido que os papéis estereotipados de género (particularmente no que se refere às relações sexuais) podem incluir o fato de as mulheres terem de demonstrar resistência (Lee, Busch, Kim, & Lim, 2007), dizendo “não” ao sexo quando realmente querem dizer “sim” (Muehlenhard & Hollabaugh, 1988). Tal pode aumentar a probabilidade de perpetração de agressão sexual, na medida em que, ao serem partilhadas pelos ofensores sexuais, estas crenças podem conduzir ao ignorar de uma recusa genuína da mulher e/ou ao uso desta conceção como uma justificação para ignorar a resistência verbal da mesma (Krahé, 1998; Krahé, 2000). Neste ponto, tem sido mencionado também o “*duplo padrão sexual*”, que remete os homens para a persistência sexual e as mulheres para a resistência e, simultaneamente, penaliza as mulheres pela manifestação expressa (aberta/direta) do seu interesse sexual (Muehlenhard & McCoy, 1991).

Há também quem defenda que a ativação fisiológica registada nos potenciais encontros sexuais pode interferir com o processamento de informação (e.g., Kanin, 1984), aditando que o género masculino (comparativamente com o género feminino) tende a ser sexualmente mais

motivado e a interpretar erroneamente intenções sexuais em comportamentos amigáveis (Spitzberg, 1998).

Outras investigações (e.g., Prentky & Knight, 1991) consideraram, ainda, a possibilidade de os indivíduos sexualmente coercivos serem mais incompetentes a nível interpessoal, comparativamente com indivíduos sexualmente não coercivos. Contudo, autores como Muhlenhard e Falcon (1990), ainda que não refutem a ideia anterior, sugerem que a agressão sexual pode também ser resultado da hipercompetência. Argumentam, assim, que pessoas socialmente incompetentes podem envolver-se em estratégias de coerção física devido à incapacidade de atrair os outros através da interação social mas, em contraste, os indivíduos hipercompetentes também podem ser muito hábeis a recorrer a técnicas manipulativas, de sedução e persuasão, ao ponto de conseguirem manter relações sexuais com pessoas que não as desejavam.

Face ao exposto, e segundo Ulman (2007), “estratégias de resistência” referem-se a ações verbais e físicas que as mulheres usam quando se confrontam com um potencial agressor sexual. A resistência (especialmente a física) é considerada evidência de não-consentimento e, conseqüentemente, as lesões resultantes da luta são tidas como importantes na corroboração de que a mulher não consentiu a atividade sexual. Não obstante, a expectativa de que a mulher resista serve, em muitos casos de violação, para responsabilizá-la pelo controlo da agressão sexual masculina e contribui fortemente para a sua culpabilização. Vários estudos documentam, inclusivamente, o tratamento negativo das vítimas de violação por parte do sistema de justiça criminal e do sistema médico, com base nesta conceção (Bevacqua, 2000).

Os poucos estudos que se debruçaram sobre este tema (apesar de partirem do pressuposto de que o agressor será sempre do género masculino e as vítimas serão do género feminino) revelam que o fato de a vítima usar mais estratégias de resistência e agir imediatamente à agressão está associado a uma menor probabilidade de consumação da relação sexual (Ullman, 1997), contradizendo as conceções tradicionais de que a vítima não deve resistir ao agressor (Storaska, 1975).

Não obstante, salientam que as táticas usadas pelo agressor ocorrem em várias circunstâncias, o que, por si só, restringe as opções de resistência da vítima. A investigação mostra, por exemplo, que ser atacado à noite, com armas, num local isolado está associado a

uma maior probabilidade de consumação da agressão sexual (Ullman, 1997). Sugere igualmente que a resistência verbal (i.e., gritar, berrar e praguejar com o atacante) é uma estratégia efetiva, particularmente em resposta a agressores que usam ameaças verbais (Ullman, 1997). Contudo, é admitido que a resistência física é mais efetiva do que a resistência verbal (Clay-Warner, 2002), não obstante haja um maior risco de poder resultar em mais lesões físicas. Já estratégias como implorar, suplicar, chorar e argumentar são apontadas como menos efetivas, assim como o fato de a vítima não resistir, ficar “imobilizada” ou “paralisada” (Clay-Warner, 2002; Scott & Beaman, 2004). Estas estratégias têm sido apontadas como menos capazes de parar a agressão sexual, contudo, tendem a estar associadas a menos lesões físicas (Ullman, 1997). Tal não significa, obviamente, que as vítimas devam ser responsabilizadas pela sua agressão nem que devam ser culpadas se não conseguirem pará-la.

Seguindo esta linha de pensamento, tem sido sugerido que o tipo de resistência oferecida pela vítima pode variar de acordo com as características da agressão (Clay-Warner, 2003), sendo defendido que certos lugares e situações podem colocar a mulher em maior risco de ser vítima de uma violação, na medida em que tendem a diminuir a sua capacidade de resistir ao atacante. Por exemplo, tem sido defendido que, pelo menos, dois terços das violações são cometidas por homens conhecidos da vítima (Kilpatrick, Edmunds, & Seymour, 1992; Tjaden & Thoennes, 2000) e, ainda que a investigação se revele escassa neste ponto, que as mulheres são menos hábeis a resistir a agressores conhecidos (Ullman, 1997; Ullman, Filipas, Townsend, & Starzynski, 2006). O fato de as mulheres estarem menos predispostas a resistir a agressores conhecidos (Martin & Bachman, 1998) torna-as mais vulneráveis, particularmente no caso de parceiros íntimos (Ullman & Siegel, 1993). Há estudos que defendem, mesmo, que as mulheres revelam menos resistência física perante namorados do que perante estranhos e conhecidos não íntimos (Clay-Warner, 2002; Scott *et al.*, 2004; Ullman *et al.*, 1993).

Os contextos festivos também têm sido apontados como situações que podem afetar a capacidade de resistência das vítimas, nomeadamente, em situações em que, devido ao consumo de álcool e/ou de outras drogas, ficam num estado de intoxicação que as incapacita de consentir ou parar o que está a acontecer (Harrington & Leitenberg, 1994; Scott *et al.*, 2004; Ullman, Karabatsos, & Koss, 1999). Nestas situações, podem perceber que estão demasiado intoxicadas para escapar à agressão sexual, mesmo se resistirem (Norris, Nurius, & Dimeff, 1996). Os estudos defendem, ainda, que as mulheres que consomem álcool e acabam por sofrer uma vitimização de

cariz sexual têm maior probabilidade de se auto-culpabilizar – estando este sentimento associado, sobretudo, à percepção de acentuada imobilidade e menor resistência durante o ataque (Macy, Nurius, & Norris, 2006).

Porém, outras barreiras sociais e psicológicas podem ser apontadas, incluindo o medo da rejeição pelo homem e/ou pelos pares, a vergonha e o embaraço (Ullman, 2007). Por exemplo, Nurius, Norris, Young, Graham e Gaylord (2000) verificaram que as suas participantes universitárias tinham maior probabilidade de resistir a uma agressão sexual quando o homem usava força física para tentar consumir o ato sexual, quando estavam preocupadas com as lesões que poderiam resultar da agressão, quando não estavam preocupadas com a preservação do relacionamento amoroso com o agressor e quando se sentiam com raiva e confiança. Em contrapartida, as mulheres tendiam a usar respostas mais diplomáticas quando os homens usavam coerção verbal e aquelas se sentiam menos enraivecidas e menos confiantes. Outro estudo, com 415 estudantes universitárias que admitiram ter sido sexualmente agredidas pelos namorados, mostrou que as que estavam menos preocupadas com os julgamentos do agressor, se auto-culpabilizavam menos e que as que sentiam maior ressentimento tinham maior probabilidade de usar mais resistência (Nurius, Norris, Macy, & Huang, 2004).

A história de vitimização prévia também parece afetar a capacidade de resistência das vítimas, sendo sugerido que estas tendem a usar estratégias de resistência mais passivas (Norris *et al.*, 1996). Não obstante, este será um tema que analisaremos em maior detalhe no capítulo seguinte.

Outro fator que tem sido apontado como podendo afetar a capacidade da mulher resistir à agressão sexual é o uso de uma arma, ainda que estas situações sejam pouco frequentes (menos de 11%) (Bachman, 1998). Estas vítimas têm maior probabilidade de desenvolver Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD), muito associado com o medo que experienciam, durante o ataque, de serem mortas.

Num dos poucos estudos centrados nestas questões, Abbey, Zawacki, Buck, Clinton e McAuslan (2004) concluíram que as táticas usadas pelo perpetrador estavam associadas às características da agressão sexual e às respostas das vítimas às mesmas. Mais especificamente, as autoras verificaram que as mulheres cujos perpetradores recorriam primariamente ao uso da força física, comparativamente com aquelas que relatavam o recurso do agressor à coerção verbal

ou à intoxicação, mencionavam ter usado mais estratégias de resistência física e verbal, ter sofrido mais lesões físicas e ter experienciado maior disfunção nas suas vidas futuras. Observaram, ainda, que estas mulheres tiveram experiências mais negativas com o agressor no início da interação abusiva, evidenciavam menor probabilidade de ter um envolvimento em atividades sexuais consentidas com o mesmo, sentiam mais afetos negativos durante o sexo forçado, acreditavam que o perpetrador teria maior probabilidade de definir o ato sexual como uma violação, atribuíam menor responsabilidade à falta de comunicação ou a elas próprias e, frequentemente, avaliavam o incidente abusivo como mais grave.

As autoras constataram, ainda, que as mulheres que tinham sido alvo de coerção sexual diferiam significativamente, quer das que foram vitimadas mediante o uso da força quer das que foram vitimadas mediante estratégias de intoxicação, na medida em que avaliavam a agressão sexual como menos grave no momento da ocorrência, tinham menor probabilidade de avaliar o sexo forçado como uma violação e atribuíam menor responsabilidade ao perpetrador. Por sua vez, as mulheres que relataram ter experienciado coerção verbal tinham um historial de maior número de relações sexuais prévias consentidas com o perpetrador e sentiam que uma pobre comunicação entre ambos tinha contribuído para a ocorrência do ato abusivo. Apesar de indicarem claramente que teriam sido forçadas a ter relações sexuais, este grupo de mulheres revelava-se menos negativamente afetado pelo sucedido e tendia a não classificar a experiência como uma violação – alertando as autoras para que tal não deve, de modo algum, conduzir à trivialização destas experiências. Por consequência, tem sido defendido que outros fatores devem ser devidamente ponderados (e.g., o grau de confiança da vítima no agressor) na medida em que estes medeiam a resposta da vítima à agressão sexual (Culbertson & Dehle, 2001; Frazier, Carlon, & Glaser, 2001).

3. Táticas sexualmente agressivas: de que falamos?

Falar de violência sexual implica, como vimos, reportar-nos a um conjunto variado de comportamentos que constituem uma violação dos direitos de privacidade e autonomia de um indivíduo, podendo o cometimento de tais atos comportar o uso (em simultâneo ou não) de várias estratégias/táticas. Por exemplo, Russell e Oswald (2002), num estudo conduzido com 1073 homens universitários, verificaram que 8% relatou ter usado força física para consumir uma

relação sexual, 26.5% relatou ter dito coisas que não sentia, 12.2% afirmou ter usado argumentos continuados e 2.9% admitiu ter ameaçado usar a força física.

Neste âmbito, Lyndon, White e Kadlec (2007) definiram “táticas sexualmente agressivas” como sendo estratégias usadas pelos perpetradores para obterem variados atos sexuais indesejados pelo outro, que vão desde toques sexuais até ao coito. Dentro destas, defenderam a existência de “táticas manipulativas” e “táticas de força”. Relativamente às primeiras, consideram que incluem o uso da pressão verbal, argumentos continuados, abuso de uma posição de autoridade e uso de álcool e/ou outras drogas para reduzir a capacidade das vítimas resistirem aos avanços sexuais. As segundas incluem o uso de ameaças e/ou o uso de força física com o mesmo intuito.

Cleveland, Koss e Lyons (1999) definiram “táticas de violação” como um conjunto de comportamentos usados pelos perpetradores do género masculino para aumentar a oportunidade de coagir a potencial vítima (do género feminino) à prática de atividade sexual não desejada e para diminuir a hipótese de a mesma os denunciar por esse mesmo comportamento.

Já uma revisão de estudos (Spitzberg, 1998) sugere a existência de cinco grandes categorias de possíveis táticas, nomeadamente: pressão e persistência (i.e., persuasão verbal, argumentos continuados); fraude/engano (e.g., falsas promessas de amor, mentiras); ameaças (e.g., ameaçar terminar a relação, ameaça de uso da força física e/ou de armas); constrangimento/restricção física (e.g., imobilizar, intoxicar) e; uso da força física (e.g., usar armas, bater, pontapear).

Mais recentemente, White e colaboradores (2006) mencionaram que os agressores sexuais podem recorrer a seis tipos de estratégias: pressão psicológica (e.g., ameaçar terminar a relação, dizer coisas que não são verdade, como fazer falsas promessas de amor), pressão verbal (e.g., pressionar continuamente a pessoa com argumentos verbais), usar uma posição de autoridade, tirar vantagem sobre um estado de intoxicação (devido ao consumo de álcool e/ou outras drogas), ameaçar e/ou usar a força física e usar uma arma.

Por sua vez, “*The SES Collaboration*”¹ considerou, em 2007, a existência de cinco tipos de estratégias que seriam frequentemente usadas pelos agressores sexuais para conduzir a outra

¹ “*The SES Collaboration*” é uma equipa constituída por nove investigadoras proeminentes na área da violência sexual, mais concretamente: Mary P. Koss, Antonia Abbey, Rebeca Campbell, Sarah Cook, Jeanette Norris, Maria Testa, Sarah Ullman, Carolyn West e Jacquelyn White.

peessoa a praticar atos sexualmente indesejados: recorrer a pressão verbal, a pressão psicológica, ao uso de álcool e/ou outras drogas, ao uso de ameaças e ao uso da força física e/ou armas. Por “pressão verbal” entendem o/a perpetrador/a, dizer mentiras, ameaçar terminar a relação, ameaçar espalhar mentiras acerca da outra pessoa (a vítima), fazer promessas sobre o futuro que sabia que não ia cumprir ou, continuamente, pressionar a outra pessoa de forma verbal, depois de aquela ter dito que não queria determinada atividade de cariz sexual. Por “pressão psicológica” entendem o/a perpetrador/a mostrar desagrado, criticar a sexualidade ou aparência da outra pessoa (a vítima), ficar zangado/a (mas sem usar força física) depois de aquela ter dito que não queria determinada atividade de cariz sexual. Quanto ao “uso de álcool e/ou outras drogas” especificaram que se trata de o/a perpetrador/a se aproveitar da outra pessoa (a vítima) quando aquela estava demasiado bêbada ou fora de si para consentir ou parar o que estava a acontecer. Quanto ao recurso a ameaças, definiram-no como o/a perpetrador/a ameaçar usar a força física contra a outra pessoa (a vítima) ou contra alguém de quem ela goste. Relativamente ao uso da força física, definiram-no como o/a perpetrador/a usar força física (como, por exemplo, empurrar a vítima para baixo com o peso do seu corpo ou prender-lhe os braços) ou usar uma arma. De salientar que, em 2007, as autoras consideravam já que, quer o perpetrador quer a vítima, poderiam ser do género masculino ou do género feminino.

A literatura sugere, também, que a coerção verbal é a forma (de coerção sexual) mais predominantemente usada por homens nos relacionamentos íntimos (Busby & Compton, 1997; Koss *et al.*, 1987; Koss, Leonard, Beezley, & Oros, 1985; Koss & Oros, 1982; Muehlenhard *et al.*, 1987; O’Sullivan, Byers, & Finkelman, 1998; Spitzberg, 1999). Spitzberg (1999), por exemplo, numa revisão de 120 estudos, verificou que o assédio sexual e o comportamento verbalmente coercivo são mais prevalentes do que as formas fisicamente mais violentas de agressão sexual.

Também o uso de álcool e/ou outras drogas tem recebido particular atenção, sendo que a administração do uso de álcool e/ou outras drogas de forma intencional, de modo a que as vítimas fiquem incapazes de resistir ou dar o seu consentimento voluntário, tem sido apontada como uma estratégia muito frequente (Cole, 2006). Por exemplo, Kanin (1984) verificou que 76% dos violadores da sua amostra, comparativamente com 23% do grupo de controlo, relatou ter tentado intoxicar uma mulher para ter relações sexuais com a mesma. No Canadá, por exemplo, Dekeseredy, Schwartz e Trait (1993) verificaram que 32.8% das estudantes universitárias da sua amostra relatou ter sido vítima de alguma forma de agressão sexual. Concluíram, ainda, que

muitas agressões sexuais envolvem o uso de álcool e/ou outras drogas, muitas vezes, num contexto de uma relação de namoro (um total de 13% relatou que um homem tentou ter relações sexuais com elas quando estavam alcoolizadas ou sob influência de outras drogas). Mais recentemente, Girard e Senn (2008), num estudo conduzido com 280 estudantes universitários (143 do género masculino e 137 do género feminino), em que procuraram explorar as atribuições das pessoas de responsabilidade e culpa pela agressão sexual, verificaram que quando as vítimas (retratadas no estudo como do género feminino) estavam sob o efeito de álcool e/ou lhe eram administradas drogas sem o seu conhecimento, os perpetradores (no estudo retratados como do género masculino) eram considerados como mais responsáveis e mais culpados pela agressão sexual, comparativamente com as situações em que nenhuma destas substâncias estava envolvida. O intoxicar o outro deliberadamente (mediante o uso de álcool e/ou de outras drogas), com o intuito de com ele manter alguma atividade sexual, era visto pelos participantes como uma “verdadeira violação” e, conseqüentemente, era atribuída baixa responsabilidade à vítima pelo evento e alta responsabilidade ao agressor.

Os resultados sugerem, ainda, que os indivíduos tendem a ser mais punitivos com os ofensores em situações em que o álcool e/ou outras drogas são usados como arma, do que em situações de violação que ocorrem entre estudantes universitários, conhecidos entre si, em que vítima e perpetrador estavam ambos alcoolizados. Os autores verificaram, assim, que o uso de “drogas de violação” (no caso deste estudo, GHB – Gamma Hydroxybutyrato) por parte de um homem para facilitar a agressão sexual, coloca-o ao mesmo nível que um agressor que recorre à força física ou a ameaças para o mesmo efeito. Em contraste, as vítimas que se envolvem no uso recreativo de drogas eram duramente julgadas pela sua Vitimização e os perpetradores eram marginalmente desculpados.

Concretizando um pouco mais, no que se refere ao álcool, a literatura documenta que este é a droga mais comumente associada a situações em que o uso de drogas funciona como facilitador da agressão sexual. Por exemplo, a *Canadian Federation of Students* (2001) documenta que 90% das agressões sexuais entre estudantes universitárias envolve o uso de álcool. Vários são os estudos que têm procurado promover o nosso conhecimento sobre o efeito desta substância na violência sexual (tal como será melhor explorado no capítulo seguinte), sugerindo que, sob influência do álcool, os homens têm maior probabilidade de interpretar gestos neutros ou amigáveis como convites a uma relação sexual, enquanto as mulheres estão em maior risco de ter

respostas de *coping* mais pobres e de não conseguirem parar um potencial ataque sexual (Abbey *et al.*, 2004; Harrington *et al.*, 1994). A investigação demonstra, também, que as atribuições acerca da violência sexual são largamente influenciadas quando o álcool é envolvido na agressão (Adam-Curtis & Forbes, 2004; Cameron & Stritzke, 2003; Dudley, 2005; Finch & Munro, 2005; Schuller & Wall, 1998; Storno, Lang, & Stritzke, 1997), com os perpetradores a serem considerados mais culpados e mais responsáveis se tiverem tirado partido do estado de intoxicação das vítimas.

Não obstante, por vezes, é atribuída maior culpabilidade e responsabilidade às vítimas por se terem colocado naquela situação, devido a terem ficado alcoolizadas (Girard *et al.*, 2008). Por exemplo, Norris e Cubbins (1992) constataram que o consumo de álcool por parte de vítimas e agressores diminui a percepção de que a agressão sexual ocorreu sob o domínio do uso de uma droga. Neste sentido, sugerem que se a vítima (no estudo também retratada como sendo unicamente do género feminino) relata que foi violada depois de ter estado a beber álcool com o seu namorado, o seu relato pode não ser credibilizado e o impacto do trauma psicológico resultante pode ser subestimado. Resultados semelhantes foram encontrados por outros autores (e.g., Finch *et al.*, 2005; Norris *et al.*, 1992).

Já a relação entre a agressão sexual e o uso de outras drogas tem sido pouco estudada, apesar da crescente preocupação com o uso de drogas como o “Rohypnol”, “GHB (Gammahidroxibutirato)” e a “Ketamina” nestas situações, sobretudo desde finais dos anos noventa (Hensley, 2002; Weir, 2001). De registar que este não é um fenómeno novo (Kintz, Villain, & Ludes, 2004; Villain, Chéze, Dumeste, Ludes, & Kintz, 2004; Wells, 2001) e, apesar da maior preocupação com estes três tipos de drogas, na prática, qualquer substância que é administrada para reduzir a inibição sexual e aumentar a possibilidade de relações sexuais é considerada uma “droga de violação” (Weir, 2001). O fato de este termo (“drogas de violação”) ser associado mais frequentemente pelos *media* a um número específico de drogas (sobretudo, as três anteriormente mencionadas), prende-se com o fato de estas serem as mais frequentemente usadas por perpetradores do género masculino para facilitar a prática de actos considerados como violações (Hindmarch & Brinkman, 1999). O uso destas drogas com o propósito de induzir amnésia e sedar rapidamente as vítimas tem-se tornado mais comum (Pope & Shouldice, 2001; Hensley, 2002). Não deve, contudo, ser menosprezado o fato de este tipo de drogas (e.g., GHB) também poder ser usado de forma recreativa (Jones, 2001; Weir, 2001), podendo haver um aproveitamento da outra

pessoa que está num estado de intoxicação e não consegue consentir nem parar o que está a acontecer.

A maioria da investigação conduzida no âmbito das chamadas “drogas de violação” foca-se nos efeitos destas sobre os indivíduos. Neste contexto, o Rohypnol, o GHB e a Ketamina têm sido apontadas como drogas que têm um efeito calmante/sedativo, salientando, no entanto, que, muito frequentemente, nem a vítima nem os outros ao seu redor têm conhecimento de que a pessoa está sob o efeito destas drogas. As vítimas podem evidenciar confusão, vertigens/onturas, náuseas, distúrbios visuais, sonolência, enfraquecimento físico e/ou motor, redução da inibição, diminuição do discernimento, discurso pouco claro, amnésia e incapacidade de parar o ofensor porque se tornam incapazes de resistir.

Neste âmbito, a literatura também sugere que as vítimas que são alvo da administração intencional de substâncias com o intuito de com elas praticar relações sexuais indesejadas podem receber um tratamento mais positivo por parte do sistema de justiça (Finch *et al.*, 2005). No entanto, o uso deste tipo de drogas pode provocar interferências significativas na memória das vítimas (e.g., amnésia para o evento – é uma característica deste tipo de drogas e não depende da forma como a pessoa a consumiu), o que, conseqüentemente, pode conduzir a baixas taxas de condenação do ofensor (Girard *et al.*, 2008).

3.1. Táticas usadas e variáveis situacionais: Que relação?

A literatura que procura examinar a relação entre táticas usadas para perpetrar um comportamento sexual sobre uma pessoa que não está disposta a fazê-lo e variáveis situacionais começa a emergir (Abbey *et al.*, 2004; Emmers-Sommer *et al.*, 1999; Lyndon *et al.*, 2007; Tyler *et al.*, 1998).

Numerosos estudos sustentam que as mulheres têm maior probabilidade de ser pressionadas verbalmente ou, de alguma forma, manipuladas com o intuito de as envolver numa relação sexual não desejada, do que fisicamente forçadas (e.g., Abbey *et al.*, 2004; Humphrey & White, 2000; Koss *et al.*, 1987). Por consequência, defendem ser imperativo determinar a natureza das diferenças entre homens que usam pressão verbal e outras táticas manipulativas e homens que não perpetraram qualquer tipo de coação sexual, e homens que usam a força para obter sexo. A identificação destas diferenças pode informar, por exemplo, os programas de prevenção nesta área.

Neste âmbito, o modelo de Malamuth, Sockloskie, Koss e Tanaka (1991), “confluence model”, providencia uma integração compreensiva das variáveis que predizem a agressão sexual nos homens. De salientar que o modelo não distingue entre táticas de manipulação e de força, mas oferece linhas úteis para as variáveis a considerar. Estas incluem as experiências na infância com violência no seio familiar, delinquência, uso de álcool, motivos sexuais e atitudes. A literatura documenta a relação entre experiência na infância com abuso físico e coerção sexual nos relacionamentos íntimos (Wolfe & Wekerle, 1997). Experimentar e testemunhar violência na infância tem sido associado ao aumento do risco de violência física nas relações de intimidade na idade adulta (White & Widom, 2003). Este será um ponto mais explorado no capítulo seguinte, no entanto, numa perspectiva desenvolvimental, é defendido que as experiências de infância podem levar os homens a aprender não só estratégias coercivas para resolver problemas ou obterem o que desejam, mas também podem conduzir a uma distorção da percepção das dinâmicas de um relacionamento saudável. Nesta linha de pensamento, os homens que usam a força física podem ser agressores oportunistas, que usam a estratégia que melhor serve a situação, particularmente se as estratégias manipulativas parecem não funcionar (White, Merrill, & Koss, 2001).

As experiências precoces com as atitudes legitimadoras de violência e dominância tendem a ser mais prováveis em homens que usam a força física, comparativamente com homens que usam a manipulação (Lyndon *et al.*, 2007). Kosson, Kelly e White (1997) também verificaram que a ameaça e o uso da força estavam associadas a insensibilidade/indiferença, com total ausência de remorsos, sentimentos de exploração dos outros, enquanto o abuso de autoridade estava associado a atributos narcísicos.

Byers e Eno (1991) verificaram que os homens que usam a força física têm maior tendência para aceitar a violência interpessoal e relatam maior ativação sexual, comparativamente com homens que usam pressão verbal. Homens que usam a pressão verbal relatam, contudo, o envolvimento mais frequente em relacionamentos amorosos de longa duração. Christopher (1998) constatou que os homens que usam força física tendem a ter mais frequentemente pares que são similarmente agressivos, comparativamente aos homens que recorrem à pressão verbal e/ou a mentiras. Homens que usavam a força também defendiam mais mitos de violação, comparativamente aos homens que usavam pressão verbal – com os dois grupos a diferirem do grupo de homens não sexualmente agressivos. Shotland (1992) defendeu que os homens que usam a força física durante um incidente sexualmente abusivo têm fortes necessidades de

controle e estão mais motivados por dominância, comparativamente aos homens que são sexualmente coercivos sem usarem a força. Homens que usam a força também podem ter historial de uso de álcool, com o consumo excessivo de álcool a predizer o uso de álcool e/ou outras drogas durante o incidente sexualmente agressivo (White & Humphrey, 1994), além de que os homens que ficam frequentemente alcoolizados tendem a usar mais violência durante o incidente abusivo (Ullman *et al.*, 1999). Brecklin e Ullman (2002) consideraram, mesmo, que o melhor preditor de lesões na vítima e da utilização dos serviços de saúde é o consumo de álcool por parte do agressor antes do ato abusivo.

Há também autores que consideram que a pressão verbal é mais provável de ocorrer em relacionamentos estáveis, comparativamente com a força física (e.g., Abbey *et al.*, 1996; Testa & Livingston, 1999), assim como quando há historial de atividade sexual consentida entre vítima e agressor (Abbey *et al.*, 2004). Harrington e colaboradores (1994) afirmaram que relações menos estáveis (não oficializadas) estão mais associadas ao uso de força física na agressão sexual, assim como ao uso situacional de álcool. Outros autores, como, por exemplo, Cleveland e colaboradores (1999), verificaram que os conhecidos (e.g., amigos, ex-namorados) e namorados recorrem significativamente mais ao uso de álcool e/ou outras drogas do que cônjuges, enquanto estranhos tendem a usar mais a força física (e.g., armas), isolamento e ordens de silêncio do que qualquer outro grupo de homens (com exceção para os ex-maridos). Abbey e colaboradores (2002, 2003) constataram que o uso de álcool nos incidentes sexualmente abusivos estava associado a relacionamentos casuais e tendia a ocorrer em contextos festivos. A investigação regista, também, que as situações que envolvem o uso da força podem ser as mesmas em que o álcool é usado (Emmers-Sommer *et al.*, 1999), especialmente quando o agressor está intoxicado, comparativamente com as situações em que está simplesmente a consumir álcool (Abbey, Clinton, McAuslan, Zawacki, & Buck, 2002; Testa *et al.*, 2004).

Num estudo muito recente, Lyndon e colaboradores (2007) procuraram examinar as diferenças nas táticas usadas para obter sexo não desejado pela outra pessoa e concluíram: (a) que os homens que usam táticas manipulativas e os homens que usam a força física e/ou a ameaça de a usarem constituem grupos distintos; (b) os homens que usam a força diferem dos homens que usam manipulação nas suas experiências prévias com situações de violência e nas suas atitudes face à mesma. Mais concretamente, os homens que usam a força física têm maior probabilidade de ter sido expostos a violência doméstica, de terem sido sexualmente abusados na

infância, de legitimarem mais a violência masculina, de relatarem níveis mais baixos de amor como motivo para obterem sexo, comparativamente com o grupo de homens que usam estratégias manipulativas e com o grupo de homens sexualmente não abusivos; (c) o grupo manipulativo tem maior probabilidade de estar envolvido com uma namorada do que o grupo que relata recorrer ao uso da força, embora tenha menos probabilidade quando é comparado com o grupo de não agressores; (d) homens que relatam recorrer ao uso da força têm maior probabilidade de estar com uma mulher que não é namorada e de estar alcoolizados, comparativamente com os outros dois grupos; (e) o grupo que relata recorrer à manipulação tem menor probabilidade de usar álcool durante a agressão; (f) os resultados também sugerem que a manipulação parece ser seletivamente usada por homens em situações mais “românticas” para levar a namorada a praticar relações sexuais. Estes dados vão ao encontro de outras investigações que sugerem que os homens podem sentir que têm “direito” a ter relações sexuais quando estão num relacionamento a longo prazo (Abbey, McAuslan, Zawacki, Clinton, & Buck, 2001; Emmers-Sommer *et al.*, 1999), parecendo preferir a manipulação como estratégia para o conseguir. Em contraste, se um casal só está a iniciar um relacionamento tem menor probabilidade de conhecer os limites de cada um/a e/ou de ter discutido sobre o que cada um/a considera um comportamento sexualmente aceitável (Shotland, 1992); (g) resultados sugerem que o uso da força física é mais provável em situações de encontros casuais (o que é congruente com o que fora anteriormente referido).

Estudos sugerem que o uso de táticas manipulativas por parte de um namorado pode ser o tipo de estratégia que as mulheres menos provavelmente veem como agressão sexual ou violação (Kahn, 2003), podendo, até, considerar uma experiência convencional do namoro (Byers *et al.*, 1991). No entanto, ainda que os agressores sexualmente manipuladores não sejam fisicamente tão perigosos como os agressores que recorrem à força física, as suas estratégias também têm consequências a longo prazo. Estudos sugerem que mulheres que experienciam relações sexuais verbalmente coercivas sentem níveis mais elevados de depressão, ansiedade e raiva (Zweig, Crockett, Sayer, & Vicary, 1999).

Resumindo (e tal como será analisado em maior detalhe no capítulo seguinte), tem sido defendido que os aspetos da agressão sexual (e.g., a relação vítima-agressor e a evolução da violência), as experiências passadas das vítimas e os seus recursos, assim como a existência de vitimizadas passadas e das respostas de *coping* empregues face às mesmas, têm grande

impacto no trauma emocional associado com a agressão sexual (Culbertson *et al.*, 2001; Stermac, Du Mont, & Dunn 1998; Ullman *et al.*, 1993). Por conseguinte, não é adequado assumir-se que as vítimas de coerção verbal não precisam de ajuda terapêutica (Abbey *et al.*, 2004). Do mesmo modo, não deve ser negligenciado que muitas vítimas experienciam múltiplas vitimizações, podendo o impacto cumulativo das diversas experiências assumir-se como particularmente devastador (ibidem).

4. Dados epidemiológicos: o que nos é dado a conhecer?

4.1 Vitimização

Kanin e colaboradores (Kanin, 1957; Kilpatrick & Kanin, 1957; Kanin & Parcell, 1977) verificaram que 20-25% das mulheres universitárias que participaram nos seus estudos admitia tentativas de relações sexuais forçadas por parte dos seus namorados, durante as quais gritaram, lutaram, choraram e se debateram contra a agressão. Mais especificamente, Kanin (1957) verificou que 62% das suas participantes admitiu ter sido vítima, nos últimos doze meses, de algum tipo de contacto sexual indesejado. Duas décadas mais tarde, conjuntamente com Parcell (1977), concluiu que, nos doze meses anteriores ao estudo, 50% das participantes tinha sido alvo de atividade sexual indesejada, desde beijos e toques à consumação de relações sexuais.

Porém, somente nos anos oitenta o fenómeno da violência sexual (mais especificamente da violação) no namoro ou entre pessoas conhecidas começou a receber mais atenção. Tal constituiu um importante marco na investigação na área da agressão sexual, na medida em que fomentou a consideração de um foco inexplorado até então e que merece a atenção da comunidade científica e da sociedade em geral, uma vez que os resultados de vários estudos (e.g., Barbaree, Marshall, & Hudson, 1993; Spitzberg, 1999) levam a admitir que mais de 85% de todas as violações são cometidas por alguém conhecido da vítima, sendo que, muitas vezes, tais situações se registam num contexto de namoro e, muito provavelmente, nunca chegam a ser denunciadas (Koss, 1992).

Neste contexto, Koss e colaboradores (Koss, 1985; Koss *et al.*, 1982; Koss & Gidycz, 1985), administrando um questionário de autorrelato a 2.016 mulheres e 1.846 homens universitários, verificaram que 13% das mulheres admitia ter sido sujeita à prática de relações sexuais mediante o uso da força física ou da ameaça com uma arma de fogo. Mais especificamente, Koss e colaboradores (1982) concluíram que, desde os 14 anos de idade, 6% da sua amostra de

estudantes universitárias tinha sido violada e mais de 30% tinha sido alvo de força física infligida com a finalidade de obter beijos e carícias indesejadas. Em 1987, com uma amostra de 6.159 estudantes provenientes de 32 instituições universitárias (3.187 mulheres e 2.972 homens), com uma média de idades de 21.4 anos e mediante o uso do “*Sexual Experiences Survey*” (Koss *et al.*, 1982, 1985), verificaram que os dados relativos à Vitimização variavam entre 44% de mulheres que mencionaram ter vivido situações de contacto sexual indesejado no seguimento de coerção e 2% de mulheres que mencionaram ter tido relações sexuais forçadas, através do abuso de autoridade por parte do perpetrador. Dois anos mais tarde, Koss e Dinero (1989), num estudo com 2.700 mulheres universitárias, também concluíram que 15% da sua amostra relatou atos de violação e 12% tentativa de violação, ocorridos desde os 14 anos de idade.

Lane e Gwartney-Gibbs (1985), nos E.U.A., procuraram também analisar a ocorrência de diferentes formas de violência (física, psicológica e sexual) numa amostra de 325 participantes do ensino universitário (50.9% rapazes e 49.1% raparigas) e constataram que, ao nível da violência sexual, mais rapazes do que raparigas admitiram a perpetração e mais raparigas do que rapazes referiram ter sido vítimas deste tipo de abuso. Também Muenlenhard e colaboradores, em 1987, no Texas, tinham procurado avaliar a incidência da violação e de outras formas de violência sexual, com uma amostra de 635 estudantes do ensino secundário e do ensino universitário (53.7% dos participantes do género feminino e 46.3% do género masculino, com uma média de idades de 18 anos). Concluíram que 77.6% de participantes do género feminino (comparativamente com 57.3% do género masculino) assinalou estar envolvido num relacionamento amoroso de alguma forma sexualmente abusivo, com 14.7% dos participantes do género feminino e 7.1% do género masculino a revelarem ter sido vítimas de uma violação. Já Stets e Pirog (1989) estudaram as diferenças de género para a violência física e sexual junto de 287 participantes do ensino universitário (41.1% do género masculino e 58.9% do género feminino, com uma média de idades de 21 anos). Globalmente, concluíram que os participantes relataram formas “menores” de violência sexual, com os participantes do género feminino a surgirem como as principais vítimas, comparativamente com os do género masculino (36% e 22%, respetivamente).

Mais tarde, Himelein, Vogel e Wachowiak (1994), usando uma amostra 330 participantes estudantes universitárias, com uma média de idade de 18.4 anos, propuseram-se analisar a prevalência das experiências sexuais não consentidas, tendo constatado que 38% das participantes

relatou a experiencição de, pelo menos, um ato sexual indesejado e, que a forma mais frequente de Vitimização relatada foram os contatos sexuais indesejados, seguidos da tentativa de violação, da coerção sexual e da violação (29.9%, 19%, 11.1% e 6.4%, respetivamente). Por sua vez, Brener, McMahon, Warren e Douglas (1999) verificaram que 15% das estudantes universitárias da sua amostra relatou ter mantido relações sexuais forçadas desde os 15 anos de idade. Já Dekeseredy e colaboradores (1993) verificaram que 32.8% das estudantes universitárias da sua amostra relatou ter sido vítima de alguma forma de agressão sexual.

Um dos poucos estudos que procuraram estudar a prevalência da violência ocorrida antes do ingresso no ensino superior e ao longo da frequência universitária, pertence a Himelein (1995). Genericamente, o estudo envolveu dois momentos (o primeiro com 330 raparigas com uma média de idades de 18.4 anos e o segundo com 100 raparigas, com uma média de 21 anos) e concluiu que 38% admitiu ter experienciado, pelo menos, um ato sexualmente indesejado antes de ingressar no ensino superior. Mais especificamente, 15% relatou toques sexuais indesejados, 17% coerção sexual e tentativa de violação e 6% violação; 29% revelou ter experienciado Vitimização sexual depois de ter ingressado na Universidade, com 8% a relatar toques sexuais indesejados, 13% coerção sexual e tentativa de violação e 8% violação; e, que, no conjunto total da amostra, 52% revelou ter sido alvo de algum comportamento sexual abusivo ao longo da vida, concretizando que 19% revelou ter experienciado toques sexuais indesejados, 22% coerção sexual e tentativa de violação e 11% violação.

Também Abbey e colaboradores (1996) procuraram estimar a prevalência da Vitimização sexual, numa amostra de 1160 estudantes universitárias, verificando que 59% das participantes relatou ter sido alvo de algum tipo de violência sexual, especificando que 23% terá sofrido uma violação e 8% uma tentativa de violação. Já O'Sullivan, Byers, & Finkelman (1998) procuraram averiguar a prevalência da coerção sexual no último ano, junto de 346 participantes universitários (80.1% do género feminino 45.1% do género masculino, com uma média de idades de 24 anos), verificando que 18.5% dos participantes do género masculino e 42.5% do género feminino revelaram ter experienciado algum tipo de coerção sexual no último ano.

Fisher e colaboradores (1997) verificaram que 1.7% das universitárias do seu estudo verbalizou ter sido violada nos sete meses anteriores ao momento de resposta do questionário e 1.3% ter sido alvo de tentativas de violação. Mais tarde, em 2000, também com uma amostra nacional de estudantes universitárias constataram que 10.1% mencionou ter sido alvo de um

comportamento sexual que encaixa na categoria de violação e 10.9% de um comportamento sexual que encaixa na categoria de tentativa de violação. Também em 2000, Johnson e Sigler verificaram que 18.5% das participantes (estudantes universitárias) assinalou ter experienciado relações sexuais forçadas, pelo menos, uma vez ao longo da vida, tendo a maioria dos incidentes (13.3%) ocorrido no âmbito das suas relações amorosas. No mesmo ano, recorrendo a vinhetas e a uma amostra de 480 participantes do ensino universitário (metade do género masculino e metade do género feminino, com uma média de idades de 19,4 anos), Byers, Leonard, Mays e Rosen, concluíram que as raparigas (39.6%) relataram experienciar mais violência sexual do que os rapazes (5.4%), havendo mais rapazes do que raparigas a admitir perpetrar este tipo de agressão (11.3% e 2.1%, respetivamente). Ainda em 2000, com uma amostra de 304 participantes (44.4% do género feminino e 55.6% do género masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos), Jackson, Cram e Seymour constataram que 81.5% das participantes e 76.3% dos participantes verbalizou ter experienciado, pelo menos, um insulto na sua relação amorosa; e, 76.9% das participantes (comparativamente com 67.4% dos participantes) admitiu ter experienciado um ou mais incidentes de atividade sexual indesejada. Concluíram pela existência de padrões de violência simétricos, exceto no que concerne à coerção sexual, documentando que o género feminino tenderia a ser mais alvo desta forma de violência.

Forbes e colaboradores (2001), ao investigarem a prevalência da coerção sexual junto de 438 participantes universitários (40.6% do género feminino e 33.3% do género masculino), constataram que 53% das mulheres verbalizou a experiência de algum tipo de coerção sexual, 22% revelou ter experienciado o uso da força na atividade sexual e 2.8% relatou ter sido alvo de uma violação. Neste mesmo estudo (e embora este seja um tópico que será desenvolvido mais detalhadamente no ponto seguinte) 21% dos participantes do género masculino admitiu a prática de algum tipo de coerção sexual, com 1% a assumir ter usado força física.

Em 2002, Kuffell e Katz, num estudo desenvolvido também com estudantes universitários (36.6% do género masculino e 63.4% do género feminino) em que procuraram avaliar a prevalência da violência física, psicológica e sexual, verificaram que 25% revelou ter sido alvo de algum tipo de violência sexual; 23% admitiu ter recorrido a esta forma de violência; 65% perpetró violência psicológica nas suas relações amorosas; 28% admitiu ter utilizado violência física; e, 35% relatou ter sido alvo de violência física. Tendo como base os mesmos objetivos, Harned (2002), conduziu um estudo com 874 participantes do ensino universitário (56% do género feminino e 44%

do género masculino, com média de idades de 21 anos) e constatou que 82% das participantes e 87% dos participantes relataram ter sido alvo de violência psicológica perpetrada pelo(a) namorado(a); 39% das participantes e 30% dos participantes reconheceram ter sido alvo de violência sexual; e 22% das participantes e 21% dos participantes referiram ter sido alvo de violência física. Também Chang (2002), na Coreia do Sul, com uma amostra de 531 estudantes universitários, verificou que 20% dos participantes reconheceu ter experienciado alguma forma de Vitimização sexual durante o último ano e, aproximadamente, 6% relatou ter sido vítima de uma violação num contexto de namoro.

Em 2004, Kury, Chovay, Obergfell-Fuchs e Eoessner, num estudo conduzido com 309 mulheres universitárias, verificaram que 27% da amostra relatou ter mantido relações sexuais forçadas por se sentir incapaz de parar o companheiro (avaliado como muito estimulado sexualmente). Além disso, 40% das participantes relatou ter sido alvo de contatos sexuais indesejados, no peito e na zona genital; 40% mencionou situações de exibicionismo e masturbação (atos praticados por outrem); 33% mencionou ter recebido telefonemas “obscenos”; 11% afirmou ter recebido mensagens (via telemóvel ou internet) “obscenas”; e 10% relatou ter sido forçada a ter relações sexuais devido a pressões verbais e psicológicas, pelo menos, uma vez na vida. De referir, ainda, que mais de metade (58%) afirmou ter sido seguida ou observada (“*stalking*”) por um homem de uma forma perturbadora e 1% mencionou ter sido assediada sexualmente mediante o abuso de autoridade por parte do agressor. Verificaram, ainda, que a maioria dos agressores era conhecida das vítimas (amigos, familiares, namorados) e que as ofensas mais intrusivas (violação ou tentativa de violação e carícias nos genitais sem penetração) tinham sido cometidas por alguém próximo, com quem as vítimas mantinham um compromisso. Os restantes incidentes (toques indesejados, chamadas telefónicas, assédio sexual, *stalking* e exibicionismo) foram maioritariamente praticados por desconhecidos. Verificaram também que 75% a 90% das vítimas não denunciaram tais agressões às autoridades.

Mais recentemente, Gross, Winslett, Roberts e Grohn (2006), com uma amostra de 903 mulheres universitárias, conduziram um estudo com um questionário detalhado acerca de uma variedade de atividades sexuais que permitia aceder quer a experiências sexuais indesejadas, quer a características situacionais do evento e do agressor. Neste contexto, concluíram que, desde que entraram na universidade, 27% das suas participantes foi alvo de contatos sexuais indesejados (desde beijos e toques até situações de penetração oral, anal e vaginal), com mais de um terço

destas mulheres (cerca de 37%) a mencionar múltiplas experiências sexuais forçadas e mais de 19% a relatar situações de cópula (penetração anal, vaginal e/ou oral) forçada.

No mesmo ano, no Brasil, Moraes, Cabral e Heilborn (2006), quando procuraram estudar a prevalência da coerção sexual ao longo da vida, junto de 4634 participantes do gênero feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade, constataram que 16.5% admitiu ter experienciado algum tipo de coerção sexual ao longo da vida, nomeadamente, no âmbito das suas relações amorosas. Já em 2007, na Rússia, Lysova verificou que 26% dos participantes (no total, 338 estudantes universitários, 46.2% do gênero masculino e 53.8% do gênero feminino, com uma média de idades de 19 anos) referiu ter sofrido algum tipo de Vitimização sexual e 24% admitiu a perpetração de atos desta natureza. Registou uma predominância da coerção sexual, com apenas 3% dos participantes a referir ter sido alvo de agressão sexual mediante o uso da força e apenas 3% a relatar ter sido alvo de ameaças.

Concluindo, os estudos mais recentes, conduzidos nos Estados Unidos e em outros países, obtiveram percentagens de prevalência de vitimização sexual feminina que se situam entre 25% a 30% (e.g., Abbey *et al.*, 2001; Berkowitz, 1992; Forbes *et al.*, 2001; Frinter *et al.*, 1993; Gavey, 1991; Himelein *et al.*, 1994; Krahe, 1998; Lottes & Weinberg, 1997; Senn *et al.*, 2000), apesar de alguns como, por exemplo, o conduzido por Spisma, Carrobbles, Montorio e Everard (2000), verificarem percentagens ligeiramente mais elevadas. Mais especificamente, constataram que 33.2% das estudantes universitárias que aceitaram participar no seu estudo verbalizou alguma forma de coerção sexual (i.e., obtenção de contatos sexuais mediante o recurso à pressão e manipulação verbal).

De registar, ainda, que, apesar de os estudos sugerirem que 5 a 10% de todas as violações cometidas em cada ano envolverem homens adultos como vítimas (Scarce, 1997), a representação dos homens como vítimas de agressão sexual é relativamente nova (Huckle, 1995; Stermac, Sheridan, Davidson, & Dunn, 1996). Efetivamente, com a revisão da literatura efetuada constata-se que a investigação neste campo se tem vindo a desenvolver paulatinamente, graças à influência da psicologia social (e.g., Anderson, Beatti, & Spencer, 2001). Tal pode ser explicado, em parte, pelas construções e crenças acerca da masculinidade e orientação sexual (Davies, 2002; Ellis, 2002; Rentoul & Appleboom, 1997), assim como pela existência de mitos relativamente à violação de homens adultos não institucionalizados (e.g., os homens não podem ser forçados a ter relações sexuais, os homens que são sexualmente agredidos são homossexuais,

os homens sexualmente agredidos são menos afetados pela Vitimização do que as mulheres). Estes mitos podem, por um lado, dificultar o desenvolvimento de investigações empíricas não genderizadas e, por outro, exacerbar as dificuldades de os homens revelarem a agressão (Tomlinson & Harrinson, 1998) – aspetos a desenvolver no capítulo III.

De mencionar, também, que os estudos com homens adultos tendem a concentrar-se em amostras muito pequenas de vítimas identificadas em contextos hospitalares ou psiquiátricos (Isely & Gehrenbeck-Shim, 1997; Mezey & King, 1989; Myers, 1989), excluindo, de imediato, uma larga proporção de vítimas que não procura ajuda desta natureza, ou, então, homens em contexto prisional. A par deste problema com o viés das amostras há que considerar também os problemas decorrentes da não revelação (aspeto que será analisado de forma mais detalhada no ponto 4.3).

Não obstante estas limitações, os estudos desenvolvidos até então documentam que os homens, efetivamente, podem ser alvo deste tipo de Vitimização quer em contexto prisional (Groth & Burgess, 1980) quer em situações de crimes de ódio contra homossexuais (Duncan, 1990; Garnets, Herek, & Levy, 1990; Hickson, Davies, Hunt, Weatherburn, McManus, & Coxon, 1994), quer no contexto universitário, com os participantes do género masculino a relatarem ter sido alvo de coerção sexual também por parte de agressoras do género feminino (McConaghy & Zamir, 1995; Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1994).

De considerar, ainda, que também no estudo conduzido por Hickson e colaboradores (1994), com uma amostra de 930 homens bissexuais e homossexuais britânicos, se verificou que 27.6% dos participantes afirmou ter sido alvo de alguma forma de agressão sexual, com 45% dos casos a referir ter sofrido penetração anal. Aliás, já em 1989, Mezey e King afirmaram que, comparativamente com homens heterossexuais, homens homossexuais e bissexuais teriam maior probabilidade de relatar uma agressão sexual por parte de outros homens. Resultados semelhantes foram encontrados por Davies, em 2002. Numa tentativa de os explicar, Davies (2002) refere, sobretudo, dois motivos: a maior probabilidade de estes homens serem vítimas de ataques homofóbicos (tal como defendido, por exemplo, por Comstock, 1989) e a maior probabilidade de contactarem com homens sexualmente agressivos (por exemplo, Hickson et al, 1994, concluíram que os ex-companheiros sexuais eram responsáveis por 65% das agressões a homens homossexuais e bissexuais). De aditar que de entre os poucos estudos conduzidos com uma população de homens adultos da comunidade em geral, o conduzido por Stermac e

colaboradores (1996), também apontou que 7.2% dos inquiridos referiu ter sido alvo de alguma forma de agressão sexual.

A literatura sugere, assim, que, contrariamente ao estereótipo dominante, os homens nem sempre estarão interessados num envolvimento sexual (e.g., Struckman-Johnson, 1988) e as mulheres também podem usar técnicas de influência coerciva para forçar o ato sexual (Stets & Pirog-Good, 1989). Por exemplo, Struckman-Johnson (1988) concluiu que 16% dos homens universitários da sua amostra relatou, pelo menos, um incidente de sexo forçado. Struckman-Johnson e colaboradores (1998), verificaram que 43% dos homens relatou ter sofrido um incidente coercivo, com 36% a relatar toques sexuais indesejados e 27% a relatar ter sido forçado a ter relações sexuais indesejadas.

Mais recentemente, Russell e colaboradores (2002), num estudo conduzido com 1073 homens universitários (estudo que já citámos anteriormente), constataram que 45% afirmou ter sido alvo de alguma forma de coerção sexual perpetrada pelas suas companheiras, especificando que aquelas terão recorrido, maioritariamente, a estratégias verbais (14.6% mencionou ter sido alvo de argumentos continuados e 14.0% afirmou que lhe foram ditas coisas que não eram verdadeiras). Não obstante, os participantes também afirmaram ter sido alvo de estratégias físicas, sendo a mais comumente mencionada (em 30.6% dos casos) o fato de os entrevistados experienciarem que a companheira estava tão excitada sexualmente que não conseguiram pará-la. Além disso, 11.1% afirmou ter mantido relações sexuais porque a companheira lhe deu álcool e/ou outras drogas. De sublinhar que as duas situações anteriores são comumente classificadas como estratégias físicas, apesar de diferirem qualitativamente do uso da força física.

Já Gidycz, Warkentin e Orchowski (2007) concluíram que 17.7% dos participantes (num total de 425 estudantes do ensino universitário do género masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 20 anos de idade) assinalou ter sido alvo de algum tipo de agressão sexual, especificando que 6.4% admitiu ter sofrido contatos sexuais indesejados, 5.4% coerção sexual e 5.9% tentativa de violação ou violação.

De registar que os estudos (e.g., Washington, 1999) mencionam também que os homens que admitem ter sido alvo de uma agressão sexual, comparativamente com as mulheres que o fazem, verbalizam com mais frequência que tal sucedeu na presença de terceiros e consideram que se

encontrarão em maior risco de nova agressão em situações fora de casa, além de que admitem manifestar um comportamento sexual e físico mais agressivo após o incidente abusivo.

4.2. Perpetração

Os homens parecem continuar a ter maior probabilidade de ser agressores (e.g., Hogben, Byrne, & Hamburger, 1996; O'Sullivan, Byers, & Finkelman, 1998), comparativamente às mulheres. Por exemplo, Kanin e colaboradores (Kanin, 1957; Kilpatrick *et al.*, 1957; Kanin *et al.*, 1977) verificaram que 26% dos homens universitários mencionou já ter tentado forçar uma relação sexual de uma forma que causou mal-estar observável na mulher. Também Rapaport e Burkhart (1984) revelaram que 15% da sua amostra de homens universitários admitiu ter tido relações sexuais contra a vontade das suas parceiras. Koss e colaboradores (Koss, 1985; Koss *et al.*, 1982; Koss *et al.*, 1985) administraram um questionário de autorrelato a 2.016 mulheres e 1.846 homens universitários e verificaram que 5% dos homens admitia ter perpetrado uma agressão sexual passível de se enquadrar na definição legal de violação. Em 1987, Koss e colaboradores verificaram que 19% dos homens que participaram no seu estudo admitiu ter tido relações sexuais através do uso de coerção e 1% indicou ter obtido sexo oral ou anal através do uso da força. Os participantes que admitiram tais atos indicaram também que cada um ocorreu, em média, 2.0 a 3.2 vezes, desde os 14 anos. Estes resultados são consistentes com outros estudos prospetivos, em que a história de perpetração prévia de uma agressão sexual emerge como o melhor preditor de perpetração de agressão sexual subsequente (Abbey, McAuslan, & Ross, 1998; Loh & Gidycz, 2006).

Estudos mais recentes observaram taxas de prevalência de agressão sexual masculina entre os 15 % e os 25% (e.g., Abbey *et al.*, 2001; Berkowitz, 1992; Forbes *et al.*, 2001; Frinter *et al.*, 1993; Gavey, 1991; Himelein *et al.*, 1994; Krahé, 1998; Lottes *et al.*, 1997; Ramirez, 2002; Rhynard & Krebs, 1997; Senn *et al.*, 2000).

Por exemplo, em Espanha, Martín, Vergeles, Acevedo, Sánchez e Visa (2005), num estudo conduzido com homens estudantes universitários, constataram que 15.3% admitiu ter cometido algum tipo de comportamento sexualmente coercivo. A maioria dos casos de agressão verbalizados pelos participantes (10%) envolveu a perpetração de atos sexuais que não atingiam a prática de cópula anal, vaginal e/ou oral. De referir, contudo, que 3.5% destes participantes admitiu ter forçado a penetração sexual e 2% ter tentado a cópula. Relativamente às estratégias

empregues para levar a cabo tais comportamentos, verificaram que a pressão e a manipulação verbal e o uso de álcool ou outras drogas foram as mais preponderantes, sendo as ameaças e o uso de força física menos comuns. Já Spisma e colaboradores (2000) concluíram que 24.3% dos estudantes universitários que compunham a sua amostra admitia ter perpetrado comportamentos desta natureza. Mais recentemente, Warkenting e Gidycz (2007), verificaram que 21% dos participantes (num total de 349 estudantes universitários, do género masculino) admitia ter perpetrado, pelo menos, um ato sexualmente abusivo, com 1.7% a relatar a prática de actos que encaixam na definição de violação.

No entanto, há referência a outros estudos que encontraram níveis de perpetração ligeiramente mais elevados, a oscilar entre os 25% e os 42% [e.g., Loh, Gidycz, Lobo, & Luthra (2005), numa amostra com 325 homens universitários verificaram que 31.2% admitiu ter adotado comportamentos sexualmente coercivos]. Também Russell e colaboradores (2002) constataram que 36.4% (dos 1073 participantes estudantes universitários do género masculino) admitiu ter perpetrado, pelo menos, um ato de coerção sexual. Apenas 2.9% reconheceu ter recorrido à ameaça de agressão física na interação sexual e 7.6% relatou ter usado agressão física. Mais recentemente, Doroszewicz e Forbes (2008), na Polónia, com uma amostra de 201 estudantes universitários (49.8% do género feminino e 50.2% do género masculino) constataram que 40% dos participantes do género feminino, comparativamente a 41.6% dos participantes do género masculino, admitiu ter usado coerção sexual.

Não obstante, os níveis de prevalência mais elevados (que encontramos aquando a revisão da literatura) foram os mencionados por Wheeler, George e Dahl (2002), num estudo conduzido com 290 participantes do género masculino do ensino universitário. Globalmente, concluíram que 61% dos participantes relatou ter perpetrado algum tipo de violência sexual. Especificam que 47.4% admitiu ter recorrido a algum tipo de comportamento sexualmente coercivo, 4% relatou ter perpetrado atos que encaixariam na definição de uma tentativa de violação e 9% de uma violação.

Como se depreende dos estudos supramencionados, e apesar de as investigações apontarem consistentemente o género como desempenhando um papel importante na agressão sexual e de as mulheres figurarem como principais alvos deste tipo de violência, tal não significa que não possam ser sexualmente agressoras, existindo alguns estudos (ainda que muito poucos) que apontam nesse sentido (e.g., Davies, 2002; Hogben *et al.*, 1996; Lane *et al.*, 1985;

McConaghy *et al.*, 1995; Russell & Oswald, 2001; Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1994, 1998).

Também em 2002, um dos estudos multiculturais realizados no âmbito do projecto “*International Dating Violence*”, envolvendo nove países [Canadá, México, Texas, USA (Utah), Hong Kong, Suíça, Israel, Portugal e Brasil], conduzido por Staus *et al* junto de 3086 estudantes universitários, concluiu que 24.7% dos participantes admitiu ter perpetrado coerção sexual. Apesar de mais admitida por participantes do género masculino (39.9%), uma percentagem significativa de participantes do género feminino também figurou como perpetradora (18.6%). Relativamente às estratégias utilizadas para consumir o ato sexualmente abusivo, observou-se um predomínio da pressão verbal e psicológica, com apenas 3% dos participantes a referir ter recorrido a ameaças e apenas 3.2% ter relatado o recurso ao uso da força física.

4.3. O que ajuda a explicar a não denúncia?

Alguns estudos sugerem que, embora dois terços das mulheres possam acabar por revelar a agressão sexual ao sistema informal, usualmente familiares, amigos ou pares românticos (Anderson, Martin, Mullen, Romans, & Herbison, 1993; Fisher, Daigle, Cullen, & Turner, 2003), não o fazem às autoridades. Gross e colaboradores (2006), por exemplo, constataram que, das 246 mulheres universitárias que relataram ter experienciado atos sexuais indesejados, incluindo 158 atos que poderiam ser tipificados como violação, somente 4 denunciaram a agressão às autoridades.

De registar que, no caso dos homens, os estudos mostram que a não denúncia é significativamente mais acentuada, quer se considere as redes formais quer as informais (e.g., familiares, amigos) (Coxell, King, Mezey, & Gordon, 1999; Hillman, O’Mara, Taylor-Robinson, & Harris, 1990). Estas vítimas permanecem em silêncio, invisíveis e isoladas (Davies, 2000) e, frequentemente, não procuram ajuda médica nem terapêutica (Hillman *et al.*, 1990). Numa tentativa de explicar este fenómeno, estudos apontam que estas vítimas o fazem porque antecipam reações negativas à revelação, tais como descrédito e culpabilização pela sua própria vitimização (Hodge & Cantor, 1998; King & Woollett, 1997; Mezey *et al.*, 1989). Também a socialização de género tem sido apontada como um inibidor do relatar dos incidentes por parte das vítimas homens e da procura de ajuda e intervenção médica e judicial (Evans, 1990), sendo argumentado que tal se deve à pobre antecipação de que os homens também podem ser vítimas

de agressão sexual, à pouca abertura de que aqueles expressem os seus sentimentos e à ênfase que é dada à resistência física, com a consequente necessidade que é atribuída de validação da experiência através de lesões físicas (ibidem). Os poucos homens que denunciam a agressão sexual às autoridades e procuram ajuda médica relatam ter sido objecto de comportamentos hostis e descrença (King *et al.*, 1997).

Efetivamente, os estudos que procuraram perceber esta sub-representação das denúncias de agressão sexual concluíram que as reações sociais e o estigma são problemas comuns das vítimas (Ullman & Filipas, 2001; Ullman *et al.*, 2007; Ullman, Startznski, Long, Mason, & Long, 2008). Mais especificamente, a literatura salienta que muitas destas vítimas, quando revelam a agressão, são alvo de reações negativas (incluindo ser culpabilizadas e desacreditadas) (Ullman *et al.*, 2001; Ullman, Townsend, Filipas, & Starznski, 2007) que se associam negativamente com o reajustamento pós-trauma (Davis, Brickman, & Backer, 1991; Ullman *et al.*, 2001; Ullman & Siegel, 1995). Acrescentam que as vítimas de agressões mais violentas (e.g., Ullman, 2000; Ullman *et al.*, 1995) e de minorias étnicas (e.g., Ullman *et al.*, 2001) tendem a ser alvo de reações particularmente negativas.

Talvez devido a esta resposta, por vezes negativa, do meio social são as agressões sexuais mais estereotipadas (e.g., que envolvem o uso de armas e de violência física, cometidas por estranhos e que resultam em lesões físicas visíveis na vítima) que têm maior probabilidade de ser reveladas às redes de suporte, quer formais quer informais (Campbell, Wasco, Ahrens, Self, & Barnes, 2001; Fisher *et al.*, 2003; Ullman *et al.*, 2001). Estudos sugerem, também, que as vítimas de idades mais jovens, de etnia caucasiana e de menor estatuto socioeconómico parecem concretizar mais revelações (Ullman *et al.*, 2008) – muito embora estes dados requeiram maior investigação (uma vez que não reúnem muito consenso).

De considerar, ainda, que, muito frequentemente, a vítima fica bastante confusa com o acontecido (particularmente quando a vitimização ocorre entre pessoas conhecidas), sentindo grande dificuldade em definir a sua experiência como uma agressão e, conseqüentemente, em reconhecer o seu estatuto de vítima. Por exemplo, estudos com estudantes universitárias verificaram que entre 47% e 73% das vítimas não define a sua experiência como violação ou como uma forma de Vitimização, designando-as de “unacknowledged victims” (vítimas não confessas, que não se reconhecem como tal) (e.g., Bondurant, 2001; Botta & Pingree, 1997; Fisher *et al.*, 2003; Frazier *et al.*, 1997; Layman, Gidycz, & Lynn, 1996; Littleton, Axsom, Radecki, Breitkoft, &

Berenson, 2006; McMullin & White, 2006). Alguns autores afirmam, mesmo, que estas participantes dão um nome “mais benigno” à experiência, atribuindo-a a erros de comunicação ou definindo-a como “mau sexo”, ficando, também, muitas vezes, inseguras e indecisas sobre como lhe chamar (Littleton *et al.*, 2006).

Entre os estudos que procuraram perceber este fenómeno, o resultado mais consistente é que as agressões das vítimas que não se reconhecem como tal são menos violentas, envolvem o uso de menos força por parte do agressor, menos resistência por parte da vítima e menos lesões corporais na vítima (Bondurant, 2001; Botta *et al.*, 1997; Fisher *et al.*, 2003; Kahn, Andreoli Mathie, & Torgler, 1994; Layman *et al.*, 1996; Littleton *et al.*, 2006; Littleton *et al.*, 2008). Têm também menor probabilidade de envolver o uso de álcool, quer pela vítima quer pelo perpetrador (Bondurant, 2001; Botta *et al.*, 1997; Layman *et al.*, 1996; Littleton *et al.*, 2008; McMullin *et al.*, 2006). Estas vítimas evidenciam, ainda, maior probabilidade de relatarem estar envolvidas romanticamente com o seu agressor (Frazier *et al.*, 1997; Koss, 1985; Koss, Dinero, Seibel, & Cox, 1988; Littleton *et al.*, 2008) e de terem historial de atividade sexual consentida com o mesmo (Koss, 1985). O fato de estas situações não serem altamente violentas e ocorrerem num contexto em que a atividade sexual é considerada normativa, combinado com o fato de estas vítimas não percecionarem a experiência como uma vitimização, conduzindo a algumas críticas e à pressão para rejeitar a ideia de que estes indivíduos são traumatizados pela experiência ou que devem ser considerados vítimas (cf. Gavey, 1999, para uma revisão).

Importa também considerar a existência de processos intrapsíquicos, como a autculpabilização, que podem impedir estas vítimas de procurar, de imediato, ajuda (Stewart, Dobbin, & Gatowski, 1996), nomeadamente, a existência de sentimentos de responsabilização parcial pelo incidente em causa (Wiehe & Richards, 1995), os sentimentos de vergonha (Tomlinson, 2000), embaraço ou, mesmo, o desejo de que a Vitimização sofrida permaneça em segredo (Bachman, 1998). De igual modo, importa considerar a existência de sentimentos de humilhação (Peretti & Cozzens, 1983), de medo e impotência (Kidd & Chayet, 1984) ou, mesmo, de mecanismos de dissociação e negação (Peretti *et al.*, 1983). De não negligenciar, ainda, a consideração do medo de ser culpabilizado pelos outros e/ou de ser desacreditado (Tomlinson, 2000), particularmente, se a alegada vítima se envolveu em comportamentos de “elevado risco”, tais como consumir álcool e/ou outras drogas durante ou imediatamente antes da ocorrência da vitimização sexual (Tomlinson, 1999).

Especificamente quando se considera a denúncia desta forma de vitimização às autoridades, é também importante considerar o impacto nas vítimas do fato de se verem envolvidas no Sistema de Justiça Criminal, particularmente, quando já tiveram experiências anteriores sentidas como pouco satisfatórias. A este respeito, os estudos sustentam que as vítimas de violação percebem o Sistema de Justiça Criminal como inibidor da revelação do crime sofrido, evidenciando que estas detêm expectativas e crenças bastante negativas relativamente à resposta que aquele lhes oferecerá (Hatten, 2000). Este é um dos motivos pelos quais as vítimas se recusam ou se mostram relutantes em avançar com o procedimento criminal. Mais especificamente, estudos mostram que as vítimas se queixam de que toda a sua vida é questionada de forma intrusiva e despropositada, sentindo que as suas ações e decisões são julgadas e censuradas (Tomlinson, 1999).

Há que considerar, também, as estratégias de *coping* que podem ser usadas pelas vítimas nestas situações para lidar com o trauma sexual, na medida em que estas podem influenciar o seu modo de atuação face ao mesmo (nomeadamente, a decisão de o denunciar). Efetivamente, os resultados de alguns estudos levam a admitir que as vítimas de crimes sexuais podem aprender formas de *coping* desadaptativas que afetam a forma como passam a ver-se a si próprias, ao seu mundo e aos outros (e.g., wheeler & Berliner, 1988). Sugerem, igualmente, que estas estratégias (e.g., consumir álcool, ter múltiplos parceiros sexuais) podem contribuir para uma futura revitimização (Filipas & Ullman, 2006; Gidycz, Hanson, & Layman, 1995).

Os/as investigadores/as também verificaram uma associação entre formas de *coping* de negação e evitamento (e.g., isolamento dos outros; tentativa de esquecimento da agressão sexual) e o consumo de álcool, assim como com sintomas de PTSD (Sinclair & Gold, 1997), defendendo que tal pode conduzir a uma potencial revitimização (e.g., Arata, 2000). Além disso, vítimas que relatam fenómenos de dissociação tendem a evidenciar mais sintomas de PTSD (Johnson, Piki, & Chard, 2001), assim como sucede com as vítimas que se auto-culpabilizam pelo sucedido (Frazier, 2003). Há também vítimas que tentam reconstruir mentalmente o evento, através de pensamentos contrários aos fatos (tentativas de criar cenários alternativos para esquecer, evitar ou tornar o evento menos traumático), uma vez que a sua recordação é inevitável (Kahn & Mathie, 2000). No entanto, estes pensamentos contrários aos fatos, ainda que, a curto prazo, possam mostrar-se eficazes, a longo prazo podem ter consequências negativas, nomeadamente no agravamento de sentimentos de baixa autoestima, auto-culpabilização (ainda que não se sintam

responsáveis pelo sucedido, ficam a ruminar que poderiam ter tomado outras opções ou a sentir que estavam no lugar errado, à hora errada, na companhia errada) (Draucker, Stern, Burgess, & Campbell, 2000).

Quando as vítimas se focam em atribuições controláveis (i.e., mudanças de comportamentos) em relação à sua agressão sexual, podem sentir-se mais confiantes na sua capacidade de reduzir o risco de futuras agressões (Draucker *et al.*, 2000). Estas atribuições de controlo futuro parecem estar associadas a níveis mais baixos de depressão (Frazier, 1991). Contudo, este aumento da necessidade de autoproteção leva as vítimas a ficarem mais vigilantes, estando muito atentas a potenciais ameaças no meio envolvente. Estas estratégias podem conduzir as vítimas a restringir as suas atividades o que, por um lado, pode ajudá-las a sentir que estão a tomar precauções de forma a reduzir o risco de futuros ataques e de diminuir os seus sentimentos de vulnerabilidade (Fattah, 1991) mas, por outro, pode limitar a sua recuperação, acabando por reforçar a sintomatologia já evidenciada (nomeadamente, ao isolar-se ou ao deixar que tal afete o seu funcionamento social, entre outros aspetos). De sublinhar que o restabelecimento de um sentido de segurança é central na recuperação de uma vítima de um ataque sexual (Draucker *et al.*, 2000), no entanto, a experiência clínica também ressalta a necessidade da estabilização e da normalização das rotinas como desempenhando papéis fundamentais neste campo.

5. Quão devastadora pode ser esta forma de violência?

Vários estudos têm documentado um largo espectro de sinais e sintomas (a curto e longo prazo) decorrentes da vivência de uma agressão sexual. Por exemplo, sugerem de forma muito consistente que estas vítimas verbalizam níveis elevados de medo, ansiedade, depressão, baixa autoestima, ideação suicida (e.g., Fisher *et al.*, 2000; Messman-Moore, Long, & Siegfried, 2000), entorpecimento, sentimentos de vulnerabilidade, desamparo, desespero, raiva e vergonha, assim como o revivenciar da situação abusiva sob a forma de pesadelos (Becker & Abel, 1981; Ellis, Atkinson, & Calhoun, 1981), menor satisfação com a sua sexualidade (Orlando & Koss, 1983) e várias consequências ao nível da saúde física (Messman-Moore *et al.*, 2000).

A literatura denuncia, assim, a existência de uma panóplia de potenciais reações a esta forma de violência, nomeadamente, cognitivas, comportamentais, físicas e emocionais (cf. Briere & Jordan, 2004; Chivers-Wilson, 2006; Kilpatrick & Acierno, 2003; Kilpatrick, Resnick, & Ruggiero,

2007, para uma revisão). A literatura sustenta, mesmo, que a violação constitui o crime mais traumático na população adulta (Resick, 1993) e, apesar de as investigações reconhecerem a possibilidade de reajustamento pós-trauma, tem sido documentada a existência de vítimas que continuam a mencionar dificuldades até 13 anos após a vivência de uma violação (e.g., Riggs, Kilpatrick, & Resnick, 1992).

Habitualmente são observados em vítimas desta natureza, um leque de sintomas, de permanência variável, parecendo não existir uma correspondência direta entre o dano material ou físico e a vivência emocional do evento (Neves & Machado, 2005; Martins & Machado, 2011). Neste âmbito, é importante considerar que entre 17 a 65% das vítimas de violação desenvolvem sintomas de Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD) (e.g., Clum, Calhoun, & Kimerling, 2000; Fisher *et al.*, 2000); 13 a 51% preenchem critérios de diagnóstico de depressão (Clum *et al.*, 2000); 73 a 82% desenvolvem medo e/ou ansiedade (Ullman & Siegel, 1993); 12 a 40% experienciam ansiedade generalizada (Siegel, Golding, Stein, Burnam, & Sorenson, 1990); 13 a 49% tornam-se dependentes de álcool (Kilpatrick, Acierno, Resnick, Saunders, & Best, 1997; Wilsnack, Vogeltanz, Kalssen, & Harris, 1997), com 28 a 61% a refugiarem-se no consumo de outras substâncias ilícitas (Ullman, 2007; Ullman & Brecklin, 2002); 23 a 44% experienciam ideação suicida (Petraack, Doyle, Williams, Buchman, & Forster, 1997); e, 2 a 19% chegam mesmo a tentar o suicídio (Bridgeland, Duane, & Stewart, 2001; Davidson, Hughes, George, & Blazer, 1996).

De sublinhar, ainda, que a violação pode afetar os sentimentos de segurança e proteção das vítimas, fazendo-as sentir-se vulneráveis e impotentes (Jannoff-Bellman, 1985). De não menosprezar que estas tendem também a evidenciar problemas médicos (e.g., sequelas físicas e/ou somáticas, tais como vômitos, náuseas, dilacerações e hemorragias vaginais e/ou anais, dor corporal generalizada, doenças sexualmente transmissíveis, dor pélvica crónica, desordens gastrointestinais, cefaleias, sintomas pré-menstruais, gravidez) (Resnick, Acierno, Holmes, Dammeyer, & Kilpatrick, 2000). Tendem igualmente a evidenciar, a longo prazo, um acréscimo do recurso aos sistemas de saúde (cf. revisões de Golding, 1999; Resick, 1993).

De salientar, também, que, contrariamente ao mito de que este tipo de agressão sexual não tem um impacto tão devastador nos homens, os estudos documentam que estes também podem experienciar sentimentos de vulnerabilidade, depressão, pensamentos suicidas, perturbações de sono, isolamento social, disfunção sexual e, nos casos em que o seu agressor é outro homem,

confusão acerca da sua orientação sexual (Groth *et al.*, 1980; Rogers, 1997; Turner, 2000). Alguns estudos evidenciam o aparecimento de PTSD (e.g., Turner, 2000), parecendo, no entanto, que esta relação (entre PTSD e vitimização sexual), no caso da Vitimização de homens, é menos clara (Flack Jr., Daubman, Caron, Asadorian, Aureli, Gigliotti, Hall, Kiser, & Stine, 2007). Alguns estudos acrescentam, ainda, que os homens descrevem a violação (cometida por outros homens) como uma ameaça à vida e como um ato desumano e humilhante (e.g., Garnets *et al.*, 1990).

Importa, contudo, considerar que, apesar da existência destes marcadores psicológicos e físicos, não podemos esquecer que o impacto da vitimização só pode ser compreendido atendendo às reações à mesma, uma vez que uma violação não ocorre isolada do contexto cultural e social em que a vítima está inserida (Burt, 1998; Sandy, 1998) e que a reação social à revelação é um fator fundamental para a recuperação (Andrews, Brewin, & Rozee, 2003; Davis *et al.*, 1991; Timko, Finney, & Moos, 2005; Ullman *et al.*, 2001).

De referir, também, que o impacto do trauma se estende não só às vítimas, mas também às pessoas significativas que lidam com elas (e.g., amigos, familiares, companheiros íntimos), podendo ter efeitos devastadores em várias áreas da sua vida e, sobretudo, no apoio prestado. Neste âmbito, existe um vasto conjunto de estudos (e.g., Koss, Heise, & Russo, 1994; Remer & Fergusson, 1995) que alerta para o desenvolvimento, nestas figuras mais próximas, de desordens de natureza afectiva (e.g., raiva, culpabilidade pela não protecção, sentimentos de impotência e insegurança, humilhação, desejo de vingança, depressão, frustração, negação) e interpessoal (e.g., desde problemas de comunicação, encorajamento ao segredo, desconfiança interpessoal, dificuldades a nível do compromisso e problemas sexuais, até, mesmo, a dúvidas quanto à credibilidade e culpabilidade da vítima, afastamento da mesma, minimização das suas reações ou, pelo contrário, tratamento da vítima como frágil, superprotegendo-a). Desta forma, não só se encontram sinais de vitimização vicariante nas figuras de suporte potenciais das vítimas – com sintomas que, frequentemente, mimetizam os daquelas – como este impacto adverso vai afetar a sua capacidade própria de prestar à vítima a ajuda de que esta necessitaria (Martins *et al.*, 2011).

De aditar que o trauma pós-violação pode ser exacerbado por vários fatores, nomeadamente: (a) fatores prévios à violação, tais como a existência de outros traumas (Koss, Figueredo, & Prince, 2002; Nishith, Mechanic, & Resick, 2000) – vários estudos mostram que mulheres com história de Vitimização sexual prévias (na infância, adolescência e/ou idade adulta) têm maior probabilidade de sofrer futuras revitimizações (e.g., Humphrey *et al.*, 2000; Nishith *et al.*,

2000); (b) fatores associados à violação, tais como as características da agressão (uso de violência, de armas, de álcool em excesso e/ou outras substâncias ilícitas), a severidade das lesões causadas, o grau de ameaça percebido pela vítima e a presença de ameaças para a silenciar (Resnick, Kilpatrick, Dansky, Saunders, & Best, 1993); (c) as atribuições feitas pela vítima após a violação, nomeadamente, as de culpa, as estratégias de *coping* usadas e; (d) as reações sociais por parte das pessoas a quem a vítima revelou a agressão (Frazier, 2003; Ullman *et al.*, 2001). Por exemplo, estudos mostram que um menor grau de qualificação da vítima, a percepção de um elevado grau de ameaça à vida durante a agressão e a receção de reações negativas face à revelação da Vitimização, estão associadas a mais sintomas PTSD e a um maior comprometimento global futuro (Ullman *et al.*, 2001).

Resumindo, podemos identificar como preditores de um impacto mais negativo: a existência de uma história prévia de vitimização infantil; a ocorrência da violação ou de outras formas de Vitimização sexual em idades mais jovens; a inserção da vítima em meios socioculturais que fomentem e evidenciem uma propensão para legitimar a violência sexual e a assimetria dos papéis de género, responsabilizando a vítima e/ou desculpabilizando o ofensor e minimizando a gravidade do ato cometido; o maior grau de proximidade da vítima com o ofensor; o grau de violência envolvido na agressão sexual; a intrusividade dos atos praticados, assim como a frequência e a intensidade dos mesmos; o grau de ameaça/risco de vida percebido pela vítima durante a agressão sexual; a inexistência de suporte social e emocional efetivo e positivo (quer da rede formal quer da rede informal); a apresentação da queixa-crime sem respostas concordantes com as necessidades da vítima; e os seus pobres recursos pessoais (e.g., estratégias de *coping* disfuncionais, como sejam o evitamento e a negação) (cf. Martins *et al.*, 2011).

Acresce, ainda, a necessidade de considerar o dano secundário da vitimização sofrida, na medida em que o mesmo pode comprometer gravemente o ajustamento futuro da vítima, nomeadamente, a existência de estigmatização social, perdas materiais (e.g., saída de local de residência, perda de emprego, mudança de cidade ou país), processos de revitimização (nomeadamente processos de traumatização na gestão intrafamiliar da ocorrência) e intervenções anti-terapêuticas (e.g., por parte de serviços de saúde física e mental, autoridades policiais, tribunais) (ibidem).

6. Discussão

Face ao exposto, podemos concluir que, ainda que algo marginalizada nos discursos sociais e educativos, a agressão de índole sexual tem recebido grande atenção por parte da comunidade científica, especialmente a partir dos anos 80 e 90. Efetivamente, até meados dos anos 80, a violação era entendida e, conseqüentemente, estudada como um crime cometido, quase exclusivamente, por estranhos, assumindo-se que os perpetradores seriam do gênero masculino e que as vítimas seriam do gênero feminino. Os programas de prevenção focavam-se em dizer às mulheres como restringir o seu comportamento (e.g., evitar sair à noite, não vestir roupa “provocadora” e/ou não consumir bebidas alcoólicas) de forma a protegerem-se desta forma de violência. Curiosamente, e apesar de restringir a liberdade e a completa participação das mulheres na sociedade, tal sugestão ainda é passível de ser observado nos nossos dias. Advertir as mulheres para restringir o seu comportamento é algo suportado pelas teorias das atividades quotidianas e do estilo de vida, que postulam que algum risco de ser vitimado resulta de estar à noite em lugares em que oportunidades situacionais, alvos vulneráveis e ofensores motivados se juntam sem que estejam presentes guardiões capazes de proteger as potenciais vítimas (cf. Meier & Miethe, 1993, para uma revisão) – tema que, de resto, será tratado de forma mais pormenorizada no capítulo seguinte.

Com o surgimento (sobretudo, com os trabalhos pioneiros de M. P. Koss e colaboradores) da conceção de que grande parte dos episódios de agressão sexual não se encaixa nesta visão estereotipada da violação, assistiu-se a uma alteração significativa (embora muito gradual) na forma como a violência sexual passou a ser estudada, voltando-se as atenções para o estudo da violência cometida entre pessoas conhecidas. Como a literatura documenta, os crimes mais violentos tendem a ser cometidos por pessoas que se conhecem e, não raras vezes, tendem a ocorrer dentro de casa, sendo consistentemente documentado que este é um fato também válido para a agressão sexual (Bachman, 1994). A investigação sublinha, mesmo, que a maior parte das violações ocorre entre pessoas conhecidas e íntimas (Fisher *et al.*, 2000; Tjaden *et al.*, 2000). No entanto, e apesar de todas estas evidências, as vítimas continuam a ser desacreditadas, estigmatizadas e responsabilizadas pelos seus ataques (Ullman, 1999), ponto que será alvo da nossa atenção no capítulo 3.

Face ao exposto, e apesar da grande disparidade em termos de indicadores globais de prevalência citados, existe considerável evidência de que a violência sexual entre estudantes universitários é um fenômeno comum e preocupante que justifica o desenvolvimento de estudos alargados que visem a promoção de esforços de prevenção e intervenção cada vez mais efetivos. No caso nacional, essa necessidade é intensificada pelo quase total desconhecimento do fenômeno.

Ao longo deste capítulo procurámos introduzir, sempre que nos pareceu justificável, considerações em torno das principais contribuições e potenciais limitações dos estudos citados, registando, também, as principais necessidades em termos de investigações futuras. Não obstante, nesta reflexão final não poderíamos deixar de dedicar algumas linhas à discussão de importantes preocupações metodológicas com as quais nos formos deparando, principalmente, se atendermos às dificuldades sentidas na análise, interpretação e (tentativa) de comparação dos resultados veiculados.

Desde logo, verificámos que existe uma reduzida consistência entre os estudos, no que se refere à operacionalização dos conceitos em investigação (Craig, 1990), além de que é efetuada (quando o é) uma pobre diferenciação entre diferentes tipos de Vitimização/perpetração sexual, envolvendo diferentes tipos de táticas/estratégias. Uma análise mais pormenorizada permite concluir que a variedade de definições usadas nas diferentes investigações (Sawyer, Pinciaro, & Jessell, 1998) está fortemente associada às definições legais (de cada país, de cada estado) do que constitui um ato de agressão sexual. Tipicamente, as definições de violação incluem o uso da força física e de ameaças do uso da força física e/ou de armas como táticas para a sua consumação. Dependendo da jurisdição, as vítimas intoxicadas (sob o efeito de álcool e/ou outras drogas) também podem ser consideradas vítimas de violação. Em alguns casos, porém, é requerido que a substância intoxicante seja administrada sem o consentimento da vítima.

Não obstante, a maior parte das situações parte da ideia de que a vítima não estava capaz de dar o seu consentimento, subentendendo que, se estava inconsciente ou severamente incapacitada pelo seu estado de intoxicação, não o podia fazer (Gyls & McNamara, 1996; Kramer, 1994). Na maioria das vítimas, o álcool é a causa desta intoxicação, ainda que as drogas ilícitas e/ou as designadas "*date rape drugs*", colocadas nas bebidas, também possam ser a causa de incapacitação temporária (McGregor, Lipowska, Shah, DuMont, & De Siato, 2003; Stermac, Du Mont, & Dunn, 1998; Testa *et al.*, 1999). As estratégias de coerção verbal não estão, usualmente,

incluídas na definição de violação, no entanto, tipicamente, estão incluídas numa categoria separada (Gyls & McNamara, 1996).

Constatámos, igualmente, que as diferentes metodologias usadas (Bachman, 2000; Jacquier, Fisher, & Killias, 2006), a variabilidade registada ao nível da idade dos participantes e os diferentes intervalos temporais considerados nos estudos (e.g., ao longo da vida, no ano anterior à realização do estudo) contribuem largamente para a grande dispersão das taxas de prevalência registadas (Glass, Fredland, Jacquelyn, Michael, & Joan, 2003).

Podemos, igualmente, considerar que tem sido dada maior atenção à documentação da violação do que às outras formas de Vitimização sexual (Fisher *et al.*, 2003), do mesmo modo que existe uma maior concentração na violência ocorrida nas relações heterossexuais, sendo flagrante a necessidade de serem conduzidos estudos mais abrangentes neste ponto.

Os resultados apresentados, como, por exemplo, os do estudo conduzido por Abbey e colaboradores (2004), demonstram também que há uma grande variabilidade de reações, por parte das vítimas, a um “ataque sexual”. No entanto, poucos estudos consideraram se as táticas usadas pelo perpetrador estavam associadas às circunstâncias em que a agressão sexual ocorreu e se elas afetaram as respostas das vítimas ao incidente (Cleveland *et al.*, 1999; Tyler *et al.*, 1998) – carecendo-se, por conseguinte, de maior investigação neste campo.

Acresce que a violência sexual cometida sobre homens adultos sem ser em contextos institucionais continua a ser negligenciada pela sociedade e pela comunidade científica (Stermarc *et al.*, 1996), havendo autores (e.g., Rogers, 1998) que consideram que a ajuda e suporte que são disponibilizados a este tipo de vítimas estão vinte anos atrás, comparativamente com os disponibilizados às vítimas do sexo feminino. Efetivamente, durante anos, os investigadores estudaram a violência sexual tipicamente focada nos homens como perpetradores e nas mulheres como vítimas (Burt, 1980; Koss *et al.*, 1985; 1987; Muenhlenhard *et al.*, 1987; Rappaport *et al.*, 1984), o que não é surpreendente, sobretudo, se considerarmos que, consistentemente, os homens tendem a relatar recorrer com maior frequência a comportamentos coercivos (verbais e físicos) para obterem relações sexuais e as mulheres tendem a relatar ser mais frequentemente alvo de tais comportamentos (Copenhaver & Grauerholtz, 1991; Hogbens, Byrne, & Hamburger, 1995; Koss *et al.*, 1987; O’ Sullivan, Byers, & Finkelman, 1998; Poppen *et al.*, 1988; Spitzberg, 1999). Como vimos, somente recentemente é que a investigação começa a examinar a violência

sexual cometida contra o género masculino (Emmers-Sommers *et al.*, 1999; Fiebert & Tucci, 1998; O'Sullivan *et al.*, 1998; Struckman-Johnson *et al.*, 1998), havendo, ainda, um longo caminho a percorrer. Não obstante, os estudos revelam que a Vitimização de homens adultos ocorre com alguma regularidade, ainda que poucos casos apareçam nas estatísticas oficiais (cf. Davies, 2002, para uma revisão detalhada). Como referem Sheridan e Hucker (1994), a ignorância e a descrença acerca do fenómeno tem perpetuado numerosos mitos [i.e., crenças ou atitudes, geralmente falsas, que são toleradas de forma persistente por uma grande percentagem da população e servem para negar ou justificar a agressão sexual (Lonsay & Fitzgerald, 1994)] que, por sua vez, têm encontrado força e expressão nos *media*, nos filmes, na literatura e, até, na medicina, na psicologia e na lei.

Ainda que os homens possam também ser alvo deste tipo de violência (Serquina-Ramiro, 2005), as experiências de vitimização dos homens tendem a diferir substancialmente das experiências das mulheres. Mais especificamente, os homens revelam ser, mais frequentemente, vítimas de formas menores de violência (e.g., coerção verbal), enquanto as mulheres relatam, frequentemente, formas de violência física mais severas (Fiebert *et al.*, 1998; Makepeace, 1986).

Os estudos começam a providenciar já alguma informação sobre as circunstâncias das ofensas contra homens adultos e as características das vítimas. Todavia, e dado o número de inconsistências que têm vindo a ser registadas, este é um fenómeno que carece de maior análise. Uma das principais críticas apontadas prende-se com o fato de estes estudos se centrarem, maioritariamente, em pequenas amostras clínicas, com sérias limitações em termos de generalização.

Poucos estudos têm examinado os determinantes das agressões das mulheres ou têm avançado explicações para os comportamentos sexualmente coercivos das mesmas. Neste âmbito, o conhecimento científico produzido até então, não menosprezando o conhecimento que nos tem providenciado para um melhor entendimento desta problemática, paralelamente, denuncia a necessidade de desenvolver estudos não contaminados por uma visão genderizada do fenómeno, na tentativa de descortinar a prevalência de vitimização de homens mas também os fatores que contribuem ou ajudam a explicar o envolvimento das mulheres neste tipo de comportamentos.

Da revisão do estado da arte efetuada, ressalta também, à semelhança do que tem vindo a ser notado nas revisões da literatura passadas, o fato de a maior parte dos estudos se basear no autorrelato dos inquiridos, com o "*Sexual Experiences Survey*" (SES, Koss *et al.*, 1987) a figurar como o questionário mais frequentemente utilizado na investigação académica nesta área. De notar que alguns estudos demonstram que os autorrelatos sobre Vitimização e perpetração sexual na idade adulta variam dramaticamente de acordo com a precisão das questões que são colocadas (cf. Abbey, Parkhill, & Koss, 2005; Fisher *et al.*, 2000; Lynch, 1996), denunciando a necessidade de adaptar, validar, aferir e optar por instrumentos com boas qualidades psicométricas. De considerar, contudo, que grandes mudanças têm vindo a ser operadas neste campo, nomeadamente no SES (Fisher *et al.*, 2000; Koss, Abbey, Campbell, Cook, Norris, Testa Ullman, West, & White, 2007). Não obstante, o impacto, nos participantes, das questões usadas neste tipo de investigação continua a requerer maior análise (Fisher, 2009).

Fica, ainda, a nota de que começam, progressivamente, e acompanhando a evolução tecnológica, a ser desenvolvidos estudos com métodos CASI ("*Computer-assisted self-interviews*") que, de resto, se têm revelado bastante promissores nesta área específica. Mais concretamente, a análise dos resultados obtidos tem refletido um aumento dos índices de autorrelato de perpetração destes atos, sendo sugerido que estes métodos aumentam a revelação de atos embaraçantes e/ou ilegais pelo fato de preservarem um maior anonimato (cf. Abbey, Parkhill, Clinton-Sherrod, & Zawacki, 2007; Turner, *et al.*, 1998).

No capítulo seguinte, e visto que o objeto de estudo selecionado é um fenómeno complexo e multideterminado, cuja leitura deve contemplar a convergência de fatores disposicionais, cognitivos, situacionais e culturais, detalharemos a multiplicidade de fatores de risco identificados na literatura.

Preditores e teorias explicativas da violência sexual

1. Introdução

Os primeiros esforços para compreender a violência sexual centraram-se na identificação das características psicopatológicas do ofensor (e.g., De River, 1950). No entanto, como Forbes e colaboradores (2001) advogam, o comportamento patológico, tal como os outros comportamentos, ocorre num contexto social, sendo difícil, senão mesmo impossível, compreender o comportamento sem apreciar o contexto social no qual ele se inscreve.

Neste sentido, nos anos 70 assistiu-se a uma alteração do entendimento desta problemática, através da influência de duas perspetivas alternativas à visão biológica e evolucionária também frequentemente defendida até então (e que ainda hoje em dia persiste). Esta, fundamentada na observação do mundo animal, defendia que a propensão do homem para a usar a força para obter contatos sexuais decorria de características evolutivas e podia cumprir funções adaptativas para a espécie. Como contraponto a esta tese, emergem, por um lado, autores que dão especial ênfase ao papel da família no desenvolvimento, transmissão e expressão da violência e, por outro, as teorias feministas. Estudos antropológicos (e.g., Sanday, 1981) vieram também sustentar a ideia de que, ainda que os fatores psicopatológicos possam ser importantes para compreender determinados atos de agressão sexual e/ou determinados agressores, são primariamente os fatores culturais que determinam a incidência e a natureza da violência sexual em cada sociedade.

Na atualidade, a literatura veicula a ideia de que a agressão sexual é um fenómeno multideterminado, resultando da convergência de fatores disposicionais, cognitivos, situacionais e

culturais (Craig, 1990; Malamuth *et al.*, 1991). Dada a multiplicidade de fatores de risco identificados, os investigadores sugerem também que, muito provavelmente, as trajetórias que conduzem à perpetração desta forma de violência são múltiplas e heterogêneas (e.g., Malamuth, Linz, Heavy, Barnes, & Acker, 1995; Prentky *et al.*, 1991). Assim, assentes nas teorias que defendem que os comportamentos humanos são reciprocamente moldados a vários níveis, nomeadamente individual, relacional, comunitário, institucional e social (Bronfenbrenner, 1979), vários modelos ecológicos da violência sexual têm sido desenvolvidos (e.g., Banyard, Plante, & Moynihan, 2004; Heise, 1998).

Não sendo nosso objetivo neste capítulo sumariar estes diferentes modelos, propomo-nos, analisar cuidadosamente, e de forma integrada, cada um destes níveis, nomeadamente através da identificação dos fatores de risco para a agressão e vitimização sexual identificados em cada dimensão e da clarificação das teorias explicativas que lhe estão subjacentes. Destacamos, desde já, que, devido à proeminência de estudos centrados na conceção estereotipada da violência sexual como algo cometido por homens contra mulheres, poucos são os estudos que examinam os fatores de risco para a agressão no feminino ou que tentaram avançar explicações para o fato de as mulheres também cometerem este tipo de crimes. Estas lacunas na investigação ajudam a explicar o fato de (nos tópicos seguintes), por vezes, nos referirmos quer a fatores de risco para a agressão quer a fatores de risco para a vitimização, enquanto, outras vezes, apenas nos referimos a uma destas dimensões.

2. Preditores demográficos

Vários estudos têm sido efetuados com o intuito de identificar fatores demográficos que ajudem a compreender a violência sexual, sendo que o género é o mais consistentemente estudado, quer no que toca à vulnerabilidade para a agressão/vitimização sexual, quer no que concerne às características da mesma. Neste sentido, e como explanamos no capítulo anterior, os estudos realizados com estudantes universitários apontam que os alunos de sexo masculino constituem o principal grupo de risco para a perpetração da violência sexual, especialmente quando se encontram inseridos em ambientes familiares violentos (onde tenham observado violência entre os progenitores e/ou onde tenham sofrido uma experiência de abuso sexual) (Malamuth *et al.*, 1991). Tais conclusões vão de encontro à posição defendida por Tjaden e colaboradores (2000) de que, ainda que os homens possam ser vítimas de violência sexual

(muitas vezes perpetrada por outros homens) e, as mulheres possam ser perpetradoras deste tipo de comportamentos, as mulheres têm maior probabilidade de ser vítimas e os homens de ser perpetradores. No entanto, não é de menosprezar o fato de começarem a aparecer resultados que advogam que homens e mulheres podem experienciar níveis de Vitimização sexual semelhantes (e.g., Russel *et al.*, 2001; Struckman-Johnson *et al.*, 1998). Importa, contudo, sublinhar que tais resultados não são sinónimo de que o género é irrelevante na Vitimização e perpetração sexual, na medida em que se deve ter em conta outros fatores na análise dos mesmos (e.g., formas de coerção, capacidade de imposição da força, competências de resistência, processos de socialização referentes à utilização da força e da sexualidade).

Por sua vez, os estudos que se focaram na etnia têm obtido resultados muito inconsistentes. Ao fazer uma revisão da literatura, encontramos estudos que sugerem que as mulheres afro-americanas, quando comparadas com as caucasianas, têm maior probabilidade de sofrer uma agressão sexual (Gross, *et al.*, 2006; Russel, 1984), mas também estudos que contradizem estes resultados. Por exemplo, Koss e colaboradores (1987) verificaram que a violação seria mais frequente entre mulheres caucasianas, comparativamente com as mulheres afro-americanas, hispânicas e asiáticas. Outros autores (e.g., Brener *et al.*, 1999), em investigações conduzidas com amostras de estudantes universitárias, concluíram ainda que a prevalência da vitimização sexual não difere consoante a etnia.

No que se refere a outras dimensões demográficas, há estudos que sugerem que mulheres pertencentes a grupos minoritários (Vézina & Hébet, 2007) e de baixo nível socioeconómico estão em maior risco de ser alvo de um qualquer ato criminal, incluindo os de natureza sexual (e.g., Goodman *et al.*, 1993). No entanto, o nível socioeconómico continua a ser uma dimensão sobre a qual têm sido encontrados resultados pouco consistentes. Enquanto alguns autores (Rivera-Rivera, Allen-Leigh, Rodrigues-Ortega, Cháves-Ayala, & Lazcano-Ponce, 2007) encontraram uma associação positiva entre níveis socioeconómicos médios e elevados e a perpetração masculina da violência íntima, outros (e.g., Castro & Ruiz, 2004) encontraram níveis mais elevados de violência entre as classes mais desfavorecidas. Um conjunto significativo de estudos não comprovou a existência de qualquer tipo de relação entre o nível socioeconómico e violência na intimidade juvenil (e.g., Cyr, McDuff, & Wright, 2006). Alguns autores (O'Keefe, 2005) defendem que a ausência de resultados mais conclusivos nesta área se pode dever, em parte, ao fato de a grande

maioria das investigações neste domínio recorrer a amostras de estudantes universitários, onde as famílias de baixos níveis socioeconómicos estão sub-representadas.

O valor preditivo da idade em relação à violência íntima também tem surgido como pouco robusto e pouco consensual (Lewis & Fremouw, 2001). Há estudos que consideram, mesmo, que esta é uma variável irrelevante na ocorrência do abuso íntimo (Cyr *et al.*, 2006; Gover, 2004; Harned, 2002; Howard, Qiu, & Boekeloo, 2003; Noland, Liller, McDermott, Coulter, & Seraphine, 2004), não obstante outros defenderem que as raparigas mais velhas têm maior probabilidade de ser alvo de algum tipo de violência (Roberts & Klein, 2003; Halpern, Oslak, Young, Martin, Kupper, & 2001). A ausência de resultados mais conclusivos tem também sido justificada pela ausência de variabilidade nas amostras, no que respeita à idade dos participantes (Vézina & Hébert, 2007).

3. Preditores desenvolvimentais

A literatura destaca de forma muito consistente a vitimização precoce, quer indireta (e.g., exposição à violência intrafamiliar) quer direta (e.g., abuso físico, psicológico, sexual sobre a criança e/ou adolescente), como o mais importante preditor desenvolvimental a considerar quando estamos a tentar estudar este fenómeno (Langhinrichsen-Rohling, Hankla, & Stornberg, 2004).

Neste contexto, não poderíamos deixar de mencionar o importante trabalho de Gelles e Strauss (Gelles, 1974, 1979; Strauss, Gelles, & Steinmetz, 1980), em que é defendida a existência de uma forte relação entre a exposição à violência intrafamiliar durante a infância e os modelos adultos de relacionamento interpessoal, nomeadamente os agressivos. De salientar que, apesar das contribuições iniciais de Strauss e Gelles serem sobre a agressão em geral, o seu trabalho foi considerado de crucial importância na compreensão da agressão sexual, na medida em que, se a agressão é, pelo menos em parte, resultado de fatores culturais, e se a família é um vetor central através do qual estes são comunicados à criança, é esperado que os modelos de agressão interpessoal sejam aprendidos precocemente, quando as influências familiares são muito fortes.

Seguindo a mesma linha de pensamento, outros estudos mostram também a existência de uma associação entre a exposição à violência familiar durante a infância e a delinquência e violência juvenil (e.g., Widom, 2001), assim como de tal exposição com várias outras formas de violência contra as mulheres, incluindo as de carácter sexual (White & Smith, 2004). Como

hipótese explicativa, a literatura veicula que muitos ambientes familiares pautados pela violência assentam em estruturas patriarcais, onde os papéis tradicionais de género são reforçados. Por conseguinte, e segundo a hipótese da transmissão intergeracional da violência, homens educados nestes contextos, comparativamente com outros que não o são, têm maior probabilidade de se tornar adultos violentos (Malamuth *et al.*, 1995, 1991). Como Sanday (1981) salienta, o que é aprendido é essencialmente a legitimação e a banalização da violência em geral, sendo que, posteriormente: “*quando a violência interpessoal é uma forma de vida, a violência frequentemente adquire uma expressão sexual*” (p. 18). Os estudos sugerem, assim, de acordo com a teoria da aprendizagem social, que a exposição a agressão na infância poderá servir como um modelo para futuras agressões (Bandura, 1977), existindo vários dados que apontam nesse sentido (e.g., Carr & VanDeusen, 2002).

Relativamente à questão específica dos maus tratos físicos diretamente sofridos na infância, os estudos que procuraram examinar a sua relação com a agressão sexual revelam-se inconclusivos. Quer isto dizer que alguns estudos advogam que o abuso físico na infância não está associado à violação na idade adulta (Messman-Moore & Brown, 2004) nem a qualquer outra forma de Vitimização sexual (Merrill, Newell, Thomson, Gold, & Koss, 1999), enquanto outros (e.g., Arata & Lindman, 2002) concluem exatamente o contrário, dizendo que ser vítima de abuso físico na infância é um fator de risco para a agressão sexual na idade adulta. Existem, ainda, outros estudos (e.g., Cloitre, Tardiff, Marzuk, Leon, & Portera, 1996) que revelam que a sujeição a abuso físico e sexual em conjunto (por comparação com as situações em que apenas existe abuso sexual) tende a ser mais fortemente preditiva da agressão sexual na idade adulta.

Relativamente ao abuso emocional infantil, alguns autores, como Messman-Moore e colaboradores (2004), apontam-no como um forte preditor da violação em mulheres adultas, aditando – tal como atrás referido - que o experienciar múltiplas formas de abuso infantil faz aumentar esta probabilidade de forma muito significativa. Estas conclusões são consistentes com as que foram encontradas por Bruggen, Runtz e Kadlec (2006), no seu estudo com estudantes universitárias. Os estudos que procuraram interpretar estes resultados concluem que o mau trato psicológico na infância pode ser um forte preditor para dificuldades psicológicas tardias [e.g., baixa autoestima, sensibilidade interpessoal (Briere & Runtz, 1990; Gross & Keller, 1992), dissociação, depressão e ansiedade (Fergusson & Dacey, 1997), vinculação insegura e dificuldades interpessoais (Johnson, Cohen, Smailes, Skodol, Brown, & Oldham, 2001) e sintomatologia

traumática (Higgins & McCabe, 2000)] que, por sua vez, podem influenciar a vulnerabilidade das mulheres à agressão sexual.

No estudo supramencionado, conduzido por Bruggen e colaboradoras (2006), as autoras verificaram, por exemplo, que o abuso psicológico na infância estava associado a baixa auto-estima na idade adulta, assim como a sentimentos de falta de atratividade, a uma maior dificuldade em lidar com sentimentos, pensamentos e interações sexuais e a uma fraca convicção de poder agradar e ser agradada por um parceiro sexual. Concluíram, também, que o abuso emocional severo na infância estava associado a maior ansiedade sexual, comportamentos sexuais indiscriminados [de acordo com Briere (1995), estes comportamentos têm alto potencial de se tornarem lesivos para a vítima e servem funções não sexuais, tais como reduzir afetos negativos e sentimentos de solidão] e um número elevado de parceiros sexuais casuais. Por sua vez, estes fatores estão associados a um maior risco de sofrer uma agressão sexual na idade adulta.

Os estudos também sugerem que uma história prévia de agressão sexual durante a infância e/ou adolescência pode constituir um forte preditor para a revitimização na idade adulta (e.g., Arata, 2000; Bruggen *et al.*, 2006; Classen, Gronskaia-Palesh, & Aggarwall, 2005; Gidycz *et al.*, 1993; Koss *et al.*, 1989; Messman-Moore *et al.*, 2000; Messman-Moore *et al.*, 2004; Maker, Kimmelmeier, & Peterson, 2001; Roodman & Clum, 2001). Neste sentido, começam por salientar que o abuso sexual na infância tem consequências negativas similares em homens e mulheres (Romano & De Luca, 2001; Tyler, 2002), mas alertam que estas podem assumir manifestações diferenciadas na idade adulta. Por exemplo, a literatura sugere que os homens adultos que foram sexualmente abusados em criança têm maior probabilidade de exibir problemas de depressão e de abuso de substâncias, assim como um acrescido risco de tentativas de suicídio, enquanto as mulheres têm maior probabilidade de evidenciar desordens afectivas ou de ansiedade (Finkelhor, 1990; Horwitz, Widom, McLaughlin, & White, 2001), destacando que estas manifestações podem desempenhar um papel moderador na ocorrência de uma nova Vitimização na idade adulta.

Ainda neste sentido, Bruggen e colaboradoras (2006) verificaram que as mulheres da sua amostra com história de abuso sexual na infância evidenciavam maiores dificuldades em lidar com os seus pensamentos, sentimentos e interações sexuais na idade adulta, além de revelarem maior incongruência entre os seus pensamentos e comportamentos sexuais e os seus padrões morais. As autoras verificaram que estas mulheres verbalizavam maior ansiedade face à sexualidade (o que é congruente com outros estudos, como, por exemplo, os de Briere & Elliot, 2003; Runtz &

Roche, 1999), tendendo a sentir-se menos confortáveis e menos satisfeitas com a sua sexualidade.

De salientar, também, que os estudos sugerem que a probabilidade de revitimização na idade adulta é mediada, ainda, pelas características do abuso sexual infantil [nomeadamente, a severidade (Roodman *et al.*, 2001), o uso da força física (Koverola, Proulx, Battle, & Hanna, 1996), a duração (Arata, 2000) e o fato de o abuso ser intrafamiliar (Kessler & Bieschke, 1999)] e pelos comportamentos sexuais de risco assumidos na adolescência e na idade adulta (Messman-Moore & Long, 2003). Neste sentido, a investigação sugere que mulheres com história de abuso sexual na infância têm maior probabilidade de se envolver em comportamentos sexuais disfuncionais e de risco (e.g., envolvimento precoce em atividade sexual consentida, relações sexuais desprotegidas, elevado número de parceiros sexuais) (Browning & Laumann, 1997; Fergusson, Horwood, & Lynskey, 1997) que aumentam a vulnerabilidade face a futuras vitimações (Messman-Moore *et al.*, 2003).

Koss e colaboradores (1989), por exemplo, colocaram a hipótese de o conceito de sexualização traumática de Finkelhor e Brown (1985) poder explicar o aumento de comportamentos sexuais de risco entre mulheres previamente vitimadas. Este conceito remete para as consequências traumáticas da sexualidade precoce e abusiva e para o processo através do qual a sexualidade da criança é inapropriadamente moldada pelo abuso, quer em termos de desenvolvimento (introduzindo a criança numa experiência que esta não tem maturidade para compreender ou gerir) quer de funcionamento interpessoal (por exemplo, o agressor pode oferecer à criança prendas e privilégios em troca do contacto sexual, ou pode tirar vantagem dos seus sentimentos de culpa, vergonha ou medo, de forma a obter a sua submissão aos atos abusivos). Esta introdução abrupta e desadequada do menor na sexualidade adulta pode ainda criar um “guião sexual” para a criança (e.g., associação entre sexo e violência), no qual as suas futuras experiências sexuais serão assimiladas (Browning *et al.*, 1997).

Este modelo identifica uma outra dinâmica traumática que pode também ajudar a compreender este fenómeno, a “estigmatização”. Esta dinâmica reflete os sentimentos de “*maldade, vergonha ou culpa*” (ibidem, p.532) que podem ser incorporados na autoimagem da criança abusada, como consequência da Vitimização. Por exemplo, no caso das mulheres, a estigmatização pode gerar sentimentos específicos de vergonha e de culpa face à sexualidade, podendo, também, alterar o seu sentido de valor e mérito pessoal.

Briere (1992) também sugeriu que o abuso pode conduzir a um despertar do interesse e da ansiedade face à sexualidade numa idade precoce. Por exemplo, as mulheres podem aprender precocemente que uma forma de obter proximidade interpessoal poderá advir da sua disponibilidade sexual (Briere & Runtz, 1993). Segundo o “*self-trauma model*”, de Briere, outra razão apontada para a atividade sexual, descrita por alguns como promíscua, entre as vítimas de abuso sexual é o fato de o sexo poder acabar por ser usado como um fator de evitamento dos sentimentos de vazio decorrentes da Vitimização prévia (Briere, 1992; Briere *et al.*, 1993).

Os estudos que procuraram perceber estas associações revelam, por exemplo, que, comparativamente a homens e mulheres que foram alvo de negligência e maus tratos físicos na infância, os que foram sexualmente abusados têm maior probabilidade de se envolver em comportamentos sexuais de risco (e.g., iniciação precoce e mais frequente em atividades sexuais, prostituição, práticas sexuais sem uso de métodos contraceptivos e preventivos face a DSTs) (e.g., Widom & Ames, 1994; Chandy, Blum, & Resnick, 1996). Mostram, também, que as mulheres repetidamente abusadas, quando comparadas com mulheres não vitimadas, verbalizam assumir com frequência, nas suas interações sexuais com os homens, comportamentos congruentes com os papéis estereotipados de género, além de tenderem a evidenciar maior ansiedade face à sexualidade (e.g., Noll, Trickett, & Putnam, 2003).

Autores como Norris e colaboradores (1996) colocam a hipótese de que a Vitimização sexual prévia pode constituir uma barreira para estas mulheres conseguirem resistir a uma agressão sexual subsequente, devido à sua preocupação com o embaraço e com a rejeição. Smith, Davis e Fricker-Elhai (2004) constataram, também, que as mulheres com história de abuso sexual na infância ou na adolescência tendem a minimizar o risco. Por sua vez, Bruggen e colaboradoras (2006) concluíram que mulheres que foram vítimas de abuso sexual e físico na infância (em simultâneo) tendem a alimentar sentimentos negativos face à sua sexualidade e podem sentir-se apreensivas face aos papéis sexuais e à sexualidade em geral (e.g., incertezas acerca das normas sexuais; concepções erróneas acerca do papel do sexo nas relações interpessoais).

De referir, no entanto, que, nos homens, as consequências negativas do abuso sexual na infância podem ser manifestamente diferentes (Loh *et al.*, 2006), existindo estudos que documentam que o trauma infantil pode constituir um fator de risco para a perpetração de violência doméstica na idade adulta (e.g., Simonetti, Scott, & Murphy, 2000), assim como para a

subsequente perpetração de agressões sexuais (e.g., Edleson, 1999). A evidência para esta associação provém de estudos que documentam que a maioria (75%) dos ofensores sexuais juvenis e dos abusadores sexuais de menores (e.g., Romano *et al.*, 2001) menciona história de abuso sexual na infância. Também White e colaboradores (2004), num estudo longitudinal realizado com homens universitários, concluíram que a Vitimização na infância estava associada ao aumento da probabilidade de perpetração deste tipo de violência na adolescência que, por sua vez, estava associada ao acréscimo da probabilidade de cometer atos sexualmente agressivos durante o período de frequência da universidade. Tais resultados são particularmente importantes, sobretudo se atendermos a que os estudos têm registado taxas de (re)perpetração sexual entre os 15% e os 72% (Briere & Elliot, 2003; Classen *et al.*, 2005; Kessler *et al.*, 1999).

4. Preditores psicológicos

Neste ponto importa mencionar, desde logo, que a tentativa de identificação de fatores intrapessoais das vítimas que poderão constituir risco para a agressão sexual tem recebido consideráveis críticas, na medida em que, implicitamente, pode veicular a ideia de que aquelas têm alguma responsabilidade pela sua própria Vitimização (DeKeseredy & Schwartz, 1998). Não obstante a pertinência desta observação, entendemos que o conhecimento dos fatores emocionais/psicológicos que aumentam a vulnerabilidade à agressão sexual é pertinente para a compreensão integrada do fenómeno e, neste sentido, merece a nossa consideração.

Assim, a literatura sugere que as mulheres com dificuldades mentais ou emocionais parecem evidenciar um maior risco de agressão sexual, comparativamente com a população em geral (Koss *et al.*, 1989; Resnick *et al.*, 1993; Vicary, Klingaman, & Harkness, 1995). Mais especificamente, existem vários estudos prospetivos que mencionam que a Vitimização sexual é predita por variáveis tais como depressão, ansiedade e PTSD (Gidycz *et al.*, 1995; Greene & Navarro, 1998). A revisão da literatura permite-nos, ainda, ter acesso a estudos que procuraram diferenciar e prever várias formas de agressão sexual e que chegam a um conjunto de conclusões sugestivas, mas longe de fáceis de explicar.

Assim, alguns autores sugerem que existem vários fatores que estão unicamente correlacionadas com a coerção verbal, defendendo que, comparativamente com as mulheres que foram violadas, as que foram vítimas de coerção verbal têm baixa autoestima, baixa assertividade, elevada ansiedade social e atitudes sexuais mais permissivas (Testa *et al.*, 1999; Tyler *et al.*,

1998; Zweig, Barber, & Eccles, 1997). Outros autores concluem que a coerção sexual (mas não a violação) parece estar associada a baixa autoestima, baixa assertividade da vítima e pouca capacidade de resistir à pressão verbal (Messman-Moore, Coates, Gaffey, & Johnson, 2008; Zweig *et al.*, 1997), assim como a altos níveis de isolamento, ansiedade social e depressão (Messman-Moore *et al.*, 2008; Zweig *et al.*, 1997). Por sua vez, de acordo com Briere (1995), a ansiedade face à sexualidade, que pode ser um indicador de vergonha, disfunção sexual ou angústia em situações sexuais, é preditora da violação e da coerção sexual. No que se refere à dissociação, Messman-Moore e colaboradores (2008) concluíram que esta estava associada apenas ao risco de violação (mas não de coerção sexual).

O funcionamento psicológico das vítimas e as suas experiências precoces influenciam, também, a sua recuperação pós-trauma, como de alguma forma já abordámos no tópico anterior. Por exemplo, Ullman (1997) verificou que mulheres que foram sexualmente vitimadas (quer na infância quer na idade adulta) parecem evidenciar uma baixa autoestima e uma maior auto-culpabilização pelas suas dificuldades emocionais. Esta baixa autoestima pode originar um ciclo vicioso, no qual as vítimas se auto-culpabilizam e começam a evidenciar auto-percepções distorcidas e negativas. Por exemplo, podem interpretar a agressão sexual como um evento confirmatório das suas percepções prévias negativas (e.g., “sou uma pessoa suja e repugnante”; “não tenho valor”). Desta forma, não só os esquemas cognitivos destas mulheres se tornam distorcidos, como passam a constituir um risco acrescido de as mesmas ajustarem os seus comportamentos e selecionarem os contextos e as situações de acordo com tais auto-percepções negativas. Outros estudos sugerem que o desajustamento psicológico pode interferir com a capacidade de as vítimas estimarem adequadamente os riscos de agressão sexual a que se expõem (Smith *et al.*, 2004).

Relativamente às características pessoais do agressor, a literatura destaca os défices de empatia como um provável potenciador do comportamento sexualmente agressivo, na medida em que a empatia é uma capacidade apontada como fundamental no desenvolvimento do comportamento pró-social (Roberts & Strayer, 1996). Todavia, este fator parece não reunir consenso entre as diferentes investigações, sugerindo que o papel que a empatia tem no desenvolvimento e manutenção da agressão sexual é complexo. Segundo Rice, Chaplin, Harris e Courtts (1994), uma reduzida empatia é um fator insuficiente para explicar o cometimento deste tipo de comportamentos. Não obstante, autores como Malamuth e colaboradores (1995) sugerem

que o alto nível de empatia pode reduzir ou prevenir a expressão de comportamentos sexualmente agressivos, nomeadamente, em homens que, pelas suas características, tenham maior propensão para os cometer. Estas conclusões são congruentes com as de Wheeler e colaboradores (2002) que defendem que a empatia assume um papel moderador da probabilidade de cometimento de alguma forma de agressão sexual.

No que diz respeito a outros fatores preditivos, Kanin (1957), por exemplo, concluiu que os homens sexualmente agressivos tendem a evidenciar níveis mais elevados de atividade sexual. Mais especificamente, constatou que estes homens tendem a evidenciar um elevado número de parceiros/as sexuais, a recorrer a estratégias agressivas como forma de favorecimento da “conquista sexual” e, ironicamente, relatam níveis elevados de frustração sexual. Estudos subsequentes apoiaram algumas destas conclusões. Por exemplo, Gwartney-Gibbs, Stockyard e Bohmer (1987) constataram que a existência de uma história agressiva num relacionamento prévio constitui um forte preditor de agressão sexual no relacionamento atual. Malamuth e colaboradores (1994) também verificaram que a assumpção de um comportamento sexual violento ao longo da vida está associada à naturalização desta forma de agressão durante o namoro.

Os processos de avaliação cognitiva também têm sido apontados como mediadores fundamentais das respostas comportamentais, sobretudo em situações ambíguas, tais como aquelas que envolvem a agressão sexual em contextos de intimidade (Norris *et al.*, 1996; Wilson, Calhoun, & Bernat, 1999). Nas situações de namoro, por exemplo, a falta de resistência pode ser erroneamente interpretada como sinal de interesse e consentimento da relação sexual. Estes estudos são congruentes com outros que concluíram que os homens sexualmente agressivos podem evidenciar défices na perceção social e podem interpretar erroneamente a hesitação e rejeição das mulheres como sinal de encorajamento (McDonel & McFall, 1991), percebendo a sua resistência aos avanços como falsa (i.e., “estão a dizer não mas querem dizer sim”) (Loh *et al.*, 2005).

Esta proposta vai ao encontro da leitura de Groth e Gary (1981), que concluíram que os violadores possuem marcadas deficiências a nível das suas competências comunicacionais e problemas com intimidade emocional. Estudos ao nível da agressão sexual no namoro parecem corroborar esta tese, evidenciando que os homens que usam estratégias verbalmente agressivas de resolução de conflitos têm duas vezes mais probabilidade de também apresentarem história de

agressão sexual sobre as suas companheiras, enquanto os que usam estratégias baseadas na agressão física têm uma probabilidade de agressão sexual quatro vezes maior (Loh *et al.*, 2006).

Neste âmbito, McFall (1990, *cit in McDonel et al.*, 1991) defendeu a existência de distorções cognitivas nos homens sexualmente coercivos, baseando-se no seu modelo de processamento de informação social. Genericamente, este descreve três componentes principais da comunicação: a codificação (i.e., a capacidade de receber, perceber e interpretar correta e internamente as comunicações), as competências de decisão (i.e., gerar formas apropriadas de reagir à comunicação e de avaliar os potenciais resultados da resposta no outro) e as competências de ação (i.e., de executar a resposta e reformulá-la sempre que se mostre necessário). Neste sentido, defende que estes homens tendem a perceber que as suas vítimas os desejam e/ou os seduzem, avaliando os comportamentos daquelas de acordo com as suas intenções e desejos (por exemplo, analisando pistas neutras como sinais de incentivo ao comportamento sexual).

Finalmente, outros estudos alertam para o papel da “excitação sexual desviante” (ou seja, a resposta sexual condicionada por situações sexuais violentas e/ou não consensuais) na agressão sexual. Mais especificamente, os estudos mostram uma associação entre atos sexualmente violentos e o consumo de pornografia violenta (Davis, Norris, George, Martell, & Heiman, 2006; Malamuth, Addison, & Koss, 2000). De salientar, contudo, que a literatura defende que a pornografia pode servir como um desinibidor do impulso sexual agressivo e não como o único fator causal do mesmo. Norris e Kerr (1993), por exemplo, demonstraram que, num contexto de pornografia violenta, o consumo de álcool por parte dos atores era avaliado pelos participantes como uma pista de aceitação do comportamento sexual forçado, aumentando a probabilidade de os mesmos relatarem maior probabilidade de se envolver num comportamento similar ao observado.

5. Preditores relacionais

O grau de intimidade vítima-agressor também tem sido estudado enquanto possível preditor da agressão sexual, verificando-se que a maior parte destas experiências entre estudantes universitários ocorre num contexto de romance (de namoro ou de intimidade entre vítima-agressor) (Abbey *et al.*, 1996). Neste âmbito, Shotland (1989) postulou que as relações de compromisso podem potenciar atos de agressão sexual, com diferentes tipos de agressão sexual a ocorrer em

diferentes níveis de compromisso. Os primeiros estudos neste campo verificaram que a agressão masculina é mais provável em condições de reduzido compromisso (Kanin *et al.*, 1977). No entanto, estudos subsequentes verificaram que tal se aplica sobretudo a situações de beijos e carícias indesejadas (sem penetração), sustentando que a cópula indesejada teria maior probabilidade de ocorrer em situações de elevado compromisso (Christopher, 1988). Segundo Christopher, Owens e Stecker (1993), alguns indivíduos acreditam que a existência de um compromisso relacional confere uma licença para a manifestação de comportamentos sexuais, mesmo que indesejados pelo/a parceiro/a.

Abbey e colaboradores (1996), por exemplo, verificaram que 95% das agressões sexuais entre estudantes universitários era perpetrada por um conhecido da vítima e que os companheiros amorosos tendiam a ser os perpetradores mais frequentes de atos de coerção sexual, enquanto atos como a violação tendiam a ser mais frequentemente perpetrados por estranhos ou conhecidos (mas não íntimos) da vítima. Resultados similares foram encontrados por Fisher e colaboradores (1997), no "*National college women sexual victimization survey*", em que concluíram que 9 em cada 10 estudantes universitárias conheciam o homem que as tinha violado. Similarmente, o Departamento de Justiça dos E.U. revelou, em 2003, que, entre 1995 e 2000, a maior parte das violações e das agressões sexuais entre estudantes universitários era cometida por alguém conhecido da vítima. Mais recentemente, Gross e colaboradores (2006) concluíram que 41% dos perpetradores é identificado pelas vítimas como sendo seu namorado, 29% como seu amigo e 21% como seu conhecido. A este respeito, vários autores concluíram que os namorados são os perpetradores mais frequentes (e.g., Frazier & Seales, 1997; Day, 1994), sobretudo nos casos em que ocorreram relações sexuais indesejadas pelas vítimas em que aquelas entenderam que os seus parceiros estavam tão excitados sexualmente que seria inútil tentar pará-los.

Considerando que, à medida que o nível de intimidade entre um par romântico aumenta, também aumentará a sua capacidade de discriminar de forma mais apurada o interesse sexual de cada um e que, por conseguinte, quer homens quer mulheres deveriam ser mais capazes de identificar sinais de recusa sexual (Gross, Weed, & Lawson, 1998), tais resultados mostram-se surpreendentes. Numa tentativa de os compreender, Gross e colaboradores (2006) consideram possível que muitas mulheres se submetam a estes contatos sexuais por medo de serem alvo de uma escalada de violência (caso tornem a sua recusa mais explícita ou até resistam fisicamente), para evitar discussões entre o casal, ou até mesmo para evitar ferir os sentimentos dos

namorados. Tais conclusões sugerem que a avaliação do risco de agressão sexual pode ser comprometida pelo tipo de relação que a vítima tem com o agressor (Gidycz, McNamara, & Edwards, 2006), assim como que esta pode influenciar a definição do incidente como abusivo.

Por exemplo, Layman e colaboradores (1996) verificaram que um número substancial de mulheres que foram vitimadas sexualmente (incluindo violadas), não define o episódio como sexualmente abusivo, especialmente quando tal ocorre no contexto do namoro (Mills & Granoff, 1992). Gross e colaboradores (2006) verificaram que apenas 15% das mulheres que mencionaram ter mantido relações sexuais indesejadas contra a sua vontade porque consideraram que os namorados estavam tão excitados que seria inútil tentar pará-los, considerou esse ato como uma violação. Em contrapartida, quando a relação sexual envolve o uso da força física (por parte do agressor), mais de 80% das vítimas classificou o ato como agressão. Porém, quando os companheiros utilizam força física e coerção verbal para terem relações sexuais, mas aquelas não chegam a acontecer, menos de 50% as considerou uma tentativa de violação.

Estes dados, semelhantes aos encontrados por outros estudos (e.g., Flack Jr. *et al.*, 2007), sugerem que muitas mulheres definem a violação de forma estereotipada, considerando que a mesma acontece apenas quando ocorre, simultaneamente, uso da força física ou de ameaça e penetração. Outros (e.g., Gross *et al.*, 2006) acrescentam que muitas vítimas podem não catalogar a experiência abusiva como uma violação porque assumem alguma responsabilidade pela sua ocorrência. Outros ainda (e.g., Stefer, Strelbel, & Foster, 2000) sugerem que as jovens cedem, muitas vezes, às pressões dos seus companheiros devido a uma concepção subordinada do papel da mulher na relação e ao medo de perder o namorado, caso não se conformem às exigências que lhe são feitas, chegando a normalizar a violência sexual, através da crença de que esta é uma forma de expressar amor e envolvimento.

Num outro contexto relacional juvenil, os encontros singulares e casuais ("*curtes*") que, muitas vezes, envolvem a prática de relações sexuais sem quaisquer expectativas de compromisso futuro (Lambert, Kahn, & Apple, 2003; Paul, McManus, & Hays, 2000), os poucos estudos efetuados sugerem que as mulheres relatam estas experiências como envolvendo pressão para o envolvimento em comportamentos sexuais indesejados (Paul & Hays, 2002). Por exemplo, Flack Jr. e colaboradores (2007) constataram que 23% e 37% das mulheres, comparativamente com 7% e 18% dos homens, relataram pelo menos um incidente de relações sexuais e de contatos sexuais (sem penetração) indesejados, respetivamente. Concluíram, ainda, que estes encontros casuais

constituem fatores de risco para a ocorrência de relações sexuais forçadas e que 78% das mesmas ocorre durante estes momentos. Flack Jr. e colaboradores (2005), a respeito desta prevalência, justificam-na com o fato de estes encontros tenderem a estar associados ao consumo de álcool e, em muitos casos, com o atingir de um estado de intoxicação que inibe a capacidade de parar o ato sexual indesejado.

Além disso, a investigação tem também sido sugerido que estes contextos se pautam por diferenças claras entre homens e mulheres, no que respeita ao tipo de intimidade física pretendida, com as mulheres a demonstrarem significativamente menos atitudes favoráveis à ocorrência de relações sexuais casuais, enquanto os homens, não só desejam mais intimidade física, como acreditam que as mulheres pretendem o mesmo (Daubman & Shatten, 2005; Oliver & Hyde, 1993). Estas diferenças, a existirem, raramente serão explicitamente comunicadas, sendo provável que alguns incidentes de sexo não consentido nestes encontros ocorram por falha de comunicação ou pela incapacidade de demonstrar o não consentimento. Por outro lado, a própria natureza destes encontros torna difícil a comunicação acerca dos limites sexuais, pelo reduzido grau de conhecimento entre os parceiros, baixa intimidade e preocupação com a imagem de si projetada.

6. Preditores situacionais

Tal como fizemos anteriormente, importa referir que esta linha de investigação, centrada na identificação de potenciais situações de risco na esperança de diminuir a probabilidade de ocorrência da agressão sexual, também tem recebido algumas críticas, na medida em que pode suportar ideologias de culpabilização da vítima e de desresponsabilização do agressor. Mais uma vez, e não menosprezando o respeito que estas críticas nos merecem, o fato é que, para compreendermos de forma mais integrada este fenómeno, temos de considerar também os contributos destas investigações.

Neste sentido, e contrariamente ao que é frequentemente veiculado pelo senso comum, os estudos têm apontado os lugares privados como sendo menos seguros, comparativamente com os públicos. Miller e Marshall (1987) verificaram que 75% das agressões sexuais (descritas em medidas de autorrelato) ocorreu em locais privados (e.g., casas, apartamentos, residências universitárias) e 15% em parques de automóveis. Resultados similares foram encontrados por Muehlenhard e colaboradores (1987) e Mynatt e Algeier (1990).

Outros estudos sobre dimensões situacionais associadas ao risco sugerem que a probabilidade de sofrer uma agressão sexual pode estar associada ao fato de o homem marcar o encontro, pagar as despesas e conduzir o carro (Muehlenhard *et al.*, 1987). No entanto, os resultados neste campo são contraditórios, tornando a análise dos resultados obtidos muito complicada. Por exemplo, Korman e Leslie (1982) concluíram que o fato de a mulher partilhar as despesas dos encontros estaria associado a uma maior probabilidade de aquela vir a relatar atividade sexual forçada. Muehlenhard, Friedman e Tomas (1985), por sua vez, verificaram que os homens universitários da sua amostra avaliavam o sexo forçado como justificado quando era a mulher a marcar o encontro e o homem a pagar as despesas do mesmo. Todavia, importa referir que, nestes estudos, as definições ambíguas de “atividade sexual indesejada” constituem fortes obstáculos à compreensão dos resultados obtidos.

Existem, por outro lado, estudos que têm associado certas variáveis e/ou experiências sexuais a uma maior probabilidade de envolvimento (quer como vítima quer como perpetrador) em comportamentos sexualmente coercivos. Mais especificamente, algumas investigações têm revelado uma relação positiva entre a probabilidade de os homens cometerem atos sexualmente coercivos e a sua atividade sexual frequente, a idade de iniciação da atividade sexual e o número de parceiros sexuais (Abbey *et al.*, 1998; Abbey *et al.*, 2001; Buddie & Testa, 2005; Kanin, 1985; Koss, 1985; Koss *et al.*, 1989; Malamuth *et al.*, 1995; Malamuth *et al.*, 1991; Muehlenhard *et al.*, 1987; Senn, *et al.*, 2000). Mais especificamente, vários estudos concordam que a atividade sexual iniciada e continuada na adolescência (e.g., Erickson & Rapkin, 1991; Koss *et al.*, 1989; Mynatt *et al.*, 1990; Vicary *et al.*, 1995), assim como um maior número de parceiros sexuais (Mandoki & Burkhart, 1989), parecem estar associados a um risco acrescido de cometer agressão sexual. Alguns estudos mostram, ainda, que os homens sexualmente agressivos, tipicamente, têm uma orientação face ao sexo mais promíscua e impessoal (Malamuth *et al.*, 1995).

Quando se considera o risco de ser vítima de agressão sexual, o número de parceiros sexuais (Combs-Lane & Smith, 2002; Greene *et al.*, 1998), mesmo que sejam experiências consentidas (Abbey, *et al.*, 1996; Testa *et al.*, 1999; Tyler *et al.*, 1998), assim como o envolvimento em comportamentos sexuais de risco (Cleveland, Herrera, & Stuewig, 2003; Gover, 2004; Raj, Santana, La Marche, Amaro, Cranston, & Silverman, 2006), aparecem também como importantes preditores. Neste sentido, a teoria das atividades rotineiras (Felson, 1994) propõe que as atividades que envolvem grande exposição a potenciais agressores (e.g., atividades sociais

desenvolvidas em locais de risco, como bares e festas, existência de múltiplos parceiros sexuais), assim como aos comportamentos de risco associados a alguns destes contextos (e.g., consumo de álcool ou outras drogas) aumentam a probabilidade de Vitimização sexual (Miethe & Meier, 1990; Mustaine & Tewksbury, 1998). Mustaine e colaboradores (1998), por exemplo, concluíram que a combinação de fatores comportamentais (e.g., consumo de álcool) e atividades de lazer (e.g., ir a festas, jantar fora) estava associada a um maior risco de Vitimização criminal (incluindo a sexual) entre os estudantes universitários.

Esta teoria encontrou também suporte nos estudos (e.g., Combs-Lane *et al.*, 2002) que sugerem que as mulheres que vivem com os pais, comparativamente com as que vivem sozinhas ou com um grupo de amigos, podem estar mais protegidas de uma potencial agressão sexual, na medida em que parecem expor-se menos a potenciais agressores. Recentemente, Buddie e colaboradores (2005) concluíram que as mulheres que viviam longe dos pais revelavam índices significativamente mais elevados de agressão sexual desde os 14 anos (33%), comparativamente com as mulheres que viviam com os pais (23%).

Os resultados de vários estudos levam, ainda, a admitir que o consumo de álcool, quer por vítimas quer por perpetradores, pode desempenhar um papel importante na agressão sexual (e.g., Abbey *et al.*, 1998). Todavia, também salientam que o impacto do abuso de álcool e/ou outras substâncias pode ter consequências diferentes em homens e mulheres, particularmente no que se refere à perpetração e Vitimização sexual (Loh *et al.*, 2006). Os primeiros estudos associaram o álcool à agressão sexual nas situações de namoro, concluindo que metade dos casos de agressão deste género envolveram vítimas e/ou agressores que estavam sob o seu efeito (Abbey, 1991; Abbey *et al.*, 2004; Harrington *et al.*, 1994; Miller *et al.*, 1987; Ullman, 1997). Muehlenhard e colaboradores (1987), num estudo em que compararam estudantes universitários envolvidos num namoro sexualmente coercivo com estudantes universitários sem história de agressão sexual na relação, verificaram a existência de maior probabilidade de envolvimento em consumos de álcool nos primeiros, quer por vítimas quer por agressores. Também Koss e colaboradores (1987) constataram que 74% dos perpetradores e 55% das vítimas de violação relatavam ter bebido álcool antes do incidente abusivo.

Estudos mais recentes demonstram, igualmente, que o consumo de álcool tende a estar presente em aproximadamente metade dos incidentes de violação cometidos por namorados e por conhecidos (e.g., Testa & Parks, 1996; Ullman *et al.*, 1999; Gross *et al.*, 2006). Outras

investigações mostram, também, que, comparativamente aos pares, os homens que admitem níveis mais elevados de perpetração sexual, tendem a consumir mais álcool (e.g., Abbey, Parkhill, Beshears, Clinton-Sherrod, & Zawacki, 2006; Koss *et al.*, 1987; Ullman *et al.*, 1999; Zawacki, Abbey, Buck, McAuslan, & Clinton-Sherrod, 2003) e/ou outras drogas (e.g., White *et al.*, 1994).

No entanto, a literatura também veicula que o consumo de álcool tende a ocorrer em contextos situacionais de risco (e.g., bares, festas, discotecas) que, por si só, estão associados a uma maior probabilidade de ocorrência de agressão sexual (Testa *et al.*, 1996; Ullman *et al.*, 1999; Ullman & Kinght, 1993). Por exemplo, Ullman e colaboradores (1999), usando uma amostra nacional de mulheres universitárias, com o objetivo de analisar o consumo de álcool do agressor como preditor da severidade da agressão sexual, concluíram que o consumo de álcool prévio à agressão estava fracamente associado à severidade da mesma, mas fortemente associado ao cometimento do ato em si. Concluíram, ainda, que o consumo de álcool prévio à agressão (por parte do perpetrador) estava associado a menor intimidade, no que se refere ao relacionamento vítima-agressor, a situações sociais mais espontâneas e ao consumo de álcool por parte da vítima.

Tais conclusões vão, de certa forma, ao encontro dos resultados de outros estudos que sugerem que as mulheres que consomem álcool, uma ou mais vezes por semana, têm maior probabilidade de ser sexualmente agredidas (Koss *et al.*, 1989). A literatura nesta área é prolífica em estudos, existindo um número significativo de investigações que sugerem que a maioria (cerca de 40 a 65%) das mulheres que revelaram ter sido sexualmente abusadas admitiu ter consumido álcool antes do incidente abusivo (e.g., Buddie *et al.*, 2005; Harrington *et al.*, 1994). Contudo, é difícil discriminar se as mulheres consomem álcool como resposta a uma agressão sexual (e.g., Kilpatrick *et al.*, 1997; Wilsnack *et al.*, 1997) ou se terão sido os seus consumos étlicos que terão contribuído para a vitimização. De acordo com uma revisão da literatura efectuada por Wekerle e Hall (2002), 49% a 75% das mulheres com problemas aditivos têm história de Vitimização sexual.

A revisão da literatura neste âmbito parece documentar, portanto, que existe uma forte associação entre o consumo de álcool (Abbey *et al.*, 1996; Testa *et al.*, 1999) e de substâncias (Jackson *et al.*, 2000) e a agressão sexual. Porém, os estudos não permitem esclarecer o papel específico que o uso de álcool desempenha nas interações sexualmente abusivas. Por exemplo, Ullman e colaboradores (1999) sugeriram que o consumo de álcool tem um papel tanto indireto (i.e., mulheres que consomem álcool têm estatisticamente maior probabilidade de experienciar

uma agressão sexual) como direto (i.e., um número significativo de mulheres admitem ter bebido antes de terem sido sexualmente vitimadas) na agressão sexual.

Alguns autores sugerem, como explicação para esta associação, o fato de as mulheres que consomem álcool serem socialmente percebidas como sexualmente mais disponíveis (e.g., Abbey, Zawacki, & McAuslan, 2000), enquanto outros (e.g., Abbey *et al.*, 2004) sugerem que os predadores podem escolher mulheres que estiveram a consumir álcool ou podem usar intencionalmente o álcool como forma de diminuir a sua resistência. Por exemplo, Kosson e colaboradores (1997) verificaram que 21% dos seus participantes, estudantes universitários, afirmou ter usado intencionalmente álcool ou outras drogas como estratégia de coerção para a manutenção de relações sexuais. Esta última interpretação compreende-se na medida em que é provável que a intoxicação por álcool possa afetar negativamente a capacidade de as mulheres detetarem o perigo (e.g., Meadows, Jaycox, Stafford, Hambree, & Foa, 1995), assim como a sua capacidade de resistência aos avanços sexuais indesejados (Abbey *et al.*, 2004; Marx, Van Wie, & Gross, 1996; Testa *et al.*, 2003), parecendo, também, demorar mais tempo a responder às ameaças de uma possível agressão (Shwartz *et al.*, 1997; Wilson, *et al.*, 1999). Corroborando esta leitura, Testa e colaboradores (2003) verificaram que o uso de álcool estava associado à violação em vítimas que estavam tão intoxicadas que não se conseguiam defender, mas não estava associado às violações concretizadas através do recurso à força física.

No que concerne ao impacto do álcool no comportamento dos agressores sexuais, tem sido sublinhado o seu impacto nos processos de avaliação cognitiva. Bernatt, Calhoun e Stolp (1998), usando filmes que manipulavam as situações de alegadas violações no namoro e o consumo de álcool, observaram que, em condições de consumo de álcool, as mulheres são avaliadas como tendo maior desejo de se envolverem em atividades sexuais e como sendo menos sinceras acerca do seu desejo sexual. Neste âmbito, a “Alcohol myopia theory” (Steele & Josephs, 1990) é referenciada na literatura como um importante trabalho teórico para a compreensão dos efeitos interativos entre o consumo de álcool e estas distorções cognitivas. Mais especificamente, esta teoria sugere que a intoxicação por álcool pode levar os indivíduos a ignorar pistas contextuais e situacionais negativas (i.e., inibidoras do ato sexual), dando particular atenção às pistas que vão ao encontro das suas expectativas (que podem ser pistas neutras e/ou sinais negativos que são erroneamente interpretados como encorajadores da atividade sexual).

Ou seja, em situações em que coexistem pistas contraditórias, a atenção seletiva para as pistas que incentivam a prática de determinado ato pode, ao diminuir o conflito de resposta que estaria presente se todas as pistas fossem adequadamente consideradas, conduzir à manifestação de comportamentos sexuais abusivos (Marx, Gross, & Adams, 1999; Malamuth *et al.*, 1994; McDonell *et al.*, 1991). Por exemplo, Kanin (1984) concluiu que 90% dos violadores no namoro justifica o seu comportamento com a percepção de que a mulher também estava sexualmente excitada e, como tal, ignorou os sinais de que a mulher não desejava iniciar ou desejava parar a atividade sexual. No caso das vítimas, a teoria da miopia alcoólica considera que o consumo de álcool pode afetar a sua capacidade de emitir pistas adequadas (assertivas) como resposta às investidas sexuais indesejadas.

De sublinhar, contudo, que têm sido apontadas algumas críticas a esta teoria. Por um lado, não consegue explicar porque é que o álcool tem esse efeito em apenas alguns homens, quando outros (mesmo consumindo-o em grandes quantidades) não se envolvem em comportamentos sexualmente coercivos. Autores como Wilson, Calhoun e McNair (2002) sugerem, por conseguinte, que existem outros fatores que podem influenciar o papel que o álcool desempenha na interação abusiva, podendo interagir com outras importantes variáveis cognitivas que têm impacto nas decisões de executar determinado comportamento, assim como na percepção e avaliação do comportamento dos outros. Por outro lado, a teoria não ajuda a perceber porque é que os homens sexualmente agressivos tendem a consumir maiores quantidades de álcool.

Uma linha promissora de investigação sobre esta última questão é a que examina a relação entre expectativas em torno do consumo de álcool e o comportamento sexualmente violento. Abbey, McAuslan, Ross e Zawacki (1999) verificaram que, entre estudantes universitários, os homens são avaliados como tendo maior probabilidade de exibir comportamentos sexualmente agressivos quando consomem álcool. A investigação tem mostrado, aliás, que, quer para os homens quer para as mulheres, o nível de consumo de álcool varia de acordo com os efeitos na sexualidade que cada um acredita que tal consumo vai ter, sugerindo que os seus consumidores tendem a ter grandes expectativas de que o álcool aumenta o prazer e a atividade sexual (e.g., Abbey *et al.*, 1996; Wilson *et al.*, 2002).

De acordo com esta linha de pensamento, Combs-Lane e colaboradores (2002) advogaram a existência de uma associação entre o uso de álcool e as intenções prévias de os indivíduos se envolverem em comportamentos de risco, defendendo que esta associação parece estar

fortemente associada à probabilidade de ocorrência de agressões sexuais. Estes resultados providenciam suporte para a teoria das ações racionais/planeadas ("*theory of reasoned actions*"), na medida em que corroboraram a ideia de, quando um indivíduo tem a intenção prévia de ter um determinado comportamento (como, por exemplo, sair, abusar do uso de bebidas alcoólicas e envolver-se em atividades de risco) a probabilidade deste ocorrer aumenta exponencialmente (assentando num processo racional de seleção das circunstâncias e condições que favorecem a ocorrência desse mesmo ato com o mínimo de consequências negativas).

7. Preditores culturais

Neste ponto, importa abordar a dimensão das crenças subjacentes ao comportamento sexualmente violento, assim como a sua relação com os discursos culturais mais vastos em torno do género, do poder e do afeto.

Neste sentido, não poderíamos deixar de mencionar o importante contributo das teorias feministas, fazendo uma referência particular a Brownmiller (1975), autora que defendeu que a coerção e a agressão sexual são consequência de uma sociedade sexista, regida por papéis estereotipados de género, em que a violência sexual constituiria uma forma de controlo social e de subjugação da mulher. A autora falou, ainda, e pela primeira vez, nos "mitos sobre a violação", dizendo que os mesmos desempenham um papel central na justificação e no suporte do poder masculino. Neste âmbito, o trabalho de Burt (1980) providenciou evidências empíricas da importância destes mitos na agressão e na coerção sexual. O seu trabalho inspirou um corpo extensivo de estudos que demonstraram uma consistência razoável entre mitos sexuais, atitudes face às mulheres e tolerância face a este tipo de violência.

De fato, de entre os fatores comumente associados aos comportamentos sexualmente coercivos estão: a adoção e assunção de papéis estereotipados de género (Archer & Graham-Kevan, 2003; Malamuth *et al.*, 1991; Mosher & Anderson, 1986; Muhlenhard *et al.*, 1987; Rando, Rogers, & Poweell, 1998; Reitzel-Jaffe & Wolfe, 2001; Tieger, 1981), a aceitação de mitos de violação (Abbey *et al.*, 2001; Archer *et al.*, 2003; Nabors, Dietz, & Jasinski, 2006; Riggs & O'Leary, 1996; Koss *et al.*, 1985; Malamuth *et al.*, 1991; Maxwell, Robinson, & Post, 2003) e as atitudes de hostilidade face às mulheres (Abbey *et al.*, 2001; Rando *et al.*, 1998).

Genericamente, os estudos têm demonstrado que, comparativamente com as mulheres, os homens têm maior probabilidade de aceitar mitos de violação, de não considerar as relações sexuais forçadas mediante o uso da coerção verbal uma forma agressão sexual, de culpar as vítimas e as avaliar como estando mais desejosas da interação sexual, assim como de avaliar o agressor como menos violento (Carr *et al.*, 2004). Os estudos têm também demonstrado que os indivíduos (quer mulheres quer homens) que defendem uma variedade de mitos sobre a violação tendem a perceber as vítimas de agressão sexual como sexualmente mais ativas, tendem a culpabilizá-las e evidenciam maior dificuldade de identificar, no comportamento das mesmas, sinais de resistência à agressão (Garcia, 1998; Kopper, 1996; Ryckman, Kaczor, & Tornton, 1993).

Também os estudos antropológicos como, por exemplo, o que foi conduzido por Sanday (1981), vieram corroborar a assumpção de que a agressão sexual não é um traço humano universal nem um imperativo biológico, pelo contrário, é um fenômeno social que varia de uma cultura para outra. A autora concluiu que as comunidades que evidenciam maior “propensão para a violação” (rape-prone) são caracterizadas por estruturas sociais patriarcais, por uma elevada tolerância face à violência e por uma maior desigualdade entre homens e mulheres ao nível das instituições políticas e laborais.

Estes estudos relacionam-se, em certa medida, com a “cultural spillover theory”, que postula que as culturas e/ou contextos em que alguns tipos de agressão e violência são legitimados e vistos positivamente (e.g., nos media, no desporto, na pornografia) permitem que a mesma se manifeste, nomeadamente, em arenas não sancionadas, como as relações interpessoais mais íntimas (Hogben, Byrne, Hamburger, & Osland, 2001).

A revisão da literatura leva-nos também a considerar os estudos que, de acordo com as teorias socioculturais, defendem que os processos de socialização dos homens favorecem a justificação e perpetração da agressão sexual (Berkowitz, 1992). Entre estes, temos os que defendem que as características individuais, as crenças e as atitudes legitimadores da agressão sexual constituem um produto do contexto cultural mais global que, segundo defendem, considera a mulher um objeto e incentiva o uso da força, por parte dos homens, para a obtenção dos seus objetivos, incluindo a conquista sexual (Berkowitz, 1992; Burt, 1980; Kanin, 1985).

Por outro lado, a teoria das normas sociais destaca o papel das relações com os pares e das suas perceções face ao comportamento sexualmente agressivo, defendendo que os indivíduos tendem a comportar-se de acordo com o que entendem ser congruente com a norma, com aquilo que consideram que os outros esperam de si. Referimo-nos, assim, aos estudos que defendem que os contextos de pares são arenas fundamentais nas quais o suporte ou a desaprovação para o comportamento sexualmente agressivo é comunicado. Neste sentido, homens em maior risco de perpetrar violência sexual podem ver as suas crenças acerca da sexualidade e das mulheres refletidas no grupo de pares e na forma como as comunidades lidam com esta forma de violência. Dessa forma, homens que acreditam que os seus pares usam e legitimam o comportamento sexualmente coercivo como estratégia de obtenção de relações sexuais, têm maior probabilidade de aprovar a coerção verbal em situações íntimas, assim como de se envolver em comportamentos de agressão sexual (e.g., Abbey *et al.*, 2001; Humphrey & Kahn, 2000; Schwartz & Nograd, 1996).

De igual modo, homens que pertencem a um grupo de pares que defende a dominância masculina parecem evidenciar maior probabilidade de maltratar as parceiras (Capaldi, Dishion, Stoolmiller, & Yoerger, 2001) e de cometer atos sexualmente agressivos (e.g., Malamuth *et al.*, 1991). Vários autores (e.g., Sanday, 1990; Martin & Hummer, 1989) defendem, nesta linha, que a pertença a associações estudantis que perpetuam uma cultura superagressiva e hipermasculina (e.g., que trata as mulheres como objetos e as rebaixa pela sua condição feminina, que advoga o sexo impessoal e que enfatiza a competência e superioridade masculina) providenciam modelos de papéis legitimadores do comportamento sexualmente coercivo (Copenhaver *et al.*, 1991; Martin *et al.*, 1989; Sanday, 1990).

Outros estudos acrescentam que os homens que pertencem a estas associações têm maior probabilidade de defender mitos de violação, de identificar os amigos como mais tolerantes face à agressão sexual e de reconhecer que aqueles já usaram drogas e/ou álcool como estratégia sexual (e.g., Boeringer, 1999; Boswell & Spade, 1996). De salientar que a pertença a associações estudantis (Lackie & De Man, 1997) e a equipas desportivas de modalidades que incentivam o contacto físico mais agressivo (Forbes, Adams-Curtis, Pakalka, & White, 2006) têm sido associadas ao aumento do risco de agressão sexual entre os estudantes universitários. Refira-se, no entanto, que esta associação tem sido atribuída a características do ambiente/contexto que

norteia estas associações e não às características pessoais dos seus membros ou a este tipo de organização em geral (Humphrey *et al.*, 2000).

8. Discussão

A análise e integração da investigação disponível sobre os fatores de risco para a vitimização e/ou agressão sexual leva-nos a considerar que as diferentes experiências de violência de cariz sexual não se explicam invariavelmente pelos mesmos fatores. Aliás, a multiplicidade de fatores de risco identificados pela literatura sugere que as trajetórias que conduzem à perpetração/vitimização deste tipo de violência parecem ser múltiplas e heterogêneas. Referimo-nos, por conseguinte, a um problema multidimensional, em que fatores de ordem diversa interagem entre si para atingir um determinado fim (Lewis *et al.*, 2001). Donde, estudar a violência sexual implica respeitar a natureza complexa e multideterminada do fenómeno, contemplando a convergência de fatores disposicionais, cognitivos, situacionais e culturais.

À semelhança do que tínhamos constatado no capítulo anterior, as mulheres são apontadas pela maioria dos estudos (e.g., Jackson & Davis, 2000; Mahoney, Williams, & West, 2001) como as vítimas mais frequentes desta forma de violência, sendo os homens apontados como o principal grupo de risco para a sua perpetração (Carr & VanDeusen, 2004). Tal não invalida, contudo, que o género masculino também possa ser vítima e/ou que o género feminino também possa ser perpetrador de violência sexual.

Assim, a análise dos fatores preditores da vitimização e/ou da perpetração masculina e feminina constitui uma importante forma de elucidar as diferenças de género na agressão sexual. Por exemplo, alguns autores (e.g., Cleveland *et al.*, 2003; O'Keefe, 1997), muito embora centrados, maioritariamente, no estudo da violência física e emocional, consideram que a violência no masculino surge, sobretudo, associada ao "*background*" individual do agressor, enquanto a agressão feminina parece estar mais relacionada com fatores situacionais, tais como o conflito relacional e o grau de envolvimento amoroso. Especificamente na área da agressão sexual, ainda são muito escassos os estudos que examinam os fatores de risco para a agressão no feminino ou que tentaram avançar explicações para o fato de as mulheres também cometerem este tipo de crimes. Acresce a constatação de que algumas formulações teóricas proporcionam explicações pouco compreensivas sobre o fenómeno, carecendo-se, por conseguinte, de modelos teóricos

mais consistente e que possam servir de suporte à investigação (cf., O'Keefe & Treister, 1998; Riggs *et al.*, 1996).

A revisão da literatura efetuada leva-nos a admitir, também, que os fatores de risco identificados para a Vitimização e/ou agressão sexual são prevalentes no contexto universitário. Desde logo, tem sido consistentemente sugerido que as mulheres entre os 16 e os 19 anos estão em maior risco de serem vítimas de uma violação no contexto de namoro, seguindo-se as mulheres com idades entre os 20 e os 24 anos de idade (Frinter *et al.*, 1996) – a idade mais representada no contexto universitário. Tem sido também sugerido que a falta de experiência relacional, associada à necessidade de emancipação e de independência dos jovens nesta fase, nem sempre facilitam o reconhecimento de uma condição de Vitimização, assim como a identificação de recursos para a gerir (Matos, Machado, Caridade, & Silva, 2006). Outros fatores de risco incluem o consumo de álcool (Abbey *et al.*, 1998; Abbey *et al.*, 2001; Muehlenhard *et al.*, 1987; Ullman *et al.*, 1999), a maior probabilidade de associação a pares que sustentam uma socialização diferenciada dos papéis sexuais e concomitantes crenças e atitudes em relação à sexualidade e à agressão sexual (Swartz & DeKeseredy, 2000), o maior envolvimento em atividades de cariz sexual e as relações de proximidade que acabam por ser estabelecidas entre vítimas e perpetradores (Fisher *et al.*, 2000).

Efetivamente, o género, as experiências de socialização, as crenças e atitudes em torno da sexualidade, a personalidade e o consumo de álcool têm sido as variáveis apontadas como as mais suscetíveis de conduzir a comportamentos sexualmente agressivos (Loh *et al.*, 2005).

A influência dos pares também tem sido apontada como extremamente relevante nesta área, uma vez que estes constituem importantes transmissores de normas e valores sociais, sendo modelos de comportamento particularmente relevantes na interação social dos jovens (Kingfogel & Grych, 2004). Não obstante, verifica-se um menor investimento na investigação desta relação.

De destacar, porém, que, de todas as variáveis preditoras analisadas, as experiências precoces de violência na infância, o consumo de substâncias (especialmente o álcool) e as atitudes face à violência sexual são as que têm suscitado maior interesse e consensualidade empírica, em termos do seu valor preditivo na agressão sexual. No entanto, e como vimos, nem todos os indivíduos expostos a um ambiente familiar e/ou social violento sofrem e/ou perpetram abuso íntimo, tendo vindo a identificar-se diferentes mecanismos psicológicos (e.g., características

da personalidade, atitudes de gênero estratégias de resolução de problemas, mecanismos de *coping*) que poderão mediar a relação entre exposição à violência e a agressão no contexto de intimidade juvenil (cf., Hines & Saudino, 2001), assim como o próprio impacto da violência experienciada (e.g., McCloskey & Lichter, 2003). Dada a escassez de estudos considerámos que seria benéfica a elaboração de novos estudos que visem a identificação dos fatores de resiliência que impedem que o comportamento agressivo se desenvolva em sujeitos com este *background* (O'Keefe, 2005).

Relativamente ao álcool, o seu potencial preditivo tem sido associado ao seu efeito desinibidor, maximizado pela sua aceitação social (comparativamente com o uso de outras drogas, cujo consumo tende a ser percebido como uma violação das normas sociais) (King, Flisher, Noubary, Reece, Marais, & Lombard, 2004). Todavia, a relação entre este e a agressão e/ou Vitimização sexual revela-se mais complexa do que algumas leituras teóricas fazem supor (Buzy, Jouriles, Swank, Rosenfield, Shimek, & Corbitt-Shindler, 2004). Este é, por conseguinte, um outro tópico que carece de uma investigação e análise mais aprofundada.

Há também que considerar que as atitudes podem interferir, não só com o entendimento que os intervenientes da violência (quer vítimas quer agressores) constroem acerca dessas experiências, mas também com os seus desempenhos face às dinâmicas abusivas. Citando Caridade (2011), as vítimas podem, por exemplo, permanecer na relação, não conferindo qualquer significado aos episódios abusivos, ou considerá-los como irrelevantes, enquanto os agressores podem desvalorizar a necessidade de modificar a sua conduta abusiva. Face ao exposto, e atendendo à sua relevância preditiva e ao fato de a caracterização das atitudes dos jovens face ao fenómeno constituir um dos objetivos dos nossos estudos empíricos, no capítulo seguinte debruçar-nos-emos com maior detalhe sobre esse tema.

Cultura, Sexualidade e Violência Sexual: Percepções sociais, mitos e atribuições

1. Introdução

Neste capítulo propomo-nos efetuar uma análise da investigação sobre a violência sexual, à luz da dualidade sexualidade *versus* género. Procuraremos apresentar uma revisão teórica crítica da investigação sobre as questões relacionadas com o poder, a sexualidade e as relações entre o género e a violência sexual. Parte-se do princípio de que o sistema sexual e o sistema social se interpenetram de tal forma que não é possível pensar a sexualidade como uma entidade autónoma, não contaminada pela história e pela cultura (Alferes, 2002). Assume-se, ainda, que o comportamento diferenciado em função do género é construído em interação e que a sexualidade e as experiências sexuais são produzidas e modificadas no âmbito de um discurso sexual que muda com o tempo histórico.

2. Género, cultura, sexualidade e processos de controlo social

Os comportamentos sexuais, à semelhança do que acontece com os restantes comportamentos humanos, são delimitados pelas normas sociais e culturais dominantes, que impõem determinados padrões de comportamento sexual (Robinson & Richardson, 1997), em que o género é apontado como o maior fator de discriminação do que constitui um comportamento aceitável/não aceitável. Por exemplo, Lee e colaboradores (2007), num estudo desenvolvido na Coreia do Sul, com estudantes universitários, encontraram altos níveis de tolerância à violação nas

relações de intimidade, com os participantes do gênero masculino a sustentar mais a crença de que o uso da força nas relações sexuais poderá ser justificável em certas circunstâncias. Numa tentativa de interpretar estes resultados, sugeriram que tal se prendia com o fato de, historicamente, a sexualidade feminina ser percebida apenas numa dimensão reprodutiva e de a violação ser entendida como um mero ato sexual e não como um ato de violência.

Também Wang e Sin Ying Ho (2007) concluíram, através de um estudo qualitativo, baseado em *focus group* e entrevistas em profundidade, que os discursos vigentes na sociedade chinesa contemporânea em torno do gênero, amor e sexo, contribuem para a legitimação da violência feminina. Concretizando um pouco mais, constataram que, quer o gênero masculino quer o gênero feminino, percebiam o comportamento violento feminino como não abusivo, conferindo-lhe, por conseguinte, alguma legitimidade. Curiosamente, a agressão no feminino foi percebida pelos participantes como uma manifestação de amor, emergindo associada a várias funções expressivas (e.g., luta amorosa, forma de comunicação, método de demonstrar afeto). Lee, Pomery, Yoo e Rheinboldt (2005) também referiram que o contexto cultural asiático, no qual a virgindade feminina é extremamente valorizada e entendida como um sinal da integridade da mulher, e em que a sexualidade feminina é reprimida e controlada pelo marido, pode potencializar a legitimação de formas de violência sexual.

Tal não significa, contudo, que sejamos meros agentes passivos face aos contextos sociais, pelo que a aceitação das normas sociais relativas ao comportamento sexual não pode ser vista de forma passiva. É neste contexto que, como refere Vilar (2003), a história da sexualidade é uma história de aceitações de determinados padrões morais mas também de reações e transgressões desses mesmos padrões e normas.

A teoria dos *scripts* sexuais (Gagnon, 1997; Gagnon & Simon, 1973), na ótica do construcionismo social, contribuiu largamente para que a sexualidade deixasse de ser vista como um impulso biológico universal, para passar a ser encarada como algo que precisa de ser construído na interação, como um comportamento que emerge nas situações e contextos relacionais, de acordo com as expectativas dos participantes (Plummer, 1982). Assim sendo, os *scripts* sexuais podem ser definidos como esquemas socialmente construídos, relacionados com o significado e orientação dos comportamentos sexuais. Resumidamente, “dizem” quem são os potenciais parceiros sexuais, as circunstâncias em que um comportamento sexual se torna possível, o tipo de atividades e respetiva sequência e os motivos e razões para esse

comportamento sexual (cf. Alferes, 1997, para uma análise mais detalhada). Além disso, os diferentes níveis de *scripts* (intrapésico, interpessoal e encenação cultural) obedecem a uma interação que encerra dimensões históricas, culturais e individuais onde a mensagem passada não é homogênea, sobretudo nas sociedades mais complexas. Com refere Quartilho (2003), as encenações culturais “oficiais”, ainda que dentro das mesmas instituições, não são necessariamente hegemônicas, verificando-se, frequentemente, “uma tensão constante entre grupos, por vezes entre indivíduos, com o objetivo de promoverem as suas próprias encenações, os seus valores, as suas crenças, os seus princípios morais, até mesmo as suas convicções ideológicas” (p.143).

Os *scripts* para os encontros sexuais são, portanto, claramente influenciados pelo gênero, esperando-se que os homens se comportem de um forma assertiva, que tomem a iniciativa e controlem a sequência de ações, enquanto das mulheres é esperado um papel complacente e responsivo à evolução das interações (e.g., Baumeister, Catanese, & Vohs, 2001). Ainda que nos pareça que, atualmente, se caminha para uma visão mais igualitária do relacionamento entre homens e mulheres, somos diariamente inundados por mensagens, nomeadamente nos *media*, que representam a dominância sexual do homem acompanhada da submissão sexual da mulher (e.g. Baker, 2005; Jeffreys, 1990).

Esta submissão a regras diferenciadas, no que toca à vivência da sexualidade, o designado *duplo padrão sexual* (Reiss, 1964), contribui largamente para que as experiências de amor, afeto e intimidade de homens e mulheres fossem /sejam vividas de forma muito diferenciada (Crawford & Pop, 2003). Desde logo, mulheres e homens crescem e desenvolvem-se com um conjunto de valores sexuais diferenciados, os homens no sentido das experiências múltiplas e da gratificação física, enquanto nas mulheres é valorizado o sentido da intimidade e da comunhão emocional (Quartilho, 2003).

Estudos recentes sugerem que o *duplo padrão sexual* continua a existir nas sociedades atuais (e.g. Milhausen & Herold, 1999; Ramos, Carvalho & Leal, 2005), apesar de se assistir a um enfraquecimento das prescrições restritivas em relação à sexualidade feminina, nomeadamente, no contexto pré-matrimonial. Mais concretamente, admite-se cada vez mais que a sexualidade pré-matrimonial pode ser vivida por homens e mulheres desde que exista, no caso destas últimas, um envolvimento afetivo com o parceiro sexual e um padrão de comportamento sexual heterossexual monógamo. Continuam, pois, a valorizar-se normas sexuais restritivas da prática de determinados

comportamentos sexuais, como relações sexuais casuais, relações sexuais com muitos parceiros ou em situação de simultaneidade, assim como comportamentos homossexuais (Ramos *et al.*, 2005). Por sua vez, para os homens, continua a ser comum e aceitável o envolvimento em relações sexuais sem afeto implícito (Ramos *et al.*, 2005).

Neste sentido, Kane e Schippers (1996), verificaram que a maioria dos estudantes universitários admite o direito das raparigas à atividade sexual, considerando, porém, que os rapazes devem ser sexualmente mais experientes do que as suas parceiras, sugerindo que os rapazes devem ser mais livres do que as raparigas para satisfazerem os seus desejos sexuais e que o seu desejo sexual é maior do que o das raparigas. Também Milhausen e colaboradores (1999) verificaram que a maioria das estudantes universitárias que participaram no seu estudo referiu a presença de um duplo padrão sexual no contexto social, mediante o qual as mulheres que têm muitos parceiros sexuais são julgadas de forma mais negativa do que os homens (Alferes, 1997, Ramos *et al.*, 2005). Destacaram, assim, que a mulher é social e severamente punida pelo fato da sua conduta sexual ultrapassar as fronteiras da moralidade sexual socialmente estabelecida, ficando com “má reputação” – o que é claramente demonstrativo de como as crenças sociais relativas à sexualidade se assumem como dispositivos de controlo social da sexualidade.

Herold e Mewhinney (1993) referiram, ainda, que o *script* tradicional, assente no duplo padrão sexual, encoraja o homem a atribuir uma definição sexual às suas relações afetivas, enquanto, no que toca às mulheres, lhes incute um sentimento de culpa aquando da prática de atos sexuais que transgridam as normas culturais.

Estes *scripts* podem conduzir a situações de violência sexual, à luz da pressuposição de que a iniciativa e pressão masculina em matéria sexual faz parte da interação normal entre homens e mulheres em certos contextos relacionais. Há, de resto, vários estudos que comprovam que, quanto maior for a adesão a estes *scripts*, maior é a probabilidade de ocorrer violência sexual (e.g., Anderson, Simpson-Taylor, & Herrman, 2004; Baumeister *et al.*, 2002).

Ainda que as regras sociais em torno da sexualidade e dos papéis de género não indiquem explicitamente que o homem pode forçar a mulher a ter relações sexuais, deixam subentendido que, se a rapariga quebra essas regras, cria condições que, em certa medida, justificam o forçar das relações sexuais. Por exemplo, Cialdini (1993), de acordo com a “*teoria da reciprocidade*”,

identificou como representativa destas regras a situação em que o homem paga o jantar e o cinema e, subentendida, está a “obrigação” da mulher retribuir o gesto com relações sexuais, sendo que, se ela recusa (i.e., quebra a regra), o homem pode tentar forçá-la a isso. Um outro exemplo será a situação em que a mulher aceita um certo tipo de interações sexualizadas (e.g., beijos, carícias íntimas), recusando, posteriormente, a relação sexual.

Também a concordância expressa por estudantes universitários, quer por homens quer por mulheres, quanto à ideia de que os avanços sexuais dos homens são justificados se a mulher não resiste física e verbalmente (i.e., se não diz que “não”), partindo da assumpção de que, ao não o fazer, está implicitamente a dizer “sim” (Muehlenhard & Rodgers, 1998), traduzem a presença destas regras implícitas. Efetivamente os *scripts* sexuais tradicionais, que atribuem ao homem o papel de iniciar a atividade sexual e à mulher o papel de decidir até onde aquele ato pode ir ou não, eram invocados pelos participantes deste estudo para justificar as suas respostas. De acordo com estes, se a mulher não resiste física e verbalmente, tal é interpretado como sinal de que deseja a relação, sendo culpabilizada se algo não correr da forma esperada, e interpretada como sendo sua a “falha” no controlo do comportamento do parceiro.

Ainda no que se refere às regras sexuais implícitas, White e Humphrey (1991) consideram que o namoro é o contexto privilegiado onde se joga um jogo com regras que ditam o que pode e o que não pode acontecer. Regras que, como refere Card (1991), não estão escritas em lado nenhum, mas são amplamente usadas pelas pessoas para guiarem e avaliarem o seu comportamento e o comportamento dos demais, constituindo-se como uma forma de controlo social. Assim, neste contexto, as jovens cedem muitas vezes às pressões dos seus companheiros devido a uma conceção subordinada do papel da mulher na relação e ao medo de perder o namorado, caso não se conformem às exigências que lhe são feitas (Stefer *et al.*, 2000).

Wood (1999) verificou que as vítimas de violência, muitas vezes, auto silenciam-se, ignoram e/ou minimizam os seus pensamentos e sentimentos, com o objetivo de preservar a relação amorosa ou para corresponder às necessidades e/ou exigências dos seus parceiros amorosos, até porque culturalmente é este o comportamento que se espera delas. Resultados semelhantes foram encontrados por Ismail, Berman, Ward-Griffin (2007). A violência sexual pode, mesmo, chegar a ser normalizada no contexto do namoro, acreditando-se que a mesma é legítima ou banal (Caridade, 2008) ou corresponde a uma forma de expressas amor e envolvimento (Stefer *et al.*, 2000).

3. Género e concepções culturais sobre o amor e violência

Como vimos, ao longo da socialização de género, os indivíduos retêm certos discursos culturais acerca do que significa ser homem e mulher e são estimulados e reforçados a assumir esses papéis nas suas próprias vidas. Esta incorporação das concepções culturais sobre a masculinidade e feminilidade traduz-se, entre outras dimensões, no entendimento e no comportamento face aos relacionamentos amorosos, verificando-se uma grande diferença na forma como homens e mulheres concebem e manifestam sentimentos de amor, intimidade e proximidade (Wood, 1999). Alguns autores (e.g., Römken & Mastenbroek, 1998) defendem, mesmo, que as concepções culturais em torno do amor e do romance contribuem para a minimização da violência contra o género feminino (e.g., a violência e o controlo podem ser expressões de amor; o “verdadeiro amor” poderá conduzir à mudança do parceiro).

Em território nacional, Dias (2012) encontrou resultados semelhantes, nomeadamente, ao verificar que as concepções tradicionais do amor (sustentadas, sobretudo, por parte do género feminino) favorecem a minimização da violência através da crença na transformação do parceiro abusivo ou da concepção de que o “verdadeiro amor” vencerá todos os obstáculos; do mesmo modo que a concepção do amor como paixão ou arrebatamento parece desculpabilizar a violência perpetrada pelo género masculino se antecedida de uma traição pela parceira.

Neste contexto consideramos relevante detalhar que, quando a autora procurou situar as experiências e as atitudes dos jovens na forma como estes constroem, mais genericamente, o amor e a intimidade, identificou cinco repertórios interpretativos (Potter e Wetherell, 1992), não mutuamente exclusivos, designadamente: o amor romântico (remete as relações de intimidade para os *scripts* tradicionais, associando-se a sexualidade ao amor, às relações de namoro e a relações a longo prazo), o amor apaixonado (ênfase na atração física, pela intensidade emocional e sentido de inevitabilidade da relação), o amor companheiro (amizade vivida como a base do amor), o amor pragmático (assenta num modelo económico e calculado da relação, em que há a ponderação de ganhos e perdas – amor quase como uma listagem de atributos desejados no parceiro) e o amor *game-playing* (o amor surge como um jogo, sem implicar compromisso ou envolvimento emocional).

Como principais conclusões desse estudo podemos referir que o repertório do “amor romântico” (que representa o amor como único, verdadeiro e eterno) foi encontrado

maioritariamente entre participantes do gênero feminino, promovendo uma construção relacional da identidade que conduz à dependência emocional e que responsabiliza os elementos deste gênero pela qualidade e manutenção da relação. Já o repertório do “amor apaixonado” traduziu-se numa compreensão do amor como “cego”, sendo comumente utilizado para justificar a permanência nas relações abusivas. Nos elementos do gênero masculino este discurso aparece associado à percepção da infidelidade feminina como motivo legítimo para a violência, ao passo que, no gênero feminino, os ciúmes surgem percebidos como uma prova de amor (Dias, 2012).

Segundo a autora, e ainda que os repertórios do “amor romântico” e “amor apaixonado” se revelem como sendo os que mais promovem a vulnerabilidade à violência através da assimetria relacional, defendendo uma maior limitação da vida amorosa feminina, aliada a uma maior passividade/submissão e restrição das emoções negativas nas mulheres, o fato é que, nos restantes repertórios, também se fazem notar construções genderizadas do amor. Concretizando, a associação entre a sexualidade e emocionalidade femininas estão presentes em todos os repertórios, sendo que o maior investimento relacional das mulheres, a par do seu desinvestimento pessoal, apenas não é encontrado no repertório do “amor desencantado”.

Estes resultados fazem-nos considerar os seis “love styles” identificados por Lee (1973), designadamente: o amor romântico (ênfase na atração física, intensidade emocional, comprometimento e envolvimento emocional); amor *game-playing* (vê o amor como um jogo, não se envolve emocionalmente, é manipulativo, deseja múltiplos relacionamentos e prefere sentir que controla as relações); amor companheiro (desenvolve-se através da amizade; acredita que o companheiro deve partilhar os mesmos interesses e emoções, e expressa um menor interesse na intensidade das relações sexuais); amor alienado (expressa uma atitude ambivalente face ao amor, procura o amor mas, simultaneamente, fica facilmente frustrado com as exigências da relação e antecipa que vai sofrer com a mesma); amor pragmático (descrita como a abordagem mais racional do amor, em que o amante compara o seu companheiro a uma lista de características pré-estabelecidas; procura compatibilidade nos relacionamentos e acredita que as relações não devem ser fontes de sacrifício e dor); e o amor altruísta (amor incondicional, investe tudo nas relações sem esperar nada em troca).

Segundo o que é veiculado na literatura o “love style” *game-playing* parece estar associado à coerção sexual (e.g., Kalichman, Sarwer, Johnson, Early, & Tuten, 1993; Sarwer, Kalichman,

Johnson, Early, & Ali, 1993; Russell *et al.*, 2002). A literatura sugere que os indivíduos coercivos têm maior probabilidade de ver as relações íntimas como naturalmente adversas e o estilo de amor *game-playing* e a manipulação constituem um comportamento normativo (Briere & Malamuth, 1983; Koss *et al.*, 1985; Spense, Losoff, & Robbins, 1991). Os homens sexualmente coercivos têm menor probabilidade de evidenciar um estilo de amor altruísta (Russell *et al.*, 2002). Homens coercivos sexualmente tendem a evidenciar uma visão menos romântica do amor e investem menos, emocionalmente, nas relações, comparativamente com os homens não coercivos.

4. Gênero, vulnerabilidade e violência sexual

As ideias acerca do gênero, da vulnerabilidade e da perigosidade têm consequências, tanto para a vida dos indivíduos como para a vida em sociedade (Berta, Ornelas, & Maria, 2007; Hollander, 2001), pois é sabido que afetam não somente aqueles que experienciam violência como também os que não são vítimas e os que não são agressores.

Neste âmbito, estudos mostram que as mulheres tendem a relatar mais medo da violência do que os homens num vasto conjunto de circunstâncias (e.g., Machado, 2004; Warr, 1985) ainda que, paradoxalmente, este receio não se traduza nos dados conhecidos de Vitimização, nomeadamente, nas estatísticas oficiais (Pain, 1997). De acordo com estas, à exceção da agressão sexual, o risco de experimentar violência pessoal é, de fato, muito superior nos homens (Stanko, 1997).

A esta realidade, alguns autores acrescentam que parece haver uma disjunção entre as situações que as mulheres relatam como mais temidas (agressão por um estranho, à noite, na rua) e as situações em que provavelmente estarão em maior risco (em casa, com conhecidos) (e.g., Koss, 1988; Tjaden & Thoemes, 1998), aquilo que Valentine (1992) realça ao referir a existência de uma “*não correspondência entre a geografia do medo e a geografia da violência*” (p.84).

Numa tentativa de explicar o porquê desta realidade, destacam-se várias explicações: (a) a existência de inúmeros casos de violência contra as mulheres que não são denunciados, especialmente aqueles que são cometidos por pessoas conhecidas (Stanko, 1992); (b) o que alguns autores (e.g., Ferrero, 1996; Warr, 1985) designam pela “natureza única da agressão

sexual”; (c) as experiências cotidianas de assédio sexual experimentadas pelas mulheres (Gardner, 1995); (d) as descrições de violência contra as mulheres apresentadas pelos *mass media* (Health & Gilbert, 1996) e; (e) as consequências reais dos crimes sexuais e dos mitos que distorcem a percepção da sua realidade (Berta *et al.*, 2007).

A este conjunto de explicações Hollander (2001), concordando com McDaniel (1993), acrescenta o fato de as pessoas construírem, elas próprias, a vulnerabilidade feminina e a perigosidade masculina através das conversas diárias em torno da violência e do perigo. A partir dos resultados de *focus groups*, esta autora analisou o fato de a vulnerabilidade face à violência ser uma componente central da feminilidade, mas não da masculinidade, do mesmo modo que tende a ser associado um relativo potencial de agressividade à masculinidade, mas não à feminilidade. Tentando desconstruir estas concepções, Hollander realça que se trata de ideias acerca do gênero que são persistentes, largamente disseminadas e construídas através da interação, mais concretamente, através das rotinas de comportamentos e comunicações que as replicam e reforçam dando-lhes, por conseguinte, existência real.

A autora acrescenta, ainda, que estas ideias são, em parte, baseadas em crenças acerca dos “corpos generalizados” que assentam no pressuposto de que o corpo das mulheres é inerentemente vulnerável e não perigoso face aos outros, dada a sua menor estatura e força física, sendo fisicamente vulnerável à violência sexual. Em contrapartida, o corpo dos homens é visto como potencialmente perigoso, devido à sua maior estatura, maior força e maior potencial para exercer a violência sexual. Como refere a autora, estas ideias estão integradas na noção de gênero e são vistas como sendo “naturais” sendo, assim, largamente invisíveis e incontestáveis na vida quotidiana. Como refere Lott (1990), as pessoas passam a perceber-se como intrinsecamente genderizadas.

Esta tese vai ao encontro da defendida por outros autores (e.g., Bosweel, & Spade, 1996), que consideram que a violência sexual e a sua ameaça implícita fazem parte da identidade feminina e constituem poderosos reguladores da experiência social das mulheres (Machado, 2004). Na verdade, a consciência da vulnerabilidade sexual e a percepção de fragilidade fazem parte da identidade feminina (Stanko, 1997), assim como as construções de respeitabilidade feminina integram prescrições específicas sobre a forma como a mulher se deve comportar de modo a evitar a sua vitimização. Note-se que estas expectativas e percepções têm consequências, quer nas estratégias que as mulheres usam para se manterem seguras, quer nas interações que

estabelecem com os outros e na liberdade que têm para se moverem, tanto em espaços públicos como em espaços privados (Berta *et al.*, 2007; Day, 1994; Prentice & Garranza, 2002; Sanchez, Crocker, & Boike, 2005).

Mas, como refere Lorber (1993), estas crenças acerca dos corpos masculinos e femininos são muito mais construções sociais do que representações da realidade. Por exemplo, a menor força física da mulher relativamente ao homem resulta, não apenas das diferenças fisiológicas entre ambos, mas também das expectativas de género que valorizam a delicadeza e fragilidade feminina (McCaughey, 1997). Além disso, a prevalência de violações entre homens presos demonstra que estes também são vulneráveis à agressão sexual (Mezey & King, 1992). O mesmo sucede com as experiências de violência homofóbica e racista, de homens homossexuais ou negros, respetivamente, também elas demonstrativas de que os grupos subordinados de homens são igualmente alvo de violência (Stanko & Hobdell, 1993).

5. Género e percepção social da violência sexual

Nas últimas três décadas temos assistido a um aumento considerável de estudos que se debruçam sobre o fenómeno da percepção social da violência sexual (Anderson, 2007). Uma revisão mais aprofundada destes trabalhos permite concluir que, relativamente aos estudos que se centraram na violação das mulheres, sobretudo os mais antigos, as pessoas tendem a acreditar no “clássico” estereótipo da violação perpetrada por um estranho (e.g., Estrich, 1987; Ryan, 1988). O fato é que, mesmo na atualidade, quando é pedido às pessoas que descrevam o que entendem por uma “típica violação” (“credível”, genuína”, “real”), estas tendem a descrever um acontecimento que ocorre na rua, à noite, em que as vítimas estão sozinhas e desprotegidas e, subitamente, são atacadas por um estranho. É curioso notar que, relativamente à vítima, fatores como vestir roupa “provocante”, conhecer o agressor, estar alcoolizada e ter passado tempo com aquele no momento que precedeu a violação e, no caso do agressor, fatores como usar arma e empreender atos agressivos para tentar consumir a violação, tendem a não ser imediatamente mencionados (Anderson, 2007).

Não menos relevante é a conclusão de que este estereótipo da “real” violação, associado à perpetração por um estranho, também está presente no discurso de vários profissionais, entre os quais, médicos, polícias, advogados e juizes (Du Mont, Miller, & Myhr, 2003; Ferreira, 2004;

Kassing & Prieto, 2003). Existem mesmo evidências de que estes discursos interferem na avaliação que estes profissionais fazem dos casos de violação, traduzindo-se na classificação que fazem dos mesmos como “fortes” e “fracos” (Estrich, 1987 & Larcombe, 2002). Mais especificamente, um caso “forte”, percebido como uma situação em que a probabilidade de se conseguir uma condenação é significativa, é um caso cujas características se aproximam do estereótipo da “real violação”.

Alguns autores (e.g., Wood & Rennie, 1994) alertam para que esta tendência é observada, também, frequentemente, nas próprias vítimas. Por outras palavras, as vítimas raramente definem um episódio sexual como abusivo se o mesmo não se aproximar dessa percepção estereotipada do que é uma “verdadeira violação” – o que obviamente conduz a baixas taxas de denúncia (Estrich, 1987). Contudo, mais recentemente, outros autores (e.g., Gavey, 2005), sugerem que estamos a assistir a uma mudança nas crenças públicas em torno do estereótipo da violação. Esta mudança paulatina tem sido associada a um conjunto de fatores, entre os quais se encontram a erosão do suporte cultural para os mitos de violação e para as atitudes tradicionais face aos papéis sexuais (Orcutt & Fairson, 1988), a crescente discussão nos *media* sobre as violações cometidas no contexto das relações de intimidade (Gavey, 2005) e a maior ênfase na denúncia e discussão dos mitos de violação nos jornais e nas revistas (Verberg, Desmarais, Wood, & Senn, 2000). Esta modificação estará, mesmo, a conduzir a uma relação estatisticamente significativa entre a diminuição de crenças e mitos sobre a violação e o incremento de denúncias de violações cometidas por agressores conhecidos das vítimas (Hinck & Thomas, 1999).

Um estudo internacional recente (Krahn, 2004) parece ser demonstrativo desta mudança, na medida em que, quando foi pedido às participantes para descreverem uma experiência sexual coerciva recente, se verificou que relatavam, frequentemente, uma violação perpetrada por um namorado ou conhecido. Além disso, quando se questionou se estas situações correspondiam a uma “verdadeira” violação, a maioria concordou, apenas discordando quanto ao fato do sexo oral ou “digital” constituírem violação – o que mostra que muitas outras mudanças cognitivas têm ainda de ocorrer.

A verdade é que um número considerável de mulheres é alvo de violência sexual em circunstâncias diferentes das que são contempladas neste estereótipo (e.g., Lonsway & Fitzgerald, 1994). Como refere Estrich (1987), a “verdadeira violação” (isto é, a mais frequente) acontece

entre duas pessoas que se conhecem e em que o agressor não bate na vítima nem a ameaça com uma arma.

Já quando se analisa os estudos em torno da violência sexual cometida contra homens adultos, verifica-se (tal como já foi anteriormente mencionado) que esta só muito recentemente tem ganho terreno na investigação, nomeadamente no campo da psicologia social (Anderson, 1999; Anderson *et al.*, 2001; Isely *et al.*, 1997; Kaufman, Divasto, Jackson, Voorhees, & Christy, 1980). Além disso, verifica-se, à semelhança do que se regista no caso das vítimas mulheres, que existe uma sub-representação desta realidade nas estatísticas oficiais (Anderson, 2007). De entre as principais razões evocadas para a não denúncia encontra-se o medo dos homens vítimas de serem desacreditados, culpabilizados ou questionados quanto à sua orientação Sexual (Scarce, 1997).

A literatura documenta, ainda, que a ignorância e a descrença face ao fenómeno da agressão sexual dos homens têm contribuído para a perpetuação de vários mitos em torno desta problemática. Mais especificamente, estudos realizados com o objetivo de perceber as conceptualizações dos participantes relativamente à violação dos homens (e.g., Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1992), identificaram diversas percepções estereotipadas, como, por exemplo que “os homens adultos só podem ser violados na prisão”, “os homens que são violados são homossexuais”, “os homens são demasiado fortes para serem violados”. Outras ideias comuns são as de que, para ser uma “verdadeira vítima”, o homem tem que ser mais pequeno do que o seu agressor, que nestas situações o violador e/ou a vítima são homossexuais e que a vítima deverá sentir culpa pela agressão sexual de que foi alvo (Anderson, 2007; Struckman-Johnson *et al.*, 1992). O estado da arte leva-nos, portanto, a concordar com autores como Donnel e Kenyon (1996), quando referem que o conhecimento em torno da violação cometida contra homens adultos se encontra no mesmo estádio em que o saber sobre a violação das mulheres se encontrava há vários anos atrás, apesar de existir um longo caminho ainda a percorrer também nesta última área.

O que parece indiscutível é o fato de o género dos participantes afetar as suas percepções do que constitui uma “típica violação das mulheres” e uma “típica violação dos homens”. Mais concretamente, os estudos revelam que os homens concordam mais com os mitos sobre a violação do que as mulheres (Geiger, Fisher, & Eshet, 2004; Hinck *et al.*, 1999; Davies, Pollard, & Archer, 2001), culpam mais as vítimas (White & Kurpius, 2002) e sustentam atitudes menos

tolerantes face às mesmas (Jiminez & Abreu, 2003; Nagel, Matsuo, MacIntyre, & Morrison, 2005; William & Pollard, 2003). Autores como Doherty e Anderson (1998) concluem que tal realidade decorre “*da natureza altamente genderizada da violação e das expectativas culturais que norteiam as relações sexuais e as suas transgressões*” (p. 229).

O que é interessante notar é que esta menor identificação também se estende à violação dos homens (Anderson, 2007). Por outras palavras, a investigação evidencia que os homens culpam mais as vítimas homens do que as mulheres (Davies, Pollard, & Archer, 2001; Mitchell, Hirschman, & Hall, 1999; Whatley & Riggio, 1993), consideram a agressão menos severa (Davies *et al.*, 2001), têm menos simpatia com as vítimas (Burczyk & standing, 1989), concordam mais com os mitos sobre a violação masculina (Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1999) e são mais homofóbicos (Anderson, 2004; Burt, & DeMello, 2002). Quanto a este último aspeto, algumas investigações (e.g., Anderson & Doherty, 2004; Davies, 2002; Davies & McCartney, 2003) constataram que a homofobia se torna mais saliente quando os homens não se identificam com as vítimas envolvidas e quando o incidente é descrito como envolvendo vítimas “gay”. As vítimas homens tendem também a ser julgadas de forma mais negativa do que as mulheres, nomeadamente, quando são avaliados como sendo capazes de escapar ou lutar contra o atacante (Davies *et al.*, 2001).

Alguns autores procuraram averiguar os fatores que contribuem para esta reação hostil e homofóbica à violação dos homens. Identificaram como fatores preponderantes a reduzida simpatia com homens posicionados num papel não-dominante, assim como a crença de que os homens vítimas são homossexuais, com um estilo de vida pautado pelo envolvimento em sexo casual e indiscriminado (Scarce, 1997; West, 2000). Neste sentido, Davies (2002) considera que esta associação entre a violação dos homens e a homossexualidade pode ser uma maneira de os participantes expressarem a sua homofobia.

A perceção da violação masculina por parte dos homens parece, aliás, estar associada a uma combinação da masculinidade hegemónica (Kite & Whitney, 1996) com estratégias de distanciamento/defensividade emocional (Bell, Kuriloff, & Lottes, 1994). Por exemplo, Anderson e colaboradores (2004) verificaram que os homens tendem a distanciar-se de certos incidentes de violação envolvendo vítimas homens, descrevendo-os em termos sexuais e homofóbicos, de modo a deixarem a sua masculinidade intacta e a negarem a possibilidade de se poderem tornar vítimas deste tipo de agressão. As autoras verificaram, ainda, que as crenças homofóbicas estavam

positivamente correlacionadas com a atribuição de culpabilidade aos homens vítimas de violação e com a crença de que as vítimas sofrem um impacto menor se a penetração anal for uma prática sexual normal na sua vida (i.e., se o homem for homossexual), acreditando, portanto, que o trauma será maior para as vítimas que nunca experienciaram esse tipo de contacto sexual.

Como tentativas de explicar esta diferente identificação de homens e mulheres com as vítimas de violação, têm sido, também, avançados os argumentos de que as mulheres têm maior probabilidade de ser agredidas sexualmente (DeKeseredy *et al.*, 1993; Koss *et al.*, 1987) e o fato de estas experimentarem quotidianamente o medo de uma potencial violação (Verberg, 1998). Por outro lado, historicamente, as mulheres foram quase sempre as vítimas da violência, ao passo que os homens quase sempre encarnam o papel de perpetradores.

Partindo deste pressuposto, Anderson (2007) considera que os homens têm um menor conhecimento sobre o fenómeno porque são menos frequentemente vítimas, têm poucos amigos que o foram, os *media* são mais omissos no que respeita à violação dos homens do que à das mulheres e, conseqüentemente, este é um tema que raramente surge na interação social. A autora entende, assim, que os homens, por possuírem menor conhecimento ou empatia com as vítimas de violação, quando lhes é pedido para verbalizarem o que constitui uma “verdadeira violação”, tendem a recorrer ao estereótipo da perpetração da agressão por um estranho – fazendo-o quer em relação à violação das mulheres quer em relação aos homens, por extrapolação de um cenário para o outro. Em contrapartida, Anderson considera que é esperado que as mulheres conheçam melhor o fenómeno e, como tal, se identifiquem mais proximamente com as vítimas. Refere, ainda, que, dadas as mudanças que têm ocorrido na percepção da violação das mulheres, é esperado que as mulheres saibam que a violação por alguém conhecido é mais frequente do que por um estranho e tendam a incluir esta situação nas suas descrições, extrapolando este conhecimento para a violação dos homens.

No plano das implicações destes dados, salientamos que a não percepção deste tipo de violência como algo de grave tem conseqüências negativas extremas para a vítima, ao nível da sua recuperação (Kubany, Abueg, Owens, Brennan, Kaplan, & Watson, 1995), da denúncia do crime e da intervenção do sistema judicial, que acaba por passar a mensagem aos agressores de que a lei não pode punir as suas ações e, simultaneamente, contribui para o sentimento de insegurança e desamparo das vítimas (Frese *et al.*, 2004; Koss, 1992). Tal torna-se particularmente significativo

se considerarmos que estas vítimas, mais do que as de outros crimes graves, já tendem a silenciar a sua vitimização (Koss, 1992).

6. Mitos e atribuições face à violência sexual

Vários investigadores têm procurado analisar a forma como os fatores atitudinais, como as atitudes de género (e.g., Burt, 1980; Ong & Ward, 1999; Ryckman *et al.*, 1992) (i.e., como as crenças que definem diferentes papéis e privilégios em função do género, nomeadamente, crenças associadas à natureza e significado da agressão sexual) e/ou os mitos de aceitação desta forma de violência (i.e., estereótipos ou falsas crenças em torno deste tipo de agressão) se relacionam com as reações à violência sexual, sendo o género a característica do observador mais estudada nestas situações (Freese *et al.*, 2004).

De sublinhar, contudo, que, apesar de o género dos participantes consistentemente tender a emergir como uma variável fortemente relacionada com os mitos associados à violência sexual (Lonsway *et al.*, 1994), o papel da idade e do nível educacional também têm sido salientados (e.g., Felty, Ainslie, & Geib, 1991; Geiger *et al.*, 2004). Por exemplo, Feiring, Deblinger, Hoch-Espada e Haworth (2002) constataram que estudantes do ensino secundário, quando comparados com participantes mais velhos, revelavam atitudes mais legitimadoras da agressão sexual. Numa tentativa de explicar estes resultados, os autores admitem que tal poderá advir de os estudantes mais novos possuírem menos experiência amorosa (possuindo, por conseguinte, crenças menos realistas a esse respeito), enquanto os estudantes mais velhos podem dispor de maior experiência e de uma maior consciência da inadequação e reprovação social destas crenças e comportamentos. Resultados semelhantes foram encontrados por Xenos e Smith (2001).

Neste âmbito, e apesar de globalmente os participantes tenderem a não concordar com comportamentos sexualmente coercivos, alguns estudos (e.g., Cook, 1995) têm constatado que, em determinadas situações, a agressão pode ser parcialmente desculpabilizada (e.g., quando a mulher inicialmente concorda com o ato sexual, mas acaba por o rejeitar; quando “provoca” sexualmente o companheiro; e quando manteve previamente relações sexuais com o mesmo). Mais recentemente, Serquino-Ramiro (2005) concluiu que a coerção sexual era legitimada quando uma das partes permitisse o contacto íntimo e/ou emitisse sinais ambíguos, e quando a coerção era interpretada como ocorrendo no âmbito do descontrolo dos impulsos sexuais. Na mesma linha

de pensamento, Jaffe, Suderman, Reitzel e Killip (1992) também averiguaram que o sexo forçado é legitimado nas relações amorosas de longa duração ou quando a mulher tem comportamentos considerados “provocadores”.

A nível nacional, Caridade (2011) também constatou a existência de crenças legitimadoras da violência sexual entre os jovens, designadamente quando, através de *focus-groups*, inquiriu diretamente e de forma mais aberta os jovens sobre esta matéria. A autora realizou estes *focus-groups* com jovens de diferentes níveis de ensino (secundário, universitário e jovens na vida ativa), em cada contexto, conduzindo grupos de discussão exclusivamente femininos, exclusivamente masculinos e mistos, num total de nove *focus-groups*.

Nos discursos produzidos neste contexto, a violação surgiu representada como um tipo de abuso pouco frequente nas relações amorosas juvenis, sendo, sobretudo, representada como algo que ocorre entre desconhecidos. Todavia, e como a autora alerta, é de sublinhar a tendência dos entrevistados para identificarem o forçar o ato sexual como uma forma de abuso distinta da violação («*violação acho que não... agora sexo forçado, isso acontece!*»). A violação surgiu representada como o tipo de violência mais severo, com os outros atos sexualmente abusivos a serem percecionados como menos graves, entre os quais a pressão verbal para o ato sexual e a tentativa mas não consumação do ato. Registou, ainda, a tendência generalizada dos participantes para a desvalorização de atos indesejados de menor gravidade (“*apalpões indesejados são coisas que estão sempre a acontecer e que não têm importância nenhuma*”).

Quanto aos contextos e/ou situações que poderão precipitar a ocorrência da violência sexual, certas condutas da mulher assumiram uma posição predominante no discurso dos participantes – associada à censura dos comportamentos femininos que se afastam do padrão convencional (e.g., vestir de forma sexualmente apelativa, já ter iniciado a sua vida sexual, consumir álcool). Relativamente às causas da violência sexual, predominam explicações individualistas, quer de cariz “biológico” e desenvolvimental (curiosidade e/ou “impulsividade sexual”, ausência de informação e/ou inexperiência sexual), quer do foro psicológico (patologia, Vitimização sexual na infância). A pressão dos pares também foi verbalizada como proeminente, sobretudo pelos participantes do género masculino. Como Machado e colaboradores (2011) referiram, “a referência a causas sociais ou culturais, bem como a eventuais explicações relacionadas com as questões de dominação de género, estão completamente ausentes no

discurso dos participantes, denotando a sua dificuldade em perceber a dimensão sociocultural da sexualidade” (p.320).

Face a estas conclusões, e como Freese, Moya e Megías (2004) defendem, perceber as atitudes face à violência sexual torna-se fundamental, na medida em que nos permite perceber como é que as pessoas reagem e se comportam face às vítimas e aos agressores. Estas atitudes envolvem atribuições em torno das causas para a violência, entre as quais a culpabilização da vítima, a minimização do impacto psicológico do crime e a justificação do comportamento do ofensor (Freese *et al.*, 2004). Tal fato é de extrema relevância, na medida em que estas atitudes podem ser sustentadas quer por perpetradores quer por vítimas e são, frequentemente, pautadas pela culpabilização da vítima, minimização do impacto psicológico do crime e justificação do comportamento do agressor. Estas atitudes e crenças influenciam, quer a manifestação da e a tolerância à coerção sexual (Proite, Donnellis, & Benton 1993), quer a adesão aos estereótipos sexuais tradicionais de masculinidade e feminilidade (Zweing *et al.*, 1997). Acresce a informação de que a aceitação dos papéis de género tradicionais não só influencia a tolerância face à violência sexual, como também constitui um importante preditor de mitos sexuais (Lonsway *et al.*, 1994).

Por exemplo, a probabilidade de usar a força num encontro sexual tem aparecido positivamente associada a sentimentos de hostilidade face às mulheres, à aceitação de mitos sobre a violência sexual e à crença de que a mulher deseja ou merece ser violada (Feltey *et al.*, 1991). De modo semelhante, outros estudos têm documentado que, quando os homens são socializados de modo a serem dominantes e agressivos, tendem a guiar-se por uma “cultura da hiper-masculinidade”, com o suporte de pares que fomentam a agressão sexual e legitimam mitos e crenças sexuais agressivos (Roze *et al.*, 2001).

Estudos conduzidos recentemente têm, no entanto, verificado que, na generalidade, os participantes tendem a discordar com a afirmação expressa de mitos sobre a violência sexual (e.g., Carmody & Washington, 2001; Golge, Yavuz, Muderrisoglu, & Yavuz, 2003; Hinck *et al.*, 1999), apesar de terem sido documentadas algumas diferenças entre homens e mulheres, com os primeiros a sustentar mais crenças de legitimação da violência (Feltey *et al.*, 1991; Geiger *et al.*, 2004; Jimenez *et al.*, 2003; McDonald & Kine, 2004; Vrij & Kirby, 2002). Por exemplo, Geiger e colaboradores (2004) verificaram que um terço dos seus participantes do género masculino admitiram concordar com certas crenças legitimadoras da violência sexual (e.g., “todas as raparigas estão interessadas em sexo”; “quando as raparigas dizem não, não é isso que querem

realmente dizer”; “as raparigas acusam os rapazes sem qualquer motivo”) – sugerindo que é esperado que as mulheres não demonstrem interesse sexual, antes, devendo expressar resistência às insistências sexuais masculinas, para que não venham a ser responsabilizadas pela sua própria vitimização.

Como concluiu Caridade (2012), esta maior legitimação da agressão sexual por parte do género masculino tem sido essencialmente explicada a partir da socialização diferenciada de homens e mulheres, nomeadamente, no que respeita aos papéis de género e à sexualidade. Tal não significa que as raparigas estão imunes à socialização sexista. Por exemplo, Geiger e colaboradores (2005) verificaram que 15% das participantes no seu estudo mostrou concordar com algumas crenças legitimadoras da violação e de responsabilização da vítima. Na opinião de alguns autores (e.g., Johnson, Kuck, & Schander, 1997) este tipo de mitos sexuais pode ser sustentado quer por homens quer por mulheres, muito embora seja de admitir que as suas crenças podem servir objetivos distintos. Mais especificamente, tem sido mencionado que os homens podem recorrer a este tipo de crenças para legitimar a agressão sexual, enquanto as mulheres o podem fazer para negar a sua vulnerabilidade pessoal face a esta forma de agressão.

Por sua vez, os estudos conduzidos com o intuito de compreender as atribuições para os diferentes tipos de agressão sexual têm concluído que os indivíduos consideram a agressão sexual cometida por um estranho como um crime mais sério e mais traumatizante (física e psicologicamente) para a vítima do que a agressão que é cometida por um conhecido, mesmo que esta tenha características muito semelhantes (e.g., Bell *et al.*, 1994; Bridges, 1991; Estrich, 1987; Monson, Lanhinrichsen-Rohling, & Binderuo, 2000; Perry, McLendon, & Foley, 1994; Szymanski, Devlin, Chrisler, & Vyse, 1993). O mesmo se verifica nos estudos que procuram comparar atitudes relativamente à violação por um estranho e à violação marital (e.g., Monson, Byrd, & Lanhinrichsen-Rohling, 1996; Sullivan & Mosher, 1990). Alguns estudos (e.g., Ullman *et al.*, 2006) defendem, mesmo, que a violação, em particular, e a violência sexual, em geral, são fenómenos socialmente construídos e, como tal, entendem que nem todas as vítimas são tratadas da mesma forma em função da sua relação com o(a) ofensor(a).

Em todas estas investigações se constatou que as mulheres tendem a avaliar a violação mais severamente do que os homens (Barnett *et al.*, 1992; Bell *et al.*, 1994, Bridges, 1991; Monson *et al.*, 1996). Porém, quando se compara a violação perpetrada por um conhecido com a perpetrada por um desconhecido, quer os homens quer as mulheres tendem a considerar a

primeira situação menos seriamente e tendem a percecioná-la como mais atribuível às características da vítima do que a segunda (Monson *et al.*, 2000).

Mais especificamente, importa ainda refletir sobre os estudos que procuraram perceber o tipo de informação que as pessoas tendem a considerar na formulação de julgamentos atribucionais no caso da violação. Krahe (1991), por exemplo, registou como variáveis frequentemente consideradas: “o grau de resistência da vítima, o consumo do álcool ou a existência de lesões físicas, a ameaça ou uso de uma arma por parte do violador e as circunstâncias em que a violação ocorreu (incluindo a hora do dia e o local da agressão)” (p.227). Outros estudos sustentam que fatores como a ausência ou presença de resistência por parte da vítima (Ong *et al.*, 1999) ou a natureza das relações entre a vítima e o perpetrador (Bell *et al.*, 1994; Monson *et al.*, 1996) podem influenciar estas atitudes, sendo que a probabilidade de a vítima ser responsabilizada pela sua Vitimização é elevada quando ela é conhecida do violador (Bell *et al.*, 1994).

Sorenson e Taylor (2005) consideraram as características das pessoas envolvidas na agressão sexual, as características específicas do incidente abusivo e as características do próprio observador (i.e., da pessoa que elabora os julgamentos sobre a violência e a agressão). Concluíram que, (a) comparativamente com a violência feminina, a violência masculina tende a sofrer um julgamento mais severo – na medida em que a primeira tende a ser percebida como menos preocupante, menos ilícita e menos suscetível de requerer qualquer tipo de intervenção; (b) as normas sociais para a agressão masculina apresentam-se mais claras e mais amplamente compreendidas do que as normas para a agressão feminina; (c) as formas de violência física e sexual, comparativamente com a violência emocional, são, geralmente, percebidas como mais sérias.

7. Discussão

Em linhas gerais, com a revisão teórica efetuada pretendemos analisar a forma como o género está implicado na discriminação do que constitui um comportamento sexual aceitável e/ou não aceitável, deixando claro que os conceitos de intimidade, afeto, relações íntimas, sexualidade e violência sexual não podem ser interpretados sem tomar em consideração fatores sociais, históricos, políticos e culturais.

Observamos, ainda, que, não raras vezes, os intervenientes neste tipo de abuso (quer vítimas quer ofensores) desvalorizam e/ou minimizam a ocorrência deste tipo de dinâmicas violentas (Ismail *et al.*, 2007; Machado *et al.*, 2003). Este dado revela-se extremamente preocupante, na medida que estudos muito recentes (e.g., Shumacker & Slep, 2004) defendem a existência de uma relação significativa (ainda que moderada) entre atitudes e comportamentos violentos na intimidade, defendendo que quer os adolescentes quer os adultos que tendem a validar o abuso na intimidade relatam mais ter perpetrado atos violentos nas suas relações amorosas. Há estudos (Roscoe & Callahan, 1983) que sustentam, mesmo, que uma percentagem considerável de jovens (25-35%) interpreta a violência como um ato de amor. Como refere Caridade (2011), estes argumentos de normalização da violência e/ou atribuição da sua responsabilidade à vítima fomentam a não-responsabilização do agressor e a desvalorização da necessidade de prevenção.

Constatamos, igualmente, que o género masculino tende a manifestar uma maior concordância com as crenças que legitimam ou desculpabilizam a conduta agressiva. Além de que as diferenças de género encontradas e o próprio conteúdo das crenças legitimadoras da violência remetem para a forma como o género e os papéis que lhe estão associados são construídos culturalmente [por exemplo, Byers e colaboradores (1991) verificaram que homens que sustentam visões tradicionais acerca dos papéis das mulheres têm tendência a adotar comportamentos agressivos para com as suas parceiras amorosas ou esposas].

A associação entre o comportamento sexualmente agressivo e a socialização pode ser parcialmente explicada pela teoria das normas sociais, a qual prediz que os indivíduos se comportam de acordo com aquilo que é a norma (Berkowitz, 2003). Donde, se as normas ditam que a masculinidade consiste em ser persistente, agressivo e dominante (Burt, 1980), então, os homens que se envolvem em comportamentos sexualmente agressivos podem demonstrar uma hipersocialização do sistema de crenças sobre a masculinidade, onde o grupo social relevante encoraja e galardoa as experiências sexuais (Kanin, 1984). De referir que a violência sexual tem vindo a ser apresentada por alguns autores de orientação feminista como uma versão extremada da tradicional interação sexual entre homens e mulheres (Ewoldt, Monson, & Langhinrinchen-Rohling, 2000). Neste sentido, tem sido sugerido que os estudantes universitários perpetradores de agressão sexual, muito provavelmente, não apresentam qualquer distúrbio mental, agindo, antes, de forma consistente com a sua socialização (Berkowitz, 1992).

Face ao exposto, e considerando que a literatura revela que um número significativo de agressores admite ter perpetrado atos sexualmente abusivos (por vezes, consonantes com atos de violação) mas não os define dessa forma, alguns autores sugerem (e.g., Berkowitz, 2003) que os perpetradores podem, não só não ser capazes de identificar os aspetos comportamentais da sua conduta sexualmente agressiva, como também justificar as suas experiências como parte de um *script* sexual tradicional que normaliza o comportamento sexualmente agressivo. Tais resultados sugerem, por conseguinte, que um importante componente para reduzir a agressão sexual passa por entender de que forma a hipersocialização das crenças em torno da masculinidade é estabelecida, comunicada e mantida (Loh, Orchowski, Gidycz, & Elizaga, 2007).

A investigação sugere, por conseguinte, que muito do que se apresenta como “diferenças naturais” é, na realidade, a expressão de valores e atitudes que podem ser modificados, sendo possível, e a nosso ver necessário, desconstruir a feminilidade e a masculinidade, categorias fundamentais que governam a vida social e psicológica.

Concordamos, por isso, com Eastel (1992), quando este afirma que prevenir a violência sexual requer que as atitudes da sociedade relativamente à natureza da violência sexual, às suas consequências para a vítima, à natureza das relações entre homens e mulheres sejam examinadas e modificadas.

PARTE II

Estudos Empíricos

Tal como mencionamos anteriormente, a componente empírica deste trabalho subdivide-se em dois estudos, ambos de carácter quantitativo. Também já foi referido que a principal diferença entre os dois estudos se prende com o método de recolha dos dados, na medida em que o estudo que retrataremos no capítulo 4 se baseia no método de recolha presencial, via papel e lápis, enquanto o estudo que retrataremos no capítulo 5 se socorre de um método de recolha via internet. A discussão em torno da utilidade e das vantagens/desvantagens deste último método de recolha de dados não reúne consenso entre a comunidade científica, o que é compreensível dado o carácter de novidade do mesmo. Neste sentido, no capítulo 6 (“Conclusão Integradora”), para além de refletirmos sobre as principais contribuições e implicações dos resultados obtidos nos dois estudos conduzidos, propomos-mos fazer uma análise cuidada no que se refere ao uso destas recentes metodologias na investigação na área da violência sexual, procurando aumentar o conhecimento produzido a respeito das mesmas, debatendo potencialidades e fragilidades que possam informar investigações posteriores.

Vitimização e perpetração de violência sexual em jovens adultos: da caracterização da prevalência ao estudo das atitudes

1. Objetivos e Questões de partida

Com a realização deste primeiro estudo quantitativo, pretendíamos:

(a) recolher dados sobre a prevalência dos diferentes tipos de violência sexual (i.e., toques sexuais indesejados, coerção sexual, tentativa de violação e violação), quer a nível da vitimização quer da perpetração, tanto do ponto de vista das vítimas como dos agressores.

Para a concretização deste primeiro objetivo procedemos à adaptação e aplicação de um questionário (inventário de comportamentos) largamente usado, a nível internacional, na investigação da violência sexual – o Questionário de Experiências Sexuais (“*Sexual Experiences Survey*” - SES), mais concretamente de duas versões do mesmo, uma para avaliar a vitimização (Sexual Experiences Survey- Short Form Victimization - SES-SFV) e outra para avaliar a perpetração (Sexual Experiences Survey- Short Form Perpetration – SES-SFP) de comportamentos sexualmente abusivos.

(b) conhecer o posicionamento dos/as jovens face a estas formas de violência (procurando identificar o grau de tolerância/legitimação em relação a estes comportamentos e as crenças específicas que concorrem para a sua legitimação).

Para a concretização deste segundo objetivo, e dada a falta de questionários validados e aferidos para a população portuguesa, procedemos à adaptação e aferição uma escala de crenças sobre o tema – A Escala de Crenças Sobre Violência Sexual (ECVS).

(c) analisar a relação entre atitudes e comportamentos abusivos e identificar os fatores sociodemográficos (e.g., género, idade, nível socioeconómico) e formativos (e.g., ano de formação, áreas de formação) associados às crenças e comportamentos sexualmente abusivos; e,

(d) determinar fatores preditores das atitudes legitimadoras do abuso íntimo e dos comportamentos sexualmente abusivos.

2. Metodologia

2.1 Amostra

A Amostra foi calculada segundo a informação disponibilizada pelo Observatório da Ciência e do Ensino Superior, derivada do tratamento dos resultados obtidos pelo inquérito estatístico anual DIMAS, controlando as variáveis género, região do país (dividida, segundo o INE, de acordo com os Censos, em Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) e diferentes áreas de formação (de acordo com o que é definido na Portaria nº 256/2005 de 16 de Março do *Diário da República*).

A amostra final é composta por um total de 1000 participantes do ensino superior, 462 Homens (46,2%) e 538 Mulheres (53,8%), 991 Solteiros (99,1%) e 9 (0,9%) que vivem em união de fato (0,9%), com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade (M=20.21 anos; D.P.=1.72).

Quanto ao nível socioeconómico (autoavaliado pelos/as participantes), 13 (1,3%) considerou pertencer ao nível baixo, 180 (18,0%) ao médio-baixo, 634 (63,4%) ao médio, 167 (16,7%) ao médio-alto e 6 (0,6%) ao elevado.

A amostra foi recolhida em 24 estabelecimentos de ensino superior. 315 participantes são da região Norte (31,5%), 219 do Centro (21,9%), 387 de Lisboa e Vale do Tejo (38,7%), 49 do Alentejo (4,9%) e 30 do Algarve (3,0%).

No que toca à distribuição dos/as participantes pelas diferentes áreas de formação, 61 participantes são da área de educação (6,1%); 84 de artes e humanidades (8,4%), 329 de ciências

sociais, comércio e direito (32,9%); 73 de ciências, matemática e informática (7,3%); 219 engenharias, indústrias transformadoras e construção (21,9%); 20 de agricultura (2,0%); 158 de saúde e proteção social (15,8%); e 56 de serviços (5,6%).

Relativamente ao ano de formação, 362 participantes estavam a frequentar o primeiro ano do curso (36.2%), 318 o segundo ano (31.8%), 231 o terceiro ano (23.1%), 60 eram alunos de mestrado ou mestrado integrado (6.0%) e 29 eram alunos dos primeiros anos de doutoramento (2.9%).

No quadro seguinte apresentam-se, de forma detalhada, os dados formativos e sociodemográficos que caracterizam os/as participantes deste estudo (cf. Quadro 4.1).

			N	%
Caraterísticas sociodemográficas	Género	Feminino	462	46.2
		Masculino	538	53.8
	Estado civil	Solteiro	991	99.1
		União de fato	9	0.9
	Nível socioeconómico	Baixo	13	1.3
		Médio-Baixo	180	18.0
		Médio	634	63.4
		Médio-Alto	167	16.7
		Elevado	6	0.6
	Zona Portugal Continental	Norte	315	31.5
		Centro	219	21.9
		Lisboa e Vale do Tejo	387	38.7
		Alentejo	49	4.9
		Algarve	30	3.0
	Caraterísticas formativas	Áreas de formação	Educação	61
Artes e humanidades			84	8.4
Ciências sociais, comércio e Direito			329	32.9
Ciências, matemática e informática			73	7.3
Engenharias, Industrias transformadoras e construção			219	21.9
Agricultura			20	2.0
Saúde e Proteção Social			158	15,8
Áreas de formação		Serviços	56	5,6
		1º Ano	362	36.2
		2º Ano	318	31.8
		3º Ano	231	23.1
		Mestrado e Mestrado Integrado	60	6.0
		Doutoramento	29	2.9

Quadro 4. 1. Distribuição dos/as participantes segundo as suas caraterísticas formativas e sociodemográficas (N=1000).

2.2 Instrumentos de avaliação

Atendendo aos objetivos apresentados, para além de um questionário de recolha de dados sociodemográficos e formativos dos participantes, foram utilizados três instrumentos: a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) [adaptada e aferida por Martins, Machado, Gonçalves e Manita (no prelo), a partir da Escala de Crenças sobre Violação (ECV), de Matos, Machado e Gonçalves, 1999)]; e duas versões do Questionário de Experiências Sexuais (“*Sexual Experiences Survey*” -SES), [de Koss, Abbey, Campbell, Cook, Norris, Testa, Ullman, West e White, 2007], uma versão para avaliar a vitimização [“*Sexual Experiences Survey, Short-Form Victimization*” (SES-SFV) e outra para avaliar a perpetração [“*Sexual Experiences Survey Short-Form Perpetration*” (SES-SFP)] de comportamentos sexualmente abusivos. De seguida passaremos a caracterizar pormenorizadamente a ECVS e as duas versões do SES utilizadas.

2.2.1 Escala de Crenças sobre Violência Sexual

A ECVS mede o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto ao uso de violência de natureza sexual².

Como anteriormente mencionado, trata-se de uma escala elaborada a partir da Escala de Crenças sobre Violação (ECV), de Matos, Machado e Gonçalves (1999). Esta última é constituída por 29 itens, construídos a partir da observação clínica de vítimas de violação, da revisão da literatura sobre mitos e crenças culturais em relação à violência sexual, da observação clínica de violadores e do que é veiculado na literatura a respeito das estratégias cognitivas de legitimação do comportamento sexualmente abusivo. Os itens estão construídos segundo a conceção de que as vítimas serão do género feminino e os seus perpetradores do género masculino. Os 29 itens da escala correlacionam-se fortemente com o seu total (as correlações variam entre um mínimo de .41 e um máximo de .76). A consistência interna da ECV, obtida através do coeficiente *alpha* de Cronbach, é de .93. A análise fatorial de componentes principais (rotação *varimax*) permitiu obter três fatores que, no seu conjunto, explicam 53.5% da variância da escala. O primeiro fator [“legitimação da violência pelo consentimento feminino”] explica 43.8%, o segundo [“legitimação da violência através do comportamento sexual prévio da mulher”] explica 5.2% e o terceiro [“legitimação da violação pela normalidade do ofensor”] explica 4.5% da variância.

²Martins, S., Machado, C., Gonçalves, R., & Manita, C. (no prelo). Escala de Crenças sobre Violência Sexual. *Análise Psicológica*. Braga.

Face ao exposto, o processo de construção e adaptação da ECVS comportou diferentes etapas, nomeadamente:

(i) adaptação dos itens da ECV a uma linguagem não *genderizada* (de modo a que ambos os géneros possam ser conceptualizados como potenciais vítimas e/ou agressores), assim como a um *continuum* de comportamentos sexualmente violentos (e não apenas a violação);

(ii) reflexão falada dos itens, junto de um grupo de 15 jovens universitários com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade, da Universidade do Minho, e junto da equipa de investigação do estudo mais amplo no qual este se insere, tal como referido na introdução, de modo a analisar o modo como a formulação dos itens era interpretada, designadamente, as dificuldades ou ambiguidades apresentadas pelos mesmos. Esta fase conduziu à alteração na forma de apresentação ou formulação de alguns itens, sendo a versão final da escala é constituída por trinta itens;

(iii) realização de um primeiro estudo das qualidades psicométricas da escala, com uma amostra de conveniência, composta por 700 estudantes do ensino superior, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade, da região Norte do país; e,

(iv) realização de um novo estudo com a versão definitiva da escala, administrada a uma amostra representativa (quanto ao género, área de formação e região de Portugal Continental), constituída por 1000 estudantes do ensino superior, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade (amostra que serve de base ao estudo empírico a que nos reportamos neste capítulo e cuja caracterização se encontra sintetizada no quadro 1.).

2.2.1.1. Estudos realizados em Portugal

A) Etapas e objetivos

O primeiro estudo realizado com a ECVS teve por objetivo analisar as qualidades psicométricas da escala e decorreu durante o ano letivo de 2007/2008. Um segundo estudo foi conduzido no ano letivo de 2008/2009, já com a versão definitiva da escala, e com uma amostra representativa de estudantes do ensino superior, residentes em Portugal Continental, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade. Este segundo estudo permitiu-nos replicar, globalmente, as análises estatísticas anteriormente realizadas, no que se refere às propriedades psicométricas da escala, nomeadamente, no que diz respeito à sua precisão e validade, que

apresentaremos mais adiante. De salientar que, ao longo desta breve caracterização da escala e para que o leitor possa acompanhar os diferentes passos realizados, iremos apresentar os resultados de ambos os estudos efetuados, ressaltando, contudo, os resultados do segundo estudo, dada a maior representatividade da amostra que lhe serve de base.

B) Amostras e metodologia

Tal como mencionado anteriormente, foi realizado um estudo piloto, com uma amostra de conveniência, composta por 700 sujeitos [319 homens (45.6%) e 381 mulheres (54.4%)], com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade [$M=20.01$; $DP=1.654$]. Esta amostra foi recolhida em quatro estabelecimentos de ensino superior da zona Norte do País. O segundo estudo permitiu alargar esta amostra e torná-la mais representativa.

C) Dados qualitativos e quantitativos dos itens

A escala é composta por 30 itens, apresentados com uma escala de resposta de cinco pontos (desde 1=discordo totalmente até 5=concordo totalmente). Nenhum dos itens foi eliminado, uma vez que todos se mostraram adequados do ponto de vista da validade de conteúdo, da dispersão e do poder discriminativo.

D) Resultados no âmbito da precisão

A escala, na sua versão final, é constituída por trinta itens. Os itens apresentam uma correlação com a pontuação total da escala que varia entre 0.397 e 0.796. A consistência interna da escala, obtida através do coeficiente *alpha* de *cronbach*, é, segundo os dados recolhidos no estudo piloto, de 0.905 e, no segundo estudo, de 0.908. Trata-se, por conseguinte, de uma escala com elevado grau de consistência interna.

E) Resultados relativos à validade

Na análise da estrutura fatorial dos resultados, optámos pela análise da ECVS em componentes principais com rotação *varimax*. Os resultados apontam para a existência de cinco fatores que, no seu conjunto, explicam 48.602% da variância dos resultados no primeiro estudo e 48.896% no segundo.

As análises estatísticas efetuadas às escalas da ECVS revelam valores de adequação para o índice de Kaiser-Meyer-Olkin (de 0.921 no primeiro estudo e de 0.929 no segundo). O teste de esfericidade de Bartlett também apresenta valores adequados em ambos os estudos (nomeadamente $X^2 = 6591.634$; $gl=435$; $p=0.000$ no que se refere ao primeiro e $X^2 = 9433.568$; $gl=435$; $p=0.000$ no segundo).

De salientar que a estrutura fatorial obtida no primeiro estudo foi reproduzida no segundo, tal como será descrito de seguida. Mais especificamente, verificámos que o fator 1 explica 13.492% da variância comum, no primeiro estudo, e 14.197% no segundo. A análise dos itens que o integram (em particular 2, 6 e 22), de acordo com a respetiva saturação, levou-nos a concluir que este integra um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a referência à existência de um passado sexual entre ofensor e vítima e à ausência de violência física durante o ato sexual praticado. Denominámos este fator de “representação estereotipada da violação” (cf. Quadro 4.2).

Fator 1 Itens	Saturação	
	Estudo piloto	Estudo representativo
2- “Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então não se pode falar de violência sexual”.	0.611	0.590
6- “Forçar o/a cônjuge (marido/esposa) a ter relações sexuais não é violação”.	0.684	0.657
9- “Se não for usada violência física, não se pode dizer que o ato sexual foi forçado”.	0.448	0.480
15 – “Os agressores sexuais, na sua maioria, são pessoas com um aspeto diferente das outras”.	0.324	0.397
16- “Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar a outra, então, a agressão sexual é pouco grave”.	0.407	0.479
21- “Se uma pessoa violada tiver um comportamento sexual «indecente», então, a agressão sexual é menos grave”.	0.450	0.446
22 – “Forçar o/a namorado/a a ter relações sexuais não é violação”.	0.735	0.719
23- “Uma queixa de violação feita dias após o ato, provavelmente, não é verdadeira”.	0.535	0.586
24- “Uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais pode ser uma forma de expressar amor e envolvimento”.	0.441	0.452
25- “Se uma pessoa não resistir fisicamente, então, não se pode dizer que foi vítima de agressão sexual”.	0.528	0.555
28- “Se uma pessoa aceita algum ato de natureza sexual com outra (e.g., carícias, beijos), então, isso quer dizer que ela aceita ter relações sexuais com essa pessoa”.	0.493	0.509
29- “Se uma pessoa não quiser mesmo ser violada, ela consegue defender-se”.	0.475	0.494

Quadro 4. 2. Itens que integram o fator 1 e respetiva saturação.

O **fator 2** explica 10.741% da variância comum no primeiro estudo e 10.794% no segundo. Os itens que o integram, em particular os que nele têm maior peso e lhe são específicos (e.g., 13, 26 e 27), criam a noção de que a violência poderá ser justificável em função de certas condutas

da vítima. Por outras palavras, permitem a legitimação ou minimização da violência sexual através do comportamento prévio da vítima, quer no que toca ao seu passado sexual (e.g., provocatório ou sexualizado, promíscuo) quer no que respeita à sua exposição a situações de risco (e.g., frequentando locais com “má reputação” ou consumindo estupefacientes). O comportamento sexual prévio da vítima parece ser interpretado como evidência de que a agressão sexual não existiu ou foi menos grave. De igual modo, a exposição ao risco parece ser interpretada como evidência de que a vítima merece ou detém parte da culpa da agressão. Designámos este fator de “provocação pela vítima” (cf. Quadro 4.3).

Fator 2 Itens	Saturação	
	Estudo piloto	Estudo representativo
8 - “Há um certo ponto a partir do qual nenhum homem/nenhuma mulher é de ferro”.	0.483	0.526
11- “Se uma pessoa provoca sexualmente outra, não se pode depois queixar de ter sido violada”.	0.498	0.503
13- “Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua, se for vítima de uma agressão sexual”.	0.726	0.706
26- “Quem anda à chuva molha-se”, quem não quiser ser agredido/a sexualmente deve evitar expor-se ao risco.	0.714	0.684
27- “Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob efeito de outras drogas, então, pelo menos uma parte da culpa é dela”.	0.624	0.645

Quadro 4. 3. Itens que integram o fator 2 e respetiva saturação.

O **fator 3** explica 8.650% da variância comum no primeiro estudo e 9.070% no segundo. A análise dos itens que o integram (em particular o 17, 18 e 19), de acordo com a respetiva saturação no fator, levou-nos a concluir que este integra um conjunto de crenças que legitimam a violência sexual, com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma. Denominámos este fator de “consentimento da vítima” (cf. Quadro 4.4).

Fator 3 Itens	Saturação	
	Estudo piloto	Estudo representativo
10- “Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes, querem dizer sim”.	0.369	0.427
17- “Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas”.	0.745	0.733
18 - “Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse”.	0.810	0.796
19 - “Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a ter sexo”.	0.733	0.731

Quadro 4. 4. Itens que integram o fator 3 e respetiva saturação.

O **fator 4** explica 8.322% da variância comum no primeiro estudo e 7.579% no segundo. A análise dos itens que o integram, de acordo com a respetiva saturação, levou-nos a concluir que este engloba um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a

ideia de que os ofensores e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes da restante população, criando noção de “falsa invulnerabilidade”. Designamos este fator de “invulnerabilidade pessoal” (cf. Quadro 4.5).

Fator 4 Itens	Saturação	
	Estudo piloto	Estudo representativo
1- “Os/as agressores/as são, quase sempre, desconhecidos da vítima”.	0.584	0.597
3- “Só são vítimas de agressões sexuais as pessoas «indecentes»”.	0.505	0.519
4- “Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros/as é que cometem agressões sexuais”.	0.630	0.654
7- “Há pessoas que merecem ser violadas”.	0.518	0.480
30- “Se uma pessoa violada já não era virgem, a violação é menos grave”.	0.490	0.437

Quadro 4. 5. Itens que integram o fator 4 e respetiva saturação.

O **fator 5** explica 7.397% da variância comum no primeiro estudo e 7.256% no segundo. Os itens que o integram (em particular o 14 e o 20) criam a noção de que a violência poderá ser minimizada/desvalorizada mediante a negação da ocorrência da violência sexual, a interpretação de que as queixas de violação ou tentativa de violação constituem sinais de arrependimento pós-fato ou vontade de vingança. Denominamos este fator de “falsas alegações” (cf. Quadro 4.6).

Fator 5 Itens	Saturação	
	Estudo piloto	Estudo representativo
5- “As pessoas dizem que foram vítimas de violência sexual quando se querem vingar de alguém”.	0.588	0.557
12- “A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada”.	0.550	0.540
14- “Muitas queixas de violação são inventadas quando os/as companheiros/as expressam o desejo de terminar a relação”.	0.667	0.657
20 – “Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem do que fizeram”.	0.632	0.634

Quadro 4. 6. Itens que integram o fator 5 e respetiva saturação.

F) Procedimentos de aplicação e correção

A escala pode ser administrada individualmente ou em grupo, sem tempo limite. Os itens são cotados de um a cinco e, uma vez que estão todos formulados no mesmo sentido, a pontuação total da escala é obtida pelo somatório direto das respostas a cada um dos itens. Pode ainda ser calculada a nota para cada fator, pela soma da pontuação dos itens que o integram.

G) Interpretação dos resultados

A pontuação total da escala mede o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto ao uso da violência sexual. A pontuação em cada um dos fatores permite-nos perceber melhor o tipo de crenças específicas envolvidas nesta tolerância à violência.

2.2.2 Questionário de Experiências Sexuais (“Sexual Experiences Survey” – SES)

O SES é o questionário mais frequentemente utilizado na investigação académica na área da violência sexual (e.g., Buddie *et al.*, 2005; Martín *et al.*, 2005; Wilson *et al.*, 2002). Tem sido usado, por exemplo, quando se procura aceder às taxas de prevalência e aos potenciais determinantes (preditores) da agressão e vitimização sexual (e.g., Abbey *et al.*, 1996; Himelein, 1994; Malamuth *et al.*, 1994).

A versão original foi desenvolvida por Koss e colaboradores, em 1982, tendo sido, posteriormente, modificada por Koss e colaboradores, em 1987. Uma análise cuidada da literatura da especialidade permite constatar que ao longo do tempo, o questionário foi evidenciando algumas fragilidades. Consequentemente, e conforme os focos da investigação em curso, foi sendo modificado pelos investigadores. Vários são os estudos descritos na literatura que fazem referência a alterações, por exemplo, no formato das respostas, no período de tempo avaliado, na ordem dos itens, na adição e/ou eliminação de questões e até, mesmo, de algumas alterações conceptuais que tendem, na atualidade, a ser rejeitadas pelas autoras. Em consequência, em 2004, o SES sofreu uma nova atualização que, por sua vez, foi sendo alvo de revisão durante os três anos subsequentes.

Relativamente a esta última revisão, as autoras, conjuntamente com outras investigadoras que usaram largamente o SES, reuniram-se para debater as suas fraquezas e potencialidades, tentando chegar a uma versão atualizada e o mais consensual possível. Do grupo fizeram parte nove investigadoras, mais especificamente: Mary P. Koss, Antonia Abbey, Rebeca Campbell, Sarah Cook, Jeanette Norris, Maria Testa, Sarah Ullman, Carolyn West e Jacquelyn White. O grupo colaborou ao longo de três anos, quer através de encontros presenciais quer de discussões via eletrónica. Durante este período, as autoras partilharam *insights* e dados, debatendo-os e integrando-os (de forma interativa e sucessivamente revista), em vários esboços, até obterem uma versão final consensual do SES. O processo de revisão, para além da experiência e contributo pessoal de cada investigadora, foi orientado por revisões da literatura empírica e das considerações metodológicas que se mostraram pertinentes para o efeito (para uma revisão compreensiva, cf. Fisher *et al.*, 2000; Abbey *et al.* 2006; Abbey *et al.*, 2004; Cook, 2002; Hamby & Koss, 2003; Testa, Vanzile-Tamsen, Livingston, & Koss, 2004).

Face ao exposto, em 2007, a equipa de investigadoras concluiu pela apresentação de quatro versões da escala, duas das quais para avaliar a vitimização e duas para avaliar a

perpetração de violência sexual. Para cada situação, desenvolveram uma versão reduzida e uma versão mais longa, mais concretamente: o SES Long-Form Perpetration (SES-LFP), o SES Long-Form Victimization (SES-LFV), o SES Short-Form Perpetration (SES-SFP) e o SES Short-Form Victimization (SES-SFV).

Genericamente, as diferenças entre as versões longa e curta, resumem-se à inclusão de delitos de menor gravidade (não contacto) dos crimes sexuais [itens com particular interesse para criminalistas ou para quem trabalha na avaliação e tratamento de ofensores sexuais]; e ao número de descrições específicas de comportamentos referentes a experiências em que o álcool ou outras drogas estão associados aos atos sexuais não desejados [com particular interesse para investigadores que se focam no uso do álcool ou outras drogas, assim como para aqueles que estão envolvidos em programas de prevenção do consumo destas substâncias por parte de jovens adultos]. As SES-SFP e a SES-SFV estão mais próximas da versão original da escala. Todas as versões estão disponíveis para uso, mediante a autorização da primeira autora.

Refletiram também sobre várias outras questões, nomeadamente: (a) problemas metodológicos detetados nas versões anteriores, incluindo situações presentes nos primeiros artigos em que são usadas abordagens estatísticas inadequadas para determinar a sua confiança (cf. Koss *et al.*, 1985; Koss *et al.*, 1982) e que ainda são citados em publicações contemporâneas; (b) a existência de avaliações ambíguas do termo “consentimento”, na medida em que a frase original “quando não querias” não implica/indica necessariamente não consentimento; (c) a existência de um viés heterossexista criado pela avaliação apenas da Vitimização feminina por perpetradores masculinos e da perpetração masculina contra vítimas exclusivamente do género feminino; (d) a falta de clareza na diferenciação entre toque sexual indesejado e tentativa de violação; (e) a falta de clareza na especificação de que o álcool associado à violação envolve a diminuição e perda de capacidade de dar o consentimento ou de parar o que está a acontecer.

2.2.2.1. Principais revisões efetuadas no SES em 2007 e racional subjacente às mesmas

Uma das grandes revisões efetuadas ao SES prendeu-se com a definição dos actos sexualmente avaliados pelo questionário e, sobretudo, com a linguagem empregue. De sublinhar que o SES foi originalmente criado para operacionalizar um *continuum* de experiências sexuais indesejadas que refletiam definições legais de violação e tentativa de violação, tomando como elementos legais-chave na definição da violação o uso da força ou a incapacitação da vítima, o não

consentimento pela vítima, ocorrência de penetração ou tentativa de penetração. Em 2007, as autoras optaram por não incluir apenas itens que registassem incidentes que são legalmente considerados crime, na medida em que tal levaria a ignorar importantes resultados empíricos que documentam a elevada frequência e impacto emocional negativo associado a diferentes formas de coerção sexual não criminalizadas (Abbey *et al.*, 2004).

Neste âmbito, importa referir que o SES original se refere às experiências sexuais indesejadas como “sex play” (carícias, beijos, troca de carícias em todo o corpo, com exceção de cópula), “relações sexuais” (penetração na vagina da mulher, pelo pénis do homem, ainda que não ocorra ejaculação) e “atos sexuais” (penetração anal ou oral) por objetos”. No entanto, a investigação recente tem demonstrado que esta linguagem é problemática (cf. Bogart, Cecli, Wagstaff, Pinkerton, & abramson, 2000; Sanders, & Reinisch, 1999, para uma análise mais cuidada). Por exemplo, cinquenta por cento dos participantes do último estudo referido, não acredita que o contacto genitais-boca constitua “ter sexo” com um parceiro, e 19% mencionou algo similar para a relação pénis-ânus. Face ao exposto, a revisão do SES deixou cair o termo “relações sexuais”, substituindo-o por uma linguagem muito própria que descreve comportamentos sexualmente indesejados de uma forma muito específica. Além disso, as autoras separaram, também, em questões individuais a penetração oral, vaginal e anal. Na sequência destas alterações, e à medida que o grupo foi trabalhando no sentido de especificar os comportamentos, concluíram, com base na sua experiência no uso do SES, que haviam chegado a um ponto demasiado “ingénuo” na versão que criaram em 2004. Uma versão do SES que, de resto, ainda chegou a ser utilizada por nós num estudo piloto realizado com 362 estudantes universitários. Nesta referida versão, as autoras chegaram a ilustrar a penetração com objetos dando exemplos, como o uso de uma vela ou de uma garrafa. Concluíram, porém, que esta linguagem, demasiado específica, poderia ofender e inibir o relato de algumas situações ou não cobrir outras situações em que tivessem sido usados outros objetos. Por consenso, as autoras resolveram remover esta linguagem. De mencionar que também nós, após a realização do estudo-piloto, contactamos a primeira autora a solicitar a sua autorização para a remoção desta linguagem do instrumento.

A linguagem relativa ao “consentimento” do SES original foi também discutida e revista, na medida em que as autoras consideraram que a frase “quando eu não queria” não demonstra (não estabelece) que o não-consentimento foi expresso pela vítima. De salientar que o não-

consentimento pode ser expresso verbal e fisicamente, mas também através do que alguns autores designam de “congelamento” (“perda de reação”) por medo súbito (cf., Seidaman & Vickers, 2005). As nove investigadoras concluíram que a frase “quando eu não queria” não revelava que alguns destes indicadores do não consentimento ocorreram e, como frase alternativa, consideraram: “quando indicaste o teu não-consentimento verbalmente ou através do teu comportamento”. No entanto, algumas das autoras temeram que esta linguagem pudesse afetar negativamente as vítimas pela sugestão subtil de que apenas a resistência física ou verbal constituem a expressão válida de um não-consentimento. Neste sentido, consideraram que tal poderia ter impacto não só no bem-estar e na saúde das pessoas vitimizadas, mas também poderia interferir na revelação destes atos. Face ao exposto, optaram pela frase “sem o meu consentimento” – reconhecendo, todavia, que o impacto de linguagem alternativa “consentimento” requer mais estudos empíricos.

O viés heterossexual do SES original foi também alvo de revisão (outro ponto que também nós, quando realizámos o estudo-piloto com a versão de 2004, solicitámos à primeira autora autorização para mudar). Neste âmbito, as nove investigadoras concluíram pela necessidade de alcançar o mais possível a neutralidade em termos de género, permitindo que vítimas e ofensores possam ser quer do género feminino quer do género masculino. De lembrar que o SES original usa linguagem claramente genderizada, mais especificamente, cada questão formulada para avaliar a perpetração começa com a frase “com uma mulher” e cada questão para avaliar a vitimização começa com “um homem...”. Esta abordagem inibe (de imediato) os homens de relatarem qualquer tipo de vitimização ou de perpetração de atos sexuais não consentidos com indivíduos do mesmo sexo. De igual modo, a versão original não permite avaliar de que forma as mulheres podem ser potencialmente coercivas com os homens, impossibilitando-as, igualmente, de reportar vitimizações perpetradas contra ou por indivíduos do mesmo sexo.

Em consequência, um vasto número de estudos tem vindo a defender que a neutralidade de género na vitimização é obtida pela modificação dos pronomes mas não do restante texto (e.g., Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1988). A avaliação posterior dos dados obtidos através da modificação destes itens revela que as respostas dos homens se referem primariamente aos incidentes nos quais eles penetram a mulher mas que estes sentem dificuldades em perceber a coerção imposta por mulheres ou pelos pares (Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1988; 1994; Struckman-Johnson, Struckman-Johnson, & Anderson, 2003). Face ao exposto, as nove

investigadoras vieram reconhecer que a coerção verbal também pode registrar-se no feminino, do mesmo modo que é legítimo que os homens percecionem a existência de situações em que tiveram sexo não desejado. Não obstante, argumentaram que os homens, por vezes, podem penetrar uma mulher quando estão ambivalentes acerca do seu próprio desejo. Acrescentaram também que os dados empíricos sustentam que as experiências dos homens de pressão para o sexo são qualitativamente diferentes das experiências de violação das mulheres. Especificamente, os atos experienciados pelos homens não são tão graves (e.g., a nível da força) como os relatados pelas mulheres (Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1988, 1994). Acresce, ainda, como argumentos para a necessidade de adotar uma linguagem neutra a nível do género, o fato de esta ser uma questão legalmente emergente; ser uma linguagem mais objetiva; ser um ponto que remete para uma questão ética central na investigação humana, nomeadamente a de respeitar todas as pessoas; além de que confronta a consciência de que a dicotomização do género e a sua equação através das características biológicas é demasiado simplista.

Obviamente que esta neutralidade do género requer que os/as participantes se autoidentifiquem como homens ou mulheres, evitando efeitos negativos da revelação pública e exclusão das pessoas transgenderizadas. Face ao exposto, a neutralidade de género foi adotada para as versões revistas do SES, tentando colmatar a falha na avaliação da vitimização e perpetração pelo mesmo sexo. Em consequência, foi identificada a necessidade de providenciar informação sobre o sexo da outra pessoa (que sofreu e/ou perpetró o comportamento sexualmente indesejado). Assim sendo, nas versões revistas foi acrescentada uma questão sumário na qual os participantes indicam se os atos que eles experienciaram ou perpetraram envolvem apenas mulheres, apenas homens, ou ambos (homens e mulheres). As autoras ainda consideraram a hipótese (embora a tivessem rejeitado quase de imediato) de colocarem esta questão após cada item do SES, na medida em que as pessoas podem experienciar estes atos indesejados múltiplas vezes em diferentes circunstâncias. A sua rejeição assentou, sobretudo, no fato de que esta possibilidade iria acarretar o aumento exponencial do número de respostas requeridas aos/às participantes, o que é incompatível com uma medida (que se pretende) breve.

Outro ponto que foi objeto da atenção das nove investigadoras foi a clarificação do que constituiu comportamentos de “coerção sexual” e “contatos sexuais indesejados”. O SES original referia o abuso de autoridade e a pressão verbal. Dois por cento das mulheres assinalou ter mantido relações sexuais na sequência do abuso de autoridade e vinte e cinco por cento afirmou

que tal teria resultado da confusão de argumentos e pressões continuadas do homem (cf. Koss *et al.*, 1987). Já Livingston e colaboradores (2004) compararam dados descritivos qualitativos e quantitativos de entrevistas com mulheres em contexto comunitário e concluíram que a coerção sexual pode assumir diferentes tipos, nomeadamente, positivos, negativos e neutros. Mais concretamente, defenderam a possibilidade de existir uma “persuasão positiva”, através de “palavras doces”, afirmando que será a menos comum; uma persuasão verbal negativa (e.g., ameaçar terminar a relação ou ter relações sexuais com outras pessoas; expressões de insatisfação com a mulher ou com a sua vida sexual; uso da agressão verbal, como praguejar, blasfemar, rebaixar) e uma “persuasão verbal neutra” (i.e., ação de implorar continuamente por sexo sem mensagens emocionais). Face a estes resultados, as nove investigadoras desenvolveram dois novos itens nas versões revistas do SES, focalizados na coerção negativa, para melhor traduzir estes avanços empíricos. O primeiro refere-se a mentiras e falsas promessas, ameaças de terminar a relação, ameaças de espalhar falsos rumores e pressão verbal insistente, o segundo, inclui mostrar insatisfação, criticar a sexualidade ou atratividade do outro e ficar zangado (sem ameaças expressas de/ou uso da força física).

Também foram revistas preocupações relativas aos itens do “contacto sexual” e “tentativa de violação”, tendo as autoras optado pela mudança de linguagem no que se refere à especificação dos “contatos sexuais indesejados” [e.g., “alguém acariciou, beijou ou se esfregou contra partes íntimas do meu corpo (lábios, seios/peito, virilhas ou ânus), ou retirou algumas das minhas peças de roupa sem o meu consentimento (*não tendo tentado a penetração sexual*), recorrendo a (...)”].

Também os itens que procuram avaliar o consumo de álcool associado a estes comportamentos foram revistos, tendo por base os dados empíricos recentemente recolhidos. Por exemplo, Mohler-Kuo, Dowdall, Koss e Wechsler (2004) verificaram que aproximadamente 75% das violações, identificadas numa amostra nacional de estudantes universitários, estava associada ao uso de álcool. De fato, o item do SES original para avaliar esta associação do consumo de álcool aos comportamentos sexualmente abusivos recebeu muitas críticas, na medida em que falhava na demonstração de que a vítima estava intoxicada ou incapaz de consentir o ato sexual indesejado. Atualmente as formas através das quais o álcool e a agressão sexual estão associados foram sendo clarificadas, considerando-se as várias circunstâncias que podem estar envolvidas (nomeadamente, o consumo voluntário, a administração secreta como tática de incapacitação, a

pressão para o consumo com a intenção de tirar vantagem da baixa inibição e da falta de capacidade para parar o que está a acontecer, o ataque oportunista de uma pessoa inconsciente ou incapacitada). No “SES Long Form” existem 10 itens para aceder a estas circunstâncias. Na versão reduzida as autoras colocaram um item que corresponde àquele que a investigação sugere ser a situação mais comum: “aproveitar-se de mim quando eu estava demasiado/a bêbado/a ou fora de mim para consentir ou parar o que estava a acontecer”, e que corresponde ao item que foi usado por Abbey e colaboradores (Abbey *et al.*, 2004; Abbey & McAuslan, 2004).

A forma de ordenar as táticas usadas pelo perpetrador e o tipo de comportamento sexual cometido também foi revista pelas autoras. Mais concretamente, avaliaram a possibilidade de as frases poderem iniciar-se fazendo referência aos atos sexualmente indesejados ou, alternativamente, fazendo referência às táticas usadas pelo perpetrador para cometer os atos sexualmente indesejados. Abbey e colaboradores (2005) compararam respostas a questões de vitimização e perpetração que diferiam na forma como os atos sexuais ou as táticas apareciam primeiro no item. Verificaram que, para relatos de perpetração entre os homens, houve mais revelação quando as táticas apareciam primeiro, porém, para as mulheres, não foram detetadas diferenças. As autoras optaram, deste modo, por dar continuidade à versão original do SES e colocar os atos sexuais em primeiro lugar (reconhecendo, no entanto, a necessidade de haver mais investigação neste âmbito).

O período de tempo avaliado foi também considerado pelas autoras. No SES original o período avaliado era “desde os 14 anos” e “no último ano escolar”. Atualmente, as escalas revistas contêm as seguintes instruções para resolver o problema: “os últimos 12 meses” e “desde os 14 anos, período referente à vida iniciada após os 14 anos até há um ano atrás a contar de hoje [data da administração]”. As versões revistas mantêm a idade dos 14 anos para ser consistente com o original. A intenção é diferenciar as experiências de adultos e adolescentes das de abuso sexual de crianças. Livingston e colaboradores, por exemplo, verificaram que os incidentes que ocorrem entre os 14 e os 17 anos de idade são mais similares às experiências sexuais indesejadas entre pares do que às experiências de abuso sexual (Livingston, Hequembourg, Testa, & Van Zille-Tamsen, 2007).

Outro tópico de discussão foi o formato das questões. Muitos investigadores, incluindo as nove investigadoras, dispensaram as opções iniciais de resposta “Sim”/“Não” do SES original, optando pela avaliação da frequência com que os atos descritos ocorreram (i.e., “Quantas

vezes?"). A avaliação da frequência aumenta a variabilidade, permitindo o cálculo de um valor total de vitimização e perpetração para o SES. Os leitores são alertados para o fato de os valores puros (*scores* puros) de frequência compararem os atos e as táticas menos severas com as mais graves.

Também a ordem de apresentação do tipo de atos sexuais foi considerada. No SES o tipo de atos sexuais (vivididos/perpetrados) aparece por ordem crescente do grau de intrusividade corporal, começando com carícias e acabando com penetração anal. De igual modo, as táticas coercivas começam por "dizer mentiras" e terminam com o "uso da força física". A exceção é que os itens que envolvem "tentativa" (não resultando em penetração) aparecem no final do questionário. A sua intenção é aumentar a probabilidade de os itens que se relacionam com "tentativa de" não obter o fim das respostas antes de os participantes lerem os itens referentes aos atos indesejados perpetrados como violação, assim como método adicional para a diferenciação futura de "contacto sexual" e "tentativa de violação". Contudo, na pontuação, os itens de "tentativa de violação" recebem menos peso, daí serem colocados no final. A ordem da severidade nas versões revistas do SES foi baseada na assumpção e precedente legal. Ao longo dos anos, os estudos têm demonstrado que as mulheres classificam a coerção sexual como intermédia numa escala de gravidade (e.g., Abbey *et al.*, 2004). Numa tentativa de verificar o grau de severidade, Testa e colaboradores (2004) inquiriram sobre o trauma subjetivo no momento do incidente e no presente, constatando que a violação foi classificada como mais traumática na atualidade, comparativamente com os outros tipos de experiências sexualmente abusivas, que não se diferenciavam umas das outras. Não obstante, as autoras reconhecem a necessidade de mais investigação neste campo.

De mencionar, por fim, que responder às opções das táticas que são enunciadas para cada ato sexual não se refere necessariamente a incidentes descontínuos. Por outras palavras, uma vítima pode ser violada a nível anal e vaginal pelo mesmo perpetrador numa mesma situação de agressão sexual. De igual modo, um único ato sexual indesejado pode ser concretizado através de mais do que uma tática. Um perpetrador, por exemplo, pode mentir, ficar zangado e usar a força física num único ato de sexo oral forçado.

Com base nisto, têm sido dirigidas algumas críticas aos investigadores na área da violência sexual, sendo-lhes apontado que duplicam a contagem das respostas (Gilbert, 2005; cf. Cook & Koss, 2005, para uma refutação de Gilbert). Esta crítica é um erro quando se refere à prevalência, na medida em que o SES tem sido analisado categorialmente, calculando as percentagens de

prevalência da Vitimização e perpetração com base no ato sexual mais grave que foi sofrido ou perpetrado (calculado mediante as respostas afirmativas ao SES). Em contraste, os dados de incidência focam-se na frequência das táticas dos indivíduos, não prestando atenção a se elas ocorrem isoladas ou em combinação com outros atos coercivos. Por exemplo, revisões dos dados anteriores sugerem que a maioria das violações ocorridas em contexto universitário envolve o consumo de álcool associado à coerção, mesmo quando outras táticas são usadas (Mohler-Kuo *et al.*, 2004).

2.2.2.2. Procedimentos de tradução e adaptação do SES

Iniciamos todo o processo com uma extensa revisão da literatura e da pesquisa dos instrumentos já existentes nesta área. Em consequência, e visto que o SES se evidenciou (e ainda se evidencia) como o principal instrumento utilizado neste domínio e que a sua primeira autora (M. P. Koss) é reconhecida como uma das principais figuras de referência na investigação na área da violência sexual, no final de 2006 estabelecemos um primeiro contacto com a mesma. Neste contacto inicial explicámos detalhadamente o nosso projeto e os objetivos que lhe estavam subjacentes, pedindo-lhe orientações e solicitando-lhe autorização para usar o SES. Na altura, a equipa de nove investigadoras de que falamos anteriormente ainda estava a efetuar as revisões finais na versão do SES de 2007, pelo que a autora nos facultou a versão que, na altura, se encontrava em uso (datada de 2004). Ainda elaborámos um estudo piloto com esta versão, com 362 estudantes da Universidade do Minho, porém, e tal como já referimos anteriormente, detetamos alguns problemas ao nível da linguagem utilizada, especialmente quando administrávamos o questionário em turmas maioritariamente do sexo masculino. Referimo-nos, por exemplo, ao fato de, nessa versão, as autoras, ao procurarem especificar ao máximo o tipo de atos praticados, chegarem a ilustrar a penetração com objetos dando exemplos, como o uso de uma vela ou de uma garrafa.

Nessa altura, já em 2007, contactamos novamente a autora, explicando-lhe as dificuldades com que nos tínhamos deparado, e solicitámos a sua autorização para remover esta linguagem do questionário. Foi aqui que a autora nos disponibilizou a versão final do SES (de cujas características já demos conta anteriormente). Iniciámos novamente todo o processo de tradução-retroversão, em que solicitámos a colaboração de duas pessoas independentes, um homem e uma mulher (fluentes em ambos os idiomas, Português e Inglês, do Departamento de Línguas

Estrangeiras). Uma delas realizou, de forma independente, a primeira tradução do idioma inglês para o português e, posteriormente, a outra realizou a tradução do questionário do português novamente para o inglês, possibilitando a comparação da segunda tradução com a ferramenta original. Numa fase posterior, ambos os tradutores se reuniram conosco e acordaram quanto a uma versão definitiva do questionário. Esta, por sua vez, foi administrada a 12 alunos da Universidade do Minho, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade, de ambos os géneros (50% género masculino e 50% género feminino), para que estes pudessem (mediante reflexão falada do instrumento) contribuir para a melhoria dos questionários. Por fim, discutimos a versão final junto dos colegas investigadores da equipa (Machado e colaboradores).

2.2.2.3. Composição do instrumento

Face ao exposto, importa esclarecer que cada versão do SES (versão vitimização e versão perpetração) é composta por sete grupos de questões, ordenadas segundo o grau de intrusividade dos atos alegadamente sofridos (SES-FFV) / praticados (SES-SFP), iniciando com uma questão relativa a “contatos sexuais indesejados”, seguida de uma questão relativa à prática de sexo oral, outra relativa a sexo vaginal e outra referente a sexo anal. As três últimas focam-se na tentativa de prática de sexo oral, tentativa de sexo vaginal e tentativa de sexo anal, respetivamente.

Cada grupo de questões comporta cinco alíneas, referentes às estratégias usadas na consumação do comportamento sexual abusivo, nomeadamente, “pressão verbal” [o/a perpetrador/a, dizer mentiras, ameaçar terminar a relação, amealhar espalhar mentiras acerca da outra pessoa (a vítima), fazer promessas sobre o futuro que sabia que não ia cumprir ou, continuamente, pressionar a outra pessoa de forma verbal, depois de aquela ter dito que não queria determinada atividade de cariz sexual], “pressão psicológica” [o/a perpetrador/a mostrar desagrado, criticar a sexualidade ou aparência da outra pessoa (a vítima), ficar zangado/a (mas sem usar força física) depois de aquela ter dito que não queria determinada atividade de cariz sexual], “uso de álcool e/ou outras drogas” [o/a perpetrador/a aproveitar-se da outra pessoa (a vítima) quando aquela estava demasiado bêbada ou fora de si para consentir ou parar o que estava a acontecer], “ameaças” [o/a perpetrador/a ameaçar usar a força física contra a outra pessoa (a vítima) ou contra alguém de quem ela goste] e “uso da força física e/ou armas” [o/a perpetrador/a usar força física (como, por exemplo, empurrar a vítima para baixo com o peso do seu corpo ou prender-lhe os braços) ou usar uma arma].

Em cada grupo é solicitado que o/a participante assinale o “número de vezes” em que tal aconteceu (foi vítima / foi perpetrador), de entre quatro possibilidades de escolha (“zero vezes”, “uma vez”, “duas vezes”, “três ou mais”), sendo-lhe solicitado que o faça relativamente aos “últimos 12 meses” e “desde os 14 anos até um ano atrás”.

Cada versão finaliza com o pedido de especificação do sexo(s) da(s) pessoa(s) que o/a vitimizou e/ou o sexo da(s) pessoa(s) contra quem praticou tais atos, assim como da relação mantida entre vítima e agressor/a [namorado/a, cônjuge, ex-cônjuge, ex-namorado/a, amigo/a, conhecido/a de uma noite/ “curte”, familiar, desconhecido, outro – podendo especificar este último]. A cada participante é pedido também que assinale o seu género (masculino ou feminino).

2.2.2.4. Validade e fidelidade (reliability and validity) do questionário

Uma análise cuidada da literatura revela que o estudo da consistência interna do SES recebeu pouca atenção desde que o seu uso se proliferou. Não obstante, os poucos estudos realizados com este objetivo mostram que o SES tem demonstrado níveis de consistência interna próximos do nível mais baixo de aceitabilidade quando medido pelo *alpha de Cronbach* (tipicamente a rondar .70 - para uma revisão cf. Cecil & Matson, 2006). Uma solução prática para aumentar a consistência interna era aumentar o número de itens, tirando vantagem da forma como o *alpha* é estimado, mas tal (segundo as 9 autoras que trabalharam na revisão mais recente do SES) não resolve o problema. Para estas, a questão central prende-se com o debate em torno do modelo de medida da consistência interna que é mais apropriado para o SES, se o “latente measurement model” (modelo latente/oculto/não manifesto) ou o “induced measurement model” (modelo inferido/induzido). Esta é, pois, uma questão de elevada importância, na medida em que tem implicações na forma como o SES é concetualizado na aplicação numa investigação particular e na forma como a consistência interna vai ser calculada. Assim sendo, Koss e colaboradores (2007) defendem que primeiro devemos considerar o modelo concetual que melhor serve o propósito do estudo, reportando a validade (ou não validade) interna, consoante a escolha.

Face ao exposto, urge clarificar que o “Modelo Latente” é essencialmente um modelo de fator (Edwards & Bagozzi, 2000), ou seja, assume que um *construto* (conceito) não observável é a causa comum a um conjunto de variáveis observáveis. No caso da vitimização sexual, o modelo latente sugere que a vitimização influencia todas as experiências sexualmente indesejadas (i.e., todos os itens do SES) e que estas experiências estão necessariamente inter-relacionadas.

Tomando esta assumpção como verdadeira, uma medida de avaliação da consistência interna pode ser uma estimativa apropriada. Porém, Koss e colaboradores (2007) salientam a não existência de evidências empíricas que suportem a existência de características comuns entre potenciais vítimas que cause o fato de elas serem sexualmente agredidas de múltiplas formas. Além de que nenhum dos propósitos para os quais o SES é usado para aceder à vitimização (incluindo como medida de prevalência, seleção, predição de variáveis) requer, teoricamente, que as experiências dos/as participantes estejam inter-relacionadas (ibidem).

Assim, Koss e colaboradores (2007) consideram que a concetualização mais apropriada da medida de vitimização do SES é o “Modelo Induzido”. De acordo com este modelo, as variáveis observadas combinam-se de modo a formar uma nova variável que representa uma categoria ou conjunto de experiências. O SES usa categorias (“contatos sexuais indesejados”, “coerção sexual”, “tentativa de violação” e “violação”) para descrever diferentes formas de agressão sexual. Por outras palavras, o modelo induzido não requer que os itens agrupados em categorias se associem uns aos outros, pelo que não há razão para duas ou mais experiências de vitimização sexual estarem necessariamente relacionadas uma com a outra. Neste modelo, medidas de consistência interna (frequentemente calculada pelo *alpha de Cronbach*) não são apropriadas. Dada a natureza heterogénea dos itens que compõem o SES, assim como a sua lógica de independência (i.e., alguém que experiencie uma forma particular de agressão sexual não tem, necessariamente, de experienciar qualquer outra), este parece ser o modelo de análise mais indicado – sendo, por conseguinte, o modelo de análise que iremos utilizar nos nossos estudos empíricos.

A mesma lógica se aplica (ou não) ao SES para avaliar a perpetração, dependendo da finalidade com que a medida é usada no estudo. Por exemplo, se o propósito for aceder a um fator latente na agressão geral, a validade interna é apropriada. No entanto, para outros usos, como a avaliação de quantos/as participantes relatam usar várias táticas para completar atos sexuais não desejados pelo outro, o modelo induzido é o mais indicado.

2.2.2.5. Cotação

Koss e colaboradores (2007) criaram um conjunto de regras que devem ser seguidas para estimar a frequência de diferentes tipos de vitimização ou perpetração, mediante o agrupamento

dos itens de acordo com os níveis de severidade. Para o efeito, sugerem a possibilidade de agrupar os sujeitos em:

A) Categorias não mutuamente exclusivas, podendo o mesmo indivíduo figurar em múltiplas categorias, na medida em que um único ato sexual indesejado pode envolver múltiplas táticas, da mesma forma que diferentes formas de sexo não-consentido podem ocorrer como parte integrante de um único incidente. Consequentemente, os resultados excederão os 100%.

Vitimização

- a. Não vítimas: todos os itens do SES cotados com zero vezes, em todas as alíneas (a, b, c, d e e).
- b. Vítimas de “toques sexuais indesejados”: item 1 pontuado com um número de vezes superior a zero, nas alíneas a, b, c, d ou, e.
- c. Vítimas de “coerção sexual”: qualquer item do 2 ao 7 pontuado com um número de vezes superior a zero nas alíneas a ou b;
- d. Vítimas de “tentativa de violação”: qualquer item do 5 ao 7 pontuado com um número de vezes superior a zero, nas alíneas c, d ou e;
- e. Vítimas de “violação”: qualquer item do 2 ao 4 pontuado com um número de vezes superior a zero nas alíneas c, d ou e.

Perpetração

- a. Não Perpetradores/as: todos os itens do SES cotados com zero vezes, em todas as alíneas (a, b, c, d e e);
- b. Perpetradores/as de “toques sexuais indesejados”: item 1 pontuado com um número de vezes superior a zero, nas alíneas a, b, c, d ou, e;
- c. Perpetradores/as de “coerção sexual”: qualquer item do 2 ao 7 pontuado com um número de vezes superior a zero nas alíneas a ou b;
- d. Perpetradores/as de “tentativa de violação”: qualquer item do 5 ao 7 pontuado com um número de vezes superior a zero, nas alíneas c, d ou e;
- e. Perpetradores/as de “violação”: qualquer item do 2 ao 4 pontuado com um número de vezes superior a zero nas alíneas c, d ou e.

B) Categorias mutuamente exclusivas, com base na sua experiência mais severa. Neste caso as percentagens serão de 100%. De considerar, ainda, que, se forem calculados os períodos temporais “desde os 14 anos” (“período referente à vida iniciada após os 14 anos até há um ano atrás a contar de hoje [data de administração]”) e os “últimos doze meses” as regras de cotação que serão apresentadas em baixo deverão ser aplicadas aos dois conjuntos de respostas e somadas, de forma a estimar a prevalência “ao longo da vida”.

Vitimização

- a. Não vítimas: todos os itens do SES cotados com zero vezes, em todas as alíneas;
- b. Vítimas de “toques sexuais indesejados”: item 1 pontuado com um número de vezes superior a zero, em todas as alíneas - devendo todas as respostas aos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7 pontuar zero vezes;
- c. Vítimas de “coerção sexual”: qualquer item do 2 ao 7 pontuado com um número de vezes superior a zero nas alíneas a ou b - devendo todas as respostas dos itens 2 ao 7 ser iguais a zero nas alíneas c, d e e;
- d. Vítimas de “tentativa de violação”: qualquer item do 5 ao 7 pontuado com um número de vezes superior a zero, nas alíneas c, d ou e - devendo todas as respostas aos itens 2, 3 e 4 ser iguais a zero nas alíneas c, d, e, não prestando atenção aos itens restantes;
- e. Vítimas de “violação”: itens 2, 3 e 4 pontuados com um número de vezes superior a zero nas alíneas c, d ou e, não prestando atenção aos itens restantes.

Perpetração

- a. Não Perpetradores/as: todos os itens do SES cotados com zero vezes, em todas as alíneas;
- b. Perpetradores/as de “toques sexuais indesejados”: item 1 pontuado com um número de vezes superior a zero, em todas as alíneas – devendo todas as respostas aos itens 2, 3, 4, 5, 6 e 7 pontuar zero vezes;
- c. Perpetradores/as de “coerção sexual”: qualquer item do 2 ao 7 pontuado com um número de vezes superior a zero nas alíneas a ou b - devendo todas as respostas dos itens 2 ao 7 ser iguais a zero nas alíneas c, d e e;
- d. Perpetradores/as de “tentativa de violação”: qualquer item do 5 ao 7 pontuado com um número de vezes superior a zero, nas alíneas c, d ou e - devendo todas as

respostas aos itens 2, 3 e 4 ser iguais a zero nas alíneas c, d, e, não prestando atenção aos itens restantes.

- e. Perpetradores/as de “violação”: itens 2, 3 e 4 pontuados com um número de vezes superior a zero nas alíneas c, d ou e - não prestando atenção aos itens restantes.

2.3 Procedimentos de Recolha dos dados

Numa primeira fase contactamos a Comissão Nacional de Proteção de Dados, no sentido de submeter os nossos questionários para análise, de modo a garantir que a confidencialidade dos dados estava garantida e aferir da necessidade de registar o estudo em causa. Como em momento algum era pedido aos/às participantes que fornecessem dados de identificação pessoal, fomos informados de que não era necessário proceder ao registo do estudo. Posteriormente, e enfatizando sempre a confidencialidade do estudo, foram estabelecidos vários contatos com diferentes instituições do ensino superior, no sentido de apresentar o projeto de investigação e os objetivos subjacentes ao mesmo, formalizar o pedido de colaboração e, conseqüentemente, obter o consentimento necessário para a recolha dos dados.

Após a reunião de todos estes elementos (demorada), procedeu-se, no ano letivo de 2008/2009, à recolha dos dados, junto de 24 estabelecimentos do ensino superior. Na administração dos questionários participaram nove investigadores (cinco mulheres e quatro homens), distribuídos pelas várias zonas geográficas abrangidas pelo estudo. Todos os investigadores envolvidos receberam formação prévia sobre os instrumentos em causa.

Os questionários foram administrados em contexto sala de aula, através do formato papel e lápis, tendo sido preenchidos individualmente, com um tempo médio de resposta de vinte minutos. Foram aplicados em turmas com um número reduzido de sujeitos (cerca de 15 a 20 alunos), tendo-se procurado afastar o mais possível os/as participantes. Foi enfatizado, desde logo, o carácter voluntário do estudo e o anonimato e confidencialidade das respostas. Não houve quaisquer compensações pela participação (e.g., créditos, compensação económica). Cada questionário foi acompanhado de um consentimento informado e de um envelope. Após o preenchimento dos questionários, aqueles foram colocados no envelope por cada participante, sendo devidamente selados. Dada a temática do estudo, após a recolha dos dados foi facultado aos participantes um panfleto informativo que, globalmente, explicava os objetivos da investigação, fornecia informação sobre a temática da violência sexual e indicava locais onde procurar eventual ajuda profissional.

2.4 Análise estatística

Para a realização de todas as análises estatísticas (Estatística Descritiva, Estatística Inferencial e Análise Exploratória dos Dados) recorreremos ao programa estatístico “IBM® SPSS® *Statistics Version 19*”. Para estas análises foram considerados todos/as os/as participantes. De sublinhar que as análises relativas à Estatística Inferencial e à Análise Exploratória dos Dados que envolveram os resultados obtidos pelo SES foram efetuadas considerando o sistema de análise e classificação mutuamente exclusivo (anteriormente apresentado) proposto por Koss e colaboradores (2007).

Globalmente e, após termos aferido (mediante a realização da análise exploratória dos dados) que estavam reunidas as condições para a utilização de testes paramétricos, começamos por analisar os dados referentes à vitimização e à perpetração, considerando quer o período decorrido “*desde os 14 anos, período referente à vida iniciada após os 14 anos até há um ano atrás*”, quer o período relativo aos “*últimos doze meses*”. Somando os resultados dos dois períodos de tempo, considerámos ainda os resultados relativos à prevalência “*ao longo da vida*”.

Investigámos, igualmente, os correlatos sociodemográficos e formativos destes comportamentos sexualmente abusivos, assim como a relação entre atitudes e comportamentos. Caracterizámos, ainda, as atitudes dos participantes face à violência sexual, analisando os correlatos sociodemográficos e formativos das mesmas. Por fim, procedemos a uma análise de regressão logística para identificar os fatores preditores dos comportamentos abusivos, assim como a uma análise de regressão múltipla no sentido de prever a variância das atitudes legitimadoras da violência.

De registar, contudo, que no tópico seguinte, nomeadamente à medida que vamos apresentando os resultados obtidos, iremos especificar todos os testes estatísticos utilizados.

3. Apresentação dos resultados

Neste ponto, e de forma a promover ao leitor uma melhor compreensão das análises efetuadas e dos resultados encontrados, iremos começar por detalhar os dados relativos ao estudo da vitimização sexual (ponto 3.1), seguindo-se o estudo relativo à perpetração (ponto 3.2) e o estudo das atitudes dos/as participantes face à violência sexual (ponto 3.3.). Finalizaremos com o

estudo das atitudes e comportamentos abusivos (ponto 3.4), assim como dos fatores preditores da violência sexual e sua legitimação (ponto 3.5). Em cada uma destas situações, começaremos por apresentar a análise descritiva dos resultados, prosseguindo para a sua análise inferencial.

3.1 Vitimização

3.1.1 Análise Descritiva

3.1.1.1. Prevalência dos comportamentos sexualmente abusivos sofridos

Do total de participantes no estudo (N=1000), 293 (29.30%) relataram ter sofrido, pelo menos, um ato sexual não-consentido ao longo da vida, sendo classificados como “vítimas”. Uma análise mais detalhada permite concluir que a maioria das vítimas é do género feminino [176 (60.07%)], comparativamente com as vítimas do género masculino [117 (39.93%)]. Tal significa que 25.32% do total de participantes da nossa amostra do género masculino e 32.71% do total de participantes do género feminino assinalaram ter sofrido algum tipo de violência sexual.

Os restantes participantes, 707 (70.70%), foram classificados como “não vítimas”. Dentro deste grupo, 345 (48.80%) participantes são do género masculino e 362 (51.20%) são do género feminino. Tal significa que 74.68% do total de participantes da nossa amostra do género masculino e 67.29% do total de participantes do género feminino não assinalou ter sofrido qualquer tipo de violência sexual.

Quando especificamos um pouco mais a nossa análise constatámos que, no período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, 26.10% dos participantes assinalou ter sofrido, pelo menos, um ato sexual não-consentido. À semelhança do que tínhamos observado anteriormente, a maioria dos participantes deste grupo é do género feminino (60.15%), comparativamente com o género masculino (39.85%).

Quando fizemos a mesma análise, embora considerando o período relativo aos “últimos 12 meses”, verificámos que 17.20% dos participantes foi classificada como tendo sido alvo de algum tipo de comportamento sexual indesejado. Este grupo é composto por 55.22% de participantes do género feminino e 44.78% do género masculino.

Estes resultados sugerem, ainda, que 32 participantes assinalaram ter sido alvo deste tipo de comportamentos apenas nos últimos 12 meses, enquanto 140 assinalaram ter sido alvo nos últimos doze meses e desde os 14 anos de idade. Tais resultados levam a admitir a possibilidade destes participantes terem sido alvo de mais do que uma experiência sexual não-consentida ao longo da vida (Tabela 4.1).

Tabela 4. 1. Vitimização e género “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade” e nos “últimos doze meses”.

	N (%) [N=1000]	Género Masculino (N=462)		Género Feminino (N=538)	
		N (%)	% face ao total de participantes do género masculino da amostra	N (%)	% face ao total de participantes do género feminino da amostra)
SES-SFV Total					
Vítimas	293 (29.30)	117 (39.93)	25.32	176 (60.07)	32.71
Não Vítimas	707 (70.70)	345 (48.80)	74.68	362 (51.20)	67.29
SES-SFV 14					
Vítimas	261 (26.10)	104 (39.85)	22.51	157 (60.15)	29.18
Não Vítimas	739 (73.90)	358 (48.44)	10.48	381 (51.56)	70.82
SES-SFV 12					
Vítimas	172 (17.20)	77 (44.78)	16.66	95 (55.22)	17.66
Não Vítimas	828 (82.80)	385 (46.50)	83.34	443 (53.50)	82.34

Ao analisar o tipo de comportamentos sexuais assinalados por estes participantes, constatámos que 255 (87.03%) referiram ter sido alvo de toques sexuais indesejados, 29 (9.90%) de sexo oral, 27 (9.22%) de sexo vaginal, 17 (05.80%) sexo anal, 83 (28.33%) tentativa de penetração oral, 47 (16.04%) tentativa de penetração vaginal e 19 (06.48%) tentativa de penetração anal – havendo indivíduos a assinalar ter sido alvo de mais do que um tipo de comportamento (daí a percentagem total não ser equivalente a 100%) – tal como podemos observar na tabela seguinte (Tabela 4.2).

Tabela 4. 2. Tipo de ato sexualmente abusivo sofrido (independentemente da estratégia usada para a sua consumação) e género da vítima.

Tipo de atos sofridos	Vítimas (N = 293)			% face ao número total de participantes (N=1000)
	N (%)	Género do participante		
		Masculino [N (%)]	Feminino [N (%)]	
Toques sexuais indesejados	255 (87.03)	111 (43.53)	144 (56.47)	25.50
Sexo oral	29 (9.90)	16 (55.17)	13 (44.82)	2.90
Sexo vaginal	27 (9.22)	NSA	27 (100.00)	2.70
Sexo anal	17 (5.80)	04 (23.53)	13 (76.47)	1.70
Tentativa de penetração oral	83 (28.33)	21 (25.30)	62 (74.70)	8.30
Tentativa de penetração vaginal	47 (16.04)	NSA	47 (100.00)	4.70
Tentativa de penetração anal	19 (6.48)	0 (00.00)	19 (100.00)	1.90

[NSA = não se aplica]

Quando consideramos o número total de participantes da amostra (N=1000) e usamos o sistema de classificação dos atos sofridos não mutuamente exclusivo proposto pelos autores do

SES (na medida em que, como vimos anteriormente, o mesmo sujeito pode ter sofrido mais do que um ato sexual indesejado) verificámos que 25.50% dos participantes admitiu ter sofrido “contatos sexuais indesejados” ao longo da vida [14.70%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo – isto é, de agrupamento do tipo de atos sofridos em categorias, segundo a gravidade dos mesmos, ainda que a mesma pessoa possa ter sofrido atos que encaixam em mais do que uma categoria], 10.10% “coerção sexual” [07.10%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 04.70% “tentativa de violação” [03.30%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 04.20% “violação” [mantendo-se a mesma percentagem se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo].

Ao analisar de forma mais pormenorizada o grupo das “vítimas” (N=293) constatamos que 255 (87.03%) admitiram ter sido alvo de contatos sexuais indesejados ao longo da vida [174 (50.17%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 101 (34.47%) de coerção sexual [71 (24.23%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 47 (16.04%) de tentativa de violação [33 (11.26%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo]; e, 42 (14.33%) de violação [mantendo-se o mesmo valor se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 4.3).

Tabela 4. 3. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos sofridos ao “longo da vida” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima.

		SES-SFV[(score total) N=293]			% face ao número total da amostra (N=1000)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques sexuais	Não mutuamente exclusivo	255 (87.03)	111 (37.88)	144 (49.15)	25.50
	Mutuamente exclusivo	147 (50.17)	78 (26.62)	69 (23.55)	14.70
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	101 (34.47)	15 (05.12)	86 (29.35)	10.10
	Mutuamente exclusivo	71 (24.23)	08 (02.73)	63 (21.50)	07.10
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	47 (16.04)	16 (05.46)	31 (10.58)	04.70
	Mutuamente exclusivo	33 (11.26)	11 (03.75)	22 (07.51)	03.30
Violação	Não mutuamente exclusivo	42 (14.33)	20 (06.83)	22 (07.51)	04.20
	Mutuamente exclusivo	42 (14.33)	20 (06.83)	22 (07.51)	04.20

Ao efetuarmos a mesma análise para as vítimas que referiram ter sido alvo de, pelo menos, um ato sexual não-consentido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” (N=261), verificámos que 223 (85.44%) assinalaram atos que se encaixam na categoria “toques sexuais indesejados” [133 (50.96%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 90 (34.48%) de “coerção sexual” [64 (24.52%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 47 (17.99%) de “tentativa de violação” [33 (12.64%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 42 (15.99%) de “violação” [22 (8.43%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo].

considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 36 (13.79%) de “violação” [mantendo-se a mesma percentagem se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 4.4).

Tabela 4. 4. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos sofridos “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima.

		SES-SFV 14 [(score total) N=261]			% face ao número total da amostra (N=1000)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques sexuais	Não mutuamente exclusivo	223 (85.44)	98 (43.95)	125 (56.05)	22.3
	Mutuamente exclusivo	133 (50.96)	72 (54.14)	61 (45.86)	13.3
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	90 (34.48)	12 (13.33)	78 (86.66)	9.0
	Mutuamente exclusivo	64 (24.52)	5 (7.81)	59 (92.19)	6.4
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	40 (15.33)	13 (32.50)	27 (67.50)	4.0
	Mutuamente exclusivo	28 (10.73)	9 (32.14)	19 (67.86)	2.8
Violação	Não mutuamente exclusivo	36 (13.79)	18 (50.00)	18 (50.00)	3.6
	Mutuamente exclusivo	36 (13.79)	18 (50.00)	18 (50.00)	3.6

Quanto ao período referente aos “últimos doze meses”, observámos que 150 (87.21%) assinalaram ter sido alvo de “contatos sexuais indesejados” [90 (52.33%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 49 (28.49%) de “coerção sexual” [40 (23.26%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 24 (13.95%) de “tentativa de violação” [19 (11.05%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 23 (13.37%) de “violação” [mantendo-se a mesma percentagem se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 4.5).

Tabela 4. 5. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos sofridos nos “últimos doze meses” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima.

		SES-SFV 12 [(score total) N=172]			% face ao número total da amostra (N=1000)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques sexuais	Não mutuamente exclusivo	150 (87.21)	73 (48.67)	77 (51.33)	15.0
	Mutuamente exclusivo	90 (52.33)	49 (54.44)	41 (45.56)	9.00
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	49 (28.49)	9 (18.37)	40 (81.63)	4.90
	Mutuamente exclusivo	40 (23.26)	7 (17.50)	33 (82.50)	4.00
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	24 (13.95)	11 (45.83)	13 (54.17)	2.40
	Mutuamente exclusivo	19 (11.05)	8 (42.11)	11 (57.89)	1.90
Violação	Não mutuamente exclusivo	23 (13.37)	13 (56.52)	10 (43.48)	2.30
	Mutuamente exclusivo	23 (13.37)	13 (56.52)	10 (43.48)	2.30

3.1.1.2. Estratégias usadas pelo/a perpetrador/a para cometer o ato sexualmente abusivo

Fazendo uma análise global (e usando um sistema de classificação não mutuamente exclusivo), verificamos que, do total de participantes que admitiram ter sofrido, pelo menos, um ato sexualmente abusivo (N=293), a maioria [162 (55.29%)], assinalou que o “uso de álcool e/ou outras drogas” esteve envolvido na vitimização sofrida. Observamos ainda que 114 (38.91%) referiram ter sido alvo de “pressão verbal” e 139 (47.44%) de “pressão psicológica”, com apenas 28 (9.56%) a assinalarem ter sofrido ameaças e 26 (8.87%) uso de “força física e/ou armas”. A análise destes resultados sugere que, para além dos participantes poderem ter sido alvo de mais do que um ato sexual indesejado, o mesmo ato sexual pode ter envolvido o uso de mais do que uma estratégia abusiva.

Ao detalharmos um pouco mais esta análise, constatamos que os/as participantes cujos atos sofridos encaixam na categoria “contatos sexuais” foram, maioritariamente, alvo do “uso de álcool e/ou outras drogas”, de “pressão psicológica” e de “pressão verbal” (49.83%, 37.54% e 29.35% dos casos, respetivamente). Já os/as participantes que sofreram atos passíveis de serem classificados como “coerção sexual”, relataram que o/a seu/sua agressor/a recorreu quer a estratégias de “pressão verbal” quer a estratégias de “pressão psicológica” (21.50% e 23.89% dos casos, respetivamente). Por seu turno, e ainda que num número significativamente inferior, os/as participantes cujos atos sofridos encaixam nas categorias de “tentativa de violação” e de “violação” assinalaram ter sido vítimas, maioritariamente, do “uso de álcool e/ou outras drogas” (11.26% e 12.63% dos casos, respetivamente). Como podemos analisar na tabela seguinte (Tabela 4.6), apenas um número muito reduzido de participantes assinalou ter sido alvo de “ameaças” e/ou do “uso da força física e/ou armas”. Não obstante, e relativamente a esta última estratégia, importa assinalar que a mesma foi assinalada, maioritariamente, por vítimas que se autoidentificaram como sendo do género feminino.

Tabela 4. 6. Caracterização do tipo de atos e estratégias sofridas (classificados em categorias não mutuamente exclusivas) e género das vítimas.

Atos sofridos		Estratégias sofridas				
		Pressão verbal	Pressão psicológica	Uso de álcool e/ou outras drogas	Ameaças	Força física e/ou armas
Toques sexuais	N (%)	86 (29.35%)	110 (37.54)	146 (49.83)	21 (7.17)	15 (5.12)
	Género [N(%)]	39 ♂ (45.35) 47 ♀ (54.65)	37 ♂ (33.64) 73 ♀ (66.36)	73 ♂ (50.00) 73 ♀ (50.00)	07 ♂ (33.33) 14 ♀ (66.67)	0 ♂ (0.00) 15 ♀ (100.00)
Coerção sexual	N (%)	63 (21.50)	70 (23.89)	NSA	NSA	NSA
	Género [N(%)]	10 ♂ (15.87) 53 ♀ (84.13)	10 ♂ (14.25) 60 ♀ (85.71)			
Tentativa de violação	N (%)	NSA	NSA	33 (11.26)	4 (1.37)	11 (3.75)
	Género [N(%)]			13 ♂ (39.39) 20 ♀ (60.61)	2 ♂ (50.00) 2 ♀ (50.00)	2 ♂ (18.18) 9 ♀ (81.82)
Violação	N (%)	NSA	NSA	37 (12.63)	6 (2.05)	6 (2.05)
	Género [N(%)]			19 ♂ (51.35) 18 ♀ (48.65)	4 ♂ (66.67) 2 ♀ (33.33)	1 ♂ (16.67) 5 ♀ (83.33)

A leitura da tabela anterior leva-nos a acrescentar que, se considerarmos os 255 participantes que referiram ter sido vítimas de “contatos sexuais” indesejados, verificámos que, em 57.25% das situações, o consumo de álcool e/ou outras drogas esteve envolvido no incidente, em 43.14% houve recurso [por parte do/a perpetrador/a] a pressão psicológica e, em 33.73%, a pressão verbal. Já o recurso a ameaças e/ou à força física e/ou armas parece ter existido apenas em 08.24% e 05.88% das situações, respetivamente. Seguindo a mesma linha de pensamento verificámos que, de entre os 101 participantes cujos atos sofridos se encaixam na categoria “coerção sexual”, 69.31% assinalou ter sofrido pressão psicológica e 62.38% pressão verbal. No que se refere à categoria “tentativa de violação”, o uso de álcool e/ou outras drogas volta a assumir maior protagonismo (assinalado como estratégia sofrida por 70,21% dos participantes), seguindo-se o uso da força física e/ou armas (23.40%) e o uso de ameaças (08.51%). O mesmo parece verificar-se no que se refere à categoria “violação”, com o uso de álcool e/ou outras drogas a surgir assinalado em 88.10% das situações, seguindo-se o uso de ameaças e o uso de força física e/ou armas (14,29%).

3.1.1.3. Género da vítima e sexo do/a agressor/a

Neste ponto, os resultados obtidos sugerem que a maioria das vítimas (46.10%, do género feminino) identificou os seus perpetradores como tendo sido homens (45.73%). Todavia, um número significativo de vítimas do género masculino (23.55%) admitiu ter sido vitimado por mulheres, com apenas 02.05% a assinalar que a agressão foi perpetrada por homens. De considerar, ainda, que uma percentagem significativa de participantes (27.99%) optou por não responder a esta questão (Tabela 4.7).

Tabela 4. 7. Caracterização do género da vítima e do género do/a agressor/a.

		Sexo do perpetrador/a (auto-relatado pelas vítimas)			
		Mulheres	Homens	Mulheres e Homens	Não quis responder
Género da vítima	Masculino	69 (23.55%)	6 (2.05%)	1 (0.34%)	41 (13.99%)
	Feminino	1 (0.34%)	134 (45.73%)	0 (0.00%)	41 (13.99%)
	Total	70 (23.89%)	140 (47.78%)	1 (0.34%)	82 (27.99%)

3.1.1.4. Caracterização da relação vítima-agressor/a

No que concerne à relação da vítima com o/a agressor/a, constatámos que em 66.55% das situações o/a agressor/a era conhecido/a da vítima, chegando mesmo, em 56.31% das situações, a ser alguém bastante próximo e íntimo e, em 10.24% das situações, alguém conhecido, ainda que não íntimo. Concretizando um pouco mais, os resultados indicam que a maioria das vítimas (29.01%) assinalou ter sofrido, pelo menos, um ato sexual não consentido perpetrado por alguém com quem mantinha uma relação de namoro, sendo 22.87% do género feminino e 6.14% do género masculino. Observámos igualmente que 15.36% assinalou ter sido vitimado por um/a amigo/a, sendo 4.78% do género feminino e 10.58% do género masculino; 11.26% relatou que terá sido vitimado pelo/a ex-namorado/a, sendo 8.87% do género feminino e 2.39% do género masculino; 10.24% assinalou ter sido vitimado por um/a conhecido/a de uma noite/ “curte”, sendo 5.80% do género feminino e 4.44% do género masculino; 3.07% afirmou que terá sido vitimado por um/a desconhecido/a; 1.37% assinalou a categoria “outro” (embora não tenha especificado) e 0.68% assinalou ter sido vitimado por um/a familiar. De considerar, ainda, que 29.01% dos participantes (14.68% do género feminino e 14.33% do género masculino) optou por não responder a esta questão (Tabela 4.8).

Tabela 4. 8. Caracterização da relação vítima-agressor/a.

Relação da vítima com agressor (autoavaliada pela vítima)	Género da vítima (N=293)		Total N/%
	Masculino (N=462) /%	Feminino (N=538) / %	
Namorado/a	18 (6.14)	67 (22.87)	85 (29.01)
Ex-namorado/a	7 (2.39)	26 (8.87)	33 (11.26)
Amigo/a	31 (10.58)	14 (4.78)	45 (15.36)
Conhecido/a de uma noite/”curte”	13 (4.44)	17 (5.80)	30 (10.24)
Familiar	1 (0.34)	01 (0.34)	02 (0.68)
Desconhecido/a	05 (1.71)	04 (1.37)	09 (3.07)
Outro	00 (0.00)	04 (1.37)	04 (1.37)
Não quis responder	42 (14.33)	43 (14.68)	85 (29.01)

3.1.2 Análise Inferencial

3.1.2.1 Vitimização e género

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificámos que existe uma associação estatisticamente significativa entre o género do/a participante e a sua classificação como vítima [$\chi^2(1) = 6.55, p < .05$]. Enquanto no grupo dos/as participantes que afirmaram não ter sofrido quaisquer atos desta natureza, a maioria é do género masculino (98.1%), no grupo dos indivíduos que assinalaram ter sofrido, pelo menos, um ato sexual abusivo, a maioria (12.8%) é do género feminino. O mesmo se verifica quando analisamos o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” [$\chi^2(1) = 5.74, p < .05$], com 104 homens a verbalizar ter sido vítimas, comparativamente com 157 mulheres. Já no que concerne ao período respeitante aos “últimos doze meses” esta associação já não se verifica [$\chi^2(1) = .17, n.s.$] (Tabela 4.9).

Tabela 4. 9. Vitimização e género ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.

	Género	Não vítimas	Vítimas	$\chi^2(1)$
SES-SFV (Score global)	M (N=462)	345	117	6.55*
	F (N=538)	362	176	
SES-SFV 14	M (N=739)	358	104	5.74*
	F (N=261)	381	157	
SES-SFV 12	M (N=828)	385	77	n.s
	F (N=172)	443	95	

[* $p < .001$; n.s.=não significativo, dado que $p > .05$]

3.1.2.1.1. Tipo de estratégia sofrida e género

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificámos que existe uma associação altamente significativa entre o género do/a participante e o fato de ter sido vítima de “pressão psicológica” [$\chi^2(1) = 19.72, p < .001$]. Enquanto no grupo dos/as participantes que afirmaram ter sido alvo desta estratégia, a maioria (18.4%) é do género feminino, no grupo que refere não ter sofrido esta tática a maioria (91.3%) é do género masculino. Recorrendo ao mesmo teste, observamos que existe uma associação altamente significativa entre o género do participante e o fato de ter sofrido o “uso de força física e/ou armas” como tática usada pelo/a perpetrador/a na consumação do ato sexual indesejado [$\chi^2(1) = 19.90, p < .001$], com a maioria das vítimas (4.3%) a pertencer ao género feminino e a maioria das não vítimas (99.4%) a pertencer ao género masculino. Fazendo a mesma análise para as restantes estratégias consideradas no estudo, constatámos que não existe associação entre o género do participante e o fato de ter assinalado ter sofrido pressão verbal [χ^2

(1) =02.99, $p > .05$], ter havido envolvimento do uso de álcool e/ou outras drogas no incidente [χ^2 (1) =.30, $p > .05$], ou ter havido recurso a ameaças [χ^2 (1) =.55; $p > .05$] (Tabela 4.10).

Tabela 4. 10. Tipo de estratégia sofrida e género da vítima

Tática usada pelo agressor/a	Género	Não vítimas	Vítimas	χ^2 (1)
Pressão verbal	M (N=462)	418	44	n.s.
	F (N=538)	468	70	
Pressão psicológica	M (N=462)	422	40	19.72***
	F (N=538)	439	99	
Uso de álcool e/ou outras drogas	M (N=462)	384	78	n.s.
	F (N=538)	454	84	
Ameaças	M (N=462)	451	11	n.s.
	F (N=538)	521	17	
Força física	M (N=462)	459	3	12.90***
	F (N=538)	515	23	

[*** $p < .001$].

3.1.2.2. Vitimização e idade

Ao compararmos, com recurso ao teste de diferenças de médias para amostras independentes (*T-test*), vítimas com não vítimas, constatámos que não há diferenças estatisticamente significativas ao nível da idade [t (998) = .26, n.s.]. O mesmo se verifica quando analisamos apenas o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás”, [t (998) = .08; $p > .05$] e o período respeitante aos “últimos doze meses” [t (998) = 2.55, $p > .05$] (Tabela 4.11).

Tabela 4. 11. Vitimização e idade, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.

		N	M	D.P.	Teste t
SES-SFV (score total)	Não vítimas	707	20.22	1.73	n.s
	Vítimas	293	20.19	1.69	
SES-SFV 14	Não vítimas	739	20.21	1.73	n.s
	Vítimas	261	20.20	1.68	
SES-SFV 12	Não vítimas	828	20.27	1.73	n.s.
	Vítimas	172	19.91	1.62	

[n.s.= não significativo, porque $p > .05$]; M= Média; DP= Desvio-padrão].

3.1.2.3. Vitimização e nível socioeconómico

Comparando, através do teste de Mann-Whitney, a condição económica das vítimas e não vítimas, verificámos que não há diferenças entre o grupo das vítimas e o grupo das não vítimas a este nível [$\mu = 99168.00$; $p > .05$]. Voltámos a não encontrar diferenças entre os dois grupos quando analisámos, separadamente, o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” [$\mu = 92312.00$; $p > .05$] e o período referente aos “últimos doze meses” [$\mu = 68194.00$; $p > .05$] (Tabela 4.12).

Tabela 4. 12. Vitimização e nível socioeconômico, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

		N	Ordem Média	μ
SES-SFV (Score total)	Não vítimas	707	494.27	n.s
	Vítimas	293	515.54	
SES-SFV 14	Não vítimas	739	494.91	n.s
	Vítimas	261	516.31	
SES-SFV 12	Não vítimas	828	496.86	n.s
	Vítimas	172	518.02	

[n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.1.2.4. Vitimização e ano do curso

Comparando, através do teste de Mann-Whitney, o ano do curso das vítimas e não vítimas, verificamos que não há diferenças entre os dois grupos a este nível [$\mu = 101723.00$; $p > .05$]. Voltamos a não encontrar diferenças entre os dois grupos ao nível do ano do curso quando analisamos o período decorrido “desde os 14 anos” [$\mu = 94339.50$; $p > .05$] e o período referente aos “últimos doze meses” [$\mu = 66483.00$; $p > .05$] (Tabela 4.13).

Tabela 4. 13. Vitimização e ano do curso, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

		N	Ordem Média	μ
SES-SFV(score total)	Não vítimas	707	497.88	n.s.
	Vítimas	293	506.82	
SES-SFPV14	Não vítimas	739	497.66	n.s.
	Vítimas	261	508.55	
SES-SFV 12	Não vítimas	828	506.21	n.s.
	Vítimas	172	473.03	

[n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.1.2.5. Vitimização e área de formação

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificamos que não existe uma associação estatisticamente significativa entre a área de formação dos/as participantes e o fato de ter sido vítima de, pelo menos, um ato sexual não consentido [$\chi^2 (7) = 2.07$, n.s.]. Os mesmos resultados foram encontrados quando fizemos a análise somente referente “aos últimos 12 meses” [$\chi^2 (7) = 4.58$, n.s.] e ao período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” [$\chi^2 (7) = 2.97$, n.s.] (Tabela 4.14).

Tabela 4. 14. Vitimização e área de formação, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, “últimos doze meses”.

	Áreas de formação	Não vítimas	Vítimas	X(7)
SES-SFV (score total)	1 (N=61)	43	18	n.s.
	2 (N=84)	60	24	
	3 (N=329)	236	93	
	4 (N=73)	50	23	
	5 (N=219)	159	60	
	6 (N=20)	13	7	
	7 (N=158)	106	52	
	8 (N=56)	40	16	
SES-SFV14	1 (N=61)	44	17	n.s.
	2 (N=84)	63	21	
	3 (N=329)	247	82	
	4 (N=73)	54	19	
	5 (N=219)	166	53	
	6 (N=20)	14	6	
	7 (N=158)	109	49	
	8 (N=56)	42	14	
SES-SFV 12	1 (N=61)	50	11	n.s.
	2 (N=84)	73	11	
	3 (N=329)	275	54	
	4 (N=73)	58	15	
	5 (N=219)	185	34	
	6 (N=20)	15	5	
	7 (N=158)	125	33	
	8 (N=56)	47	9	

[1= Educação; 2= Artes e Humanidades; 3= Ciências sócias, comércio e direito; 4= Ciências, matemática e informática; 5=Engenharias, indústrias transformadoras e construção; 6= Agricultura; 7= Saúde e proteção Social; 8 = Serviços; n.s. = não significativo (p > .05)].

3.2 Perpetração

3.2.1 Análise Descritiva

3.2.1.1 Prevalência dos comportamentos sexualmente abusivos perpetrados

Do total de participantes no estudo (N=1000), 107 (10.70%) relataram ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual não consentido ao longo da vida, sendo classificados como “perpetradores/as”. Uma análise mais detalhada permite concluir que a maioria dos perpetradores se autoidentificou como sendo do género masculino [86 (80.37%)], com os perpetradores do género feminino a totalizarem 19.63% (21). Tal significa que 18.61% do total de participantes da nossa amostra do género masculino e 03.90% do total de participantes do género feminino assinalaram ter perpetrado algum tipo de violência sexual.

Os restantes participantes, 893 (89.30%), foram classificados como “não perpetradores/as”. Dentro deste grupo, 376 (42.10%) participantes são do género masculino e 517 (57.90%) são do género feminino. Tal significa que 81.39% do total de participantes da nossa

amostra do género masculino e 96.10% do total de participantes do género feminino não assinalou ter perpetrado qualquer tipo de violência sexual.

Quando especificamos um pouco mais a nossa análise constatámos que, no período decorrido “desde os 14 anos de idade, período referente à vida iniciada após os 14 anos até há um ano”, 09.60% dos participantes assinalou ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual não desejado pela outra pessoa. À semelhança do que tínhamos observado anteriormente, a maioria dos participantes deste grupo é do género masculino (83.33%), comparativamente com o género feminino (16.67%).

Quando fizemos a mesma análise, embora considerando o período relativo aos “últimos 12 meses”, verificámos que 07.60% dos participantes foram classificados como tendo perpetrado algum tipo de comportamento sexual indesejado pela outra pessoa. Este grupo é composto por 84.21% de participantes do género masculino e 15.79% do género feminino.

Estes resultados sugerem, ainda, que 11 participantes assinalaram ter perpetrado atos desta natureza apenas nos últimos 12 meses, enquanto 65 assinalaram ter perpetrado nos últimos doze meses e desde os 14 anos de idade. Tais resultados levam a admitir a possibilidade destes participantes terem perpetrado mais do que uma experiência sexual não- consentida pela outra pessoa ao longo da vida (Tabela 4.15).

Tabela 4. 15. Perpetração e género do/a participante “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e nos “últimos doze meses”.

	N (%) [N=1000]	Género Masculino (N=462)		Género Feminino (N=538)	
		N (%)	% face ao total de participantes do género masculino da amostra	N (%)	% face ao total de participantes do género feminino da amostra
SES-SFP Total					
Perpetradores/as	107 (10.70)	86 (80.37)	18.61	21 (19.63)	03.90
Não Perpetradores/as	893 (89.30)	376 (42.10)	81.39	517 (57.90)	96.10
SES-SFP 14					
Perpetradores/as	96 (09.60)	80 (83.33)	17.32	16 (16.67)	02.97
Não Perpetradores/as	904 (90.40)	382 (42.26)	82.68	522 (57.74)	97.03
SES-SFP 12					
Perpetradores/as	76 (07.60)	64 (84.21)	13.85	12 (15.79)	02.23
Não Perpetradores/as	924 (92.40)	398 (43.07)	86.15	526 (56.93)	97.77

Ao analisar o tipo de comportamentos sexuais assinalados por estes participantes, constatámos que 76 (71.03%) referiram ter praticado contatos sexuais indesejados pela outra pessoa, 18 (16.82%) sexo oral, 20 (18.69%) sexo vaginal, 4 (3.74%) sexo anal, 30 (28.04%) tentativa de penetração oral, 22 (20.56%) tentativa de penetração vaginal e 10 (9.35%) tentativa de penetração anal – havendo indivíduos a assinalar ter cometido mais do que um tipo de

comportamento (daí a percentagem total não ser equivalente a 100%) – tal como podemos observar na tabela seguinte (Tabela 4.16).

Tabela 4. 16. Tipo de ato sexualmente abusivo praticado (independentemente da estratégia usada para a sua consumação) e género do/a agressor/a.

Tipo de atos praticados	Perpetradores/as (N = 107)			% face ao número total da amostra (N=1000)
	N (%)	Género do participante		
		Masculino [N (%)]	Feminino [N (%)]	
Contatos sexuais	76 (71.03)	58 (76.32)	18 (23.68)	7.60
Sexo oral	18 (16.82)	15 (83.33)	03 (16.67)	1.80
Sexo vaginal	20 (18.69)	20 (100.00)	NSA	2.00
Sexo anal	4 (3.74)	04 (100.00)	NSA	0.40
Tentativa de penetração oral	30 (28.04)	28 (93.33)	02 (6.67)	3.00
Tentativa de penetração vaginal	22 (20.56)	22 (100.00)	NSA	2.20
Tentativa de penetração anal	10 (9.35)	10 (100.00)	NSA	1.00

[NSA = Não se aplica]

Considerando a percentagem de atos perpetrados “ao longo da vida”, e usando o sistema de classificação não mutuamente exclusivo proposto pelos autores do SES, verificámos que 07.60% do total dos participantes do estudo (N=1000) relatou ter praticado “contatos sexuais indesejados” [05.10%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 03.80% “coerção sexual” [03.20%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 01.60% “tentativa de violação” [07.48%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 16 (01.60%) “violação” [mantendo-se a mesma percentagem se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo].

Se nos focarmos na análise pormenorizada do número total de participantes classificados/as como tendo praticado, pelo menos, um ato sexual abusivo (N = 107) verificámos que 76 (71.03%) admitiram ter perpetrado contatos sexuais indesejados [51 (47.66%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 38 (35.51%) de coerção sexual [32 (29.91%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 16 (14.95%) de tentativa de violação [8 (7.48%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo]; e 16 (14.95%) de violação [mantendo-se o mesmo valor se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 4.17).

Tabela 4. 17. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos perpetrados ao “longo da vida” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e gênero do/a agressor/a.

		SES-SFP[(score total) N=107]			% face ao número total da amostra (N=1000)
		N (%)	Gênero		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Contatos sexuais	Não mutuamente exclusivo	76 (71.03)	58 (76.32)	18 (23.68)	07.60
	Mutuamente exclusivo	51 (47.66)	35 (68.63)	16 (31.37)	05.10
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	38 (35.51)	33 (86.84)	05 (13.16)	03.80
	Mutuamente exclusivo	32 (29.91)	27 (84.37)	05 (15.63)	03.20
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	16 (14.95)	13 (100.00)	00(00.00)	01.60
	Mutuamente exclusivo	08 (07.48)	08 (100.00)	00 (00.00)	08.00
Violação	Não mutuamente exclusivo	16 (14.95)	16 (100.00)	00 (00.00)	01.60
	Mutuamente exclusivo	16 (14.95)	16 (100.00)	00 (00.00)	01.60

Ao efetuar a mesma análise, embora considerando separadamente o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, constatamos que 68 (70.83%) agressores/as referem ter perpetrado atos passíveis de ser englobados na categoria “toques indesejados” [48 (50.00%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 32 (33.33%) na de “coerção sexual” [28 (29.17%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 12 (12.50%) na “tentativa de violação” [6 (6.25%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 13 (13.54%) na de “violação” [registrando-se os mesmos valores se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 4.18).

Tabela 4. 18. Perpetração de diferentes tipos de atos sexualmente abusivos “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” (caraterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e gênero do/a agressor/a.

		SES-SFP 14 [(score total) N=96]			% face ao número total da amostra (N=1000)
		N (%)	Gênero		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques indesejados	Não mutuamente exclusivo	68 (70.83)	54 (79.41)	14 (20.59)	06.80
	Mutuamente exclusivo	48 (50.00)	35 (72.92)	13 (27.08)	04.80
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	32 (33.33)	29 (90.63)	03 (9.37)	03.20
	Mutuamente exclusivo	28 (29.17)	25 (89.29)	03 (10.71)	02.80
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	12 (12.50)	12 (100.00)	00 (0.00)	01.20
	Mutuamente exclusivo	06 (6.25)	06 (100.00)	00 (0.00)	00.60
Violação	Não mutuamente exclusivo	13 (13.54)	13 (100.00)	0 0(0.00)	01.30
	Mutuamente exclusivo	13 (13.54)	13 (100.00)	0 0(0.00)	01.30

Quanto ao período relativo aos “últimos 12 meses”, obtivemos que 49 sujeitos (64.47%) assinalaram ter perpetrado atos enquadrados na categoria “toques indesejados” [39 (51.32%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 24 (31.58%) na “coerção sexual” [19 (25.00%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 10 (13.16%) na “tentativa de violação” [7 (9.21%), se considerarmos um sistema de classificação

mutuamente exclusivo] e 12 (15.79%) na “violação” [registando-se os mesmos valores se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 4.19).

Tabela 4. 19 Perpetração de diferentes tipos de atos sexualmente abusivos “nos últimos doze meses” (caraterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género do agressor/a.

		SES-SFP 12 [(score total) N=76]			% face ao número total da amostra (N=1000)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques sexuais	Não mutuamente exclusivo	49 (64.47)	38 (77.55)	11 (22.45)	04.90
	Mutuamente exclusivo	39 (51.32)	29 (74.36)	10 (25.64)	03.90
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	24 (31.58)	22 (91.67)	02 (8.33)	02.40
	Mutuamente exclusivo	19 (25.00)	17 (89.47)	02 (10.53)	01.90
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	10 (13.16)	10 (100.00)	00 (0.00)	01.00
	Mutuamente exclusivo	07 (9.21)	07 (100.00)	00 (0.00)	00.70
Violação	Não mutuamente exclusivo	12 (15.79)	12 (100.00)	00 (0.00)	01.20
	Mutuamente exclusivo	12 (15.79)	12 (100.00)	00 (0.00)	01.20

3.2.1.2. Estratégias usadas no cometimento do ato sexualmente abusivo

Fazendo uma análise global (e usando um sistema de classificação não mutuamente exclusivo), verificámos que, do total de participantes que admitiram ter perpetrado, pelo menos, um ato sexualmente abusivo (N=107), 42 (39.25%) referiram ter recorrido a “pressão verbal”, 56 (52.34%) a “pressão psicológica”, 48 (44.86%) ao “uso de álcool e/ou outras drogas”, 05 (04.67%) a ameaças e 11 (10.28%) à “força física e/ou armas”.

Ao detalharmos um pouco mais esta análise, constatámos que os agressores cujos atos perpetrados encaixam na categoria “toques sexuais” recorreram, maioritariamente, à “pressão verbal”, seguindo-se o “uso de álcool e/ou outras drogas” e a “pressão psicológica”. Já os agressores que cometeram atos passíveis de serem classificados como “coerção sexual”, recorreram quer a estratégias de “pressão verbal” quer a “pressão psicológica”. Por seu turno, e ainda que num número significativamente inferior, os/as participantes cujos atos cometidos encaixam nas categorias “tentativa de violação” e “violação” recorreram, maioritariamente, ao “uso de álcool e/ou outras drogas” (tabela 4.20).

A leitura da tabela anterior leva-nos a acrescentar que, se considerarmos os 76 participantes que referiram ter praticado comportamentos classificados como “contatos sexuais indesejados”, verificámos que, em 50.00% das situações, o consumo de álcool e/ou outras drogas esteve envolvido no incidente, em 47.37% os/as participantes admitiram ter recorrido a pressão psicológica e, em 77.63%, a pressão verbal. Já o recurso a ameaças e/ou à força física e/ou

armas parece ter existido apenas em 02.63% e 07.89% das situações, respetivamente. Seguindo a mesma linha de pensamento verificámos que, de entre os 38 participantes cujos atos praticados se encaixam na categoria “coerção sexual”, 71.05% assinalou ter recorrido a pressão psicológica e 65.79% pressão verbal. No que se refere à categoria “tentativa de violação”, o uso de álcool e/ou outras drogas volta a assumir maior protagonismo (assinalado como principal estratégia por 75.00 % dos participantes), seguindo-se o uso da força física e/ou armas (25.00%) e o uso de ameaças (12.50%). O mesmo parece verificar-se no que se refere à categoria “violação”, com o uso de álcool e/ou outras drogas a surgir assinalado em 75.00% das situações, seguindo-se o uso de força física e/ou armas (25.00%) e o recurso a ameaças (06.25%).

Tabela 4. 20. Caraterização das diferentes estratégias usadas no cometimento dos diferentes tipos de atos sexuais indesejados pela outra pessoa (“toques sexuais”, “coerção sexual”, “tentativa de violação” e “violação”).

		Estratégias usadas no cometimento do ato sexual abusivo				
		Pressão verbal	Pressão psicológica	Uso de álcool e/ou outras drogas	Ameaças	Força física e/ou armas
Contatos sexuais	N (%)	59 (55.14)	36 (33.64)	38 (35.51)	02 (01.87)	06 (05.61)
	Género [N(%)]	38 ♂ (64.41) 21 ♀ (45.76)	27 ♂ (75.00) 09 ♀ (25.00)	31 ♂ (50.00) 07 ♀ (50.00)	01 ♂ (50.00) 01 ♀ (50.00)	5 ♂ (83.33) 01 ♀ (16.67)
Coerção sexual	N (%)	25 (23.36)	27 (25.23)	NSA	NSA	NSA
	Género [N(%)]	22 ♂ (88.00) 03 ♀ (12.00)	25 ♂ (92.59) 02 ♀ (7.41)			
Tentativa de violação	N (%)	NSA	NSA	12 (11.21)	02 (01.87)	04 (03.74)
	Género [N(%)]			12 ♂ (100.00) 00 ♀ (00.00)	02 ♂ (50.00) 00 ♀ (50.00)	04 ♂ (100.00) 00 ♀ (00.00)
Violação	N (%)	NSA	NSA	12 (11.21)	1 (0.93)	04 (03.74)
	Género [N(%)]			12 ♂ (100.00) 00 ♀ (00.00)	01 ♂ (100.00) 00 ♀ (00.00)	04 ♂ (100.00) 00 ♀ (00.00)

3.2.1.3. Género do agressor e da vítima

Relativamente ao género dos agressores e sexo das vítimas, os resultados obtidos indicam que a maioria (55.14%) das vítimas foi identificada como sendo mulher(es), sendo a maioria (54.21%) dos seus agressores do género masculino. De sublinhar, no entanto, que os participantes do género masculino também parecem ser alvo deste tipo de comportamentos (15.89%), sendo que, nestes casos, a maioria (12.15%) referiu que terá sido sexualmente agredido por mulheres. De considerar, ainda, que uma percentagem significativa de participantes (28.97%) optou por não

responder a esta questão, sendo 23.36% do gênero masculino e 5.61% do gênero feminino (Tabela 4.21).

Tabela 4. 21. Caracterização do gênero do/a agressor/a e sexo da vítima.

		Sexo da vítima		Não quis responder N (%)
		Mulher(es) N (%)	Homem(ns) N (%)	
Gênero agressor	Masculino	58 (54.21)	04 (03.74)	25 (23.36)
	Feminino	01 (00.93)	13 (12.15)	06 (05.61)
	Total	59 (55.14)	17 (15.89)	31 (28.97)

3.2.1.4. Relação do/a agressor/a com a vítima

No que diz respeito à relação do/a agressor/a com a vítima constatamos que em 71.03% das situações a vítima era conhecida do/a agressor/a, chegando mesmo, em 60.75% das situações, a ser alguém bastante próximo e íntimo e, em 10.28% das situações, alguém conhecido, embora não íntimo. Mais especificamente, verificamos que a maioria dos/as agressores/as (36.45%) assinalou que terá perpetrado, pelo menos, um ato sexual abusivo sobre alguém com quem mantém uma relação de namoro, sendo 31.78% do gênero masculino e 04.67% do gênero feminino. Verificamos igualmente que 16.82% assinalou que terá perpetrado tais atos contra um/a amigo/a, 10.28% contra um/a conhecido/a de uma noite (“curte”), 07.48% contra um/a ex-namorado/a e 00.93% contra um/a desconhecido/a. De considerar, ainda, que 27.10% dos/as agressores/as não quiseram especificar o tipo de relação mantida com a vítima e 00.93% assinalou a categoria “Outro”, mas sem concretizar o tipo de relacionamento mantido (Tabela 4.22).

Tabela 4. 22. Caracterização da relação mantida entre agressor/a-vítima

		Gênero do/a agressor/a		Total N (%)
		Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Relação do agressor com a vítima	Namorado/a	34 (31.78)	05 (04.67)	39 (36.45)
	Ex-namorado/a	05 (04.67)	03 (02.80)	08 (07.48)
	Amigo/a	11 (10.28)	07 (06.54)	18 (16.82)
	Conhecido/a de uma noite/“curte”	10 (09.35)	01 (00.93)	11 (10.28)
	Desconhecido/a	01 (00.93)	00 (0.00)	01 (0.93)
	Outro	01 (00.93)	00 (0.00)	01 (00.93)
	Não quis responder	24 (22.43)	05 (04.67)	29 (27.10)

3.2.2 Análise Inferencial

3.2.2.1. Perpetração e género

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificámos que existe uma associação estatisticamente significativa entre o género do/a participante e o relatar ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual não-consentido [$\chi^2 (1) = 56.30, p < .001$]. Enquanto no grupo dos/as participantes que afirmaram ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual abusivo a maioria é do género masculino (18.60%), no grupo dos/as participantes que afirmaram não ter perpetrado quaisquer atos desta natureza, a maioria é do género feminino (96.10%).

O mesmo se verificou quando analisámos separadamente o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$\chi^2 (1) = 58.91, p < .001$] e o período referente aos “últimos doze meses” [$\chi^2 (1) = 47.81, p < .001$], com a maioria dos/as agressores/as a pertencer ao grupo do género masculino (17.3% e 13.9%, respetivamente) e a maioria dos não agressores/as (97.0% e 97.8%, respetivamente) a pertencer ao do género feminino (Tabela 4.23).

Tabela 4. 23. Perpetração e género do/a agressor/a, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.

	Género	Não agressores/as	Agressores/as	$\chi^2(1)$
SES-SFP (Score global)	M (N=462)	376	86	56.30 ***
	F (N=538)	517	21	
SES-SFP 14	M (N=462)	382	80	58.91 ***
	F (N=538)	522	16	
SES-SFP 12	M (N=462)	398	64	47.81 ***
	F (N=538)	526	12	

(*** $p < .001$).

3.2.2.2. Perpetração e idade

Ao compararmos, com recurso ao teste de diferenças de médias para amostras independentes (T-test), agressores/as com não agressores/as, averiguámos que não há diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de agressores/as e o grupo de não agressores/as, ao nível da idade [$t (998) = 1.30; p > .05$]. Os mesmos resultados foram obtidos quando procedemos à análise referente ao período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$t (998) = .76; p > .05$] e ao período referente aos “últimos doze meses” [$t (998) = 2.37; p > .05$] (Tabela 4.24).

Tabela 4. 24. Perpetração e idade do/a agressor/a, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.

		N	M	D.P.	Teste t
SES-SFP (score total)	Não agressores/as	893	20.24	1.72	n.s
	Agressores/as	107	19.94	1.66	
SES-SFP 14	Não agressores/as	904	20.22	1.72	n.s
	Agressores/as	96	20.08	1.68	
SES-SFP 12	Não agressores/as	924	20.25	1.72	n.s
	Agressores/as	76	19.76	1.59	

[n.s.= não significativo ($p > .005$); M = Média; DP = Desvio-padrão].

3.2.2.3. Perpetração e nível socioeconómico

Comparando, através do teste de *Mann-Whitney*, a condição económica de perpetradores/as (e não perpetradores/as) de, pelo menos, um comportamento sexualmente abusivo, verificámos que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ao nível socioeconómico [$\mu = 45291.00$; $p > .05$]. O mesmo se regista na análise efetuada para o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$\mu = 42218.50$; $p > .05$] e o período decorrido “últimos doze meses” [$\mu = 32878.00$; $p > .05$] (Tabela 4.25).

Tabela 4. 25. Perpetração e nível socioeconómico, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

		N	Ordem Média	μ
SES-SFP (Score total)	Não agressores/as	893	497.72	n.s
	Agressores/as	107	523.71	
SES-SFP 14	Não agressores/as	904	499.20	n.s
	Agressores/as	96	512.72	
SES-SFP 12	Não agressores/as	924	498.08	n.s
	Agressores/as	76	529.89	

[n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.2.2.4. Perpetração e ano do curso

Comparando, através do teste de *Mann-Whitney*, o ano do curso dos/as agressores/as e não agressores/as, verificámos que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos a este nível [$\mu = 43190.50$; $p > .05$], nem mesmo quando analisámos, separadamente, o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” [$\mu = 30225.50$; $p > .05$], ou o período referente aos “últimos doze meses” [$\mu = 41021.50$; $p > .05$] (Tabela 4.26).

Tabela 4. 26. Perpetração e ano do curso, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

		N	Ordem Média	μ
SES-SFP (score total)	Não agressores/as	893	506.63	n.s.
	Agressores/as	107	457.65	
SES-SFP 14	Não agressores/as	924	505.79	n.s.
	Agressores/as	76	436.20	
SES-SFP 12	Não agressores/as	904	503.12	n.s.
	Agressores/as	96	475.81	

[n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.2.2.5. Perpetração e área de formação

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificámos que não há associação significativa entre a área de formação do/a participante e o fato de ter relatado que perpetrou, pelo menos, um ato sexual abusivo [$\chi^2(7) = 5.07; p > .05$], nem mesmo quando analisámos, separadamente, o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$\chi^2(7) = 3.95; p > .05$] ou o período relativo aos “últimos 12 meses” [$\chi^2(7) = 10.49; p > .05$] (Tabela 4.27).

Tabela 4. 27. Perpetração e área de formação, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, “últimos doze meses”.

	Áreas de formação	Não agressores/as	Agressores/as	$\chi^2(7)$
SES-SFP (score total)	1 (N=61)	56	5	n.s.
	2 (N=84)	79	5	
	3 (N=329)	291	38	
	4 (N=73)	62	11	
	5 (N=219)	194	25	
	6 (N=20)	19	1	
	7 (N=158)	141	17	
	8 (N=56)	51	5	
SES-SFP 14	1 (N=61)	56	5	n.s.
	2 (N=84)	79	5	
	3 (N=329)	295	34	
	4 (N=73)	65	8	
	5 (N=219)	195	24	
	6 (N=20)	19	1	
	7 (N=158)	142	16	
	8 (N=56)	53	3	
SES-SFP 12	1 (N=61)	60	1	n.s.
	2 (N=84)	82	2	
	3 (N=329)	301	28	
	4 (N=73)	64	9	
	5 (N=219)	199	20	
	6 (N=20)	19	1	
	7 (N=158)	148	10	
	8 (N=56)	51	5	

[1= Educação; 2= Artes e Humanidades; 3= Ciências sócias, comércio e direito; 4= Ciências, matemática e informática; 5= Engenharias, indústrias transformadoras e construção; 6= Agricultura; 7= Saúde e proteção Social; 8 = Serviços; n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.2.2.6. Género do/a agressor/a e tipo de estratégia utilizada

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificámos que existe uma associação significativa entre o género do/a agressor/a e o fato de ter recorrido à pressão verbal para consumir o ato sexualmente abusivo [$\chi^2(1) = 30.96; p < .001$] com a maioria dos/as participantes que assinalaram ter usado esta estratégia (08.00%) a pertencer ao género masculino, enquanto a maioria dos não utilizadores/as pertence ao género feminino (99.10%). Voltámos a encontrar a mesma associação no que se refere ao recurso à pressão psicológica [$\chi^2(7) = 30.83; p < .001$],

com a maioria (10.00%) dos seus utilizadores/as a pertencer ao género masculino e a maioria (98.10%) dos não utilizadores/as ao género feminino. O mesmo se verificou quando analisámos o uso de álcool e/ou outras drogas [$\chi^2(1) = 31.20; p < .001$] e o uso da força física e/ou armas [$\chi^2(1) = 8.95; p < .01$], com a maioria dos utilizadores/as (08.90% e 02.20%, respetivamente) a pertencer ao género masculino e a maioria dos não utilizadores/as (98.7% e 99.8%, respetivamente) a pertencer ao género feminino. No que se refere ao uso de ameaças, os resultados encontrados levam-nos a admitir que não há associação entre o género do/a agressor/a e o fato de ter recorrido a esta estratégia para consumir o ato sexualmente abusivo, *Teste de Fisher*, $p = .188$ (Tabela 4.28).

Tabela 4. 28. Género do/a agressor/a e tipo de estratégia utilizada na consumação do ato sexual indesejado pelo outro

	Género	Não agressores/as	Agressores/as	$\chi^2(1)$
Pressão verbal (N=42)	M (N=462)	425	37	30.96 ***
	F (N=538)	533	5	
Pressão psicológica (N=56)	M (N=462)	416	46	30.83 ***
	F (N=538)	528	10	
Uso de álcool e/ou outras drogas (N=48)	M (N=462)	421	41	31.20 ***
	F (N=538)	531	7	
Ameaças (N=5)	M (N=462)	458	4	n.s.
	F (N=538)	537	1	
Força física e/ou armas (N=11)	M (N=462)	452	10	8.95 **
	F (N=538)	537	1	

[n.s. = não significativo ($p > .05$); ** $p < .01$; e, *** $p < .001$].

3.2.2.7. Vitimização e Perpetração

Recorrendo ao teste de *Qui-Quadrado*, verificámos que existe uma associação estatisticamente significativa entre o fato de ter sido vítima de, pelo menos, um ato sexualmente abusivo e o fato de ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual desta natureza [$\chi^2(1) = 44.41; p < .001$]. Enquanto no grupo dos/as participantes que afirmaram não ter perpetrado quaisquer atos sexuais não-consentidos (N = 893) a maioria (93.5%) também afirmou não ter sido vítima, no grupo dos indivíduos que assinalaram ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual abusivo (N=107), a maioria (20.8%) também assinalou ter sido vítima de atos desta natureza (Tabela 4.29).

Tabela 4. 29. Associação entre vitimização e perpetração.

SES-SFV (score total)	Não agressores/as	Agressores/as	$\chi^2(1)$
Não Vítimas	661	46	44.41 ***
Vítimas	232	61	

[*** $p < .001$]

3.3 Atitudes face à violência sexual

3.3.1 Análise Descritiva

Uma análise global das atitudes em relação ao uso da violência sexual revela que os/as participantes, regra geral, desaprovam este tipo de comportamentos. As respostas à ECVS variam entre 31 e 119 (para um valor mínimo de 30 e máximo de 150), com uma média de 60.66 ($DP=14.26$), o que corresponde a uma tendência de resposta no sentido do “discordo” em relação à generalidade dos itens que compõem a escala.

O mesmo sucede com cada um dos fatores que compõem o instrumento, mais especificamente: Fator 1 (“representação estereotipada da violação”) com uma média de 20.74 ($DP = 6.23$), Fator 2 (“provocação da vítima”) com uma média de 11.39 ($DP = 3.95$), Fator 3 (“consentimento da vítima”) com uma média de 10.75 ($DP = 6.23$), Fator 4 (“invulnerabilidade pessoal”) com uma média de 8.04 ($DP = 2.41$) e Fator 5 (“falsas alegações”) com uma média de 9.74 ($DP = 2.54$).

3.3.2. Análise Inferencial

3.3.2.1. Atitudes e género

Através de uma análise de diferenças de médias (*T-teste para amostras independentes*), detetámos diferenças de género altamente significativas ao nível das atitudes face à violência sexual, com os participantes do género masculino a apresentarem um maior grau de tolerância face a esta forma de violência.

Tais diferenças são perceptíveis, quer no que concerne ao nível global de legitimação [$t(998) = 9.76; p < .001$], quer no que concerne a cada um dos fatores que integram a ECVS. Mais especificamente, os resultados obtidos sugerem que os participantes do género masculino tendem mais a legitimar este tipo de violência sempre que existe uma história de um relacionamento prévio entre vítima e agressor e em que não é usada a força física durante a agressão (F1) [$t(998) = 7.11; p < .001$]; a justificar estes comportamentos abusivos com base no comportamento prévio (na conduta) da vítima (F2) [$t(998) = 7.27; p < .001$]; a minimizar a violência sexual mediante a referência de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma (F3) [$t(998) = 9.61; p < .001$]; a atribuir esta forma de violência a causas externas e fora do seu controlo, mediante a ideia de que os ofensores e as vítimas deste tipo de violência

possuem características que os tornam diferentes da restante população, criando uma noção de falsa “invulnerabilidade” face à mesma (F4) [$t(998) = 7.63$; $p < .001$]; e a negar a ocorrência da violência sexual, nomeadamente através da interpretação de que as queixas de violação ou tentativa de violação constituem sinais de arrependimento pós-fato ou vontade de vingança (F5) [$t(998) = 6.35$; $p < .001$] (Tabela 4.30).

Tabela 4. 30. Diferenças entre participantes do género masculino e participantes do género feminino ao nível das atitudes face à violência sexual.

	Género	Média	DP	Teste t
ECVS score total	Masculino (n= 462)	65.21	15.08	$t(998) = 9.76^{***}$
	Feminino (n= 538)	56.76	12.25	
ECVS Fator 1	Masculino (n= 462)	22.21	6.73	$t(998) = 7.11^{***}$
	Feminino (n= 538)	19.47	5.46	
ECVS Fator 2	Masculino (n= 462)	12.35	4.06	$t(998) = 7.27^{***}$
	Feminino (n= 538)	10.57	3.67	
ECVS Fator 3	Masculino (n= 462)	11.71	3.04	$t(998) = 9.61^{***}$
	Feminino (n= 538)	9.92	2.82	
ECVS Fator 4	Masculino (n= 462)	8.65	2.76	$t(998) = 7.63^{***}$
	Feminino (n= 538)	7.52	1.91	
ECVS Fator 5	Masculino (n= 462)	10.28	2.62	$t(998) = 6.35^{***}$
	Feminino (n= 538)	9.28	2.38	

(*** $p < .001$; M = Média; DP = Desvio-padrão).

3.3.2.2. Atitudes e idade

Numa análise correlacional (mediante a utilização do *Coefficiente de Correlação de Pearson*), podemos verificar que as atitudes face à violência sexual estão negativamente correlacionadas com a idade [$r = -.23$; $p < .001$]. Quer isto dizer que, à medida que aumenta a idade, diminui a aceitação da violência sexual. De sublinhar que esta menor tolerância à violência faz-se notar em todos os fatores que compõem a ECVS (Tabela 4.31).

Tabela 4. 31. Relação entre atitudes face à violência sexual e idade dos/as participantes.

	N	R
ECVS score total	1000	-. 23***
ECVS Fator 1	1000	-. 18***
ECVS Fator 2	1000	-. 21***
ECVS Fator 3	1000	-. 18***
ECVS Fator4	1000	-. 14***
ECVS Fator5	1000	-. 15***

(*** $p < .001$).

3.3.2.3. Atitudes e nível socioeconómico

A análise exploratória dos dados revelou estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos. Assim sendo, a análise de variância (*ANOVA*) unifatorial realizada

sugere que não há diferenças ao nível das atitudes face à violência sexual em função do nível socioeconómico dos/as participantes [$F(4,997) = 48.44$; $p > .05$] (Tabela 4.32).

Tabela 4. 32. Relação entre o nível socioeconómico dos/as participantes/as (autoavaliado pelos próprios/as) e o grau de tolerância face à violência sexual.

ECVS (score Total)	Nível socioeconómico	Média	D.P.	F (4,997)
	Elevado e Médio-Alto (n=193)	60.22	14.22	n.s.
Médio (n=634)	60.79	13.94		
Médio-Baixo e Baixo (n=173)	60.71	15.52		

[n.s. = não significativo ($p > .05$); M = Média; DP = Desvio-padrão].

As mesmas conclusões foram retiradas (quando procedemos a uma análise de variância multivariada - MANOVA) relativamente ao fator 1 [$F(2,997) = .68$; $p > .05$], fator 2 [$F(2,997) = 1.32$; $p > .05$], fator 3 [$F(2,997) = 1.74$; $p > .05$], fator 4 [$F(2,997) = 3.43$; $p > .05$] e fator 5 [$F(2,997) = 2.97$; $p > .05$] (Tabela 4.33).

Tabela 4. 33. Relação entre o nível socioeconómico dos/as participantes (autoavaliado pelos próprios/as) e as atitudes específicas de legitimação de violência sexual.

ECVS	Fator	Nível socioeconómico	Média	D.P.	F (2,997)
		Elevado e Médio-Alto (n=193)	20.95	6.27	n.s.
Médio (n=634)	20.75	6.08			
Médio-Baixo e Baixo (n=173)	20.46	6.73			
ECVS Fator 2	Elevado e Médio-Alto (n=193)	11.49	4.10	n.s.	
	Médio (n=634)	11.34	3.91		
	Médio-Baixo e Baixo (n=173)	11.51	3.96		
ECVS Fator 3	Elevado e Médio-Alto (n=193)	10.34	3.17	n.s.	
	Médio (n=634)	10.87	2.98		
	Médio-Baixo e Baixo (n=173)	10.75	3.17		
ECVS Fator 4	Elevado e Médio-Alto (n=193)	7.84	2.15	n.s.	
	Médio (n=634)	8.03	2.38		
	Médio-Baixo e Baixo (n=173)	8.04	2.73		
ECVS Fator 5	Elevado e Médio-Alto (n=193)	9.61	2.40	n.s.	
	Médio (n=634)	9.80	2.50		
	Médio-Baixo e Baixo (n=173)	9.69	2.83		

[n.s. = não significativo ($p > .05$); M = Média; DP = Desvio-padrão].

3.3.2.4. Atitudes e ano de curso

Mediante a utilização de um teste de *Kruskal-Wallis*, verificámos que há diferenças altamente significativas ao nível do grau de concordância com atitudes face à violência sexual, em função do ano de curso dos/as participantes [$\chi^2(4) = 62.19$; $p < .001$] (Tabela 4.34).

Tabela 4. 34. Diferenças ao nível das atitudes face à violência sexual e ano de curso dos/as participantes.

	Ano do curso					$\chi^2(4)$
	1 (n = 362) Ordem Média	2 (n = 318) Ordem Média	3 (n = 231) Ordem Média	4 (n = 60) Ordem Média	5 (n = 29) Ordem Média	
ECVS (score total)	580.76	495.44	438.68	361.36	334.38	62.19***

[*** $p < .001$; 1=1º ano do curso; 2= 2º ano de curso; 3= 3º ano do curso; 4= mestrado ou mestrado integrado; 5= doutoramento].

Os testes de *Mann-Whitney* com correção de *Bonferroni* (no total foram efetuados dez testes de *Mann-Whitney*, pelo que o valor corte do nível de significância $p = .05$, baixou para $p = .005$), evidenciaram diferenças entre o grupo 1 e 2 ($\mu = 47553.50$, $p < .001$), 1 e 3 ($\mu = 29834.50$, $p < .001$), 1 e 4 ($\mu = 2764.00$, $p < .001$), 1 e 5 ($\mu = 2764$, $p < .001$), 2 e 4 ($\mu = 6935.00$, $p < .01$) e, 2 e 5 ($\mu = 47553.50$, $p < .01$) (Tabela 4.35).

Tabela 4. 35. Diferenças ao nível das atitudes face à violência sexual em função do ano de curso dos/as participantes.

	Ano do curso									
	1 vs 2	1 vs 3	1 vs 4	1 vs 5	2 vs 3	2 vs 4	2 vs 5	3 vs 4	3 vs 5	4 vs 5
ECVS (score total)	***	***	***	***	n.s.	**	**	n.s.	n.s.	n.s.

[** $p < .01$; *** $p = <.001$; n.s. = não significativo ($p > .05$); 1=1º ano do curso; 2= 2º ano de curso; 3= 3º ano do curso; 4= mestrado ou mestrado integrado; 5= doutoramento].

Fazendo uma análise mais pormenorizada, nomeadamente em relação a cada um dos cinco fatores que integram a ECVS, continuámos a constatar que há diferenças altamente significativas a este nível, em cada um dos fatores: F1 [$\chi^2(4) = 51.46$; $p < .001$], F2 [$\chi^2(4) = 43.51$; $p < .001$], F3 [$\chi^2(4) = 45.21$; $p < .001$], F4 [$\chi^2(4) = 31.08$; $p < .001$] e F5 [$\chi^2(4) = 28.48$; $p < .001$] (Tabela 4.36).

Tabela 4. 36. Diferenças ao nível dos diferentes fatores da ECVS em função do ano de curso dos/as participantes.

	Ano do curso					$\chi^2(4)$
	1 (n = 362) Ordem Média	2 (n = 318) Ordem Média	3 (n = 231) Ordem Média	4 (n = 60) Ordem Média	5 (n = 29) Ordem Média	
ECVS Fator 1	574.20	487.66	458.20	355.46	358.31	51.46***
ECVS Fator 2	566.26	497.19	451.29	384.01	348.91	43.51***
ECVS Fator 3	565.07	501.23	448.02	394.93	322.84	45.21***
ECVS Fator 4	564.27	470.97	465.47	463.94	382.95	31.08***
ECVS Fator 5	545.22	517.70	440.42	406.33	427.07	28.48***

[*** $p < .001$; 1 = 1º ano do curso; 2 = 2º ano de curso; 3 = 3º ano do curso; 4 = mestrado ou mestrado integrado; 5 = doutoramento].

Na tabela seguinte (Tabela 4.37) podem analisar-se as diferenças entre os grupos evidenciadas pelos testes de *Mann-Whitney* com correção de *Bonferroni* efetuados (no total dez, pelo que o valor corte do nível de significância $p < .05$, baixou para $p < .005$).

Tabela 4. 37. Diferenças entre os grupos, evidenciadas pelos testes de *Mann-Whitney* efetuados com correção de *Bonferroni*.

	Ano do curso									
	1 vs 2	1 vs 3	1 vs 4	1 vs 5	2 vs 3	2 vs 4	2 vs 5	3 vs 4	3 vs 5	4 vs 5
Fator 1	***	***	***	***	n.s.	**	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Fator 2	***	***	***	***	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Fator 3	***	***	***	***	n.s.	n.s.	**	n.s.	n.s.	n.s.
Fator 4	***	***	n.s.	**	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Fator 5	n.s.	***	**	n.s.	**	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.

[** $p < .01$; *** $p = <.001$; n.s. = não significativo ($p > .05$); 1 = 1º ano do curso; 2 = 2º ano de curso; 3 = 3º ano do curso; 4 = mestrado ou mestrado integrado; 5 = doutoramento].

3.3.2.5 Atitudes e área de formação

A análise exploratória dos dados revelou estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos.

Posto isto, uma comparação (*ANOVA*) dos níveis de tolerância ao abuso na intimidade relatados pelos/as participantes das diferentes áreas de formação revela uma diferença estatisticamente significativa entre estes [$F(7,992) = 2.37; p < .05$]. Mediante o teste *post hoc LSD*, é possível perceber que as diferenças encontradas se devem a uma diferenciação clara entre a área de engenharias, indústrias transformadoras e construção e as restantes (sobretudo, quando comparadas com as áreas de saúde e proteção social, artes e humanidades, educação e, ciências sociais, comércio e Direito), com aqueles/as estudantes a manifestarem uma maior tolerância à violência (Tabela 4.38).

Tabela 4. 38. Atitudes globais legitimadoras da violência e áreas de formação.

	Áreas de formação	Média	D.P.	F (7, 992)
ECVS TOTAL	Educação (N=61)	58.72	15.24	2.37*
	Artes e humanidades (N=84)	58.85	12.82	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=329)	60.57	14.91	
	Ciências, matemática e informática (N=73)	61.42	14.55	
	Engenharias, indústrias transformadoras e construção (N=219)	63.15	15.18	
	Agricultura (N=20)	53.25	13.33	
	Saúde e Proteção Social (N=158)	59.34	12.08	
	Serviços (N=56)	61.77	11.77	

(* $p < .05$)

No sentido de melhor compreender o tipo de relação entre áreas de formação e as diferentes crenças específicas traduzidas nos fatores da ECVS, procedemos a uma análise de variância multivariada (*MANOVA*) que aponta para uma diferenciação estatisticamente significativa entre as diferentes áreas de formação. Com base no teste *post hoc LSD*, constata-se que os/as participantes inseridos na área “Engenharias, indústrias transformadoras e construção” se distinguem dos restantes, no sentido de uma maior legitimação ou minimização da violência sexual mediante a referência à existência de um passado sexual entre ofensor e vítima e à ausência de violência física durante o ato sexual praticado (F1) [$F(2, 992) = 2.27, p < .05$]; mediante a referência ao comportamento sexual prévio da vítima e a consideração de que a mesma se expôs a situações consideradas de risco (F2) [$F(2, 992) = 2.81; p < .01$]; com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma (F3) [$F(2, 992) = 2.58; p < .05$]; mediante a ideia de que os/as ofensores/as e vítimas

deste tipo de violência possuem características que os/as tornam diferentes da restante população (F4) [$F(2, 992) = 2.80$; $p < .01$]; e mediante a negação da ocorrência de violência de cariz sexual, em que a interpretação de que as queixas de violação ou tentativa de violação constituem sinais de arrependimento pós-fato ou vontade de vingança (F5) [$F(2, 992) = 2.84$; $p < .01$] (Tabela 4.39).

Tabela 4. 39. Atitudes específicas de legitimação da violência sexual e áreas de formação.

	Áreas de formação	Média	D.P.	F (7, 992)
ECVS FATOR 1	Educação (N=61)	19.98	06.24	2.27*
	Artes e humanidades (N=84)	20.14	05.72	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=329)	21.09	06.51	
	Ciências, matemática e informática (N=73)	21.04	06.40	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=219)	21.58	06.59	
	Agricultura (N=20)	17.80	04.61	
	Saúde e Proteção Social (N=158)	19.70	05.61	
	Serviços (N=56)	20.70	05.09	
ECVS FATOR 2	Educação (N=61)	10.92	04.20	2.81**
	Artes e humanidades (N=84)	10.63	03.66	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=329)	11.51	04.02	
	Ciências, matemática e informática (N=73)	11.99	03.81	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=219)	12.00	04.11	
	Agricultura (N=20)	09.50	03.65	
	Saúde e Proteção Social (N=158)	10.80	03.58	
	Serviços (N=56)	11.61	03.90	
ECVS FATOR 3	Educação (N=61)	09.95	03.23	2.58*
	Artes e humanidades (N=84)	10.75	03.07	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=329)	10.50	03.10	
	Ciências, matemática e informática (N=73)	11.38	02.81	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=219)	11.06	03.28	
	Agricultura (N=20)	09.75	03.01	
	Saúde e Proteção Social (N=158)	11.15	02.62	
	Serviços (N=56)	11.50	02.80	
ECVS FATOR 4	Educação (N=61)	08.23	02.55	2.80**
	Artes e humanidades (N=84)	07.80	02.10	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=329)	08.06	02.54	
	Ciências, matemática e informática (N=73)	07.90	02.29	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=219)	08.49	02.50	
	Agricultura (N=20)	07.60	02.06	
	Saúde e Proteção Social (N=158)	07.47	02.09	
	Serviços (N=56)	08.27	02.33	
ECVS FATOR 5	Educação (N=61)	09.64	02.73	2.84**
	Artes e humanidades (N=84)	09.52	02.24	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=329)	09.41	02.56	
	Ciências, matemática e informática (N=73)	10.11	03.06	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=219)	10.00	02.63	
	Agricultura (N=20)	08.60	02.74	
	Saúde e Proteção Social (N=158)	10.22	02.08	
	Serviços (N=56)	09.70	02.31	

[* $p < .05$; ** $P < .01$]

3.4. Atitudes e comportamentos abusivos (vitimização e perpetração)

Ao compararmos, com base no teste de diferenças para amostras independentes (*t-test*), vítimas com não vítimas, verificámos que o primeiro grupo, em termos globais, apresenta um maior grau de adesão às crenças legitimadoras da violência [$t(998) = -2.29$; $p < .05$]. O mesmo é observado quando analisámos apenas o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$t(998) = -2.07$; $p < .05$] e/ou o período referente aos “últimos doze meses” [$t(998) = -3.92$; $p < .001$] (Tabela 4.40).

Tabela 4. 40. Diferenças entre vítimas de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não vítimas ao nível das atitudes face à violência sexual, “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>D.P.</i>	<i>Teste t</i>
SES-SFV (Score total)	Não vítimas (N=707)	60.00	14.20	$t(998) = -2.29^*$
	Vítimas (N=293)	62.26	14.31	
SES-SFV 14	Não vítimas (N=732)	60.116	14.24	$t(998) = -2.07^*$
	Vítimas (N=261)	2.23	14.23	
SES-SFV 12	Não vítimas (N=828)	59.866	14.00	$t(998) = -3.92^{***}$
	Vítimas (N=172)	4.52	14.93	

(* $p < .05$; *** $p < .001$; *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão).

Porém, quando analisamos cada fator da ECVS verificámos que esta diferenciação apenas se verifica no Fator 3, “consentimento da vítima” [$t(998) = -3.86$; $p < .001$], e no Fator 5, “falsas alegações” [$t(998) = -2.33$; $p < .05$] (Tabela 4.41).

Tabela 4. 41. Diferenças entre vítimas de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não vítimas ao nível das atitudes específicas face à violência sexual (diferentes fatores que compõem a ECVS).

		Vitimização sexual (SES-SFV score total)			
		<i>N</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Teste t</i>
Atitudes específicas face à violência sexual	ECVS Fator 1	Não vítimas (N=707)	20.64	6.22	n.s.
		Vítimas (N=293)	20.98	6.26	
	ECVS Fator 2	Não vítimas (N=707)	11.24	3.99	n.s.
		Vítimas (N=293)	11.77	3.84	
	ECVS Fator 3	Não vítimas (N=707)	10.51	2.99	$t(998) = -3.86^{***}$
		Vítimas (N=293)	11.32	3.14	
	ECVS Fator 4	Não vítimas (N=707)	7.99	2.34	n.s.
		Vítimas (N=293)	8.16	2.55	
	ECVS Fator 5	Não vítimas (N=707)	9.62	2.54	$t(998) = -2.33^*$
		Vítimas (N=293)	10.03	2.53	

[n.s. = não significativo ($p > .05$); * $p < .05$; *** $p < .001$; *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão].

Por sua vez, quando comparamos, com base no mesmo teste estatístico (*t-test*), agressores/as com não agressores/as, constatámos que o primeiro grupo, em termos globais, apresenta um maior grau de adesão às crenças legitimadoras da violência [$t(998) = -7.60$; $p < .001$]. O mesmo é observado quando analisámos o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$t(998) = -7.32$; $p < .001$] e/ou período referente aos “últimos doze meses” [$t(998) = -7.18$; $p < .001$] (Tabela 4.42).

Tabela 4. 42. Diferenças entre perpetradores/as de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não perpetradores/as ao nível das atitudes face à violência sexual, “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos doze meses”

		<i>N</i>	<i>M</i>	<i>D.P.</i>	<i>Teste t</i>
Perpetração	SES-SFP (Score total)	Não Agressores/as (N=893)	59.51	13.64	$t(998) = -7.60^{***}$
		Agressores/as (N=107)	70.30	15.73	
	SES-SFP 12	Não Agressores/as (N=904)	59.62	13.77	$t(998) = -7.32^{***}$
		Agressores/as (N=96)	70.54	15.05	
	SES-SFP 14	Não Agressores/as (N=924)	59.76	13.67	$t(998) = -7.18^{***}$
		Agressores/a (N=76)	71.68	16.61	

(*** $p < .001$; *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão).

Já quando analisámos cada fator da ECVS, verificámos que esta diferenciação se verifica em todos os fatores que compõem a escala, nomeadamente, no Fator 1 [$t(998) = -5.95$; $p < .001$]; no Fator 2 [$t(998) = -5.58$; $p < .001$]; no Fator 3 [$t(998) = -5.92$; $p < .001$]; no Fator 4 [$t(998) = -7.73$; $p < .001$]; e, no Fator 5 [$t(998) = -4.54$; $p < .001$] (Tabela 4.43).

Tabela 4. 43. Diferenças entre perpetradores/as de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não perpetradores/as ao nível das atitudes específicas face à violência sexual (diferentes fatores que compõem a ECVS).

		Perpetração sexual (score total)			
		<i>N</i>	<i>M</i>	<i>D.P.</i>	<i>Teste t</i>
Atitudes específicas face à violência sexual	ECVS Fator 1	Não Agressores/as (N=893)	20.34	5.97	$t(998) = -5.95^{***}$
		Agressores/as (N=107)	24.07	7.27	
	ECVS Fator 2	Não Agressores/as (N=893)	11.16	3.88	$t(998) = -5.58^{***}$
		Agressores/as (N=107)	13.38	4.05	
	ECVS Fator 3	Não Agressores/as (N=893)	10.55	2.98	$t(998) = -5.92^{***}$
		Agressores/as (N=107)	12.37	3.25	
	ECVS Fator 4	Não Agressores/as (N=893)	7.84	2.17	$t(998) = -7.73^{***}$
		Agressores/as (N=107)	9.69	3.44	
	ECVS Fator 5	Não Agressores/as (N=893)	9.62	2.37	$t(998) = -4.54^{***}$
		Agressores/as (N=107)	10.79	2.53	

[*** $p < .001$; *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão].

3.5. Fatores preditores da violência sexual e sua legitimação

3.5.1. Predição de comportamentos abusivos

Mediante uma análise de regressão logística, procedemos à previsão da variância do comportamento sexual abusivo (em termos globais), a partir das variáveis que, nas análises anteriores, se mostraram relacionadas positivamente com este, nomeadamente o género e as atitudes (ECVS *score* total). O Modelo, que inclui o género e as atitudes face à violência sexual, apresentou-se estatisticamente significativo [$\chi^2(2) = 86.10$; $p < .001$]. O género emergiu como preditor do comportamento sexualmente abusivo, com o género masculino a evidenciar uma maior probabilidade de recorrer a este tipo de comportamentos. O mesmo se verificou com as atitudes medidas pela ECVS, verificando-se que o nível de concordância com as crenças legitimadoras desta forma de violência prediz a ocorrência deste tipo de comportamentos (Tabela 4.44).

Tabela 4. 44. Preditores da perpetração de violência sexual.

Perpetração [score total]	B	S. E.	Wald	P	Modelo
Gênero	-1.41	.26	29.06	.000	$\chi^2(2) = 86.10^{***}$
ECVS [score total]	.04	.01	26.10	.000	

[*** p < .001; Variável Dependente: Perpetração (0 = Não perpetrador; 1 = Perpetrador); Variáveis Independentes: Gênero (0 = Masculino; 1 = Feminino)].

Uma outra análise de regressão logística foi efetuada no sentido de prever a vitimização, novamente, a partir das variáveis que nas análises anteriores se revelaram relacionadas positivamente com esta, mais especificamente, o gênero e as atitudes (ECVS *score total*). O Modelo de regressão que inclui estas duas variáveis revelou-se estatisticamente significativo [$\chi^2(2) = 16.89$; $p < .001$], verificando-se que o gênero feminino tende a evidenciar uma maior probabilidade de ser alvo deste tipo de situações e que as crenças legitimadoras de violência sexual também surgem como um preditor importante (Tabela 4.45).

Tabela 4. 45. Preditores da vitimização de violência sexual.

Vitimização [score total]	β	S. E.	p	Wald	Modelo
Gênero	.51	.15	.001	11.48	$\chi^2(2) = 16.89^{***}$
ECVS [score total]	.02	.01	.001	10.22	

[*** p < .001] *** p < .001; ** p < .001; * p < .05; Variável Dependente: Vitimização (0 = Não vítima; 1 = Vítima); Variáveis Independentes: Gênero (0 = Masculino; 1 = Feminino)].

3.5.2. Predição de atitudes legitimadoras da violência sexual

Uma análise de regressão linear múltipla foi realizada, de forma a prever as atitudes em relação à violência sexual, a partir das variáveis que nas análises prévias mostraram estar relacionadas com esta dimensão, nomeadamente, o gênero, a idade e o ano de formação dos/as participantes. Através desta análise pudemos verificar que a combinação destas variáveis produz um R^2 de .112 ($R^2_{Ajustado} = .110$) para as atitudes, o que nos sugere que 11% da sua variância resulta do contributo estatisticamente significativo destas diferentes variáveis. Mais especificamente, o gênero emerge como um preditor fortemente associado às crenças de legitimação de violência sexual, com o gênero masculino a evidenciar uma maior tendência neste sentido. Sucede-se a idade dos participantes, observando-se uma maior legitimação entre os participantes mais jovens e, por fim, o ano de formação, com os alunos em anos mais iniciais da sua formação a revelarem uma maior tendência para tolerar a violência sexual (Tabela 46).

Tabela 4. 46. Regressão múltipla das variáveis predictoras das atitudes legitimadoras da violência sexual.

	β	<i>T</i>	<i>R</i> ² (<i>R</i> ajustado)	<i>F</i> (2,997)
Género	-.29	-9.30***	.112 (.110)	39.82***
idade_d ₁	-.11	-3.07**		
anocurso_d ₂	-.08	-2.18*		

*** $p < .001$; ** $p < .001$; * $p < .05$; Género (0 = masculino, 1 = feminino); idade_d₁ = idade Dummy 1 (0 = participantes mais novos vs outros; 1 = participantes mais velhos vs outros); anocurso_d₂ = ano do curso [0 = anos de curso iniciais (1º, 2º e 3º anos) vs outros (mestrado, mestrado integrado e frequência de anos iniciais de doutoramento); 1 = anos de curso mais avançados vs outros].

4. Discussão dos resultados

A análise e integração dos resultados obtidos nos dois estudos levam-nos a concordar com os autores (e.g., Cooper, 2002; Fisher *et al.*, 2000; O'Malley *et al.*, 2002; Presley *et al.*, 2002; Wood *et al.*, 2002) que defendem que o contexto universitário pode ser apontado como de risco acrescido para a ocorrência de violência sexual. A investigação sugere que tal sucede quer pela maior exposição a potenciais agressores (e.g., atividades sociais desenvolvidas em locais de riscos, como contextos festivos; maior envolvimento de atividades de cariz sexual) quer por comportamentos de risco associados a alguns destes contextos (e.g., consumo de álcool e/ou outras drogas). Outros autores acrescentam a maior probabilidade de associação a pares que sustentam uma socialização diferenciada dos papéis sexuais e concomitantes crenças e atitudes em relação à sexualidade e à agressão sexual (Swartz *et al.*, 2000). Como concluem Loh e colaboradores (2005), o género, as experiências de socialização, as crenças e atitudes em torno da sexualidade, a personalidade e o consumo de álcool têm sido as variáveis mais apontadas como suscetíveis de conduzir a comportamentos sexualmente agressivos. Outros autores (Matos *et al.*, 2006) alertam, no entanto, para que, no contexto universitário, a falta de experiência relacional, associada à necessidade de emancipação e de independência dos jovens nesta fase, nem sempre facilitam o reconhecimento de uma situação de vitimização, assim como a identificação de recursos para a gerir.

I. O que podemos concluir relativamente à vitimização sexual?

Ainda que não menosprezemos as dificuldades e os riscos inerentes à comparação dos valores de prevalência veiculados na literatura, não podemos deixar de registar que os valores de prevalência de vitimização sexual por nós encontrados entre jovens adultos, estudantes universitários, são inferiores aos registados pela investigação internacional recente (e.g., Abbey *et al.*, 2001; Fisher *et al.*, 2000; Forbes *et al.*, 2001; Harned, 2002; Kury *et al.*, 2004),

nomeadamente, no que se refere aos atos que encaixam nas categorias “coerção sexual”, “tentativa de violação” e “violação”. Relativamente aos “toques sexuais indesejados”, os resultados encontrados são similares (Fisher *et al.*, 2000; Gross *et al.*, 2006; Himelein *et al.*, 1994; Muehlenhard *et al.*, 1987; Spitzberg, 1999).

No nosso estudo, e à semelhança do documentado a nível internacional, o género feminino figura como principal alvo desta forma de violência, particularmente de “toques sexuais indesejados” e “coerção sexual” (Jackson *et al.*, 2000; Mahoney *et al.*, 2001; Russell *et al.*, 2001), identificando os homens como principais agressores (e.g., Carr *et al.*, 2004; Mahoney *et al.*, 2001).

Em analogia com outros estudos internacionais (e.g., Fisher *et al.*, 2000; Muehlenhard *et al.*, 1987; Spitzberg, 1999), verificámos que os atos de violência sexual sofrida envolvem, maioritariamente, “toques sexuais indesejados” e “coerção sexual”, embora também tenhamos encontrado a ocorrência de atos de violência mais severa (“tentativa de violação” e “violação”). Mais especificamente, quando classificamos o tipo de atos sofridos em categorias não mutuamente exclusivas percebe-se que o género feminino figura como principal alvo, quer de “toques sexuais indesejados”, quer de “coerção sexual”, quer de “tentativa de violação”, quer de “violação”. Porém, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo, constatámos que o género masculino foi, maioritariamente, alvo de “toques sexuais indesejados”, enquanto o género feminino foi, maioritariamente, alvo de “toques sexuais indesejados” e “coerção sexual”. O género feminino revela, também, mais situações de “tentativa de violação”, enquanto ambos os géneros revelam níveis similares na categoria de “violação”.

Esta classificação revela-se particularmente preocupante, quando percebemos que há participantes classificados/as como vítimas que foram alvo de mais do que uma experiência abusiva e, em alguns casos, num contexto de escalada do grau de intrusividade dos atos sofridos. Estes resultados alertam para uma possível escalada das interações sexuais coercivas, provavelmente, alimentada pela crença de que estes avanços (e.g., “toques sexuais indesejados”) são normativos, pouco graves, e uma forma normativa de expressar afeto e interesse (Caridade, 2011). Caridade (2011), por exemplo, registou uma tendência generalizada para a desvalorização de atos indesejados de menor gravidade (“*apalpoes indesejados são coisas que estão sempre a acontecer e que não têm importância nenhuma*”), assim como a ideia de que forçar o ato sexual é uma forma de abuso distinta da violação (“*violação acho que não... agora sexo forçado, isso*”).

acontece!"). Outros estudos recentes revelam também que os participantes, estudantes universitários, ainda não consideram o sexo oral ou “digital” não desejado como constituindo uma violação (e.g., Krahn, 2004), o que mostra que muitas mudanças cognitivas têm ainda que ocorrer nesta área. Atenda-se a que, no nosso estudo, o sexo oral e a tentativa de sexo oral, a seguir aos “toques sexuais indesejados”, se destacaram como os principais atos sofridos.

Acresce que, quando analisamos o período decorrido “ao longo da vida” e, posteriormente, analisamos o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e o período referente “aos últimos doze meses”, observamos situações de revitimização ao longo da vida dos/as participantes. Esta constatação, associada ao fato de, não raras vezes, os jovens não percecionarem as agressões perpetradas no âmbito das suas relações amorosas como abusivas e, mais especificamente, não reconhecerem as relações sexuais forçadas como uma forma de violação (Caridade, 2011; Muenhlenhard *et al*, 1990), podem contribuir para que a ocorrência dos primeiros episódios abusivos encontre continuidade, nomeadamente, através da crença de que as pressões são uma forma de expressar amor e envolvimento (Shefer *et al.*, 2000).

Também a análise do tipo de estratégia sofrida sugere que, para além dos/as participantes poderem ter sido alvo de mais do que um ato sexual indesejado, o mesmo ato pode ter comportado o uso de mais do que uma estratégia abusiva. Mostra, ainda, a preponderância dos comportamentos emocionalmente abusivos, coercivos ou intimidatórios, comparativamente aos comportamentos físicos violentos e/ou ao uso de ameaças. Estes resultados levam-nos a sublinhar, em concordância com outros investigadores (e.g., Abbey *et al.*, 2004), que não é por estes comportamentos serem considerados de “menor” gravidade que é adequado assumir-se que as vítimas de coerção verbal não precisam de ajuda terapêutica, até porque muitas vítimas experienciam múltiplas vitimizações e o impacto cumulativo das diversas experiências pode assumir-se como particularmente devastador. Estudos recentes (Abbey *et al.*, 2004; Koss *et al.*, 2007) dão conta da existência de comunalidades e de um impacto igualmente significativo entre violação e outros tipos de experiências sexuais indesejadas.

Constatámos, igualmente, que o consumo de álcool em excesso e/ou de outras drogas figura em mais de metade das situações (55.29%), sendo de destacar particularmente o seu envolvimento na grande maioria das situações que se enquadram nas categorias “tentativa de violação” e “violação”. Efetivamente, a violação por incapacitação/intoxicação surgiu como o tipo de violação mais frequente, comparativamente com a violação cometida mediante o uso ou

ameaça de uso da força física, à semelhança do que fora verificado em estudos internacionais (e.g., Mohler-Kuo *et al.*, 2004). Estudos sugerem, mesmo, que este tende a ser o tipo de violação mais comum entre estudantes universitários, e mais comum entre estudantes universitários do que nas amostra de população em geral (Kilpatrick *et al.*, 2007). Como vimos no primeiro capítulo, tem-se assistido a um crescente reconhecimento (corroborado também pelos nossos resultados) de que um número substancial de violações ocorre quando uma pessoa tem sexo com outra que está incapaz de consentir ou resistir à relação sexual (devido ao seu estado de intoxicação pelo consumo de álcool e/ou de outras drogas) (Abbey *et al.*, 2004; Testa *et al.*, 2003), ocorrendo mais frequentemente a seguir a situações festivas (Testa *et al.*, 2003).

Estes resultados ganham especial significado quando verificámos que em 66.55% das situações o/a agressor/a era conhecido/a da vítima, chegando mesmo, em 56.31% das situações, a ser alguém bastante próximo e íntimo (namorado/a, ex-namorado/a, amigo/a) e, em 10.24% das situações, alguém conhecido, ainda que não íntimo (conhecido/a de uma noite/“curte”) – o que é consistente com o documentado internacionalmente (Gross *et al.*, 2006), com os/as namorados/as a figurarem como os/as perpetradores/as mais frequentes (Frazier *et al.*, 1997; Day, 1994). Ainda mais surpreendente foi a percentagem de participantes que relataram ter sido vitimados por um/a familiar (0.68%), na medida em que esperávamos obter uma percentagem superior. Todavia, não podemos esquecer que 29.01% das vítimas optou por não responder a esta questão.

Estes resultados levam-nos a refletir que ambos os géneros tendem a conferir menor seriedade/credibilidade à violência sexual cometida por conhecidos/as, assim como a responsabilizar a vítima nestes casos (Monson *et al.*, 2000). Estudos sugerem, ainda, que o sexo forçado pode ser legitimado nas relações amorosas de longa duração (Jaffe *et al.*, 1992). Assim sendo, e considerando que à medida que o nível de intimidade entre um par romântico aumenta, seria esperado que o conhecimento entre ambos também aumentasse e, por conseguinte, que se tornassem mais hábeis a discriminar de forma mais apurada o interesse de cada um e os sinais de recusa sexual (e.g., Gross *et al.*, 1998), tais resultados mostram-se altamente preocupantes. A literatura revela, por exemplo, que muitas mulheres se submetem a interações sexuais indesejadas por medo de serem alvo de uma escalada de violência, para evitar discussões entre o casal, para evitar ferir os sentimentos dos namorados (Gross *et al.*, 2006), por possuírem uma conceção subordinada do papel da mulher na relação e pelo medo de perder os namorados, caso

não cedam às pressões e exigências que lhe são feitas (Stefer *et al.*, 2000). Os estudos continuam, porém, muito omissos no que concerne às vítimas homens, além de que os aspetos culturais não podem ser negligenciados (carecendo-se de um claro enquadramento a este nível).

De mencionar, também, que a probabilidade de revelação e procura de ajuda também diminuí à medida que aumenta o grau de intimidade com o/a agressor/a, com as vítimas que foram agredidas por estranhos/as a destacarem-se por tenderem a revelar mais a sua experiência a um/a conhecido/a, procurar os serviços de apoio a vítimas, denunciar à polícia, acreditar na necessidade de procurar terapia e a perceberem a sua experiência como abusiva.

Os nossos resultados também apontam para a necessidade de ser dirigida maior atenção a um outro contexto relacional juvenil, nomeadamente, os encontros singulares e casuais (“*curtes*”) que, muitas vezes, envolvem a prática de relações sexuais sem quaisquer expectativas de compromisso futuro (Lambert *et al.*, 2003; Paul *et al.*, 2000). Mais especificamente, verificámos que 10.24% dos/as participantes classificados/as como “vítimas” assinalou ter sido vitimado/a por um/a conhecido/a de uma noite/ “*curte*”. Sublinhámos que só muito recentemente é que começam a aparecer estudos que procuram aumentar o nosso conhecimento sobre estas situações. Não obstante, alguns autores sugerem que estes encontros casuais constituem fatores de risco para a ocorrência de relações sexuais forçadas (Flack Jr. *et al.*, 2005), argumentando que os mesmos tendem a estar associados ao consumo de álcool e, em muitos casos, ao atingir de um estado de intoxicação que inibe a capacidade de parar o ato sexual indesejado.

Outros autores (e.g., Daubman *et al.*, 2005) sublinham a existência de eventuais diferenças entre os géneros no que respeita ao tipo de intimidade pretendida (indicando que o género masculino, comparativamente com o género feminino, tenderá a desejar mais intimidade física e a acreditar que o género feminino pretende o mesmo); a existência de eventuais falhas de comunicação acerca das intenções e dos limites sexuais, resultantes da própria natureza destes encontros; o reduzido conhecimento entre os parceiros; e, a reduzida preocupação com a imagem que é projetada. Tais resultados, e dado que este é um fenómeno muito pouco estudado, mesmo a nível internacional, vêm corroborar a necessidade de se desenvolverem estudos mais aprofundados sobre o tema.

II. O que podemos concluir relativamente à perpetração sexual?

Relativamente aos níveis de perpetração encontrados, e tal como constatámos no que respeita aos níveis de prevalência de vitimização, os resultados encontrados revelam-se mais baixos do que os encontrados internacionalmente (Doroszewick *et al.*, 2008; Loh *et al.*, 2005; Spisma *et al.*, 2000; Russell *et al.*, 2002; Warkenting *et al.*, 2007; Wheeler *et al.*, 2002), apesar de não menos importantes e preocupantes.

Encontramos, ainda, à semelhança do que fora observado em outros estudos internacionais (e.g., Carr *et al.*, 2004; Mahoney *et al.*, 2001; O'Sullivan *et al.*, 1998), diferenças de género significativas em termos comportamentais, com os participantes do género masculino a relatarem maiores níveis de perpetração. Tal não significa, contudo, que o género feminino não possa ser sexualmente abusivo, existindo alguns estudos, tal como o nosso, que apontam nesse sentido (Davies, 2002; Russell *et al.*, 2001, Struckman-Johnson *et al.*, 1998), nomeadamente no que concerne a formas “menores” de violência (toques sexuais indesejados e coerção sexual). Estes resultados sugerem, assim, que a agressão sexual também é um problema social cometido por mulheres, sendo importante perceber as dinâmicas envolvidas nestas situações. Estes resultados devem, contudo, ser interpretados com cautela, não significando que o género é irrelevante na vitimização e/ou agressão sexual, devendo muitos outros fatores ser ponderados (e.g., formas de coerção, a capacidade de imposição da força e competências de resistência, os processos de socialização de género referentes ao uso da força e à sexualidade). De atender, por exemplo, que nas categorias de agressões sexuais mais severas (e.g., tentativa de violação e violação), apenas os participantes do género masculino admitiram ter perpetrado tais comportamentos. O que, por sua vez, também pode ajudar a explicar porque é que a violência masculina tende a sofrer um julgamento mais severo, comparativamente com a violência feminina, sendo esta última percebida como menos preocupante, menos ilícita e menos suscetível de requerer qualquer tipo de intervenção (Soreson & Taylor, 2005).

Verificámos, ainda, à semelhança do que os estudos internacionais sugerem, que os “toques sexuais indesejados” e a “coerção sexual” são as formas de agressão mais predominantes (e.g., Koss *et al.*, 1987; Koss *et al.*, 1982; O'Sullivan *et al.*, 1998; Spitzberg, 1999). Particularmente preocupantes são os resultados encontrados quando classificamos os atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e, posteriormente, os classificamos em categorias mutuamente exclusivas e percebemos que o mesmo indivíduo pode ter perpetrado

diferentes comportamentos sexualmente abusivos e, sobretudo, que há uma tendência para a escalada do tipo de atos praticados. Estes dados levam-nos a sublinhar a necessidade de não minimizar a violência sexual ocorrida entre jovens adultos, sobretudo, se considerarmos que esta tende a ocorrer em contextos em que existe uma relação de proximidade entre vítima e ofensor/a que, frequentemente, comporta uma relação de namoro (Spitzberg, 1999; Tjaden *et al.*, 2000). Efetivamente, alguns estudos sugerem que existe uma tendência para a escalada deste tipo de comportamentos e comprovam que a maioria destes relacionamentos violentos, à semelhança do que se verifica em contextos maritais, perdura para além dos primeiros episódios abusivos (e.g., Bergman, 1992; Perry & Fremouth, 2005).

Se atendermos a que os relacionamentos amorosos juvenis têm sido conceptualizados como um contexto privilegiado para a aprendizagem dos papéis a desempenhar nas relações maritais futuras (Flynn, 1987), o risco de estes relacionamentos abusivos poderem vir a replicar-se no contexto marital é considerável. Segundo a literatura, apenas metade das vítimas de violência põe termo à relação amorosa após um incidente abusivo e uma percentagem significativa daquelas que permanecem na relação consideram não ter sido afetadas pela violência (Bethke *et al.*, 1993). Neste âmbito, alguns estudos internacionais (e.g., White *et al.*, 2001) sugerem que a violência psicológica constitui um importante preditor da violência física, para além de poder resultar em consequências tão ou mais nefastas do que esta.

Relativamente às estratégias usadas para o cometimento de tais comportamentos, os resultados revelam-se concordantes com o que já tínhamos apurado aquando a análise da vitimização e com o observado em estudos internacionais (e.g., Martin *et al.*, 2005). Mais especificamente, notamos que os/as participantes classificados como “agressores/as” admitiram ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual não consentido pela outra pessoa, com o recurso maioritário à “pressão psicológica”, seguido do “uso de álcool e/ou outras drogas” e do recurso à “pressão verbal”, com o recurso à “força física e/ou armas” e a “ameaças” afigurar em muito poucas situações. Estes resultados corroboram, assim, as conclusões de vários estudos que sustentam que as mulheres têm maior probabilidade de ser pressionadas verbalmente ou, de alguma forma, manipuladas com o intuito de as envolver numa relação sexual não desejada, do que fisicamente forçadas (Abbey *et al.*, 2004; Humphrey *et al.*, 2000; Koss *et al.*, 1987). Há estudos que sugerem, mesmo, que os homens que usam a força física podem ser agressores oportunistas que usam a estratégia que melhor serve a situação, particularmente se as estratégias

manipulativas parecem não funcionar (White *et al.*, 20001) – aspetos que deverão ser alvo de exploração em investigações futuras.

De acrescentar que os resultados encontrados, ao sugerirem que o consumo de álcool e/ou outras drogas esteve envolvido em grande parte das situações de vitimização e perpetração assinaladas (e, sobretudo, na maioria dos atos classificados como sendo de “maior” gravidade), corroboram a ideia de que o consumo de álcool e/ou de outras substâncias, quer por vítimas quer por agressores, parece desempenhar um papel importante na agressão sexual (Abbey *et al.*, 1998; Jackson *et al.*, 2000; Loh *et al.*, 2006). O estudo por nós desenvolvido não permite, contudo, esclarecer o papel específico que o consumo destas substâncias desempenhou nas interações sexualmente abusivas assinaladas, sugerindo-se, por conseguinte, o desenvolvimento de investigações futuras neste campo.

A nível internacional, têm sido avançadas algumas explicações, ainda que continue a carecer-se da realização de investigações não contaminadas por uma visão genderizada da violência sexual. Neste âmbito, tem sido sugerido que os homens podem usar intencionalmente o álcool como estratégia coerciva, ou podem escolher as mulheres que estiveram a consumir este tipo de substâncias (Abbey *et al.*, 2004), dado que o estado de intoxicação alcançado afeta a capacidade de resistência das mesmas (Testa *et al.*, 2003; Parks *et al.*, 1997; Scott *et al.*, 2004), a capacidade de detetar o perigo (Meadows *et al.*, 1995) e o tempo de reação perante uma ameaça (Wilson *et al.*, 1999). Outros sugerem que as mulheres que consomem álcool podem ser socialmente percebidas como sexualmente mais disponíveis (Abbey *et al.*, 2000).

No caso dos agressores sexuais, o consumo de álcool por parte dos mesmos tem sido associado com a deturpação dos processos de avaliação dos processos de avaliação cognitiva que levam o agressor a ignorar os sinais de que a mulher não deseja iniciar e/ou deseja parar a atividade sexual (Bernatt *et al.*, 1998); com as expectativas de que o álcool aumenta o prazer e atividade sexual (Wilson *et al.*, 2002); e com a intenção de praticar determinado comportamento, associado a todo um processo racional de seleção das circunstâncias e condições que favoreçam a ocorrência do ato desejado com o mínimo de consequências negativas (Combs-Lane *et al.*, 2002). Em termos de investigações futuras, torna-se imperativo determinar a natureza das diferenças entre indivíduos que usam pressão verbal e outras táticas manipulativas e indivíduos que não perpetraram qualquer tipo de coação sexual, e indivíduos que usam a força física para

obterem relações sexuais indesejadas pela outra pessoa. A identificação destas diferenças pode informar, por exemplo, os programas de prevenção nesta área.

Também no que respeita à relação perpetrador/a-vítima, os resultados se mostram coincidentes com os observados na análise da vitimização sexual e com os observados a nível internacional, constatando-se que este tipo de situações tende a ocorrer entre conhecidos (Gross *et al.*, 2006), com os/as namorados/as a figurarem como os/as perpetradores/as mais frequentes (Frazier *et al.*, 1997; Day, 1994). A literatura sugere que as relações de compromisso podem potenciar atos de agressão sexual (Shotland, 1989; Christopher *et al.*, 1993), sugerindo que alguns indivíduos acreditam que a existência de um compromisso relacional confere uma licença para a manifestação de comportamentos sexuais, mesmo que indesejados pelo/a parceiro/a. Estes resultados, cruzados com o fato de a coerção sexual (pressão psicológica e pressão verbal) figurar como a estratégia mais predominantemente usada, remete-nos para as conclusões obtidas por outros investigadores, nomeadamente, os que consideraram que a pressão verbal é mais provável de ocorrer em relacionamentos estáveis, comparativamente com a agressão física (e.g., Abbey *et al.*, 1006; Spitzberg, 1999; Testa *et al.*, 1999; Lyndon *et al.*, 2007), assim como quando há historial de atividade consentida entre vítima e agressor (Abbey *et al.*, 2004).

Neste âmbito, há autores que defendem que as mulheres que são alvo de coerção sexual (i.e., alvo de contatos sexuais de relevo cometidos com recurso a estratégias de pressão verbal e pressão psicológica) diferem significativamente, quer das que são vitimadas mediante o uso da força, quer das que foram vitimadas mediante estratégias de intoxicação, na medida em que avaliavam a agressão sexual como menos grave e atribuem menor responsabilidade ao perpetrador, além de terem um historial de maior número de relações prévias consentidas com aquele, sentindo que uma pobre comunicação entre ambos tenha contribuído para a ocorrência do ato abusivo (Abbey *et al.*, 2004). Os estudos mostram-se também bastante consistentes ao afirmarem que o grau de confiança da vítima no agressor influencia a definição do incidente como abusivo (Mills *et al.*, 1992) e a avaliação do risco de agressão sexual (e.g., Gidycz *et al.*, 2006). Outros acrescentam que esta relação de proximidade entre ambos medeia a resposta da vítima à agressão sexual (Culbertson *et al.*, 20001; Frazier *et al.*, 2001), acrescentando que as mulheres são menos hábeis a resistir a agressores conhecidos (Ullman *et al.*, 2006), o que as torna particularmente vulneráveis em situações de agressão perpetrada por parceiros íntimos (Ullman *et al.*, 1993). Outros estudos apontam o medo da rejeição pelo homem e/ou pelos pares, a vergonha

e o embaraço (Ullman, 1997), como fatores que podem afetar o tipo de resistência oferecida pela vítima. Outros, ainda, sugerem a importância do uso da força física, da preocupação com as lesões que podem resultar da agressão, a não preocupação com a preservação do relacionamento amoroso e os sentimentos de confiança e raiva (Nurius *et al.*, 2000). A história de vitimização prévia também pode afetar a capacidade de resistência das vítimas (Norris *et al.*, 1996), defendendo-se, ainda, que o desajustamento psicológico resultante da mesma pode interferir com a capacidade das mesmas estimarem adequadamente os riscos de agressão sexual a que se expõem (Smith *et al.*, 2004).

De mencionar a associação estatisticamente significativa encontrada entre o fato de um determinado indivíduo ter sido vítima de, pelo menos, um ato sexualmente abusivo e o fato de ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual desta natureza. Tal é congruente com outros estudos (e.g., Russell *et al.*, 2002) que referem que há uma relação próxima entre ser sexualmente vitimado e ser sexualmente coercivo nos relacionamentos, com os participantes do gênero masculino a evidenciar uma maior probabilidade de usar estratégias sexualmente abusivas nos seus relacionamentos. Por exemplo, White e colaboradores (2004), num estudo longitudinal realizado com estudantes universitários, verificaram também que a existência de história de vitimização sexual na infância estava associada ao aumento da probabilidade de perpetração na adolescência que, por sua vez, estava associada ao acréscimo de probabilidade de cometer atos sexualmente agressivos durante o período de frequência universitária.

Além disso, os estudos têm registado taxas de re-perpetração sexual entre os 15 e os 72% (Briere *et al.*, 2003; Classen *et al.*, 2005), defendendo-se que a existência de uma história agressiva num relacionamento prévio constitui um forte preditor de perpetração de agressão sexual subsequente (Gwartney-Gibbs *et al.*, 1987; Loh *et al.*, 2006). Segundo alguns autores (e.g., Malamuth *et al.*, 1994), o assumir de um comportamento sexual violento ao longo da vida está associado à naturalização dessa forma de agressão durante o namoro. Em termos de investigação futura, seria pertinente analisar em maior profundidade este tema.

III. O que podemos concluir a partir das variáveis sociodemográficas estudadas?

Relativamente ao gênero, confirmam-se os resultados encontrados a nível internacional, com as participantes do gênero feminino a figurarem como os principais alvos deste tipo de

violência e os participantes do gênero masculino a figurarem como principais agressores. Todavia, e tal como mencionamos anteriormente, os nossos resultados revelam a existência de participantes do gênero masculino (25.32%) que admitem ter sido alvo de alguma forma de vitimização sexual, sobretudo de “toques sexuais indesejados”, com a grande maioria a identificar que tais atos terão sido praticados por mulheres. Tais resultados revelam, à semelhança do que já tinha sido documentado noutros estudos com amostras de estudantes universitários, que, contrariamente, ao estereótipo dominante, os homens nem sempre estão interessados num envolvimento sexual e as mulheres também podem usar técnicas de influência coerciva para forçar uma interação sexual (McConaghy *et al.*, 1995; Struckman-Johnson *et al.*, 1994).

Registamos, ainda, a não existência de diferenças estatisticamente significativas entre vítimas e não vítimas e entre agressores/as e não agressores/as no que se refere ao nível socioeconómico, à semelhança do que tem sido registado por outros investigadores (e.g., Busy *et al.*, 2003; Cyr *et al.*, 2006; Magdol *et al.*, 1998). De sublinhar, porém, que esta continua a ser uma dimensão sobre a qual têm sido encontrados resultados pouco consistentes, parecendo não existir consenso entre a comunidade científica sob a forma como o estatuto social dos jovens poderá interferir na vitimização e/ou perpetração de violência sexual. Mais especificamente, há autores que sugerem que o nível socioeconómico mais baixo está positivamente relacionado com o sofrer e/ou perpetrar violência sexual (e.g., Castro *et al.*, 2004; Rivera-Rivera *et al.*, 2004), havendo quem especifique, mesmo, que as mulheres pertencentes a grupos minoritários e a baixos níveis socioeconómicos estão em maior risco de ser alvo de um qualquer ato criminal (e.g., Vézina *et al.*, 2007), incluindo de natureza sexual (Goodman *et al.*, 1993). Neste sentido, concordamos que esta é uma questão complexa e carecedora de maior exploração, na medida em que, como refere O’Keefe (2005), a ausência de resultados mais conclusivos nesta área se pode dever, em parte, ao fato de a maioria dos estudos conduzidos nesta área recorrer (tal como no nosso caso) a amostras de estudantes universitários, onde as famílias de baixos níveis socioeconómicos estão sub-representadas.

Nesta mesma linha de pensamento, admitimos, tal como Vézina e colaboradores (2007), que a ausência de resultados mais conclusivos no que concerne à variável idade dos participantes pode ser justificada pela ausência de variabilidade da nossa amostra. No entanto, e tal como explicitámos no capítulo dois, os resultados alcançados pelas investigações conduzidas estão longe de ser conclusivos quanto a esta variável, registando-se quer a existência de estudos que

consideram que a idade é irrelevante na ocorrência do abuso íntimo (Cyr *et al.*, 2006; Gover, 2004; Noland *et al.*, 2004), quer estudos que sugerem que as raparigas mais velhas têm maior probabilidade de ser alvo de algum tipo de violência (Roberts *et al.*, 2003; Halpern *et al.*, 2001), por apresentarem maior probabilidade de terem um número mais elevado de parceiros sexuais ao longo da vida (Combs-Lane *et al.*, 2002) e, conseqüentemente, uma maior probabilidade de terem mais experiências de namoro agressivos (Forbes *et al.*, 2001).

IV. O que revela o estudo das atitudes face à violência sexual?

As taxas de prevalência de vitimização e perpetração de violência sexual parecem contrastar com os dados atitudinais obtidos junto da nossa amostra. Mais concretamente, e à semelhança do que se tem vindo a ser registar internacionalmente (e.g., Golge *et al.*, 2003; Hinck *et al.*, 1999), apesar das taxas de prevalência encontradas, os/as participantes revelaram uma desaprovação geral face à violência sexual. Estes resultados não foram, contudo, surpreendentes, na medida que a equipa de investigação (coordenada pela Professora Doutora Carla Machado) já se tinha deparado, em território nacional, com resultados análogos em estudos conduzidos com questionários similares, ainda que focados apenas na violência emocional/psicológica e física (cf., Machado *et al.*, 2010). Por exemplo, Caridade (2011), já havia verificado que, em termos atitudinais, os participantes evidenciavam uma tendência global para a não concordância com as práticas abusivas (físicas e/ou emocionais), ainda que, em termos comportamentais, estas acabassem por estar presentes em um em cada quatro relacionamentos amorosos juvenis.

Numa tentativa de compreender o posicionamento dos jovens a este nível, tem sido sugerido que esta desaprovação resultará do destaque que os *media* têm vindo a dar ao fenómeno, assim como do fenómeno da desejabilidade social (Machado *et al.*, 2003). Tem sido também defendido que a coexistência de “*atitudes e valores conflitantes*” (Parke & Lewis, 1981, p. 173) acerca da violência na intimidade tende a ser reforçada em sociedades tradicionais, tais como Portugal, que se estão a transformar rapidamente sob a influência dos meios de comunicação social, da educação, dos movimentos populacionais e da globalização (Caridade, 2011). Machado e colaboradores (no prelo) argumentam que se verifica hoje uma maior consciencialização e contestação social face a este fenómeno, não querendo, contudo, tal significar que desapareceu o legado de uma estrutura familiar e social hierárquica, caracterizada pela dominância masculina. Estes resultados reforçam as conclusões já retiradas por outros autores (e.g., Slep, Cascardi, Avery-Leaf, & O’Leary, 2001; Caridade, 2011), de que as crenças e

atitudes dos jovens face à violência íntima são, em si mesmas, fenómenos multidimensionais. Tal significa que, mesmo perante atitudes globais de reprovação da violência, é de admitir a possibilidade de existirem contextos e circunstâncias específicas que, através de vários mecanismos (e.g., mediante estratégias cognitivas de denegação, minimização, racionalização, entre outras), possam conduzir à diminuição, por parte dos indivíduos, da censurabilidade da violência (Schumacher *et al.*, 2004).

Os nossos dados levam-nos a admitir, por conseguinte, que os jovens continuam a desculpar a agressão sexual em determinadas circunstâncias e que, ainda que os participantes do género masculino surjam como os que têm atitudes mais negativas (e.g., Geiger *et al.*, 2004; Jiminez *et al.*, 2003; Johnson *et al.*, 1997; O'Keefe, 1997; Vrij *et al.*, 2002), o género feminino parece não estar imune à socialização sexista. Estudos revelam, por exemplo, que há uma menor tendência, por parte de ambos os géneros, para identificar uma relação sexual forçada como uma violação quando a vítima se comporta de forma menos convencional (Caridade, 2011), quando conhece o seu agressor (Bell *et al.*, 1994) ou quando não resiste fisicamente ao ataque (Ong *et al.*, 1999), dados presentes também no nosso estudo.

A maior legitimação masculina da agressão sexual tem sido, essencialmente, explicada a partir da socialização diferenciada de homens e mulheres, muito particularmente no que concerne aos papéis de género e à sexualidade. A investigação mostra que a aceitação dos papéis de género tradicionais tendem a influenciar a tolerância face à violação, constituindo igualmente um importante preditor dos mitos sexuais (Johnson *et al.*, 1997; Lonsway *et al.*, 1994). Os pressupostos inerentes à teoria da socialização de género (Burt, 1980) fornecem contributos importantes neste domínio, ao defenderem que aquilo que os indivíduos internalizam como sendo apropriado para o género resulta do processo de desenvolvimento, em que homens e mulheres desenvolvem expectativas e comportamentos em função dos papéis de género considerados adequados na interação sexual. Na opinião de alguns autores (e.g., Johnson *et al.*, 2001), quer homens quer mulheres podem sustentar este tipo de mitos sexuais, embora as suas crenças possam servir objetivos distintos, defendendo que os homens usam este tipo de crenças para legitimar a agressão sexual e as mulheres para negar a sua vulnerabilidade pessoal à violação.

É precisamente a diferente proporção dos géneros entre áreas de formação que poderá, a nosso ver, justificar atitudes encontradas entre diferentes áreas de formação. Onde, a realização de estudos complementares nesta área, nomeadamente de natureza qualitativa, se revela

fundamental para aumentar o nosso conhecimento sobre como os indivíduos reagem e se comportam face às vítimas e ofensores/as sexuais, informando estratégias interventivas e preventivas.

Constatámos, também, que, à semelhança do que acontece noutros estudos, os intervenientes neste tipo de abuso, vítimas e ofensores/as, tendem a apresentar um maior grau de adesão às crenças legitimadoras da violência sexual (Ismail *et al.*, 2007; Machado *et al.*, 2003). Estes resultados fazem-nos considerar outras investigações (Garcia, 1998) que constataram que os indivíduos (quer do género masculino, quer do género feminino) que defendem uma variedade de mitos sobre a violação tendem a culpabilizar mais as vítimas de agressão sexual e a evidenciar maior dificuldade de identificar, no comportamento das mesmas, sinais de resistência à agressão. Estas atitudes podem interferir no entendimento que os indivíduos, quer vítimas quer agressores, constroem acerca das experiências abusivas, assim como nos seus desempenhos face às dinâmicas abusivas. Além de que estes argumentos de normalização da violência e/ou da sua responsabilidade à vítima fomentam a não-responsabilização do agressor e a desvalorização da necessidade de prevenção. Este é, pois, um tópico que requer o desenvolvimento de estudos futuros.

De sublinhar, porém, que no nosso estudo as vítimas parecem apresentar um maior grau de legitimação apenas no que se refere aos fatores 3 (“consentimento da vítima”) e 5 (“falsas alegações”) da ECVS. Estes resultados remetem-nos para estudos que sugerem que muitas vítimas podem não catalogar a experiência abusiva como uma violação, sobretudo num contexto de namoro (Flack Jr. *et al.*, 2007), por assumirem alguma responsabilidade pela sua ocorrência e pelo medo de serem desacreditadas (e.g., Gross *et al.*, 2006). Já quando comparamos agressores/as com não agressores/as, o primeiro grupo apresentou um maior grau de adesão às crenças legitimadoras da violência sexual, quer a nível global, quer em cada um dos fatores que compõem a ECVS, o que reforça as conclusões de alguns autores de que a aceitação de mitos desta natureza está entre os fatores mais comumente associados aos comportamentos sexualmente coercivos (Archer *et al.*, 2003; Nabors *et al.*, 2006; Maxwell *et al.*, 2001; Shumacker *et al.*, 2004)).

Os nossos resultados são, ainda, consistentes com o fato de as atitudes legitimadoras da violência sexual serem apontadas como um dos preditores mais consistentes do comportamento sexualmente abusivo, especialmente no que concerne à agressão sexual perpetrada pelo género

masculino (e.g., Cleveland *et al.*, 2003; Lohn *et al.*, 2005; Lonsway *et al.*, 1994). Segundo a literatura, os indivíduos do género masculino que sustentam visões tradicionais acerca dos papéis do género feminino têm mais tendência a adotar comportamentos agressivos para com as suas parceiras amorosas ou esposas (Byers *et al.*, 1991).

De entre as variáveis sociodemográficas por nós analisadas, o género dos/as participantes emergiu como a variável que possui uma relação mais consistente com as atitudes legitimadoras da violência sexual, à semelhança do que tem vindo a ser documentado por outros investigadores (e.g., Lonsway *et al.*, 1994), muito embora a idade e o nível educacional se tenham revelado também importantes preditores.

Relativamente à idade, os nossos resultados mostram-se consistentes com os registados internacionalmente (Feiring *et al.*, 2002; Feltey *et al.*, 1991; Geiger *et al.*, 2004), constatando-se que os estudantes mais jovens exibem atitudes mais legitimadoras da violência sexual, quando comparados com estudantes mais velhos. Tal poderá advir do fato de estudantes mais novos/as disporem de menos experiência sexual, possuindo crenças menos realistas sobre esta matéria. Em contrapartida, os/as estudantes mais velhos/as possuem mais experiência e uma maior consciencialização da inadequação e reprovação social destas crenças e comportamentos (Feiring *et al.*, 2002).

Relativamente aos anos de formação, verificámos que estudantes de níveis mais avançados revelam menor adesão a atitudes favorecedoras da agressão sexual, o que é concordante com o que tem sido documentado por outros estudos (e.g., Gray *et al.*, 1997; Lottes *et al.*, 1997; Machado *et al.*, 2011; Machado *et al.*, 2003), incluindo estudos efetuados com estudantes do ensino secundário, por comparação com estudantes do ensino universitário (Feiring *et al.*, 2002; Xenos *et al.*, 2001). Numa tentativa de explicar estes resultados tem sido argumentado que tal se deve, para além do fator idade, a uma maior consciencialização sobre o que poderá ser ou não um ato abusivo. A nível nacional, a equipa de investigação atrás referida também já tinha concluído, noutros estudos integrados no projeto, que os alunos de anos iniciais de formação tendiam a mostrar maiores níveis de legitimação de violência, alegando especificamente que a vítima, na verdade, consentiu/desejou o ato ou entendendo que a violência sexual é menos grave caso exista uma relação íntima entre ofensor e vítima (Machado *et al.*, no prelo).

Salientamos o potencial papel destas crenças, em particular da última, na potenciação da violência sexual entre namorados/as ou parceiros/as íntimos/as, parecendo remeter para a convicção de que um certo grau de intimidade concede direitos em matéria sexual e fomentando interpretações erróneas sobre as intenções ou desejos do/a parceiro/a (ibidem). Como referem Machado e colaboradores (2003), embora esta tendência possa ser atribuída a uma maior maturação decorrente da idade (que pode promover uma melhor compreensão do impacto que estes atos podem acarretar para as vítimas), é também provável que se deva ao confronto com novas ideias e relações, em particular as descobertas pessoais promovidas ao longo da experiência universitária. Concordamos igualmente com Xenos e colaboradores (2001) quando referem que a experiência sexual, o grau de interação social e os valores culturais e subculturais também podem contribuir para a formação de atitudes face à violência sexual.

No próximo capítulo, e visto que, do ponto de vista metodológico, tem sido defendido como particularmente promissor o recurso a “*computer-assisted interview*” e aos “*web-based methods*” (e.g., Fields & Chassin, 2006) na investigação na área da violência sexual, retrataremos o estudo por nós desenvolvido recorrendo a este tipo de métodos. Alguns autores (e.g., Abbey *et al.*, 2007) defendem que os indivíduos têm maior probabilidade de reportar atividades ilegais e embaraçosas mediante o uso de um computador como intermediário entre entrevistador-entrevistado, do que através de um questionamento face-a-face (quer sob a forma de questionários quer sob a forma de entrevistas).

Estudo da violência sexual entre jovens adultos recorrendo aos métodos de recolha *online*: da caracterização da prevalência às atitudes

1. Objetivos e Questões de partida

Os objetivos subjacentes à realização deste segundo estudo são os mesmos que os referidos no estudo anterior, com o acréscimo de que pretendíamos analisar o contributo que métodos de recolha de dados *online* podem trazer a esta área de investigação. Face ao exposto, era nossa pretensão recolher dados, através de métodos *online*, sobre a prevalência e incidência dos diferentes tipos de violência sexual (i.e., contatos sexuais indesejados, coerção sexual, tentativa de violação e violação), quer a nível da vitimização quer da perpetração, tanto do ponto de vista das vítimas como dos agressores, assim como conhecer o posicionamento dos jovens face a estas formas de violência (procurando identificar o grau de tolerância/legitimação em relação a estes comportamentos e as crenças específicas que concorrem para a sua legitimação). Pretendíamos, também, analisar a relação entre atitudes e comportamentos abusivos e identificar os fatores sociodemográficos (e.g., género, idade, nível socioeconómico) e formativos (e.g., ano de formação, áreas de formação) associados às crenças e comportamentos sexualmente abusivos. Por fim, e no seguimento do que fora anteriormente exposto, era nossa pretensão determinar fatores preditores das atitudes legitimadoras do abuso íntimo e dos comportamentos sexualmente abusivos.

2. Metodologia

2.1 Amostra

A amostra que é uma amostra de conveniência, composta por um total de 1366 participantes do ensino superior, 496 (36.30%) do género masculino e 870 (63.60%) do género feminino, 1320 (96.60%) solteiros e 46 (3.40%) que vivem em união de fato, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos de idade (M=21.20 anos; D.P.=1.87).

Quanto às diferentes regiões do país, 508 (37.02%) assinalaram residir no Norte, 279 (20.90%) no Centro, 411 (30.10%) em Lisboa e Vale do Tejo, 56 (4.10%) no Alentejo e 112 (8.20%) no Algarve.

Relativamente ao nível socioeconómico (autoavaliado pelos/as participantes), 39 (2.90%) consideraram pertencer ao nível baixo, 331 (24.20%) ao médio-baixo, 801 (58.60%) ao médio, 188 (13.80%) ao médio-alto e 7 (0,5%) ao elevado.

No que concerne ao ano do curso, 310 (22.69%) mencionaram estar a frequentar o primeiro ano do curso, 379 (27.75%) o segundo e 328 (24.01%) o terceiro. 204 (14.93%) afirmaram estar a frequentar o mestrado ou mestrado integrado e 145 (10.61%) referiram ser doutorandos. Atendendo à sua distribuição pelas diferentes áreas de formação, 74 (5.40%) dos/as participantes indicaram que seriam da área de educação; 123 (9.0%) de artes e humanidades, 407 (29.80%) de ciências sociais, comércio e direito; 228 (16.70%) de ciências, matemática e informática; 166 (12.20%) engenharias, indústrias transformadoras e construção; 42 (3.10%) de agricultura; 240 (17.6%) de saúde e protecção social; e, 86 (6.30%) de serviços.

No quadro seguinte apresentam-se, de forma detalhada, os dados sociodemográficos e formativos que caracterizam os/as participantes deste estudo (quadros 5.1 e 5.2).

2.2. Instrumentos de avaliação

Foram usados os mesmos instrumentos que foram aplicados no estudo anterior, nomeadamente, um questionário de recolha de dados sociodemográficos e formativos dos participantes, a ECVS e o SES [uma versão para avaliar a vitimização (SES-SFV) e outra para avaliar a perpetração (SES-SFP)] – de cujas características já demos conta anteriormente.

			N	%
Caraterísticas sociodemográficas	Género	Feminino	496	36.30
		Masculino	870	63.60
	Estado civil	Solteiro	1320	96.90
		União de fato	46	3.40
	Nível socioeconómico	Baixo	39	2.90
		Médio-Baixo	331	24.20
		Médio	801	58.60
		Médio-Alto	188	13.80
		Elevado	7	0.50
	Zona Portugal Continental	Norte	508	37.02
		Centro	279	20.90
		Lisboa e Vale do Tejo	411	30.10
		Alentejo	56	4.10
		Algarve	112	8.20

Quadro 5. 1. Distribuição dos/as participantes segundo as suas características sociodemográficas (N=1366).

			N	%
Caraterísticas formativas	Áreas de formação	Educação	74	5.40
		Artes e humanidades	123	9.00
		Ciências sociais, comércio e Direito	407	29.80
		Ciências, matemática e informática	228	16.70
		Engenharias, Industrias transformadoras e construção	166	12.20
		Agricultura	42	3.10
		Saúde e Proteção Social	240	17.60
		Serviços	86	6.3
	Áreas de formação	1º Ano	310	22.69
		2º Ano	379	27.75
		3º Ano	328	24.01
		Mestrado e Mestrado Integrado	204	14.93
		Doutoramento	145	10.61

Quadro 5. 2. Distribuição dos/as participantes segundo as suas características formativas (N=1366).

2.3. Procedimentos de Recolha dos dados

Numa primeira fase contactamos a Comissão Nacional de Proteção de Dados, no sentido de submeter os nossos questionários para análise, de modo a garantir que a confidencialidade dos dados estava garantida e aferir da necessidade de registar o estudo em causa. Como em momento algum era pedido aos/às participantes que fornecessem dados de identificação pessoal, fomos informados de que não era necessário proceder ao registo do estudo. No ano letivo de 2009/2010, procedeu-se à recolha dos dados.

Os questionários foram administrados via *online*, através de uma versão computadorizada, especificamente programada para o estudo em causa. Esta versão foi desenvolvida por um Doutor do Departamento de Engenharia Eletrónica Industrial e de Computadores da Universidade do Minho. Mais especificamente, para o preenchimento do questionário *online*, foi desenvolvida uma aplicação *Web*, na linguagem de programação *Wed PHP (Personal Home Page)* embebida em *HTML (Hyper Text Markup Language)*. O suporte ao armazenamento dos dados foi assegurado através de uma base de dados, gerida pelo sistema de gestão de base de dados *MySGL*. Para a interface com o utilizador foram desenhados um conjunto de formulários *HTML* que guiavam, passo a passo, o utilizador desde o “termo de consentimento” [“Declaro ter entre 18 e 24 anos de idade e ser estudante do ensino superior e aceito participar neste estudo sobre o qual me foi fornecida suficiente informação”] à “submissão” dos dados introduzidos. Para promover o preenchimento total do questionário foi disponibilizada uma barra de progresso, onde o participante poderia verificar, em cada instante, a percentagem do questionário que se encontrava preenchida.

A organização dos formulários respeitou as diferentes temáticas abordadas nos questionários, permitindo uma clara identificação do participante com o tema. Assim, quando o participante acedia ao sítio da internet do questionário era confrontado com o “consentimento informado”. Após a leitura do mesmo e da sua aceitação, o participante podia avançar para o preenchimento do questionário, pressionando o botão “submeter”. Posteriormente, foi sendo confrontado com um conjunto de questões sobre as quais se tinha que pronunciar, ora através de caixas de texto ora através de caixas de selecção exclusivas. Para assegurar o preenchimento de todos os campos de carácter obrigatório, foi implementada uma função de verificação. Esta, no momento em que o participante avançava para um novo formulário, verificava todos os campos em falta. O participante só podia avançar no questionário quando completasse toda a informação em falta. Após o preenchimento de todos os campos do questionário o participante tinha que pressionar o botão “submeter”. Nesse momento, era estabelecida uma ligação à base de dados, que se encontrava armazenada num servidor *Apach* no Departamento de Engenharia de Sistemas e Informática da Universidade do Minho. Com a ligação à base de dados estabelecida era formada uma *Query* com todos os dados do questionário.

Para assegurar a protecção dos dados, todos os elementos recolhidos do questionário eram codificados antes de ser inseridos na *Query*, com uma encriptação de 128 *bits*, sendo

armazenados desta forma na base de dados. Para análise e recolha dos dados introduzidos no questionário foi desenvolvido um *back Office*, onde, através de um processo de autenticação por *login* (nome de utilizador e *password*) era possível à investigadora consultar todos os questionários submetidos e proceder à sua exportação para os formatos *pdf* e *xls*. A consulta dos dados era possível através de uma ligação à base de dados, a partir da qual podiam ser realizadas diferentes operações de consulta (por data, por local, por idade, ...). Para a visualização correta dos dados, os mesmos passavam por um processo de descodificação, uma vez que tinham sido encriptados no momento do seu armazenamento na base de dados (de forma a garantir a sua confidencialidade).

Cada questionário foi acompanhado de um consentimento informado. Após a recolha dos dados os participantes podiam fazer *download* de um panfleto informativo, que, globalmente, explicava os objetivos da investigação e fornecia informação de locais terapêuticos que lidam com a problemática da violência sexual.

2.4. Análise estatística

À semelhança do estudo anterior, para a realização de todas as análises estatísticas (Estatística Descritiva, Estatística Inferencial e Análise Exploratória dos Dados) recorreremos ao programa estatístico “IBM® SPSS® *Statistics Version 19*”. Para estas análises foram considerados todos/as os/as participantes. De sublinhar que as análises relativas à Estatística Inferencial e à Análise Exploratória dos Dados que envolveram os resultados obtidos pelo SES foram efetuadas considerando o sistema de análise e classificação mutuamente exclusivo (anteriormente apresentado) proposto por Koss e colaboradores (2007).

Globalmente e, após termos aferido (mediante a realização da análise exploratória dos dados) que estavam reunidas as condições para a utilização de testes paramétricos, começamos por analisar os dados referentes à vitimização e à perpetração, considerando quer o período decorrido “*desde os 14 anos até há um ano atrás*”, quer o período relativo aos “*últimos doze meses*”. Somando os resultados dos dois períodos de tempo, considerámos ainda os resultados relativos à prevalência “*ao longo da vida*”.

Investigámos, igualmente, os correlatos sociodemográficos e formativos destes comportamentos sexualmente abusivos, assim como a relação entre atitudes e comportamentos.

Caracterizámos, ainda, as atitudes dos/as participantes face à violência sexual, analisando os correlatos sociodemográficos e formativos das mesmas. Por fim, procedemos a uma análise de regressão logística para identificar os fatores preditores dos comportamentos abusivos, assim como a uma análise de regressão múltipla, para prever a variância das atitudes legitimadoras da violência.

3. Apresentação dos resultados

Neste ponto, e de forma a promover ao leitor uma melhor compreensão das análises efetuadas e dos resultados encontrados, iremos começar por detalhar os dados relativos ao estudo da vitimização sexual (ponto 3.1), seguindo-se o estudo relativo à perpetração (ponto 3.2) e o estudo das atitudes dos/as participantes face à violência sexual (ponto 3.3.). Finalizaremos com o estudo das atitudes e comportamentos abusivos (ponto 3.4), assim como dos fatores preditores da violência sexual e sua legitimação (ponto 3.5). Em cada uma destas situações, começaremos por apresentar a análise descritiva dos resultados, prosseguindo para a sua análise inferencial.

3.1. Vitimização

3.1.1 Análise Descritiva

3.1.1.1. Prevalência dos comportamentos sexualmente abusivos sofridos

Do total de participantes no estudo (N=1366), 366 (26.80%) relataram ter sofrido, pelo menos, um ato sexual não-consentido, ao longo da vida, sendo classificados como “vítimas”. Uma análise mais detalhada permite concluir que a maioria das vítimas é do género feminino [325 (88.80%)], comparativamente com as vítimas do género masculino [41 (11.20%)]. Tal significa que 11.20% do total de participantes da nossa amostra do género masculino e 37.36% do total de participantes do género feminino assinalaram ter sofrido algum tipo de violência sexual.

Os restantes participantes [1000 (73.20%)] referiram não ter sido alvo de quaisquer atos desta natureza, sendo classificados como “não vítimas”. Dentro deste grupo, 455 (45.50%) são do género masculino e 545 (54.50%) do género feminino. Quer isto dizer, que 91.73% do total de participantes da nossa amostra do género masculino e 62.64% do total de participantes do género feminino não assinalou ter sofrido qualquer tipo de violência sexual.

Quando refinamos um pouco mais a nossa análise, constatámos que, no período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, 16.25% dos participantes assinalou ter sofrido, pelo menos, um ato sexual não consentido. À semelhança do que tínhamos observado anteriormente, a maioria dos/as participantes deste grupo é do género feminino (88.29%), comparativamente com o género masculino (11.71%).

Ao fazer a mesma análise, embora considerando o período relativo aos “últimos 12 meses” verificámos que 23.94% dos/as participantes foi classificado/a como tendo sido alvo de algum tipo de comportamento sexual indesejado. Este grupo é composto por 11.62% de participantes do género masculino e 88.38% de participantes do género feminino.

Estes resultados sugerem ainda que 144 participantes assinalaram ter sido alvo deste tipo de comportamentos apenas nos últimos 12 meses, enquanto 183 assinalaram ter sido alvo nos últimos 12 meses e desde os 14 anos de idade. Tais resultados levam a admitir a possibilidade destes participantes terem sido alvo de mais do que uma experiência sexual não-consentida ao longo da vida (Tabela 5.1).

Tabela 5. 1. Vitimização e género “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e nos “últimos doze meses”.

	N (%) [N=1366]	Género Masculino		Género Feminino	
		N (%)	%face ao total de participantes do género masculino da amostra (N=496)	N (%)	%face ao total de participantes do género feminino da amostra (N=870)
SES-SFV Total					
Vítimas	366 (26.79)	41 (11.20)	08.27	325 (88.80)	37.36
Não Vítimas	1000 (73.21)	455 (45.50)	91.73	545 (54.50)	62.64
SES-SFV 14					
Vítimas	222 (16.25)	26 (11.71)	05.24	196 (88.29)	22.53
Não Vítimas	1144 (83.75)	470 (41.08)	94.76	674 (58.92)	77.47
SES-SFV 12					
Vítimas	327 (23.94)	38 (11.62)	07.66	289 (88.38)	33.22
Não Vítimas	1039 (76.06)	458 (44.08)	92.34	581 (55.92)	66.78

Ao analisar o tipo de comportamentos sexuais assinalados por estes/as participantes, constatámos que 286 (78.14%) referiu ter sido alvo de toques sexuais indesejados, 83 (22.68%) de sexo oral, 90 (24.59%) de sexo vaginal, 40 (10.93%) sexo anal, 118 (32.24%) tentativa de penetração oral, 115 (31.42%) tentativa de penetração vaginal e 53 (14.48%) tentativa de penetração anal – havendo indivíduos a assinalar ter sido alvo de mais do que um tipo de comportamento (daí a percentagem total não ser equivalente a 100%) – tal como podemos observar na tabela seguinte (Tabela 5.2).

Tabela 5. 2. Tipo de ato sexualmente abusivo sofrido (independentemente da estratégia usada para a sua consumação) e género da vítima.

Tipo de atos sofridos	Vítimas (N = 366)			% face ao número total da amostra (N=1366)
	N (%)	Género do/a participante		
		Masculino [N (%)]	Feminino [N (%)]	
Toques sexuais indesejados	286 (78.14)	24 (08.39)	266 (93.01)	20.94
Sexo oral	83 (22.68)	14 (16.87)	69 (83.13)	06.08
Sexo vaginal	90 (24.59)	NSA	90 (100.00)	06.59
Sexo anal	40 (10.93)	02 (05.00)	38 (95.00)	02.93
Tentativa de penetração oral	118 (32.24)	20 (16.95)	98 (83.05)	08.64
Tentativa de penetração vaginal	115 (31.42)	NSA	115 (100.00)	08.42
Tentativa de penetração anal	53 (14.48)	05 (09.43)	48(90.57)	03.88

[NSA = não se aplica]

Considerando a percentagem de atos sofridos “ao longo da vida” e usando o sistema de classificação não mutuamente exclusivo proposto pelos autores do SES, verificámos que 286 (20.94%) do total dos/as participantes do estudo (N=1366) relatou ter sido alvo de “contatos sexuais indesejados” [128 (09.37%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 163 (11.93%) relatou ter sido vítima de “coerção sexual” [61 (4.47%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 145 (10.61%) de “tentativa de violação” [62 (04.54%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 115 (08.49 %) de “violação” [mantendo-se a mesma percentagem se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo].

Se nos focarmos na análise pormenorizada do número total de participantes classificados/as como tendo sido vítima de, pelo menos, um ato sexual abusivo (N = 366) verificámos que 78.14% admitiu ter sido alvo de “contatos sexuais indesejados” (34.97%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo), 44.54% de “coerção sexual” (16.67%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo), 39.62% de “tentativa de violação” (16.94%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo); e 31.42% de “violação” [mantendo-se o mesmo valor se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 5.3.).

Ao efetuarmos a mesma análise, embora considerando, separadamente, o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás”, verificámos que 81.08% do total dos/as participantes que mencionaram ter sofrido um ato desta natureza neste período (N = 222) relatou ter sido alvo de “contatos sexuais indesejados” (44.59%, se considerarmos um sistema de

classificação mutuamente exclusivo), 36.04% relatou ter sido vítima de “coerção sexual” (30.63%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo), 16.67% de “tentativa de violação” (9.01%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo) e 15.76% de “violação” [mantendo-se a mesma percentagem se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 5.4.).

Tabela 5. 3. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos sofridos ao “longo da vida” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima.

		SES-SFV[(score total) N=366]			% face ao número total da amostra (N=1366)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques sexuais indesejados	Não mutuamente exclusivo	286 (78.14)	24 (08.39)	262 (91.61)	20.94
	Mutuamente exclusivo	128 (34.97)	09 (07.03)	119 (92.97)	09.37
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	163 (44.54)	21 (12.88)	142 (87.12)	11.93
	Mutuamente exclusivo	61 (16.67)	06 (09.84)	55 (90.16)	04.47
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	145 (39.62)	21 (14.48)	124 (85.52)	10.61
	Mutuamente exclusivo	62 (39.62)	14 (22.58)	48 (77.42)	04.54
Violação	Não mutuamente exclusivo	115 (31.42)	11 (09.48)	105 (90.52)	08.49
	Mutuamente exclusivo	115 (31.42)	11 (09.57)	104 (90.43)	08.42

Tabela 5. 4. Vitimização de diferentes tipos de atos sexuais indesejados “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género da vítima.

		SES-SFV 14 [(score total) N=222]			% face ao número total da amostra (N=1366)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques sexuais indesejados	Não mutuamente exclusivo	180 (81.08)	17 (09.44)	163 (90.56)	13.18
	Mutuamente exclusivo	99 (44.59)	06 (06.06)	93 (93.94)	07.25
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	80 (36.04)	14 (17.50)	66 (82.50)	05.86
	Mutuamente exclusivo	68 (30.63)	14 (20.59)	54 (79.41)	04.98
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	37 (16.67)	04 (10.81)	33 (89.19)	02.70
	Mutuamente exclusivo	20 (9.01)	04 (20.00)	16 (80.00)	01.46
Violação	Não mutuamente exclusivo	35 (15.77)	01 (02.86)	34 (97.14)	02.56
	Mutuamente exclusivo	35 (15.77)	01 (02.86)	34 (97.14)	02.56

Quanto ao período referente aos “últimos doze meses”, observámos que 64.22% assinalou ter sido alvo de “contatos sexuais indesejados” (29.36%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo), 32.42% relatou ter sido vítima de “coerção sexual” (24.46%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo), 30.58% de “tentativa de violação” (15.29%, se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo) e 30.89% de “violação” [mantendo-se a mesma percentagem se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 5.5.).

Tabela 5. 5. Vitimização de diferentes tipos de atos sexuais indesejados “nos últimos doze meses” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género da vítima.

		SES-SFV 12 [(score total) N=327]			% face ao número total da amostra (N=1366)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques sexuais indesejados	Não mutuamente exclusivo	210 (64.22%)	20 (09.52)	190 (90.48)	15.37
	Mutuamente exclusivo	96 (29.36)	10 (10.42)	86 (89.58)	07.03
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	106 (32.42)	08 (07.55)	98 (92.45)	07.76
	Mutuamente exclusivo	80 (24.46)	03 (03.75)	33 (41.25)	05.86
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	100 (30.58)	16 (16.00)	84 (84.00)	07.32
	Mutuamente exclusivo	50 (15.29)	11 (22.00)	39 (78.00)	03.66
Violação	Não mutuamente exclusivo	101 (30.89)	10 (09.90)	91 (90.09)	07.39
	Mutuamente exclusivo	101 (30.89)	10 (09.90)	91 (90.09)	07.39

3.1.1.2. Estratégias usadas pelo/a perpetrador/a

Fazendo uma análise global (e usando um sistema de classificação não mutuamente exclusivo, pelo que as percentagens ultrapassam os 100%), verificámos que, para além dos/as participantes poderem ter sido alvo de mais do que um ato sexual indesejado, o mesmo ato sexual pode ter comportado o uso de mais do que uma estratégia abusiva. Mais especificamente, observamos que, do total de participantes que admitiram ter sofrido, pelo menos, um ato sexual indesejado enquadrado na categoria “toques sexuais indesejados” (N= 286), 171 (59.79%) assinalou que o uso de álcool e/ou outras drogas esteve envolvido no incidente, 135 (47.20%) mencionou que o/a agressor/a recorreu a pressão verbal, 104 (36.36%) a pressão psicológica, 10 (03.50%) ao uso de ameaças e 08 (02.80%) ao uso da força física e/ou armas. No que concerne às vítimas que se encaixam na categoria “coerção sexual” (N= 163), verificámos que 127 (77.91%) assinalou que terá sido alvo de pressão verbal e 103 (63.19%) de pressão psicológica. Já as vítimas que assinalaram atos passíveis de serem classificados como “tentativa de violação” (N=145), a maioria [128 (88.28%)] assinalou que o uso de álcool e/ou outras drogas esteve envolvida no incidente, apesar de 35 (24.14%) também terem mencionado o uso, por parte do/a agressor/a, de ameaças e 17 (11.72%) o uso da força física e/ou armas. Por seu turno, os/as participantes cujos atos sofridos encaixam na categoria “violação” [N=115] afirmaram que o “uso de álcool e/ou outras drogas” estivera envolvido em quase todas as situações [mais concretamente em 106, 92.17%]. Todavia, 06.09 (19.13%) afirmou que também terá sido alvo de ameaças e 05.00 (04.35%) do uso de força física e/ou armas (Tabela 5.6).

Tabela 5. 6 Caracterização das estratégias usadas pelo/a agressor/a (segundo a vítima) no cometimento do respetivo ato sexual abusivo (“toques sexuais”, “coerção sexual”, “tentativa de violação” e “violação”- mediante sistema de classificação não mutuamente exclusivo) e género das vítimas (N=366).

Estratégias usadas pelo(a) agressor(a) [N=366] no cometimento do ato sexual abusivo						
		Pressão verbal	Pressão psicológica	Uso de álcool e/ou outras drogas	Ameaças	Força física e/ou armas
Toques sexuais indesejados	N	135	104	171	10	08
	Género vítima [N(%)]	16 ♂ (11.85) 119 ♀ (88.15)	08 ♂ (07.69) 96 ♀ (92.31)	23 ♂ (13.45) 148 ♀ (86.55)	02 ♂ (20.00) 08 ♀ (80.00)	01 ♂ (12.50) 07 ♀ (87.50)
Coerção sexual	N	127	103			
	Género vítima [N(%)]	14 ♂ (11.02) 113 ♀ (88.98)	09 ♂ (08.74) 94 ♀ (91.26)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Tentativa de violação	N			128	35	17
	Género vítima [N(%)]	Não se aplica	Não se aplica	19 ♂ (14.84) 109 ♀ (85.16)	07 ♂ (10.67) 28 ♀ (89.33)	02 ♂ (11.76) 15 ♀ (88.24)
Violação	N			106	22	05
	Género vítima [N(%)]	Não se aplica	Não se aplica	11 ♂ (10.38) 95 ♀ (89.62)	00 ♂ (00.00) 22 ♀ (100.00)	02 ♂ (40.00) 03 ♀ (60.00)

3.1.1.3. Género da vítima e sexo do/a agressor/a

Neste ponto, os resultados obtidos sugerem que a maioria das vítimas (86.07% do género feminino) identificou que terá sido agredida por homens. De registar, contudo, que as vítimas do género masculino mencionaram ter sido agredidas quer por mulheres [17 (04.64%)] quer por homens [15 (04.10%)]. Uma percentagem reduzida (03.28%) optou por não responder a esta questão (cf. Tabela 5.7).

Tabela 5. 7. Caraterização do género da vítima e do sexo do/a agressor/a.

		Sexo do perpetrador (identificado pelas vítimas)			
		Mulheres	Homens	Mulheres e Homens	Não quis responder
Género da vítima	Masculino	17 (04.64%)	15 (04.10%)	04 (01.09%)	09 (02.46%)
	Feminino	03 (00.08%)	315 (86.07%)	00 (00.00%)	03 (00.82%)
	Total	20 (05.46%)	330 (90.16%)	04 (01.09%)	12 (03.28%)

3.1.1.4. Relação da vítima-agressor/a

No que concerne à relação da vítima com o/a agressor/a, constatámos que a maioria das vítimas (33.33%) assinalou ter sofrido, pelo menos, um ato sexual não-consentido perpetrado por alguém com quem mantém uma relação de namoro, 24.86% assinalou ter sido vitimado por um/a amigo/a, 13.93% relatou que terá sido vitimado por um/a conhecido/a de uma noite/ “curte”, 10.66% por um/a ex-namorado/a e 5.46% por um/a familiar. Uma percentagem reduzida de participantes afirmou ter sido alvo deste tipo de comportamentos da parte de um/a

desconhecido/a (04.37%). De aditar que 3.55% assinalou a categoria “outro”, optando, contudo, por não especificar. De considerar, ainda, que 03.83% optou por não responder (Tabela 5.8).

Tabela 5. 8. Relação da vítima com o/a agressor/a

Relação da vítima com agressor (autoavaliada pela vítima)	Total N/%
Namorado/a	122 (33.33)
Ex-namorado/a	39 (10.66)
Amigo/a	91 (24.86)
Conhecido/a de uma noite/”curte”	51 (13.93)
Familiar	20 (05.46)
Desconhecido/a	16 (04.37)
Outro	13 (03.55)
Não quis responder	14 (03.83)

3.1.2 Análise Inferencial

3.1.2.1 Vitimização e género

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificámos que existe uma associação estatisticamente significativa entre o género do/a participante e a sua classificação como tendo sido vítima de, pelo menos, um ato sexual não consentido [$\chi^2(1) = 136.29, p < .001$]. Enquanto no grupo dos/as participantes que afirmaram não ter sofrido quaisquer atos desta natureza, a maioria é do género masculino (91.70%), no grupo dos indivíduos que assinalaram ter sofrido, pelo menos, um ato sexual abusivo, a maioria (37.40%) é do género feminino.

O mesmo se verifica quando analisamos o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” [$\chi^2(1)=69.36, p < .001$] e o período respeitante aos “últimos doze meses” [$\chi^2(1)=113.32; p < .001$, com a maioria das não vítimas a pertencer ao género masculino (94.80% e 92.30, respetivamente) e a maioria da vítimas a pertencer ao género feminino (22.50% e 33.20%, respetivamente) (Tabela 5.9).

Tabela 5. 9. Vitimização e género, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.

	Género	Não vítimas	Vítimas	$\chi^2(1)$
SES-SFV (Score global)	M (N=496)	455	41	136.29***
	F (N=870)	545	325	
SES-SFV 14	M (N=496)	470	26	69.36***
	F (N=870)	674	196	
SES-SFV 12	M (N=496)	458	38	113.32***
	F (N=870)	581	289	

[*** $p < .001$]

3.1.2.2. Vitimização e idade

Ao compararmos, com recurso ao teste de diferenças de médias para amostras independentes (*T-test*), vítimas com não vítimas, constatámos que não há diferenças estatisticamente significativas ao nível da idade entre os dois grupos [$t(1364) = 1.59$, n.s.]. O mesmo se verifica quando analisamos apenas o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás”, [$t(1364) = .29$; n.s.] e o período respeitante aos “últimos doze meses” [$t(1364) = 1.86$; n.s.] (Tabela 5.10).

Tabela 5. 10. Vitimização e idade, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.

		<i>N</i>	<i>M</i>	<i>D.P.</i>	<i>Teste t</i>
SES-SFV (score total)	Não vítimas	1000	21.25	1.88	n.s
	Vítimas	366	21.07	1.83	
SES-SFV 14	Não vítimas	1144	21.21	1.88	n.s
	Vítimas	222	21.17	1.83	
SES-SFV 12	Não vítimas	1039	21.26	1.88	n.s
	Vítimas	327	21.04	1.84	

[n.s.= não significativo ($p > .005$); *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão].

3.1.2.3. Vitimização e nível socioeconómico

Comparando, através do teste de *Mann-Whitney*, a condição económica das vítimas e não vítimas, verificámos que não há diferenças entre os dois grupos a este nível [$\mu = 180892.00$; n.s.]. Voltámos a não encontrar diferenças entre os dois grupos quando analisámos, separadamente, o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” [$\mu = 118385.00$; n.s.] e o período referente aos “últimos doze meses” [$\mu = 165377.00$; n.s.] (Tabela 5.11).

Tabela 5. 11. Vitimização e nível socioeconómico, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

		<i>N</i>	<i>Ordem Média</i>	μ
SES-SFV (Score total)	Não vítimas	1000	681.39	n.s
	Vítimas	366	689.26	
SES-SFV 14	Não vítimas	1144	675.98	n.s
	Vítimas	222	722.23	
SES-SFV 12	Não vítimas	1039	679.17	n.s
	Vítimas	327	697.26	

[n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.1.2.4. Vitimização e ano do curso

Comparando, através do teste de *Mann-Whitney*, o ano do curso das vítimas e não vítimas, verificámos que não há diferenças entre os dois grupos a este nível [$\mu = 181657.50$; n.s.].

Voltámos a não encontrar diferenças entre os dois grupos ao nível do ano do curso quando analisámos o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” [$\mu = 126843.50$; n.s.] e o período referente aos “últimos doze meses” [$\mu = 168372.00$; n.s.] (Tabela 5.12).

Tabela 5. 12. Vitimização e ano do curso, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

		N	Ordem Média	U
SES-SFV(score total)	Não vítimas	1000	684.84	n.s.
	Vítimas	366	679.83	
SES-SFPV14	Não vítimas	1144	683.38	n.s.
	Vítimas	222	684.13	
SES-SFV 12	Não vítimas	1039	684.95	n.s.
	Vítimas	327	678.90	

[n.s. = não significativo ($p > .05$)]

3.1.2.5. Vitimização e área de formação

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificámos que não existe uma associação estatisticamente significativa entre a área de formação dos/as participantes e o fato de ter sido vítima de, pelo menos, um ato sexual não-consentido [$\chi^2 (7) = 17.40$; $p > .05$]. Os mesmos resultados foram encontrados quando fizemos a análise somente referente “aos últimos 12 meses” [$\chi^2 (7) = 18.07$; $p > .05$] e ao período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” [$\chi^2 (7) = 7.23$; $p > .05$] (Tabela 5.13).

Tabela 5. 13. Vitimização e área de formação, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade”, “últimos doze meses”.

	Áreas de formação	Não vítimas	Vítimas	$\chi^2(7)$
SES-SFV (score total)	1 (N=74)	51	23	n.s.
	2 (N=123)	87	36	
	3 (N=407)	285	122	
	4 (N=228)	175	53	
	5 (N=166)	140	26	
	6 (N=42)	33	9	
	7 (N=240)	167	73	
	8 (N=866)	62	24	
SES-SFV14	1 (N=74)	52	22	n.s.
	2 (N=123)	89	34	
	3 (N=407)	297	110	
	4 (N=228)	181	47	
	5 (N=166)	143	23	
	6 (N=42)	36	6	
	7 (N=240)	178	52	
	8 (N=866)	63	23	
SES-SFV 12	1 (N=74)	65	9	n.s.
	2 (N=123)	101	22	
	3 (N=407)	339	68	
	4 (N=228)	187	41	
	5 (N=166)	148	18	
	6 (N=42)	36	6	
	7 (N=240)	194	46	
	8 (N=866)	74	12	

[1= Educação; 2= Artes e Humanidades; 3= Ciências sócias, comércio e direito; 4= Ciências, matemática e informática; 5= Engenharias, indústrias transformadoras e construção; 6= Agricultura; 7= Saúde e proteção Social; 8 = Serviços; n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.2 Perpetração

3.2.1 Análise Descritiva

3.2.1.1 Prevalência dos comportamentos sexualmente abusivos perpetrados

Do total de participantes no estudo (N=1366), 83 (06.08%) relataram ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual não-consentido, sendo classificados como “agressores/as”. Uma análise mais detalhada permite concluir que a maioria dos/as perpetradores/as é do género masculino [56 (67.47%)], com os/as perpetradores/as do género feminino a rondar os 32.53% (27). Tal significa que 11.29% dos/as participantes da nossa amostra do género masculino e 03.10% do total de participantes do género feminino assinalaram ter perpetrado algum tipo de violência sexual.

Os restantes participantes, 1283 (93.92), foram classificados como “não agressores/as”. Dentro deste grupo, 440 (34.29%) participantes são do género masculino e 843 (65.71%) são do género feminino. Tal significa que 34.29% do total de participantes da nossa amostra do género masculino e 96.90% do total de participantes do género feminino não assinalou ter perpetrado qualquer tipo de violência sexual.

Quando especificámos um pouco mais a nossa análise, constatamos que, no período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, 03.29% dos/as participantes assinalou ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual não desejado pela outra pessoa. À semelhança do que tínhamos observado anteriormente, a maioria dos/as participantes deste grupo é do género masculino (66.67%), comparativamente com o género feminino (33.33%).

Quando fizemos a mesma análise, embora considerando o período relativo aos “últimos 12 meses”, verificámos que 05.05% dos/as participantes foram classificados/as como tendo perpetrado algum tipo de comportamento sexual indesejado pela outra pessoa. Este grupo é composto por 71.01% de participantes do género masculino e 28.99% do género feminino.

Estes resultados sugerem, ainda, que 38 participantes assinalaram ter perpetrado atos desta natureza apenas nos últimos 12 meses, enquanto 31 assinalaram ter perpetrado tais comportamentos nos últimos 12 meses e desde os 14 anos de idade. Tais resultados levam a

admitir a possibilidade destes participantes terem perpetrado mais do que uma experiência sexual não-consentida pela outra pessoa ao longo da vida (Tabela 5.14).

Tabela 5. 14. Perpetração e género “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e nos “últimos doze meses”.

	N (%) [N=1366]	Género Masculino		Género Feminino	
		N (%)	% face ao total de participantes do género masculino da amostra (N=496)	N (%)	% face ao total de participantes do género feminino da amostra (N=870)
SES-SFV Total					
Agressores/as	83 (06.08)	56 (67.47)	11.29	27 (32.53)	03.10
Não Agressores/as	1283 (93.92)	440 (34.29)	88.71	843 (65.71)	96.90
SES-SFV 14					
Agressores/as	45(03.29)	30 (66.67)	06.05	15 (33.33)	01.72
Não Agressores/as	1321 (96.71)	466 (35.28)	93.95	855 (64.72)	98.28
SES-SFV 12					
Agressores/as	69 (05.05)	49 (71.01)	09.88	20 (28.99)	02.30
Não Agressores/as	1297 (94.95)	447 (34.46)	90.12	850 (65.54)	97.70

Ao analisar o tipo de comportamentos sexuais assinalados por estes participantes, constatámos que 59 (71.08%) referiu ter praticado contatos sexuais indesejados pela outra pessoa, 23 (27.71%) sexo oral, 06 (07.22%) sexo vaginal, 07 (08.43%) sexo anal, 21 (25.30%) tentativa de penetração oral, 09 (10.84%) tentativa de penetração vaginal e 06 (07.23%) tentativa de penetração anal – havendo indivíduos a assinalar ter cometido mais do que um tipo de comportamento (daí a percentagem total não ser equivalente a 100%) – tal como podemos observar na tabela seguinte (Tabela 5.15).

Tabela 5. 15. Tipo de ato sexualmente abusivo cometido (independentemente da estratégia usada para a sua consumação) e género do/a agressor/a.

Tipo de atos praticados	Perpetradores/as (N = 83)			% face ao número total da amostra (N=1366)
	N (%)	Género do/a participante		
		Masculino [N (%)]	Feminino [N (%)]	
Toques sexuais	59 (71.08)	41 (69.49)	18 (30.51)	04.32
Sexo oral	23 (27.71)	16 (69.57)	07 (30.43)	01.68
Sexo vaginal	06 (07.22)	06 (100.00)	NSA	00.44
Sexo anal	07 (08.43)	07 (100.00)	NSA	00.51
Tentativa de penetração oral	21 (25.30)	15 (71.43)	06 (28.57)	01.54
Tentativa de penetração vaginal	09 (10.84)	09 (100.00)	NSA	00.66
Tentativa de penetração anal	06 (07.23)	06 (100.00)	NSA	00.44

[NSA = Não se aplica]

Considerando a percentagem de atos perpetrados “ao longo da vida”, e usando o sistema de classificação não mutuamente exclusivo proposto pelos autores do SES, verificámos que 59 (04.32%) do total dos/as participantes do estudo (N=1366) relataram ter praticado “contatos

sexuais indesejados” [41 (03.00%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 21 (01.54%) “coerção sexual” [05 (00.37%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 29 (2.12%) “tentativa de violação” [13 (00.95%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 24 (01.76%) “violação” [mantendo-se a mesma percentagem se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo].

Se nos focarmos na análise pormenorizada do número total de participantes classificados/as como tendo praticado, pelo menos, um ato sexual abusivo (N = 83) verificámos que 59 (71.08%) admitiram ter praticado contatos sexuais indesejados [41 (49.40%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 21 (25.30%) coerção sexual [05 (06.02%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 29 (34.94%) tentativa de violação [13 (15.66%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo]; e 24 (28.92%) de violação [mantendo-se o mesmo valor se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 5.16).

Tabela 5. 16. Diferentes tipos de atos sexualmente abusivos perpetrados ao “longo da vida” (caracterização mediante a classificação em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente exclusivas) e género da vítima.

		SES-SFP[(score total) N=83]			% face ao número total da amostra (N=1366)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques sexuais indesejados	Não mutuamente exclusivo	59 (71.08)	41 (69.49)	18 (30.51)	04.32
	Mutuamente exclusivo	41 (49.40)	25 (60.98)	16 (30.02)	03.00
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	21 (25.30)	14 (66.67)	07 (33.33)	01.54
	Mutuamente exclusivo	05 (06.02)	01 (20.00)	04 (80.00)	00.37
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	29 (34.94)	24 (82.76)	05 (17.24)	02.12
	Mutuamente exclusivo	13 (15.66)	10 (76.92)	03 (23.08)	00.95
Violação	Não mutuamente exclusivo	24 (28.92)	20 (83.33)	04 (16.67)	01.76
	Mutuamente exclusivo	24 (28.92)	20 (83.33)	04 (16.67)	01.76

Ao efetuar a mesma análise, embora considerando, separadamente, o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” constatámos que 35 (77.78%) agressores/as referem ter perpetrado atos passíveis de ser englobados na categoria “toques indesejados” [25 (55.56%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 17 (37.78%) na de “coerção sexual” [13 (28.89%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 03 (06.67%) na “tentativa de violação” [01 (02.22%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 06 (13.33%) na de “violação” [registando-se os mesmos valores se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (tabela 5.17).

Tabela 5. 17. Perpetração de diferentes tipos de atos sexualmente abusivos “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género do/a agressor/a

		SES-SFP 14 [(score total) N=45]			% face ao número total da amostra (N=1366)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques indesejados	Não mutuamente exclusivo	35 (77.78)	24	11	02.56
	Mutuamente exclusivo	25 (55.56)	15	10	01.83
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	17 (37.78)	13	04	01.24
	Mutuamente exclusivo	13 (28.89)	09	04	00.95
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	03 (06.67)	03	00	00.22
	Mutuamente exclusivo	01 (02.22)	01	00	00.07
Violação	Não mutuamente exclusivo	06 (13.33)	05	01	00.44
	Mutuamente exclusivo	06 (13.33)	05	01	00.44

Quanto ao período relativo aos “últimos 12 meses”, 44 sujeitos (63.77%) assinalaram ter perpetrado atos enquadrados na categoria “toques indesejados” [32 (46.38%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 07 (10.14%) na “coerção sexual” [02 (02.90%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo], 28 (40.58%) na “tentativa de violação” [12 (17.39%), se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] e 23 (33.33%) na “violação” [registando-se os mesmos valores se considerarmos um sistema de classificação mutuamente exclusivo] (Tabela 5.18).

Tabela 5. 18. Perpetração de diferentes tipos de atos sexualmente abusivos “nos últimos doze meses” (caracterização mediante a classificação dos atos praticados em categorias não mutuamente exclusivas e em categorias mutuamente) e género do/a agressor/a.

		SES-SFP 12 [(score total) N=69]			% face ao número total da amostra (N=1366)
		N (%)	Género		
			Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Toques sexuais	Não mutuamente exclusivo	44 (63.77)	31	13	03.22
	Mutuamente exclusivo	32 (46.38)	20	12	02.34
Coerção sexual	Não mutuamente exclusivo	07 (10.14)	04	03	00.51
	Mutuamente exclusivo	02 (02.90)	00	02	00.14
Tentativa de violação	Não mutuamente exclusivo	28 (40.58)	23	05	02.05
	Mutuamente exclusivo	12 (17.39)	09	03	00.88
Violação	Não mutuamente exclusivo	23 (33.33)	20	03	01.68
	Mutuamente exclusivo	23 (33.33)	20	03	01.68

3.2.1.2. Estratégias usadas no cometimento do ato sexualmente abusivo

Na tabela seguinte podemos verificar, usando um sistema de classificação não mutuamente exclusivo (daí as percentagens serem superiores a 100.00%), que dos 59 participantes que admitiram ter praticado atos que se encaixam dentro da categorias “toques sexuais indesejados”,

45 (76.27%) assinalaram que o uso de álcool e/ou outras drogas esteve envolvido em grande parte das situações, 33 (55.93%) admitiram o recurso a pressão verbal, 14 (23.73%) a pressão psicológica, 15 (25.42%) a ameaças e 09 (15.25%) o uso da força física e/ou armas. Seguindo a mesma linha de pensamento, verificámos que, de entre os 21 participantes cujos atos praticados se encaixam na categoria “coerção sexual”, 20 (95.24%) assinalaram ter recorrido a pressão verbal e 06 (28.57%) a pressão psicológica. No que se refere à categoria “tentativa de violação”, observamos que, de entre os 29 participantes classificados/as como perpetradores/as deste tipo específico de atos, 21 (72.41%) referiram que o uso de álcool e/ou outras drogas esteve envolvido nos atos praticados, 10 (34.48%) assinalaram ter recorrido a ameaças e 08 (27.59%) à força física e/ou armas. Por último, na categoria “violação” (N=24 perpetradores/as deste tipo de atos), observámos que 22 (91.67%) agressores/as admitiram o envolvimento do uso de álcool e/ou outras drogas no incidente, 04 (16.67%) assinalaram o recurso à força física e/ou armas e 03 (12.50%) a ameaças (Tabela 5.19).

Tabela 5. 19. Caracterização das diferentes estratégias usadas no cometimento dos diferentes tipos de atos sexuais indesejados (“toques sexuais indesejados”, “coerção sexual”, “tentativa de violação” e “violação”).

Estratégias usadas pelo/a agressor/a (N=83) no cometimento do ato sexual abusivo						
		Pressão verbal	Pressão psicológica	Uso de álcool e/ou outras drogas	Ameaças	Força física e/ou armas
Toques sexuais indesejados	N	33	14	45	15	09
	Género agressor [N(%)]	23 ♂ (69.70) 10 ♀ (30.30)	10 ♂ (71.43) 04 ♀ (28.57)	27 ♂ (60.00) 18 ♀ (40.00)	14 ♂ (93.33) 01 ♀ (06.67)	09 ♂ (100.00) 00 ♀ (00.00)
Coerção sexual	N	20	06	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Género agressor [N(%)]	14 ♂ (70.00) 06 ♀ (30.00)	05 ♂ (83.33) 01 ♀ (16.67)			
Tentativa de violação	N	Não se aplica	Não se aplica	21	10	08
	Género agressor [N(%)]			17 ♂ (80.95) 04 ♀ (19.05)	09 ♂ (90.00) 01 ♀ (10.00)	07 ♂ (87.50) 01 ♀ (12.50)
Violação	N	Não se aplica	Não se aplica	22	03	04
	Género agressor [N(%)]			19 ♂ (86.36) 03 ♀ (13.64)	02 ♂ (66.67) 01 ♀ (33.33)	04 ♂ (100.00) 00 ♀ (00.00)

3.2.1.3. Género do/a agressor/a e sexo da vítima

Os resultados obtidos sugerem que a maioria dos/as agressores/as, do género masculino, assinalou que terá agredido mulheres (56.63%), com apenas 07.23% a mencionar que terá vitimado homens. No entanto, não podemos deixar de referir que uma percentagem significativa de perpetradores do género feminino também admitiu que terá perpetrado tais atos contra 30.12% homens e 02.40% contra mulheres (Tabela 5.20).

Tabela 5. 20. Caraterização do género do/a agressor/a e sexo da vítima.

Género agressor/a	Sexo da vítima (N=83)		Não quis responder N (%)	
	Masculino	Feminino N (%)		
	Masculino	47 (56.63)	06 (07.23)	03 (03.61)
	Feminino	02 (02.40)	25 (30.12)	00 (00.00)
	Total	49 (59.04)	31 (37.35)	03 (03.61)

3.2.1.4. Relação do/a agressor/a com a vítima

No que concerne à relação do/a agressor/a com a vítima, constatámos que a maioria dos/as agressores/as (57.83%) assinalou que terá perpetrado, pelo menos, um ato sexual abusivo sobre alguém com quem mantém uma relação de namoro, sendo 62.50% do género masculino e 37.50% do género feminino. 13.25% dos/as participantes assinalou que terá perpetrado tais atos contra um/a amigo/a, 10.84% contra um/a conhecido/a de uma noite (“curte”), 09.64% contra um/a ex-namorado/a, 02.41% contra um/a familiar e 02.41% contra um/a desconhecido/a. De considerar, ainda, que 03.61% dos/as agressores/as não quis especificar o tipo de relação mantida com a vítima (Tabela 5.21).

Tabela 5. 21. Caraterização da relação mantida entre agressor/a e vítima, segundo avaliação efetuada pelo/a perpetrado/a do ato sexualmente abusivo.

Relação doo/a agressor/a com a vítima	Género do/a agressor/a		Total N (%)
	Masculino N (%)	Feminino N (%)	
Namorado/a	30 (62.50)	18 (37.50)	48 (57.83)
Ex-namorado/a	03 (37.50)	05 (62.50)	08 (09.64)
Amigo/a	08 (72.73)	03 (27.27)	11 (13.25)
Conhecido/a de uma noite/“curte”	08 (88.89)	01 (11.11)	09 (10.84)
Familiar	02 (100.00)	00 (00.00)	02 (02.41)
Desconhecido/a	02 (100.00)	00 (00.00)	02 (02.41)
Não quis responder	03 (100.00)	00 (00.00)	03 (03.61)

3.2.2 Análise Inferencial

3.2.2.1. Perpetração e género

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificámos que existe uma associação estatisticamente significativa entre o género do/a participante e o ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual não-consentido [$\chi^2 (1) = 37.10, p < .001$]. Enquanto que no grupo dos/as participantes que afirmaram ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual abusivo a maioria dos sujeitos é do género masculino (11.30%), no grupo dos participantes que afirma não ter perpetrado quaisquer atos desta natureza, a maioria é do género feminino (03.10%).

O mesmo se verificou quando analisámos separadamente o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$\chi^2(1) = 18.54, p < .001$] e o período referente aos “últimos doze meses” [$\chi^2(1) = 37.85, p < .001$], com a maioria dos/as agressores/as a pertencer ao grupo do género masculino (06.00% e 09.90%, respetivamente) e a maioria dos/as não agressores/as (94.00% e 97.70%, respetivamente) a pertencer ao do género feminino (Tabela 5.22).

Tabela 5. 22. Perpetração e género do/a agressor/a, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.

	Género	Não agressores/as	Agressores/as	$\chi^2(1)$
SES-SFP (Score global)	M (N=496)	440	56	37.10 ***
	F (N=870)	843	27	
SES-SFP 14	M (N=466)	466	30	18.54 ***
	F (N=855)	855	15	
SES-SFP 12	M (N=447)	447	49	37.85 ***
	F (N=850)	850	20	

(*** $p < .001$).

3.2.2.2. Perpetração e idade

Ao compararmos, com recurso ao teste de diferenças de médias para amostras independentes (*T-test*), agressores/as com não agressores/as, averiguámos que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ao nível da idade [$t(1364) = -1.64$; n.s.]. Os mesmos resultados foram obtidos quando procedemos a análise referente ao período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$t(1364) = -.15$; n.s.] e ao período referente aos “últimos doze meses” [$t(1364) = -2.04$; n.s.] (Tabela 5.23).

Tabela 5. 23. Perpetração e idade do/a agressor/a, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos 12 meses”.

		<i>N</i>	<i>M</i>	<i>D.P.</i>	<i>Teste t</i>
SES-SFP (score total)	Não agressores/as	1283	21.18	1.87	n.s.
	Agressores/as	83	21.53	1.89	
SES-SFP 14	Não agressores/as	1321	21.20	1.87	n.s.
	Agressores/as	45	21.24	2.07	
SES-SFP 12	Não agressores/as	1297	21.18	1.87	n.s.
	Agressores/as	69	21.65	1.93	

[n.s.= não significativo ($p > .005$); *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão].

3.2.2.3. Perpetração e nível socioeconómico

Comparando, através do teste de *Mann-Whitney*, a condição económica de perpetradores/as (e não perpetradores/as) de, pelo menos, um comportamento sexualmente abusivo, verificámos que há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ao nível

socioeconómico [$\mu = 46327.00$; $p < .05$]. Os/as agressores/as autoavaliam-se como pertencendo a um nível socioeconómico superior, comparativamente com os/as não agressores/as.

O mesmo já não se regista quando a análise é efetuada para o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$\mu = 25401.00$; $p > .05$] e para o período referente aos “últimos doze meses” [$\mu = 39348.00$; $p > .05$] (tabela 5.24).

Tabela 5. 24. Perpetração e nível socioeconómico, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

		N	Ordem Média	μ
SES-SFP (Score total)	Não agressores/as	1283	678.11	46327.00*
	Agressores/as	83	766.84	
SES-SFP 14	Não agressores/as	1321	680.23	n.s.
	Agressores/as	45	779.53	
SES-SFP 12	Não agressores/as	1297	679.34	n.s.
	Agressores/as	69	761.74	

[* $p < .05$; n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.2.2.4. Perpetração e ano do curso

Comparando, através do teste de *Mann-Whitney*, o ano do curso dos/as agressores/as e não agressores/as, verificámos que não há diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos a este nível [$\mu = 48280.50$; n.s.], nem mesmo quando analisámos, separadamente, o período decorrido “desde os 14 anos até há um ano atrás” [$\mu = 26419.50$; n.s.], ou o período referente aos “últimos doze meses” [$\mu = 42058.50$; n.s.] (Tabela 5.25).

Tabela 5. 25. Perpetração e ano do curso, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

		N	Ordem Média	μ
SES-SFP (score total)	Não agressores	1283	687.37	n.s.
	Agressores	83	623.69	
SES-SFP 14	Não agressores	1321	686.00	n.s.
	Agressores	45	610.10	
SES-SFP 12	Não agressores	1297	685.57	n.s.
	Agressores	69	644.54	

[n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.2.2.5. Perpetração e área de formação

Recorrendo ao teste de Qui-quadrado, verificámos que não há associação significativa entre a área de formação do/a participante e o fato de ter relatado que perpetrou, pelo menos, um ato sexual abusivo [$\chi^2(7) = 8.15$; $p > .05$], nem mesmo quando analisámos, separadamente, o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$\chi^2(7) = 3.95$; $p > .05$] ou o período relativo aos “últimos 12 meses” [$\chi^2(7) = 10.49$; $p > .05$] (tabela 5.26).

Tabela 5. 26. Perpetração e área de formação, ao “longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás”, “últimos doze meses”.

	Áreas de formação	Não agressores/as	Agressores/as	$\chi^2(7)$
SES-SFP (score total)	1 (N=74)	70	4	n.s.
	2 (N=123)	115	8	
	3 (N=407)	382	25	
	4 (N=228)	213	15	
	5 (N=166)	150	16	
	6 (N=42)	42	0	
	7 (N=240)	230	10	
	8 (N=86)	81	5	
SES-SFP 14	1 (N=74)	71	3	n.s.
	2 (N=123)	120	3	
	3 (N=407)	393	14	
	4 (N=228)	223	5	
	5 (N=166)	156	10	
	6 (N=42)	42	0	
	7 (N=240)	234	6	
	8 (N=86)	82	4	
SES-SFP 12	1 (N=74)	70	4	n.s.
	2 (N=123)	117	6	
	3 (N=407)	388	19	
	4 (N=228)	213	15	
	5 (N=166)	152	14	
	6 (N=42)	42	0	
	7 (N=240)	231	9	
	8 (N=86)	84	2	

[1= Educação; 2= Artes e Humanidades; 3= Ciências sócias, comércio e direito; 4= Ciências, matemática e informática; 5= Engenharias, indústrias transformadoras e construção; 6= Agricultura; 7= Saúde e proteção Social; 8 = Serviços; n.s. = não significativo ($p > .05$)].

3.2.2.6. Vitimização e Perpetração

Recorrendo ao teste de *Qui-Quadrado*, verificámos que existe uma associação estatisticamente significativa entre o fato de ter sido vítima de pelo menos um ato sexualmente abusivo e o fato de ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual desta natureza [$\chi^2(1) = 6.23$; $p < .05$]. Enquanto no grupo dos/as participantes que afirmaram não ter perpetrado quaisquer atos sexuais não consentidos a maioria (94.90%) também afirmou não ter sido vítima, no grupo dos indivíduos que assinalaram ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual abusivo, a maioria (08.70%) também assinalou ter sido vítima de atos desta natureza (tabela 5.27).

Tabela 5. 27. Associação entre vitimização e perpetração.

SES-SFV (<i>score total</i>)	Não agressores/as	Agressores/as	X ² (1)
Não Vítimas	949	51	6.23*
Vítimas	334	32	

[* p < .05]

3.3 Atitudes face à violência sexual

3.3.1 Análise Descritiva

Uma análise global das atitudes em relação ao uso da violência sexual revela que os/as participantes, regra geral, desaprovam este tipo de comportamentos. As respostas à ECVS variam entre 30 e 148 (para um valor mínimo de 30 e máximo de 150), com uma média de 54.22 ($DP=13.68$), o que corresponde a uma tendência de resposta no sentido do “discordo” em relação à generalidade dos itens que compõem a escala.

O mesmo sucede com cada um dos fatores que compõem o instrumento, mais especificamente: Fator 1 (“representação estereotipada da violação”) com uma média de 18.06 ($DP= 05.61$), Fator 2 (“provocação da vítima”) com uma média de 09.87 ($DP= 03.69$), Fator 3 (“consentimento da vítima”) com uma média de 10.06 ($DP= 03.61$), Fator 4 (“invulnerabilidade pessoal”) com uma média de 07.13 ($DP= 01.81$) e Fator 5 (“falsas alegações”) com uma média de 09.10 ($DP= 02.65$).

3.3.2. Análise Inferencial

3.3.2.1. Atitudes e género

Através de uma análise de diferenças de médias (*T-teste para amostras independentes*), detetámos diferenças de género altamente significativas ao nível das atitudes face à violência sexual, com os participantes do género masculino a apresentarem um maior grau de tolerância face a esta forma de violência.

Tais diferenças são perceptíveis, quer no que concerne ao nível global de legitimação [$t(1364) = 07.32$; $p < .001$], quer no que concerne a cada um dos fatores que integram a ECVS. Mais especificamente, os resultados obtidos sugerem que os participantes do género masculino tendem mais a legitimar este tipo de violência sempre que existe uma história de um relacionamento prévio entre vítima e agressor/a e em que não é usada a força física durante a

agressão (F1) [$t(1364) = 0.82$; $p < .001$]; a justificar estes comportamentos abusivos com base no comportamento prévio (na conduta) da vítima (F2) [$t(1364) = 5.90$; $p < .001$]; a minimizar a violência sexual mediante a referência de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma (F3) [$t(1364) = 6.45$; $p < .001$]; a atribuir esta forma de violência a causas externas e fora do seu controlo, mediante a ideia de que os/as ofensores/as e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os/as tornam diferentes da restante população, criando uma noção de falsa “invulnerabilidade” face à mesma (F4) [$t(1364) = 6.16$; $p < .001$]; e a negar a ocorrência da violência sexual, nomeadamente através da interpretação de que as queixas de violação ou tentativa de violação constituem sinais de arrependimento pós-fato ou vontade de vingança (F5) [$t(1364) = 7.29$; $p < .001$] (Tabela 5.28).

Tabela 5. 28. Diferenças entre participantes do género masculino e participantes do género feminino ao nível das atitudes face à violência sexual.

	Género	Média	DP	Teste t
ECVS score total	Masculino (n= 496)	57.83	14.25	$t(1364) = 7.32^{***}$
	Feminino (n= 870)	52.26	12.96	
ECVS Fator 1	Masculino (n= 496)	19.04	5.78	$t(1364) = 4.82^{***}$
	Feminino (n= 870)	17.52	5.44	
ECVS Fator 2	Masculino (n= 496)	10.66	3.93	$t(1364) = 5.90^{***}$
	Feminino (n= 870)	9.45	3.48	
ECVS Fator 3	Masculino (n= 496)	10.80	3.23	$t(1364) = 6.45^{***}$
	Feminino (n= 870)	9.66	3.05	
ECVS Fator 4	Masculino (n= 496)	7.53	1.94	$t(1364) = 6.16^{***}$
	Feminino (n= 870)	6.91	1.70	
ECVS Fator 5	Masculino (n= 496)	9.79	2.63	$t(1364) = 7.29^{***}$
	Feminino (n= 870)	8.72	2.58	

(*** $p < .001$; M = Média; DP = Desvio-padrão).

3.3.2.2. Atitudes e idade

Numa análise correlacional (mediante a utilização do *Coefficiente de Correlação de Pearson*), podemos verificar que as atitudes face à violência sexual estão negativamente correlacionadas com a idade dos/as participantes [$r = -.16$; $p < .01$]. Quer isto dizer que, à medida que aumenta a idade, diminui a aceitação da violência sexual. De sublinhar que esta menor tolerância à violência faz-se notar em todos os fatores que compõem a ECVS (Tabela 5.29).

Tabela 5. 29. Relação entre atitudes face à violência sexual e idade dos/as participantes.

	N	R
ECVS score total	1366	-.16**
ECVS Fator 1	1366	-.10**
ECVS Fator 2	1366	-.18**
ECVS Fator 3	1366	-.15**
ECVS Fator 4	1366	-.12**
ECVS Fator 5	1366	-.09**

(*** $p < .001$).

3.3.2.3. Atitudes e nível socioeconómico

A análise exploratória dos dados revelou estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos. Assim sendo, a análise de variância (ANOVA) unifatorial realizada sugere que há diferenças significativas ao nível da legitimação da violência sexual em função da perceção da classe social dos/as participantes [$F(3, 1361) = 3.74$; $p < .05$] (Tabela 5.30).

Tabela 5. 30. Relação entre o nível socioeconómico dos/as participantes (autoavaliado pelos/as próprios/as) e o grau de tolerância face à violência sexual.

ECVS (score Total)	Nível socioeconómico			F(3, 1361)
		Média	D.P.	
	Baixo (n=39)	55.76	17.25	3.74*
	Médio-Baixo (n=331)	55.81	13.56	
	Médio (n=801)	54.12	13.41	
	Médio-Alto e Elevado (n=195)	51.79	13.86	

[n.s. = não significativo ($p > .05$); M = Média; DP = Desvio-padrão].

O teste *Post-Hoc de Gabriel* revelou que os/as participantes que se autoavaliam como pertencentes ao grupo médio-alto e elevado (n=195) relatam menor legitimação da violência sexual, comparativamente com o grupo de participantes que se autoavalia como pertencendo ao grupo “baixo” e “médio-baixo” e tendem a relatar menor legitimação do que o grupo “médio” (Tabela 5.31).

Tabela 5. 31. Apresentação dos resultados relativos ao teste Post-Hoc de Gabriel.

ECVS (score total)	Nível socioeconómico					
	Baixo vs. Médio-Baixo	Baixo vs. Médio	Baixo vs. Médio-Alto e Elevado	Médio-Baixo vs. Médio	Médio-Baixo vs. Médio-Alto e Elevado	Médio vs. Médio-Alto e Elevado
	n.s.	n.s.	*	n.s.	**	+

[* $p < .05$; ** $p < .01$; + $p < .10$; n.s. = não significativo, $p > .05$]

Quando procedemos a uma análise de variância multivariada (*MANOVA*), observamos que existem diferenças significativas ao nível da legitimação da violência sexual em função da perceção da classe social dos/as participantes, mas apenas no que se refere ao fator 1 [$F(2,997) = 3.28$; $p < .05$] e ao fator 3 [$F(2,997) = 2.98$; $p < .05$] da E.C.V.S. (Tabela 5.32).

O teste *Post-Hoc de Gabriel* revelou que os/as participantes que se autoavaliam como pertencentes ao grupo médio-alto e elevado (n=195) relatam menor legitimação da violência sexual, quer mediante a referência à existência de um passado sexual entre ofensor/a e vítima e à ausência de violência física durante o ato sexual praticado (Fator 1), quer com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma (Fator 3), comparativamente com o grupo de participantes que se autoavalia como pertencendo ao

grupo “médio-baixo” que tendem a relatar menor legitimação do que o grupo “médio” (Tabela 5.33).

Tabela 5. 32. Relação entre o nível socioeconómico dos/as participantes e as atitudes específicas de legitimação de violência sexual.

	Nível socioeconómico	Média	D.P.	F (2,997)
ECVS Fator 1	Baixo (n=39)	19.05	7.13	3.28*
	Médio-Baixo (n=331)	18.64	5.71	
	Médio (n=801)	17.98	5.50	
	Médio-Alto e Elevado (n=195)	17.17	5.47	
ECVS Fator 2	Baixo (n=39)	9.87	4.12	n.s.
	Médio-Baixo (n=331)	10.27	3.53	
	Médio (n=801)	9.79	3.70	
	Médio-Alto e Elevado(n=195)	9.57	3.82	
ECVS Fator 3	Baixo (n=39)	10.03	3.83	2.98*
	Médio-Baixo (n=331)	10.33	3.07	
	Médio (n=801)	10.09	3.12	
	Médio-Alto e Elevado (n=195)	9.49	3.27	
ECVS Fator 4	Baixo (n=39)	6.87	1.71	n.s.
	Médio-Baixo (n=331)	7.30	2.01	
	Médio (n=801)	7.14	1.77	
	Médio-Alto e Elevado (n=195)	6.88	1.58	
ECVS Fator 5	Baixo (n=39)	9.47	3.55	n.s.
	Médio-Baixo (n=331)	9.26	2.61	
	Médio (n=801)	9.12	2.59	
	Médio-Alto e Elevado (n=195)	9.68	2.69	

[n.s. = não significativo ($p > .05$); *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão].

Tabela 5. 33. Apresentação dos resultados relativos ao teste Post-Hoc de Gabriel

	Nível socioeconómico					
	Baixo vs. Médio-Baixo	Baixo vs. Médio	Baixo vs. Médio-Alto e Elevado	Médio-Baixo vs. Médio	Médio-Baixo vs. Médio-Alto e Elevado	Médio vs. Médio-Alto e Elevado
E.C.V.S. (Fator 1)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	*	+
E.C.V.S. (Fator 3)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	*	+

[* $p < .05$; + $p < .10$; n.s. = não significativo, $p > .05$]

3.3.2.4. Atitudes e ano de curso

Mediante a utilização de um teste de *Kruskall-Wallis*, verificámos que há diferenças altamente significativas ao nível do grau de concordância com atitudes face à violência sexual em função do ano de curso dos/as participantes [$\chi^2(4) = 51.65$; $p < .001$] (Tabela 5.34).

Tabela 5. 34. Diferenças ao nível das atitudes face à violência sexual e ano de curso dos/as participantes.

	Ano do curso					$\chi^2(4)$
	1 (n = 310) Ordem Média	2 (n = 379) Ordem Média	3 (n = 328) Ordem Média	4 (n = 204) Ordem Média	5 (n = 145) Ordem Média	
ECVS (score total)	776.29	700.44	696.42	609.55	515.66	51.65***

[*** $p < .001$; 1=1º ano do curso; 2= 2º ano de curso; 3= 3º ano do curso; 4= mestrado ou mestrado integrado; 5= doutoramento].

Os testes de *Mann-Whitney* com correcção de *Bonferroni* (no total foram efetuados dez testes de *Mann-Whitney*, pelo que o valor corte do nível de significância $p = .05$, baixou para $p < .005$), evidenciaram diferenças entre o grupo 1 e 4 ($\mu = 23782.50$, $p < .001$), 1 e 5 ($\mu = 14117.50$, $p < .001$), 2 e 5 ($\mu = 20144.00$, $p < .001$), e 3 e 5 ($\mu = 17381.50$, $p < .001$) (tabela 5.35).

Tabela 5. 35. Diferenças ao nível das atitudes face à violência sexual em função do ano de curso dos/as participantes.

	Ano do curso									
	1 vs 2	1 vs 3	1 vs 4	1 vs 5	2 vs 3	2 vs 4	2 vs 5	3 vs 4	3 vs 5	4 vs 5
ECVS (score total)	n.s.	n.s.	***	***	n.s.	n.s.	***	n.s.	***	n.s.

[** $p < .01$; *** $p < .001$; n.s. = não significativo ($p > .05$); 1=1º ano do curso; 2= 2º ano de curso; 3= 3º ano do curso; 4= mestrado ou mestrado integrado; 5= doutoramento].

Fazendo uma análise mais pormenorizada, nomeadamente em relação a cada um dos cinco fatores que integram a ECVS, continuámos a constatar que há diferenças altamente significativas a este nível, em cada um dos fatores: F1 [$\chi^2(4) = 39.29$; $p < .001$], F2 [$\chi^2(4) = 42.11$; $p < .001$], F3 [$\chi^2(4) = 42.45$; $p < .001$], F4 [$\chi^2(4) = 35.68$; $p < .001$] e F5 [$\chi^2(4) = 16.54$; $p < .01$] (tabela 5.36).

Tabela 5. 36. Diferenças ao nível dos diferentes fatores da ECVS em função do ano de curso dos/as participantes.

	Ano do curso					$\chi^2(4)$
	1	2	3	4	5	
	(n = 310) Ordem Média	(n = 379) Ordem Média	(n = 328) Ordem Média	(n = 204) Ordem Média	(n = 145) Ordem Média	
ECVS Fator 1	759.99	688.11	711.47	617.81	537.07	39.29***
ECVS Fator 2	765.69	703.10	693.34	611.42	535.71	42.11***
ECVS Fator 3	764.25	711.99	673.00	639.56	521.98	42.45***
ECVS Fator 4	758.28	686.32	703.95	631.64	542.94	35.68***
ECVS Fator 5	734.86	692.74	693.18	638.80	590.55	16.54**

[** $p < .01$; *** $p < .001$; 1=1º ano do curso; 2= 2º ano de curso; 3= 3º ano do curso; 4= mestrado ou mestrado integrado; 5= doutoramento].

Na tabela seguinte podem analisar-se as diferenças entre os grupos evidenciadas pelos testes de *Mann-Whitney* com correcção de *Bonferroni* efetuados (no total dez, pelo que o valor corte do nível de significância $p = .05$, baixou para $p = .005$) (Tabela 5.37).

Tabela 5. 37. Diferenças entre os grupos evidenciadas pelos testes de *Mann-Whitney* efetuados com correcção de *Bonferroni*.

	Ano do curso									
	1 vs 2	1 vs 3	1 vs 4	1 vs 5	2 vs 3	2 vs 4	2 vs 5	3 vs 4	3 vs 5	4 vs 5
Fator 1	n.s.	n.s.	***	***	n.s.	n.s.	***	n.s.	***	n.s.
Fator 2	n.s.	n.s.	***	***	n.s.	n.s.	***	n.s.	***	n.s.
Fator 3	n.s.	**	***	***	n.s.	n.s.	***	n.s.	***	n.s.
Fator 4	n.s.	n.s.	****	***	n.s.	n.s.	***	n.s.	***	n.s.
Fator 5	n.s.	n.s.	n.s.	***	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.

[** $p < .01$; *** $p < .001$; n.s. = não significativo ($p > .05$); 1=1º ano do curso; 2= 2º ano de curso; 3= 3º ano do curso; 4= mestrado ou mestrado integrado; 5= doutoramento].

3.3.2.5. Atitudes e área de formação

A análise exploratória dos dados revelou estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos. Posto isto, uma comparação (*ANOVA*) dos níveis de tolerância ao abuso na intimidade relatados pelos/as participantes das diferentes áreas de formação revela uma diferença estatisticamente significativa entre estes [$F(7,1357) = 6.08; p < .001$]. Mediante o teste *post hoc de Gabriel*, é possível perceber que as diferenças encontradas se devem a uma diferenciação clara entre a área de “engenharias, indústrias transformadoras e construção” com as restantes (sobretudo, com as áreas de saúde e proteção social, artes e humanidades, educação, e ciências sociais, comércio e Direito), com aqueles/as estudantes a manifestarem uma maior tolerância à violência (Tabela 5.38).

Tabela 5. 38. Atitudes globais legitimadoras da violência e áreas de formação.

	Áreas de formação	Média	D.P.	F (7, 1357)
ECVS TOTAL	Educação (N=74)	55.53	13.58	6.08***
	Artes e humanidades (N=123)	52.57	14.58	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=406)	51.59	13.66	
	Ciências, matemática e informática (N=228)	56.74	13.27	
	Engenharias, indústrias transformadoras e construção (N=166)	58.02	14.54	
	Agricultura (N=42)	55.81	13.15	
	Saúde e Protecção Social (N=240)	53.24	11.86	
	Serviços (N=86)	55.99	14.02	

(*** $p < .001$)

No sentido de melhor compreender o tipo de relação entre áreas de formação e as diferentes crenças específicas traduzidas nos fatores da ECVS procedemos a uma análise de variância multivariada (*MANOVA*), que aponta para uma diferenciação estatisticamente significativa entre as diferentes áreas de formação. Com base no teste *post hoc de Gabriel*, constata-se que os/as participantes inseridos na área “Engenharias, indústrias transformadoras e construção” se distinguem dos/as restantes, no sentido de uma maior legitimação ou minimização da violência sexual, mediante a referência à existência de um passado sexual entre ofensor/a e vítima e à ausência de violência física durante o ato sexual praticado (F1) [$F(7,1358) = 4.14, p < .001$]; mediante a referência ao comportamento sexual prévio da vítima e a consideração de que a mesma se expôs a situações consideradas de risco (F2) [$F(7, 1358) = 5.26; p < .001$]; com base na ideia de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma (F3) [$F(7, 1358) = 3.26; p < .01$]; mediante a ideia de que os/as ofensores/as e vítimas deste tipo de violência possuem características que os/as tornam diferentes da restante população (F4) [$F(7, 1358) = 6.07; p < .001$]; e mediante a negação da ocorrência de violência de cariz

Capítulo 5 – Estudo da violência sexual entre jovens adultos recorrendo aos métodos de recolha online: da caracterização da prevalência às atitudes

sexual, em que a interpretação de que as queixas de violação ou tentativa de violação constituem sinais de arrependimento pós-fato ou vontade de vingança (F5) [$F(7, 1358) = 5.67; p < .001$] (Tabela 5.39).

Tabela 5. 39. Atitudes específicas de legitimação da violência sexual e áreas de formação.

	Áreas de formação	Média	D.P.	F(7, 1358)
ECVS FATOR 1	Educação (N=74)	19.03	05.67	4.14***
	Artes e humanidades (N=123)	17.58	06.08	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=407)	17.27	05.69	
	Ciências, matemática e informática (N=228)	18.69	05.42	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=166)	19.19	05.90	
	Agricultura (N=42)	19.05	05.59	
	Saúde e Protecção Social (N=240)	17.43	04.75	
	Serviços (N=86)	18.84	05.90	
ECVS FATOR 2	Educação (N=74)	10.84	03.70	5.26***
	Artes e humanidades (N=123)	09.30	03.65	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=407)	09.16	03.57	
	Ciências, matemática e informática (N=228)	10.48	03.81	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=166)	10.51	03.87	
	Agricultura (N=42)	10.48	03.76	
	Saúde e Protecção Social (N=240)	09.84	03.43	
	Serviços (N=86)	10.21	03.72	
ECVS FATOR 3	Educação (N=74)	10.15	03.09	3.26**
	Artes e humanidades (N=123)	09.84	03.37	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=407)	09.59	03.19	
	Ciências, matemática e informática (N=228)	10.51	03.09	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=166)	10.67	03.28	
	Agricultura (N=42)	10.02	03.12	
	Saúde e Protecção Social (N=240)	09.95	02.91	
	Serviços (N=86)	10.50	03.11	
ECVS FATOR 4	Educação (N=74)	06.66	01.23	6.07***
	Artes e humanidades (N=123)	07.10	02.14	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=407)	06.83	01.81	
	Ciências, matemática e informática (N=228)	07.54	01.80	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=166)	07.63	01.95	
	Agricultura (N=42)	06.88	01.47	
	Saúde e Protecção Social (N=240)	07.10	01.68	
	Serviços (N=86)	07.19	01.61	
ECVS FATOR 5	Educação (N=74)	09.05	02.60	5.67***
	Artes e humanidades (N=123)	08.76	02.64	
	Ciências sociais, comércio e Direito (N=407)	08.69	02.59	
	Ciências, matemática e informática (N=228)	09.52	02.60	
	Engenharias, Industrias transformadoras e construção (N=166)	10.01	02.69	
	Agricultura (N=42)	08.88	02.80	
	Saúde e Protecção Social (N=240)	08.92	02.50	
	Serviços (N=86)	09.26	02.83	

[** p < .01; *** P < .01]

3.4. Atitudes e comportamentos abusivos (vitimização e perpetração)

Ao compararmos, com base no teste de diferenças para amostras independentes (*t-test*), vítimas com não vítimas, verificámos que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos a nível das atitudes face à violência sexual [$t(1363) = -1.13$; $p > .05$]. O mesmo é observado quando analisámos apenas o período decorrido “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” [$t(1363) = -.48$; $p > .05$] e/ou o período referente aos “últimos doze meses” [$t(1363) = -1.30$; $p > .05$] (Tabela 5.40).

Tabela 5. 40. Diferenças entre vítimas de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não vítimas ao nível das atitudes face à violência sexual, “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

	N	M	D.P.	Teste t (t=1363)
SES-SFV (Score total)	Não vítimas (N=1000)	53.99	13.67	<i>n.s.</i>
	Vítimas (N=366)	54.93	13.64	
SES-SFV 14	Não vítimas (N=1144)	54.17	13.81	<i>n.s.</i>
	Vítimas (N=222)	54.64	12.95	
SES-SFV 12	Não vítimas (N=1039)	53.975	13.65	<i>n.s.</i>
	Vítimas (N=327)	5.10	13.72	

(* $p < .05$; *** $p < .001$; *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão).

Porém, quando analisamos cada fator da ECVS retirámos as mesmas conclusões (Tabela 5.41).

Tabela 5. 41. Diferenças entre vítimas de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não vítimas ao nível das atitudes específicas face à violência sexual (diferentes fatores que compõem a ECVS).

		Vitimização sexual (SES-SFV score total)			
		N	M	DP	Teste t
Atitudes específicas face à violência sexual	ECVS Fator 1	Não vítimas (N=1000)	17.96	05.56	<i>n.s.</i>
		Vítimas (N=366)	18.33	05.74	
	ECVS Fator 2	Não vítimas (N=1000)	09.85	03.70	<i>n.s.</i>
		Vítimas (N=366)	09.96	03.67	
	ECVS Fator 3	Não vítimas (N=1000)	09.94	03.16	<i>n.s.</i>
		Vítimas (N=366)	10.40	03.13	
	ECVS Fator 4	Não vítimas (N=1000)	07.13	01.77	<i>n.s.</i>
		Vítimas (N=366)	07.13	01.93	
	ECVS Fator 5	Não vítimas (N=1000)	09.09	02.66	<i>n.s.</i>
		Vítimas (N=366)	09.11	02.60	

[*n.s.* = não significativo ($p > .05$); * $p < .05$; *** $p < .001$; *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão].

Por sua vez, quando comparamos, com base no mesmo teste estatístico (*t-test*), agressores/as com não agressores/as, constatámos que o primeiro grupo, em termos globais, apresenta um maior grau de adesão às crenças legitimadoras da violência [$t(1363) = -5.19$; $p < .001$]. O mesmo é observado quando analisámos o período decorrido “desde os 14 anos de idade

até há um ano atrás” [$t(1363) = -4.01$; $p < .001$] e/ou período referente aos “últimos doze meses” [$t(1363) = -4.88$; $p < .001$] (Tabela 5.42).

Tabela 5. 42. Diferenças entre perpetradores/as de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não perpetradores/as ao nível das atitudes face à violência sexual, “ao longo da vida”, “desde os 14 anos de idade até há um ano atrás” e “últimos doze meses”.

		N	M	D.P.	Teste t
Perpetração	SES-SFP (Score total)	Não Agressores/as (N=1282)	53.76	13.48	$t(1363) = -5.19$ ***
		Agressores/as (N=83)	61.72	14.57	
	SES-SFP 12	Não Agressores/as (N=1320)	53.97	13.58	$t(1363) = -4.01$ ***
		Agressores/as (N=45)	62.24	14.04	
	SES-SFP 14	Não Agressores/as (N=1296)	53.83	13.47	$t(1363) = -4.88$ ***
		Agressores/as (N=69)	62.00	15.28	

(*** $p < .001$; M = Média; DP = Desvio-padrão).

Quando analisámos cada fator da ECVS, verificámos que esta diferenciação se verifica em todos os fatores que compõem a escala, nomeadamente, no Fator 1 [$t(1364) = -3.80$; $p < .001$]; no Fator 2 [$t(1364) = -4.49$; $p < .001$]; no Fator 3 [$t(1364) = -5.25$; $p < .001$]; no Fator 4 [$t(1364) = -4.16$; $p < .001$]; e, no Fator 5 [$t(1364) = -3.39$; $p < .01$] (tabela 5.43).

Tabela 5. 43. Diferenças entre perpetradores/as de, pelo menos, um ato sexual abusivo e não perpetradores/as ao nível das atitudes específicas face à violência sexual (diferentes fatores que compõem a ECVS).

		Perpetração sexual (score total)			
		N	M	D.P.	Teste t
Atitudes específicas face à violência sexual	ECVS Fator 1	Não Agressores/as (N=1283)	17.91	05.58	$t(1364) = -3.80$ ***
		Agressores/as (N=83)	20.31	05.65	
	ECVS Fator 2	Não Agressores/as (N=1283)	09.76	03.60	$t(1364) = -4.49$ ***
		Agressores/as (N=83)	11.63	04.56	
	ECVS Fator 3	Não Agressores (N=1283)	09.95	03.12	$t(1364) = -5.25$ ***
		Agressores (N=83)	11.81	03.28	
	ECVS Fator 4	Não Agressores/as (N=1283)	07.08	01.78	$t(1364) = -4.16$ ***
		Agressores/as (N=83)	07.93	02.09	
	ECVS Fator 5	Não Agressores/as (N=1283)	09.04	02.64	$t(1364) = -3.39$ **
		Agressores/as (N=83)	10.05	02.57	

(*** $p < .001$; M = Média; DP = Desvio-padrão).

3.5. Fatores preditores da violência sexual e sua legitimação

3.5.1. Predição de comportamentos abusivos

Mediante uma análise de regressão logística, procedemos à previsão da variância do comportamento sexual abusivo (em termos globais), a partir das variáveis que, nas análises anteriores, se mostraram relacionadas positivamente com este, nomeadamente o género e as atitudes (ECVS *score* total). O Modelo que inclui o género e as atitudes face à violência sexual, apresentou-se estatisticamente significativo [$\chi^2(2) = 50.53$; $p < .001$]. O género emergiu como preditor do comportamento sexualmente abusivo, com os homens a evidenciarem uma maior

probabilidade de recorrer a este tipo de comportamentos. O mesmo se verificou com as atitudes medidas pela ECVS, verificando-se que o nível de concordância com as crenças legitimadoras desta forma de violência prediz a ocorrência deste tipo de comportamentos (Tabela 5.44).

Tabela 5. 44. Preditores da perpetração de violência sexual.

Perpetração [score total]	β	S. E.	Wald	p	Modelo
Género	-1.23	.25	24.92	.000	$\chi^2(2) = 50.53^{***}$
ECVS [score total]	.03	.01	15.79	.000	

[*** p < .001; Variável Dependente: Perpetração (0 = Não perpetrador; 1 = Perpetrador); Variáveis Independentes: Género (0 = Masculino; 1 = Feminino)].

3.5.2. Predição de atitudes legitimadoras da violência sexual

Uma análise de regressão linear múltipla, foi realizada de forma a predizer as atitudes em relação à violência sexual, a partir das variáveis que nas análises prévias mostraram estar relacionadas com esta dimensão, nomeadamente o género, o nível socioeconómico, idade e o ano de curso dos/as participantes. Através desta análise pudemos verificar que a combinação destas variáveis produz um R^2 de .290 (R^2 Ajustado = .291) para as atitudes, o que nos sugere que 29.10% da sua variância resulta do contributo estatisticamente significativo destas diferentes variáveis. Especificamente, o género emerge como um preditor fortemente associado às crenças de legitimação de violência sexual, com o género masculino a evidenciar uma maior tendência neste sentido. O mesmo se verifica com a idade dos/as participantes, observando-se uma maior legitimação entre os/as participantes mais jovens, seguindo-se o ano de formação, com os/as alunos/as em anos mais iniciais da sua formação a revelarem uma maior tendência para tolerar a violência sexual. O mesmo já não se verificou com o nível socioeconómico (Tabela 5.45).

Tabela 5. 45. Regressão múltipla das variáveis predictoras das atitudes legitimadoras da violência sexual.

	β	t	p	R^2 (R^2 Ajustado)	F(2,997)
Género	-.21	-7.77	***	.290 (.291)	31.18***
NSE_d1	.05	1.82	n.s.		
idade_d ₂	-.15	5.24	***		
anocurso_d ₃	-.10	3.47	**		

*** p < .001; ** p < .01; n.s. = não significativo (p > .05); Género (0 = masculino, 1 = feminino); idade_d₁ = idade Dummy 1 (0 = participantes mais novos vs outros; 1 = participantes mais velhos vs outros); anocurso_d₂ = ano do curso [0 = anos de curso iniciais (1º, 2º e 3º anos) vs outros (mestrado, mestrado integrado e frequência de anos iniciais de doutoramento); 1 = anos de curso mais avançados vs outros].

4. Conclusão

I. O que podemos concluir relativamente à prevalência de vitimização sexual?

A análise dos nossos resultados revela que uma percentagem significativa dos/as participantes da nossa amostra (26.80%) revelou ter sido alvo de algum tipo de violência sexual, o que é concordante com o registado no estudo anterior. Já os valores encontrados quando analisámos o período decorrido desde os catorze anos de idade até há um ano atrás (16.25%) e, sobretudo, nos últimos doze meses (23.94%) se mostram surpreendentes.

À semelhança do que se tem verificado nos estudos realizados internacionalmente (e.g. Fisher *et al.*, 2000; Forbes *et al.*, 2001; Harned, 2002; Kury *et al.*, 2004), e no primeiro estudo por nós desenvolvido, os/as participantes classificados/as como “vítimas” relataram ter sofrido, maioritariamente, “toques sexuais indesejados” [286 (20.94%)]. Registaram-se, contudo, participantes que revelaram atos de “coerção sexual” [163 (11.93%)], “tentativa de violação” [145 (10.61%)] e “violação” [115 (08.49%)] – registando-se nestas categorias, contrariamente ao registado no estudo anterior, valores mais próximos aos observados internacionalmente (e.g., Abbey *et al.*, 2001).

Os resultados encontrados sugerem igualmente que alguns/algumas participantes terão sido alvo de mais do que um tipo de atos sexualmente abusivos (daí as percentagens serem superiores a 100%).

Os resultados encontrados tornam-se ainda mais preocupantes quando, após agruparmos o tipo de atos sofridos em categorias mutuamente exclusivas, observamos uma preponderância dos atos englobados na categoria “toques sexuais indesejados” [128 (09.37%)], seguindo-se a categoria “violação” [115 (08.42%)], a categoria “tentativa de violação” [62 (04.54%)] e, por último, a categoria “coerção sexual” [61 (04.47%)] – revelando que os/as nossos/as participantes classificados como “vítimas”, não só parecem ter sido alvo de múltiplos atos sexuais indesejados, como também, e sobretudo, num contexto de escalada do grau de gravidade dos atos sofridos. Os resultados encontrados, em especial no que toca à revelação de atos de “maior” gravidade, sugerem que os métodos *online*, ao providenciarem uma maior privacidade aos/às respondentes, poderão ter facilitado a revelação destas situações.

Quanto ao tipo de estratégias sofridas, os resultados alcançados revelam: (a) que alguns/algumas participantes classificados/as como vítimas parecem ter sido alvo de mais do que um incidente abusivo e que, em alguns casos, o mesmo ato sexual indesejado pode ter comportado o uso de mais do que uma estratégia abusiva (tal como, por exemplo, Koss *et al.*, 2007, registaram); (b) que o uso de álcool e/ou outras drogas esteve envolvido em grande parte dos incidentes abusivos (à semelhança do que fora documentado em outros estudos – e.g., Kilpatrick *et al.*, 2007); (c) uma maior preponderância das estratégias de pressão verbal e pressão psicológica, comparativamente ao uso de ameaças e/ou da força física e/ou armas (à semelhança de outros estudos recentes como, por exemplo, Abbey *et al.*, 2004); (d) que a maioria das situações de tentativa de violação e de violação envolveram o uso de álcool e/ou outras drogas (à semelhança do que outros estudos documentam, como por *exemplo*, Mohler *et al.*, 2004), apesar de existirem situações em que o uso de ameaças e/ou da força física e/ou armas também parecem ter estado envolvidos.

Relativamente ao género da vítima e do/a agressor/a, verificámos o mesmo que tem sido registado em estudos análogos (e.g., Carr *et al.*, 2004; Russell *et al.*, 2001), nomeadamente, que o género feminino figura como principal alvo deste tipo de violência, identificando o género masculino como o seu principal perpetrador. Resultados, de resto, análogos aos expostos no capítulo anterior.

Os nossos resultados mostram-se também coincidentes com outros estudos (e.g., Gross *et al.*, 2006; Frazier *et al.*, 1997), incluindo o estudo apresentado no capítulo anterior, no que se refere à relação vítima-agressor/a, ao demonstrarem que os/as agressores/as tendem a ser conhecidos da vítima, nomeadamente namorados/as [sobretudo estes/as], ex-namorados/as, amigos/as, e conhecidos/as de uma noite/"curtes".

II. O que podemos concluir relativamente à prevalência da agressão sexual?

Os níveis de perpetração encontrados revelaram-se mais baixos do que os encontrados internacionalmente (Doroszewick *et al.*, 2008; Loh *et al.*, 2005) e, surpreendentemente, ainda mais baixos do que os registados no estudo anterior (10.70%, comparativamente com os 06.80% registados neste estudo). Estes resultados podem, do nosso ponto de vista, ser explicados pelo fato da nossa amostra ser maioritariamente (63.60%) composta por participantes do género feminino. Com isto não queremos dizer que apenas os participantes do género masculino podem

perpetrar este tipo de comportamentos, todavia, os resultados dos nossos estudos e dos estudos internacionais (e.g., Mahoney *et al.*, 2001) são unânimes ao demonstrar que, ainda que o género masculino também possa ser vítima e o género feminino também possa ser perpetrador de violência sexual (sobretudo de formas “menores” de violência), os primeiros revelam maiores níveis de perpetração.

Os toques sexuais indesejados surgiram como as formas de agressão mais frequentes (tal como registado no estudo anterior), porém, foram seguidos da tentativa de violação e da violação (e não da coerção sexual – como tinha sido obtido no estudo anterior). Estes resultados (mais elevados nas categorias “mais graves”) levam-nos a admitir a possibilidade levantada por outros investigadores (e.g., Abbey *et al.*, 2004) de que os/as indivíduos podem ter maior probabilidade de reportar atividades íntimas, eventualmente ilegais e embaraçosas, mediante o uso de um computador como intermediário, do que através de entrevistas e/ou questionários face-a-face).

Relativamente às estratégias utilizadas no cometimento deste tipo de comportamentos, voltámos a registar, por um lado, que o uso de álcool e/ou outras drogas esteve envolvido em grande parte das situações abusivas, assim como a pressão verbal, com as restantes estratégias (sobretudo o recurso a ameaças e/ou ao uso da força física e/ou armas) a serem menos mencionadas. Por outro lado, observámos que o uso de álcool e/ou outras drogas esteve envolvido em quase todas as violações (91.67%) e na maioria das tentativas de violação (72.41%). Resultados que se revelam concordantes com os obtidos internacionalmente (e.g., Abbey *et al.*, 1998; Jackson *et al.*, 2000; Loh *et al.*, 2006).

Verificámos, ainda, que a maioria dos/as agressores/as assinalou ter perpetrado, pelo menos, um ato de sexualmente abusivo sobre alguém com quem mantém uma relação de namoro, tal como verificado em estudos análogos (e.g., Frazier *et al.*, 1997; Day, 1994). Uma percentagem significativa identificou também que terá perpetrado tais comportamentos sobre um/a amigo/a e sobre um/a conhecido/a de uma noite/”curte”. Considerando que ambos os géneros tendem a conferir menor seriedade/credibilidade à violação cometida por conhecidos, assim como a responsabilizar mais a vítima nestes casos, tais resultados mostram-se preocupantes (Monson *et al.*, 2000).

De forma análoga ao que fora verificado no estudo anterior, e a nível internacional (Russell *et al.*, 2002), voltamos a registar a existência de uma associação estatisticamente significativa

entre o fato de um determinado indivíduo ter sido vítima de, pelo menos, um ato sexualmente abusivo e o fato de ter perpetrado, pelo menos, um ato sexual desta natureza – fato que deverá ser alvo de estudos mais aprofundados.

III. O que podemos concluir relativamente às variáveis sociodemográficas estudadas?

No que concerne ao género, os resultados encontrados confirmam os encontrados no estudo anterior e a nível internacional (e.g., Tjaden *et al.*, 2000), apontado que os participantes do género masculino constituem o principal grupo de risco para a perpetração sexual, enquanto as participantes do género feminino constituem o principal grupo de risco para a vitimização sexual.

Relativamente ao nível socioeconómico, os nossos resultados revelam não existir diferenças estatisticamente significativas entre vítimas e não vítimas (à semelhança do que fora observado no estudo anterior e em outros estudos internacionais – por exemplo, Cyr *et al.*, 2006). Porém, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre agressores e não agressores ao nível socioeconómico, com os primeiros a autoavaliarem-se como pertencendo a um nível socioeconómico superior. Tal sugere a necessidade de se realizarem estudos complementares.

No que concerne à idade dos participantes, registamos novamente a inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre vítimas e não vítimas e entre agressores e não agressores – tal como outros investigadores constataram (e.g., Gover, 2004, Harned, 2002). Admitimos, no entanto, a necessidade de se desenvolverem estudos que tenham em consideração uma maior variabilidade da amostra, no que toca a esta variável.

IV. O que revela o estudo das atitudes face à violência sexual?

Os resultados mostram-se coincidentes com os registados no estudo anterior, registando-se uma desaprovação geral dos/as participantes face à violência sexual, apesar das taxas de prevalência de vitimização e perpetração registadas. Estes resultados revelam-se coincidentes com os apresentados na literatura da especialidade (e.g., Carmody *et al.*, 2001; Cook, 1995; Golge *et al.*, 2003; Serquina-Ramiro, 2005). Não obstante, os participantes do género masculino continuam a surgir como os que têm atitudes mais negativas (e.g., Geiger *et al.*, 2004; Vrij *et al.*, 2002), tendendo mais a legitimar este tipo de violência sempre que existe uma história de um relacionamento prévio entre vítima e agressor/a e em que não é usada a força física durante a

agressão; a justificar estes comportamentos abusivos com base na violência sexual, mediante a referência de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma; a atribuir esta forma de violência a causas externas e fora do seu controlo, mediante a ideia de que os/as ofensores/as e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes da restante população, criando uma noção de falsa “invulnerabilidade” face à mesma; e a negar a ocorrência da violência sexual, nomeadamente, através da interpretação de que as queixas de violação ou tentativa de violação constituem sinais de arrependimento pós-fato ou vontade de vingança. No entanto, não registamos as diferenças observadas no estudo anterior no que concerne às vítimas, em que aquelas (comparativamente com as não vítimas) apresentavam um maior grau de adesão às crenças legitimadoras da violência sexual, sobretudo no que se refere aos fatores três (“consentimento da vítimas”) e cinco (“falsas alegações”) da ECVS.

Também em analogia ao que tínhamos concluído no estudo anterior, entendemos que a diferente representação dos géneros entre as áreas de formação poderá justificar as atitudes encontradas a este nível, com uma diferenciação clara entre a área de “engenharias, indústrias transformadoras e construção” e as restantes (sobretudo, com as áreas de saúde e proteção social; artes e humanidades; educação; e ciências sociais, comércio e direito).

De entre as variáveis demográficas por nós analisadas, o género dos/as participantes emergiu como a variável que possui uma relação mais consistente com as atitudes legitimadoras da violência sexual, tal como observado no estudo anterior e internacionalmente (Lonsway *et al.*, 1994).

No que concerne à idade, os nossos resultados também se revelam concordantes com os registados no estudo anterior e com o que a literatura veicula (e.g., Geiger *et al.*, 2004), constatando-se que os/as estudantes mais jovens exibem atitudes mais legitimadoras da violência sexual. Os resultados encontrados relativamente aos anos de formação corroboram também os encontrados no estudo anterior, assim como o que tem sido documentado por outros estudos (e.g., Gray *et al.*, 1993; Machado *et al.*, 2003), com os/as estudantes de níveis mais avançados na sua formação a revelarem menor adesão a atitudes favorecedoras da agressão sexual.

Já no que se refere ao nível socioeconómico, os resultados encontrados contradizem os obtidos no estudo anterior. Mais especificamente, os resultados revelam a existência de diferenças

estatisticamente significativas ao nível da legitimação da violência sexual em função do nível socioeconómico dos/as participantes (autoavaliado pelos mesmos), com os/as participantes que se autoavaliam como pertencentes ao grupo “médio-alto e elevado” a relatarem menor legitimação da violência sexual, comparativamente com o grupo de participantes que se autoavalia como pertencente aos grupos “baixo” e “médio-baixo”, e a tenderem a relatar menor legitimação do que o grupo “médio”.

Quando estendemos esta análise aos diferentes fatores que compõem a E.C.V.S. observamos, contudo, que esta diferenciação se evidencia apenas nos fatores um (“representação estereotipada da violação”) e três (“consentimento da vítima”), com os(as) participantes pertencentes ao grupo “médio-alto e elevado” a relatarem menor legitimação, comparativamente com o grupo “médio-baixo”. Estes resultados vão ao encontro dos estudos que sugerem a maior adesão às crenças legitimadoras da violência por parte dos participantes com maior precariedade económica (Stets *et al.*, 1991; Caridade, 2011). Numa tentativa de explicar estes resultados, alguns autores (e.g., Pflieger & Vazsonyi, 2006) têm considerado que os elevados níveis de stress, o recurso a formas mais diretas de resolução de problemas e a maior exposição a atos de violência em geral, poderão acabar por influenciar e modelar as atitudes dos indivíduos mais desfavorecidos face ao uso da violência em geral, incluindo na esfera sexual.

VI. O que revela o estudo dos fatores preditores da violência sexual e sua legitimação?

Tal como observado no estudo anterior, os nossos resultados sustentam o papel preditivo das atitudes legitimadoras da violência sexual no que se refere aos jovens, e especificamente no que concerne à agressão sexual perpetrada pelo género masculino. Estes resultados são análogos aos observados a nível internacional (e.g., Cleveland *et al.*, 2003; Loh *et al.*, 2005).

No que se refere à predição das atitudes, confirmámos, também, o que já tinha sido constatado no estudo anterior sobre o género, a idade e os anos de formação universitária. Por outras palavras, o género emergiu como um importante preditor, com os elementos do género masculino a diferenciarem-se no sentido de uma maior sustentação das crenças abusivas. Similarmente, os nossos resultados também revelam que os alunos inseridos em anos iniciais da sua formação universitária se destacam pela sua maior probabilidade de legitimar as atitudes face

Capítulo 5 – Estudo da violência sexual entre jovens adultos recorrendo aos métodos de recolha online: da caracterização da prevalência às atitudes

à violência sexual – o que também se revela consistente com outros estudos nacionais (e.g., Machado *et al.*, 2003, 2011) e internacionais (Carlson, 1999; Gray *et al.*, 1993).

Conclusão Integradora

O interesse por este tema de investigação surgiu, como já mencionamos, na sequência da realização de um outro conjunto de estudos levados a cabo por outros membros da equipa de investigação, no âmbito do projeto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade” (PTCD/PSI/65852/2006), cujos resultados davam conta da necessidade de desenvolver estudos focados na área da violência sexual.

Os estudos por nós conduzidos permitiram-nos, na globalidade, responder aos objetivos delineados, não obstante algumas limitações de que iremos dar conta mais à frente. Nas páginas seguintes procuraremos, assim, analisar o que nos revelam os principais resultados encontrados, assim como explorar as potencialidades e fragilidades dos estudos conduzidos e debater potenciais implicações para a investigação e para o desenvolvimento de programas preventivos e interventivos especializados nesta área.

1. Porquê investigar um contínuo de comportamentos abusivos?

Como os nossos resultados revelam, a violação não é a única forma de agressão sexual que as pessoas experienciam e/ou perpetraram, além de que essa forma de violência sexual (“mais grave”) pode encerrar outras formas de violência (em simultâneo e/ou ao longo do tempo, num contexto de escalada da intrusividade dos atos vividos/praticados). Ao longo da revisão bibliográfica apresentada verificámos que, desde os anos oitenta, vários estudos têm procurado retratar esta realidade, adotando a ideia de um contínuo, em que, no extremo máximo (em termos de severidade), se encontram as relações sexuais forçadas violentas. Entre as outras experiências sexuais incluídas no contínuo encontram-se os toques sexuais indesejados, a coerção sexual e a tentativa de violação (e.g., Koss *et al.*, 2007). Assim, quando optamos por usar o SES (em particular a versão revista mais recente), foi considerado o fato de se tratar de um questionário

amplamente reconhecido, estudado e utilizado na área da investigação sexual, mas também o fato de permitir aceder a diferentes tipos de violência sexual (sofridos e/ou perpetrados mediante o recurso a diferentes estratégias/táticas). Na nossa decisão pesou ainda o fato de estudos recentes (Abbey *et al.*, 2004; Koss *et al.* 2007) darem conta do quão redutor seria limitar a nossa análise da vitimização/perpetração sexual apenas à violação, na medida em que levam a admitir a existência de comunalidades e de um impacto psicológico igualmente significativo entre outro tipo de experiências sexuais indesejadas.

Face ao exposto, e à semelhança outros investigadores (e.g., Fisher *et al.*, 2000; Hamby *et al.*, 2003), reconhecemos que a definição do que constitui uma vitimização/perpetração sexual, assim como o grupo de atos, em termos de nível de severidade, que pode ser englobado em diferentes categorias não está isento de controvérsia. Sublinhámos que, por essa mesma razão, especificamos as definições por nós adotadas, da mesma forma que objetivamos cada critério de inclusão de um dado comportamento numa categoria específica – permitindo ao leitor acompanhar e analisar cada opção tomada. Diversa investigação tem providenciado suporte para a abordagem por nós adotada (e.g., Gavey, 1999; Gyles *et al.*, 1996; Koss *et al.*, 2007).

Reconhecemos, também, que têm sido levantadas algumas críticas ao fato de se classificarem vítimas de violação quando aquelas não se reconhecem como tal, porém, concordamos com outros investigadores (Layman *et al.*, 1996; Littleton *et al.*, 2006) quando argumentam que o fato de as vítimas não se reconhecerem como tal não invalida que a experiência por ela relatadas se encaixe nessa categoria.

2. O que nos informam as taxas de prevalência encontradas?

Tal como já sublinhámos na revisão da literatura efetuada, ao examinar as estatísticas de prevalência da violência sexual devem ser tomados em consideração diversos fatores, na medida em que estes podem influenciar as estimativas que são apresentadas. Entre estes encontram-se, por exemplo, as diferentes metodologias usadas (Bachman, 2000; Jacquier *et al.*, 2006); as definições utilizadas, assim como a classificação de diferentes atos sexuais não consentidos em diferentes categorias (Ryan, 1995); a amostra (diferentes populações representadas); consideração (ou não) do contexto em que pode ter ocorrido a violência (e.g., a inclusão de questões que contextualizam a ocorrência de uma situação sexual não consentida quando vítima

e/ou agressor estavam sobre influência do consumo abusivo de álcool e/ou outras drogas, fazem elevar ligeiramente as taxas de prevalência); os métodos usados para levar os participantes a relatar as suas experiências (e.g., via telefone, email, métodos *Web*, confrontação face-a-face); o tempo considerado (e.g., ao longo da vida, último ano, desde que entrou na universidade); ou mesmo, a diferenciação entre relatos de prevalência (e.g., proporção da população ou amostra que foi vítima de, pelo menos, um incidente abusivo num período de tempo específico) e incidência (i.e., número de vezes que tal ocorreu num dado período de tempo).

Não obstante estas dificuldades, concluímos que os resultados obtidos no primeiro estudo se revelam inferiores (quer no que se refere à vitimização quer no que se refere à perpetração) aos registados pela investigação internacional recente (e.g., Abbey *et al.*, 2001; Harned, 2002; Kury *et al.*, 2004) no que toca às categorias mais “severas” de violência sexual estudadas (nomeadamente, “tentativa de violação” e “violação”), ainda que os valores referentes aos atos de “menor” gravidade (“toques sexuais indesejados” e “coerção sexual”) se mostrem coincidentes e preocupantes. Já no que toca ao segundo estudo, os valores revelados são ainda mais inquietantes, sobretudo, no que se refere às taxas de vitimização encontradas, nomeadamente, quando categorizamos o tipo de atos sofridos de acordo com o grau de gravidade, verificando-se situações de revitimização ao longo da vida, frequentemente, num contexto de escalada do grau de violência. Quanto às taxas de perpetração encontradas neste segundo estudo, ainda mais baixas do que no primeiro, admitimos a possibilidade de tal poder resultar, em parte, do enviesamento verificado na amostra, em termos de género, dada a sub-representação do género masculino. De sublinhar que, em ambos os estudos, o género masculino figurou como principal perpetrador deste tipo de violência e o género feminino como o principal alvo da mesma. Esta diferenciação em termos de género (entre vítimas e não-vítimas e agressores e não-agressores) revelou-se, de resto, concordante com o obtido em estudos prévios (e.g., Carr *et al.*, 2004; Gross *et al.*, 2006; Jackson *et al.*, 2000).

Os resultados mostram, também, que o sexo oral figura com especial destaque entre os atos sofridos/perpetrados. Se considerarmos que alguns estudos (Krahn, 2004) mostram que os participantes não consideram o sexo oral ou “digital” e/ou o sexo anal não desejado como constituindo uma forma de violação, tais resultados revelam-se preocupantes e indicam que muitas mudanças cognitivas terão ainda que ocorrer.

Os nossos resultados contrariam, também, o mito de que os homens não podem ser vítimas de agressão sexual, na medida em que o género feminino também surgiu como potencial agressor (e.g., Davies, 2002; Russel *et al.*, 2001), particularmente no que concerne a formas “menores” de violência (toques sexuais indesejados). Trata-se, por conseguinte, de um mito que tem sido reforçado ao longo do tempo, quer pela população em geral quer pela própria comunidade científica (Chapleau, Oswald, & Russell, 2008), e que muito tem constrangido o reconhecimento e estudo deste fenómeno e a criação de respostas adequadas para esta população. As primeiras investigações, como vimos ao longo da revisão bibliográfica apresentada, foram conduzidas nos Estados Unidos e na Austrália, sendo o corpo de estudos ainda muito insuficiente neste campo. Sublinhámos que a não consideração de que homens adultos também podem ser alvo de violência sexual reforça a não denúncia destes atos (Coxell, Mezey *et al.*, 1999; Masho e Alvanzo, 2010), paralelamente a outros fatores, como as expectativas normativas acerca da masculinidade, o medo de serem desacreditados e culpabilizados (Scarce, 1997), o medo de serem ridicularizados e considerados como fracos e inadequados, assim como o medo de serem considerados homossexuais, bissexuais ou promíscuos, ou como alguém que merece ser agredido sexualmente (Scarce, 1997; Ussher, 1997; West, 2000).

É igualmente inegável que as normas sociais para a agressão masculina se apresentam mais claras e mais amplamente compreendidas do que as normas para a agressão feminina (Sorenson *et al.*, 2005), e que é importante descortinar esta realidade. É fundamental não ignorar a necessidade de perceber a violência sexual feminina como igualmente preocupante, não menos ilícita, e não menos suscetível de requerer intervenção. Os resultados obtidos sugerem, por conseguinte, a necessidade de se desenvolver mais estudos nesta área, não contaminados por uma visão genderizada da violência sexual, que nos permitam compreender melhor a complexa associação entre género e violência.

Os resultados encontrados levam-nos a sublinhar, ainda, que perceber os fatores que influenciam a definição dos atos abusivos como tal e que determinam a revelação e a procura de ajuda, continua a ser um aspeto crucial para aceder à prevalência e às diferentes ramificações da violência sexual, devendo haver um maior investimento na investigação nesta área. Relembramos que as pessoas continuam a não classificar diversos atos sexualmente abusivos como tal, não obstante alguns deles constituírem atos penalizáveis pela lei (Layman, Gidycz, & Lynn; Littleton, Axson, Breitkopf, & Berenson, 2006), particularmente quando ocorrem entre conhecidos,

classificando-os como resultado de “um grave erro de comunicação” (Bondurant, 2001; Kahn & Mathie, 2000; Mason, Riger, & Foley, 2004). Desde que Koss apelidou estas vítimas de “unacknowledged”, comparativamente com as “acknowledged” (que definem o ato de violência sofrido que configura uma violação como tal), vários estudos (e.g., Bondurant, 2001; Littleton *et al.*, 2006; Littleton, Rhatigan, & Axom, 2007; Mason *et al.*, 2004) têm sido desenvolvidos para tentar compreender o que diferencia estes dois grupos de vítimas, tendo sido estudadas diversas variáveis (estilos de atribuição, sentimentos de auto-culpabilização, psicopatologia, estilos de *coping*, atitudes face à violência sexual, história sexual passada, características de personalidade, ...). Não obstante, esta diferenciação continua pouco clara, carecendo de maior investigação, uma vez que a clarificação destas variáveis pode ser de uma importância extrema em termos de tratamento e de desenvolvimento de programas de prevenção.

De registar, também, que, não obstante termos tido a preocupação de criar, no primeiro estudo, uma amostra o mais representativa possível quanto ao género, idade, área e ano de formação, reconhecemos a limitação de continuar a tratar-se de uma amostra de estudantes universitários e, por conseguinte, não representativa dos jovens das faixas etárias estudadas (pelo que não permite extrair generalizações para toda a população juvenil portuguesa). Além de que, como vimos, é uma amostra que cria algumas restrições ao nível da idade e nível socioeconómico. Quanto ao segundo estudo, esta limitação é ainda mais significativa, dado tratar-se de uma amostra de conveniência, com uma sub-representação dos participantes do género masculino. Este trabalho representou um esforço pioneiro no estudo deste tema (desocultando-o e mostrando a pertinência de se desenvolverem estudos futuros) – a partir dos seus resultados reconhecemos a importância de se desenvolverem futuras investigações com amostras mais diversificadas, estudando variáveis como a idade, ocupação, formação, nível socioeconómico, background étnico, orientação sexual, orientação religiosa.

A título de exemplo, alertámos para a importância de se desenvolverem estudos mais aprofundados e alargados nesta área com populações mais jovens, dada a iniciação cada vez mais precoce da atividade sexual e as indicações de elevadas taxas de prevalência de vitimização sexual na adolescência (cf. Feltey *et al.*, 1991). Efetivamente, a adolescência tem sido considerada como um período de grande vulnerabilidade para a violência sexual, dada a imaturidade e inexperiência relacional, que geralmente caracterizam esta etapa desenvolvimental, assim como a iniciação à sexualidade (Serquino-Ramiro, 2005). Acresce a evidência que alguns estudos longitudinais

começam a produzir (e.g., Humphrey & White, 2000) de que a adolescência, não só constitui um período de grande risco para a primeira vitimização sexual, como esta vitimização poderá prever a vitimização futura. Sublinhamos que a história de vitimização sexual passada tem sido consensualmente apontada pela investigação como um dos fatores preditores mais consistentes da vulnerabilidade feminina à revitimização sexual (e.g., Banyard, Arnold, & Smith, 2000). Além de que a investigação empírica tem vindo a evidenciar que a tolerância ao uso da violência sexual pelos adolescentes constitui um fator preditor do comportamento sexualmente coercivo nas relações íntimas (Cano *et al.*, 1998; Chase *et al.*, 1998) e da sua manutenção ao longo do tempo (Carlson, 1999).

3. O que podemos concluir sobre a relação vítima-agressor/a?

Como vimos, os nossos resultados revelam que a maioria destas agressões é cometida por alguém conhecido (muitas vezes, íntimo), o que contraria o estereótipo do agressor desconhecido que, em certa parte, contribui para que as vítimas continuem a ser desacreditadas, estigmatizadas e responsabilizadas pelos seus ataques (Ullman 1999). Estas reações negativas são altamente devastadoras a nível do funcionamento psicológico e podem conduzir ao reforço da auto-culpabilização das vítimas por terem sido sexualmente agredidas (Ullman, Townsend, Filipas, & Starznski, 2007). Acresce que as perceções em torno da violação podem ter um impacto direto na denúncia, nas decisões judiciais, nas respostas sociais face às vítimas e na condução dos casos pelo sistema judicial.

Estes resultados denunciam, por conseguinte, a urgência em desconstruir o estereótipo da violação típica cometida por estranhos, quer entre a comunidade em geral, quer entre a comunidade médica, judicial e académica. Sublinhamos que os casos de agressão sexual que têm maior probabilidade de sucesso a nível judicial continuam a ser aqueles em que existem evidências médicas de agressão, em que vítima e ofensor mantêm uma relação distante, em que a vítima tem um comportamento “moralmente inquestionável” e é apelidada como tendo “boa reputação” (Holmstrom & Burgess, 1991). Igualmente preocupante é o fato de os estudos revelarem que as mulheres tendem a resistir muito menos perante ataques cometidos por perpetradores conhecidos, comparativamente com agressores estranhos (Clay-Warner, 2002; Scott & Beaman, 2004; Ullman, 1997; Ullman *et al.*, 2006), o que as coloca numa posição de ainda maior vulnerabilidade (Ullman *et al.*, 1993).

Os nossos resultados ressaltam, também, a necessidade de se dar maior atenção a outro contexto relacional juvenil: os encontros singulares e casuais (“curtes”) que, muitas vezes, envolvem a prática de relações sexuais sem quaisquer expectativas de compromisso futuro (Lambert *et al.*, 2003). Dadas as taxas de prevalência de vitimização/perpetração encontradas neste tipo de relacionamento juvenil, sublinhamos que este é um fenómeno ainda muito pouco estudado (mesmo a nível internacional), reclamando o desenvolvimento de estudos futuros. Eles revelam-se tão mais importantes quanto mais se assiste, nesta faixa etária, a um declínio das formas mais tradicionais de namoro e ao aumento das relações casuais (cf. Denizet-Lewis, 2004).

4. O que podemos concluir quanto às diferentes estratégias analisadas?

Os nossos resultados são consistentes com os encontrados internacionalmente (e.g., Abbey *et al.*, 2004) no que respeita ao maior envolvimento dos comportamentos emocionalmente abusivos, coercivos ou intimidatórios na violência sexual, comparativamente com os comportamentos fisicamente violentos. Este fato, associado ao que mencionamos anteriormente a respeito do relacionamento vítima-agressor sublinham a necessidade de não menosprezarmos os atos de coerção sexual. Esta nossa posição resulta, não só, do reconhecimento do forte impacto que elas têm na vítima, mas, sobretudo, no carácter repetitivo que as mesmas tendem a assumir ao longo do tempo. Mais especificamente, os estudos sugerem que a atividade sexualmente coerciva nos casais envolve, geralmente, pressão verbal e psicológica e não força física (Hamby & Koss, 2003), sendo defendido que as vítimas podem ceder a estas estratégias coercivas para evitar consequências negativas (e.g., infidelidade, término da relação) (Livingston, Buddie, Testa, & VanZile-Tamsen, 2004) e porque se podem sentir invadidas por sentimentos de obrigação, agindo de forma a evitar tensões relacionais (Basile, 2002).

Os estudos sugerem, ainda, que as mulheres que adotam papéis tradicionais de género podem sentir que é esperado que coloquem as necessidades do parceiro acima das suas (O’Sullivan & Allgeier, 1998). As mulheres podem sentir-se pressionadas a responder às iniciativas dos parceiros para diminuir o sentimento de culpa, para evitar magoar os parceiros, para evitar o conflito e a confrontação ou, mesmo, para se conformarem aos padrões dos pares (Sprecher, Hatfield, Cortese, Potapova, & Levitskaya, 1994). Há também quem defenda que a inexperiência dos jovens, pode proporcionar o desenrolar de um conjunto de interações sexuais abusivas, na medida em que pode criar um estado de confusão, maior vulnerabilidade, vergonha

e/ou congelamento nas vítimas que faz com que estas não consigam parar os avanços sexuais indesejados, nem consigam exprimir claramente um “não” (Hickman & Muehlenhard, 1999). Porque este tipo de agressões (entre pessoas conhecidas e íntimas) ocorre frequentemente “dentro de portas”, em locais isolados e, por vezes, é parte de uma série de ataques levados a cabo pelo mesmo perpetrador, ele pode ajudar-nos a explicar a tendência observada para a revitimização em alguns/algumas dos/as nossos/as participantes.

É de considerar, além disso, que o tipo de resistência oferecida a uma agressão sexual varia de acordo com as características da agressão e com a proximidade entre a vítima e o perpetrador (Clay-Warner, 2003), sendo que as vítimas tendem a assumir estratégias consideradas menos efetivas e menos assertivas (e.g., respostas verbais de imploração, choro e argumentação) em casos de agressores conhecidos. De sublinhar que este tipo de estratégias, apesar de tenderem a não estar associadas a lesões físicas, tendem a estar associadas a uma maior probabilidade de que a reação sexual acabe por ser consumada contra a vontade da vítima. O carácter inesperado do incidente abusivo e a maior vulnerabilidade da vítima a um agressor conhecido (de quem não espera nem antecipa qualquer situação desta natureza) pode acabar, mesmo, por diminuir a sua capacidade de reação ou conduzir à não-reação (“imobilização” ou “congelamento”) (Ullman, 1997). Como ao género masculino é supostamente atribuído o papel de fazer com que a relação sexual aconteça, o simples fato de a mulher não resistir (nem física nem verbalmente) pode levar o homem a interpretar que a parceira deseja tanto a relação sexual como ele (Muehlenhard & Rodgers, 1998). Estudos recentes (Serquino-Ramiro, 2005) têm documentado que a coerção sexual tende a ser legitimada pelos observadores quando uma das partes permite o contato íntimo, emite sinais ambíguos, inicia o contacto físico, e quando a coerção é interpretada como ocorrendo no contexto do descontrolo dos impulsos sexuais. Estes dados revelam-se importantes, ainda, porque este tipo de agressão e a proximidade afetiva entre vítima e ofensor podem afetar também a revelação deste tipo de incidentes às autoridades.

À semelhança do que tem sido sugerido por outras investigações, os nossos estudos revelam que um número substancial de agressões sexuais envolve o uso de álcool e/ou outras drogas, revelando que homens e mulheres que consomem este tipo de substâncias têm um risco acrescido de agredirem sexualmente e/ou de serem sexualmente vitimados (DeKeseredy *et al.*, 1993; Ullman, 2003). Aliás, o uso de álcool e/ou de outras drogas tem sido apontado como uma estratégia muito frequente para a concretização da agressão sexual (Cole, 2006), sublinhando-se

que o álcool é a substância mais comumente associada a situações em que o uso de drogas funciona como facilitador da agressão sexual, ainda que a relação entre a agressão sexual e o uso de outras drogas esteja ainda pouco estudada (devendo investir-se mais neste campo). No essencial, o seu potencial preditivo tem sido associado ao seu efeito desinibidor, potenciado pela aceitação social do seu consumo (comparativamente com outras drogas, cujo consumo é apontado como transgressor das normas sociais) (King *et al.*, 2004). Como vimos ao longo da revisão teórica efetuada, vários são os estudos que têm procurado promover o nosso conhecimento sobre o efeito desta substância na violência sexual sugerindo que, sob influência do álcool, os homens têm maior probabilidade de interpretar gestos neutros ou amigáveis como convites para uma relação sexual, enquanto as mulheres estão em maior risco de ter respostas de *coping* mais pobres e de não conseguirem parar um potencial ataque sexual (Abbey *et al.*, 2004, 2005).

Acresce que as atribuições acerca da violência sexual são largamente influenciadas quando o álcool é envolvido na agressão (Adams-Curtis *et al.*, 2004; Cameron *et al.*, 2003; Dudley, 2005; Finch *et al.*, 2005; Girard *et al.*, 2008). Relativamente a este último aspeto, os autores concluíram que, quando a administração destas substâncias ocorria sem o consentimento das vítimas, os perpetradores eram considerados mais responsáveis e mais culpados, no entanto, o mesmo já não se verificava em situações de violação que ocorriam entre estudantes universitários, conhecidos entre si, e em que ambos estavam alcoolizados. De fato, os estudos revelam que, por vezes, é atribuída maior culpabilidade e responsabilidade às vítimas por se terem colocado naquela situação, devido a terem ficado alcoolizadas (Girard *et al.*, 2008). Paralelamente, os estudos revelam que as mulheres que consomem álcool e acabam por sofrer uma vitimização de cariz sexual, têm maior probabilidade de se autoculpabilizar, estando este sentimento associado à perceção de menor mobilidade e menor resistência efetiva durante o ataque (Macy *et al.*, 2006; Nurius *et al.*, 2004). De acordo com a literatura, os indivíduos tendem a ver as vítimas intoxicadas pelo consumo de álcool como alvos legítimos de agressão sexual e tendem a responsabilizá-las pelas agressões (Abbey *et al.*, 1996). Esta relação, entre vitimização/agressão sexual e consumo excessivo de álcool e/ou outras drogas, é, por conseguinte, bem mais complexa do que algumas leituras teóricas fazem supor (Buzy *et al.*, 2004) reclamando maior exploração empírica.

Estudos recentes (Abbey & Jacques-Tiura, 2011) mostram, ainda, que os jovens (participantes do género masculino) tendem a considerar a coerção verbal e o fato de “obterem

vantagens” do estado de incapacitação/intoxicação das vítimas, como de menor gravidade, quando comparados com o uso da força física. As autoras concluíram que os perpetradores que usam diferentes tipos de táticas para consumir a relação sexual evidenciaram perfis de personalidade, atitudes e experiências diferenciados dos não agressores, embora admitam (tal como nós) que este aspeto deve ser objeto de futuras investigações.

5. Atitudes e comportamentos – o que concluímos?

Como vimos na revisão bibliográfica efetuada, frequentemente, as atitudes face à violência sexual surgem associadas a vários fatores, desde a aceitação de mitos sexuais, à aceitação de papéis estereotipados de género, ao conservadorismo sexual, à tolerância face à violência sexual, entre outros. O seu estudo e compreensão revelam-se de crucial interesse, na medida em que envolvem atribuições em torno das causas para a violência, entre as quais a culpabilização da vítima e sua revitimização, a minimização do impacto psicológico do crime e a justificação do comportamento do ofensor (Freese *et al.*, 2004).

Em analogia ao verificado internacionalmente (e.g., Anderson *et al.*, 2004; Baumeister *et al.*, 2002; Burgess, 2007), as atitudes também surgiram nos nossos estudos como um dos preditores mais consistentes do comportamento sexualmente abusivo. Não podemos, contudo, deixar de sublinhar a inconsistência registada (em ambos os estudos conduzidos) entre atitudes e comportamentos, na medida em que obtivemos valores de prevalência de vitimização e perpetração contraditórios com a tendência global para a desaprovação de atitudes face à violência sexual.

A análise e integração destes resultados com a literatura da especialidade sugerem que, mesmo perante atitudes globais de reprovação da violência, é de admitir a possibilidade de existirem contextos e circunstâncias específicas que, através de vários mecanismos (e.g., estratégias cognitivas de denegação, minimização, racionalização, ...), podem conduzir à diminuição da censurabilidade da violência, por parte dos perpetradores (Schumacker *et al.*, 2004). Uma análise mais pormenorizada dos nossos resultados (nomeadamente a partir dos diferentes fatores que compõem a ECVS) sugere que os participantes do género masculino continuam a surgir como os que têm atitudes mais negativas face às vítimas, tendendo mais a legitimar este tipo de violência sempre que existe uma história de relacionamento prévio entre

vítima e agressor/a e em que não é usada a força física durante a agressão; a justificar estes comportamentos abusivos com base na violência sexual, mediante a referência de que a vítima consente ou induz a relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma; a atribuir esta forma de violência a causas externas e fora do controlo do/a agressor/a, mediante a ideia de que os/as ofensores/as e as vítimas deste tipo de violência possuem características que os tornam diferentes da restante população, criando uma noção de falsa “invulnerabilidade” face à mesma; e a negar a ocorrência da violência sexual, nomeadamente, através da interpretação de que as queixas de violação ou tentativa de violação constituem sinais de arrependimento pós-fato ou vontade de vingança.

Estes resultados são, de resto, concordantes com outros estudos que defendem que, em determinadas situações, a agressão pode ser parcialmente desculpabilizada (e.g., quando a mulher inicialmente concorda com o ato sexual, mas acaba por o rejeitar; quando “provoca” sexualmente o companheiro; quando manteve previamente relações sexuais com o mesmo). Neste âmbito, tem sido defendido, por exemplo, que fatores relacionados com a agressão sexual, como a ausência ou presença de resistência por parte da vítima (Ong *et al.*, 1999) ou as relações prévias entre a vítima e o perpetrador (Bell *et al.*, 1994; Monson *et al.*, 1996) podem influenciar estas atitudes, sendo a probabilidade da vítima ser responsabilizada pela sua vitimização maior nos casos em que conhece o agressor (Bell *et al.*, 1994) e em que não apresenta lesões físicas resultantes da agressão (Krahé, 1991). Há estudos que indicam, mesmo, que o género masculino, comparativamente com o género feminino, tem maior probabilidade de aceitar mitos de violação, de não considerar as relações sexuais forçadas mediante o uso de coerção verbal uma forma de agressão sexual, de culpar as vítimas e de as avaliar como estando mais desejosas de interação sexual, assim como de avaliar o agressor como menos violento (Carr *et al.*, 2004).

Os resultados encontrados sugerem, por conseguinte, a persistência de uma cultura e de uma socialização masculina que legitima, minimiza ou desculpabiliza a agressão sexual, pelo menos, em determinadas circunstâncias (Eastel, 1992), admitindo-se que as atitudes tradicionais acerca do género, do namoro e do comportamento sexual contribuem para esta forma de violência. Na verdade, alguns estudos concluem que ter menos atitudes legitimadoras da violência sexual pode estar associado a ter pontos de vista mais igualitários e não tradicionais acerca do comportamento sexual de homens e mulheres (Lonsway & Fitzgerald, 1994).

A defesa de atitudes legitimadoras da violência sexual continua a encontrar, assim, expressão na cultura popular, contribuindo para a perpetração deste tipo de condutas e, não raras vezes, para uma dupla vitimização de quem é atacado. É importante sublinhar que as atitudes englobam componentes cognitivas (ideias, crenças), afetivas (sentimentos, sistemas de valores) e comportamentais (conjunto de respostas do sujeito face ao objeto social), não sendo características puramente idiossincráticas ou estáveis, nem nascendo num vácuo social. Pelo contrário, resultam da complexa interação de vários fatores, nomeadamente, da interação social e de processos de comparação, identificação e diferenciação sociais, que permitem a cada indivíduo definir a sua posição face aos outros, num determinado momento.

Tal como alguns estudos demonstram, a mudança de atitudes nem sempre reflete mudanças no comportamento (cf. Rozee *et al.*, 2001, para revisão), pois não há uma correspondência simples, direta e perfeita entre uma atitude e o comportamento manifesto, na medida em que (i) o comportamento não é somente produto das atitudes, mas igualmente da situação concreta, das orientações do meio, da cultura, da circunstância; e (ii) as atitudes relativas a uma determinada situação são, muitas vezes, múltiplas (dado serem fenómenos multidimensionais). A psicologia social ajuda-nos a compreender esta discrepância entre atitudes e comportamentos. Por exemplo, a Teoria da Dissonância Cognitiva (cf. Festinger, 1957) defende que um indivíduo que afirma estar em desacordo com a violência sexual mas, simultaneamente, revela comportamentos compatíveis com atos desta natureza se encontra claramente numa situação de dissonância cognitiva. Também as Teorias de Neutralização (cf. Sykes & Matza, 1957) nos alertam para a existência de um conjunto de técnicas (técnicas de neutralização), através das quais os indivíduos neutralizam, temporariamente, os valores convencionais, racionalizando ou auto-justificando determinada conduta que se desvia desses mesmos valores (e.g., exclusão da própria responsabilidade; negação da ilicitude e nocividade do comportamento; apelo à suposta inexistência da vítima; invocação de instâncias ou motivações superiores, entre outras). Também os modelos propostos para explicar a agressão sexual (cf. Marshall e Barbaree, 1990; Ward, 2000) realçam a presença de distorções cognitivas (como certas formas de construir a realidade que permitem superar as forças de controlo interno da agressividade sexual) como elementos fundamentais na explicação do comportamento dos ofensores sexuais.

De mencionar, por fim, que no nosso primeiro estudo verificamos também que os/as participantes classificados/as como vítimas apresentavam um maior grau (global) de atitudes

legitimadoras da violência sexual, mais especificamente, no que se referia aos fatores três (“consentimento da vítima”) e cinco (“falsas alegações”) o que revela a necessidade de haver uma exploração mais aprofundada deste tópico em estudos futuros. Sublinhámos que estas atitudes têm consequências negativas quer para as vítimas quer para toda a sociedade (Kahlor & Morrison, 2007), podendo revelar-se decisivas no comportamento assumido pela vítima perante o incidente, na significação e atribuições que constrói face ao mesmo, no seu ajustamento e na forma como percebe o/a seu/sua agressor/a, na revelação junto das autoridades e na procura de ajuda especializada. Estudos recentes (e.g., Cowan, 2000) revelam que este tipo de atitudes pode ser determinante no reforço da auto-culpabilização da vítima, no seu (re)ajustamento futuro e na capacidade de reverter o ciclo de violência em que muitas vezes se encontra envolvida. Enquanto este tipo de atitudes prevalecer (junto da sociedade em geral e, sobretudo, junto dos protagonistas deste tipo de situações abusivas) o efetivo reconhecimento e cessação deste tipo de agressão encontra-se comprometido, com risco de trivialização da sua ocorrência.

Os nossos resultados sugerem, por conseguinte, a necessidade de um maior investimento neste campo, de forma a conseguir uma maior contextualização e detalhe na análise dos dados atitudinais, para além daquela que é alcançada pelos instrumentos por nós utilizados. Neste sentido, considera-se que o uso de múltiplos métodos (questionários, *focus group*, entrevistas individuais) oferece uma melhor oportunidade de obter informação culturalmente mais específica (cf. McMahon, 2007).

6. Instrumentos utilizados: potencialidade e fragilidades?

Como vimos, um dos nossos objetivos passava por conhecer as atitudes dos jovens face à violência sexual. Dada a inexistência de escalas de crenças sobre violência sexual validadas e aferidas para a população portuguesa, um dos primeiros passos da nossa investigação passou pela criação de uma escala apropriada para a nossa população. Esperamos, assim, ter contribuído para validar um instrumento que futuramente possa permitir uma avaliação mais adequada das atitudes face à violência sexual, permitindo o desenvolvimento de ações de prevenção e intervenção mais eficazes. Resumidamente, a ECVS representa um esforço de medida da tolerância face à violência sexual e de compreensão dos fatores envolvidos na justificação da mesma. Os resultados do estudo das suas características psicométricas revelam valores bastante satisfatórios, ao nível da precisão e da validade. De destacar, porém, que, apesar de a amostra

utilizada no segundo estudo ser razoavelmente alargada e representativa dos estudantes do ensino superior, no que respeita ao género, área de formação e zona de Portugal continental, seria importante que investigações futuras nesta área alargassem o seu estudo a outras populações.

Relativamente ao SES, optámos pela sua utilização visto que é o questionário mais frequentemente utilizado e reconhecido na investigação académica na área da violência sexual (Aberle *et al.*, 2001; Buddie *et al.*, 2005; Cecil *et al.*, 2006), tendo sofrido, na última revisão (datada de 2007), grandes e importantes alterações (Koss *et al.*, 2007) orientadas pela larga experiência das autoras na investigação nesta área, por importantes revisões da literatura empírica e por considerações metodológicas altamente pertinentes e atuais. Este instrumento apresenta a mais-valia de nos permitir aceder a um contínuo de comportamentos sexualmente indesejados (desde toques sexuais indesejados, coerção sexual, tentativa de violação e violação); a taxas de prevalência de vitimização e perpetração sexual, procurando combater uma abordagem genderizada da violência sexual, partindo do pressuposto de que ambos os géneros podem ser vítimas e/ou perpetradores desta forma de violência; identificar o tipo de relação existente entre vítima e agressor, assim como o género da vítima e/ou do agressor; identificar potenciais determinantes (preditores) da agressão e vitimização sexual. No entanto, a investigação conduzida revelou-nos a existência de pontos que devem ser alvo de maior análise e estudo. Nomeadamente, e apesar dos esforços desenvolvidos no sentido de construir uma medida não contaminada pela visão genderizada da violência sexual, verificámos que o SES continua a excluir a possibilidade de as participantes do género feminino relatarem a perpetração de atos sexuais mediante o recurso a objetos.

Acresce que, como vimos nos nossos estudos, os indivíduos podem experienciar atos sexuais indesejados múltiplas vezes e em diferentes circunstâncias, além de que o mesmo ato sexual abusivo pode comportar mais do que um tipo de comportamentos sexualmente abusivos – situações que as metodologias utilizadas, pela sua natureza, não nos permitem conhecer em profundidade. Daí resulta, por conseguinte, a necessidade de se desenvolverem estudos mais aprofundados que nos informem sobre estas variantes.

De acrescentar, ainda, que na escolha dos questionários a ser usados (questionário de recolha de dados sociodemográficos e formativos, ECVS e SES) tomamos em consideração a necessidade de usar uma bateria de instrumentos relativamente breve, com instruções claras, com linguagem simples e esclarecedora, com apresentação cuidada e apelativa. Tivemos também

o cuidado de sublinhar a não obrigatoriedade de participação, assim como o anonimato e confidencialidade das respostas. Consideramos, contudo, que o impacto que o tipo de questões usadas nos questionários desta área de investigação tem nos participantes continua a requerer mais estudos, tal como o impacto do contexto em que o questionário é administrado (cf. Fisher, 2009). Ocorre-nos também a importância de se desenvolverem estudos futuros em que a ordem de apresentação da escala de atitudes e do SES seja inversa à que nós usamos (sendo que, no nosso caso, apresentamos primeiro as atitudes e, posteriormente, a versão SES-SFV e SES-SFP). Seguindo a mesma linha de raciocínio, considerámos que seria importante fazer o mesmo tipo de estudo para a ordem de apresentação das táticas/estratégias sofridas e/ou perpetradas vs. o tipo de comportamento sofrido e/ou perpetrado.

Reconhecemos, também, como referem White e Kowalski (1998) que um dos riscos no estudo deste tema, como de qualquer fenómeno social complexo desta natureza, é a focalização nos fatores individuais, sem se ter adequadamente em contas as variáveis contextuais. Tal não significa que não tenhamos consciência da importância desta contextualização (e.g., compreensão dos contextos, motivos, sequências interativa dos eventos, significação que lhes é atribuída pelos intervenientes, impacto resultante, entre outros), no entanto, quando partimos para uma investigação desta natureza e complexidade (e sobre a qual não existiam, ainda, dados disponíveis a nível nacional), sentimos a necessidade de tomar opções realistas, em termos de *timing*, de custos, de organização e de exequibilidade dos objetivos estabelecidos. Mas estamos conscientes de que este é, ainda, um trabalho inacabado e que beneficiará de desenvolvimentos futuros, designadamente com recurso a metodologias de investigação qualitativa, que podem permitir-nos ter em conta a variabilidade contextual das experiências de vitimização/perpetração sexual e as significações a elas associadas, não capturáveis por medidas de natureza quantitativa (Rinehart & Yeather, 2011). Estes podem complementar os resultados obtidos, ajudando-nos, por exemplo, a compreender a variabilidade que admitimos existir, dentro e entre as categorias providenciadas pelo SES; as perceções dos jovens do que constitui (ou não) violência sexual; as causas que os jovens estabelecem para a violência sexual e em que contextos e circunstâncias essa violência é, eventualmente, legitimada; como reagem e se comportam perante os intervenientes neste tipo de violência; que ideologias (construções culturais) podem facilitar a aceitação de mitos e atitudes de violência sexual, entre outros.

Neste sentido, considerámos que o uso de questões qualitativas estruturadas que levem o/a participante a falar da “sua própria história” (Hamby & Koss, 2003; Walby & Myhill, 2001) se reveste de particular importância. O testemunho dos intervenientes neste tipo de violência é, de fato, a fonte de informação mais apropriada para providenciar análises descritivas detalhadas da natureza e dos efeitos da violência sexual; explorar os significados que atribuem a esses eventos e mediante que processos; entender as consequências resultantes para as suas vidas; aceder a domínios e fatores que podem afetar o seu reajustamento pós incidente, entre outros. Parece-nos particularmente importante atender à complexa interação entre fatores individuais, sociais e situacionais envolvidos no acesso a qualquer experiência sexual e à necessidade de estudar este fenómeno social complexo tomando em consideração múltiplos níveis de variáveis, assim como a interação entre e dentro desses diferentes níveis (Belsky, 1980; Bondurant, 2001).

7. Métodos de recolha de dados usados: Vantagens e desvantagens?

Este tópico remete para uma questão central na investigação da violência sexual, designadamente, a necessidade de ter muito cuidado com as generalizações. De sublinhar que se investigam questões muito pessoais e experiências demasiado íntimas, cuja revelação é, muitas vezes, inibida pelo estigma, pelas crenças largamente disseminadas na sociedade de que se trata de vivências vergonhosas e até, mesmo, pelas normas culturais de que as vítimas são total ou parcialmente responsáveis pela vitimização sofrida (Frazier, 2003; Koss & Figueredo, 2004; McMullin *et al.*, 2006). Do mesmo modo, podemos encontrar várias barreiras à revelação de tais condutas pelo fato de algumas delas se referirem a atos sexuais legalmente puníveis.

Como já mencionamos ao longo da dissertação, para vencer alguns destes constrangimentos à revelação, tem sido debatido recentemente, na literatura da especialidade, o uso de métodos de administração de questionários alternativos à tradicional administração via papel e lápis. Alguns autores têm defendido a vantagem de se introduzirem métodos de investigação informatizados na investigação da violência sexual. Neste contexto, o SES tem sido administrado por métodos CASI (*computer-assisted survey interviewing*) e através de *emails* (Abbey *et al.*, 2005; Testa *et al.*, 2005; Turner *et al.*, 1991) e métodos Web (Fields & Chassin, 2006). Alguns estudos advogam que as pessoas têm maior probabilidade de reportar atividades ilegais e embaraçosas tendo um computador como intermediário, do que através de entrevistas e/ou questionários face-a-face (Abbey *et al.*, 2006). Esta possibilidade pode ajudar a explicar a elevação

nas taxas de vitimização obtidas no segundo estudo por nós conduzido (via online – mediante uma página de internet), nomeadamente, no que se refere às formas de vitimização mais severas (“tentativa de violação” e “violação”). Não obstante, o uso destes métodos na investigação da violência sexual é ainda muito novo e requer o desenvolvimento de estudos futuros. De acrescentar, também, que alguns autores (e.g., Testa *et al.*, 2005), ao realizarem investigações análogas à que apresentamos na segunda parte desta dissertação, obtiveram valores similares de revelação de episódios de vitimização sexual, quer as participantes do género feminino completassem a versão do SES via papel e lápis, quer o fizessem via *email* em casa ou mesmo via CASI (através de um site).

Face ao exposto, e não obstante a necessidade de se desenvolverem estudos mais aprofundados, podemos concluir que o uso de métodos online (comparativamente com o método de preenchimento tradicional, via papel e lápis) apresenta várias vantagens, nomeadamente, redução de custos, aumento do tamanho da amostra, acesso facilitado à população mais inacessível (por exemplo, pessoas que não queiram ser identificadas), diminuição do tempo de receção das respostas, maior abrangência geográfica, transmissão mais rápida dos questionários, maior rapidez na consulta, tratamento e análise dos dados. Além de que, no caso da nossa população-alvo, estávamos perante uma população familiarizada e adepta deste tipo de recursos, com fácil acesso à internet.

Contudo, este tipo de métodos também apresenta algumas desvantagens, desde logo, o fato de ainda não se encontrar suficientemente estudado, havendo alguma relutância em confiar na validade dos dados e da amostra. Têm também sido colocadas algumas reservas à capacidade de preservação do anonimato e confidencialidade dos resultados, aspeto que, no nosso estudo, se procurou contornar ao fazer com que todos os dados recolhidos do questionário tivessem sido codificados antes de ser inseridos na *Query*, com encriptação de 128 *bits*, sendo armazenados desta forma na base de dados. Dessa forma, só a investigadora sabia a resposta que correspondia a cada número que, posteriormente, aparecia na base de dados. Além disso, em momento algum era pedida informação pessoal aos participantes. Há também quem aponte a diminuição das taxas de resposta e a facilidade com que os indivíduos abandonam o questionário antes de o mesmo estar totalmente concluído (nomeadamente, em questionários muito extensos) – admitimos que a variável “desistência” não foi medida no nosso estudo. No nosso caso em concreto, só era possível a submissão do questionário e, conseqüentemente, o registo das respostas dos/as

participantes após o preenchimento de todos os campos obrigatórios, caso contrário, o questionário era invalidado. Além disso, e para promover o preenchimento total do questionário, foi disponibilizada uma barra de progresso, onde o participante poderia verificar, em cada instante, a percentagem que já se encontrava preenchida.

Reconhecemos, contudo, que esta percentagem de desistência constitui uma questão de particular interesse a ter em conta em futuras investigações. Por exemplo, Fields e colaboradores (2006) ao administrarem um questionário sobre crimes, através de métodos *Web*, a 2972 estudantes do género feminino, onde incluíram dois itens do SES-SFV (nomeadamente dois itens referentes a uma eventual violação), obtiveram uma adesão de 78%. Verificaram, no entanto, que 72% dos participantes abandonaram o preenchimento do questionário a determinada altura sem o completarem. Verificaram, ainda, que a proporção de participantes que deixaram de preencher o questionário após a admissão de que tinham sido vítimas foi de 33% nos casos de violação, 25% nos casos de roubo e 22% nos casos de agressão física. Esta é, pois, uma limitação (comum a outros estudos que se focam no crime), sendo necessária mais investigação para melhor entender esta desistência. Alguns autores têm avançado como possíveis explicações a existência de falhas técnicas; fadiga; o fato de os participantes salvarem os questionários parcialmente completos, não retomando o site para os concluírem e submeterem. Há, no entanto, outros autores (e.g., Sisco & Koss, 2006) que administraram o SES, quer a estudantes do género feminino quer do género masculino, e obtiveram um índice de desistência baixo, muito embora seja de registar que os participantes receberam créditos pela sua participação.

Uma outra desvantagem que tem também sido apontada aos métodos *online* é o fato de o/a investigador/a não interagir diretamente com os/as participantes durante o preenchimento do questionário – no nosso caso, para tentar minimizar este fato, foi criado um site (referente ao Projeto “Violência nas Relações Juvenis de Intimidade”) e um email (especificamente para o subprojecto retratado ao longo desta dissertação), através do qual os/as participantes poderiam esclarecer dúvidas junto da investigadora ou mesmo deixar sugestões. Outra limitação apontada é a eventual existência de falhas técnicas. A este respeito, consideramos importante referir que existem programas disponíveis para criar uma versão computadorizada deste tipo de questionário, no entanto, e porque consideramos que esta é uma área em que a proteção dos dados deve ser assegurada de todas as formas possíveis e onde o material de pesquisa deve ser devidamente testado antes de prosseguir com a recolha, recorreremos aos serviços de um perito.

Face ao exposto, torna-se evidente a necessidade de se desenvolverem mais estudos focados na agressão sexual que comparem diferentes métodos de recolha de dados e que nos informem sobre o uso das novas tecnologias nesta área.

8. Implicações a nível preventivo e interventivo?

Como demonstramos na revisão bibliográfica apresentada, as vítimas de violação (ainda que não exclusivamente deste tipo de violência sexual) evidenciam problemas ao nível da saúde mental, como elevação nos níveis de depressão, ansiedade, ideação suicida, tentativa de suicídio (Ullman & Brecklin, 2002; Ullman *et al.*, 1993). Além disso, a agressão sexual na forma mais “severa” está associada a pobre saúde física, aumentando o risco de desenvolvimento de condições médicas crónicas (Golding, 1999; Koss & Heslet, 1992; Ullman *et al.*, 2003). Os custos associados às vítimas e à sociedade são, como vimos, muito elevados, justificando, por si só, um maior investimento na condução de estudos mais aprofundados nesta área, assim como em estratégias interventivas e preventivas.

Em Portugal só agora se começam a dar os primeiros passos no desenvolvimento, implementação e avaliação de programas de intervenção e prevenção da violência entre jovens, no entanto, internacionalmente, são já vários os programas existentes. A maioria, tipicamente, inclui diferentes componentes: educação acerca da prevalência da violência sexual, atitudes e mitos de violação, características das vítimas e dos agressores, como definir o comportamento sexualmente coercivo, identificação de situações de risco, comportamentos relacionais saudáveis (e.g., Anderson & Whiston, 2005; Brecklin & Ford, 2011; Flores & Hartlaub, 1998; Rozee & Koss, 2001). Mais recentemente, tem sido advogada a necessidade de se incluírem estratégias de resistência efetivas a avanços sexuais indesejados e treino de autodefesa (Brecklin & Ullman, 2005).

Tem sido também frisado que as atitudes face à violência sexual se encontram largamente disseminadas pela sociedade, não existindo evidência de que os programas de prevenção possam mudar estas atitudes por longos períodos de tempo ou que mudar estas atitudes conduza necessariamente a menos violência (Anderson & Whiston, 2005; Brecklin & Forde, 2001; Flores & Hartlaub, 1998; Sochting, Fairbrother, & Koch, 2004). Enquanto essas raízes não forem combatidas, as intervenções realizadas estarão sempre a “remar” contra a sua influência,

comprometendo o sucesso dos programas de intervenção que vão sendo desenhados e implementados (DeKeseredy, 1999). Uma intervenção social mais generalizada, ao nível da educação para a igualdade e para a não violência desde idades precoces será, por isso, indispensável.

Brecklin e Forde (2011), numa avaliação de programas de intervenção na violação, realizados com estudantes universitários, verificaram uma reduzida mudança, a longo-prazo, ao nível das atitudes e mitos sobre a violação (nos estudos de avaliação follow-up); resultados menos promissores em programas mistos, comparativamente com programas especificamente voltados para o género feminino ou para o género masculino; menor eficácia nos programas avaliados em trabalhos não publicados (e.g., dissertações de doutoramento) do que em avaliações publicadas.

Neste âmbito, tem sido defendida a necessidade de se desenvolverem duas abordagens complementares na prevenção da violação: programas de redução do risco para mulheres e programas de prevenção para homens (Gidycz, Dowdall, & Marioni, 2002; Rozee & Koss, 2001). Tem sido defendido que os programas dirigidos separadamente a mulheres e a homens podem ser mais efetivos, a informação dirigida a homens e mulheres deve ser diferente, mas não completamente diferente. Por exemplo, as mulheres precisam de ter conhecimentos sobre as situações de risco, características do perpetrador e estratégias de resistência efetiva. Os homens precisam de ser ensinados sobre o que é que constitui uma violação (e., definição, mitos, impacto) e como interagir com as mulheres sem ignorar as suas necessidades ou recusas de avanços sexuais (Karjane, Fisher, & Cullen, 2002). Segundo Schwartz e col. (1997) são programas que tentam criar uma nova cultura encorajando os homens a não serem tolerantes com a violência contra as mulheres. Também é argumentado que aqueles precisam de aprender a reconhecer que o consumo abusivo de álcool e/ou outras drogas não é desculpa para cometer uma violação e que ter relações sexuais com outra pessoa alcoolizada também constitui uma forma de violação.

Tem sido também defendido que ambos os géneros devem beneficiar de informação acerca das estatísticas da violação e outras formas de violência sexual, nomeadamente, a que é praticada entre conhecidos (e.g., Sampson, 2002); papéis estereotipados de género; atitudes e mitos sobre violência sexual (e.g., Burt, 1980; Choate, 2003; Frank, Seefeldt, Ceyress, & Vandello, 2008); processos de socialização; desconstrução das barreiras sociopsicológicas que, por vezes, impedem posturas mais assertivas e efetivas perante avanços sexuais indesejados (e.g., vergonha, medo da rejeição dos pares, crenças de ineficácia, ...); educação sobre o papel do consumo de

álcool e/ou outras drogas (e.g., Abbey, 2002; Schwartz & Nogrady, 1996) – o que, se atendermos aos resultados por nós encontrados, se revela particularmente importante. Deve também ser discutido que o consentimento pode ser comunicado de diferentes formas por homens e por mulheres (Hickman & Muelenhard, 1999), numa tentativa de atenuar as diferenças em termos de género a este nível, diminuir os erros comunicacionais e aumentar o respeito pelo outro – o que também partilhamos. Estes programas precisam também de ser avaliados ao longo do tempo, quer para determinar quais as mudanças de atitudes que persistem e em que medida o risco futuro de vitimização é reduzido.

Também tem sido defendido que os programas de redução do risco devem ser dirigidos a mulheres com diferentes histórias de vitimização, tais como abuso sexual em crianças e/ou na adolescência. Os programas focados na redução de riscos e discussão de estratégias de autodefesa e comportamentos relacionais de risco reduzem a vitimização sexual futura, mas não em mulheres com história de vitimização sexual prévia (Hanson & Gidycz, 1993; Marx, Calhoun, Wilson, & Meyerson, 2001). As mudanças ocorridas nestas mulheres, ao nível da redução do sentimento de autocompetência ou do aumento da autoculpabilização, estão associadas a revitimização posterior, devendo ser alvo de intervenção terapêutica individual. Investigações futuras devem permitir uma melhor identificação das consequências resultantes de uma vitimização sexual que conduzem ao aumento do risco de revitimização no futuro, de forma a serem desenvolvidos programas de intervenção especificamente dirigidos a estas vítimas.

Bibliografia

- Abbey, A. (1991). Acquaintance rape and alcohol consumption on college campuses: How are they linked? *Journal of American College Health, 39*, 165-169.
- Abbey, A., BeShears, R., Clinton-Sherrod, A., & McAuslan, P. (2004). Similarities and differences in women's sexual assault experiences based on tactics used by the perpetrator. *Psychology of Women Quarterly, 28*, 323-332.
- Abbey, A., Clinton-Sherrod, A., McAuslan, P., Zawacki, T., Clinton, A., & Buck, P. (2003). The relationships between the quantity of alcohol consumed and the severity of sexual assaults committed by college men. *Journal of Interpersonal Violence, 18*, 813-833.
- Abbey, A., McAuslan, P., Zawacki, T., Clinton, A., & Buck, P. (2001). Attitudinal, experiential and situational predictors of sexual assault perpetration. *Journal of Interpersonal Violence, 16*, 784-807.
- Abbey, A., McAuslan, P., & Ross, L. (1998). Sexual assault perpetration by college men: The role of alcohol, misperception of sexual intent, and sexual beliefs and experiences. *Journal of Social and Clinical Psychology, 17*, 167-195.
- Abbey, A., McAuslan, P., Ross, L., & Zawacki, T. (1999). Alcohol expectancies regarding sex, aggression, and sexual vulnerability: reliability and validity assessment. *Psychology of Addictive Behaviors, 13*, 174-182.
- Abbey, A., Parkhill, M., BeShears, R., Clinton-Sherrod, A., Zawacki, T. (2006). Cross-sectional predictors of sexual assault perpetration in a community sample of single African American and Caucasian men. *Aggressive Behavior, 32*, 54-67.
- Abbey, A., Parkhill, M., Clinton-Sherrod, A., & Zawacki, T. (2007). A comparison of men who committed different types of sexual assault in a community sample. *Journal of Interpersonal Violence, 12*, 1567-1580.
- Abbey, A., Ross, L., McDuffie, D., & McAuslan, P. (1996). Alcohol and dating risk factors for sexual assault among college women. *Psychology of Women Quarterly, 20*, 147-169.
- Abbey, A., Zawacki, T., Buck, P., Clinton, A., & McAuslan, P. (2004). Sexual assault and alcohol consumption: What do we know about their relationship and what types of research are still needed? *Aggressive and Violent Behavior, 9*, 271-303.

Bibliografia

- Abbey, A., Zawacki, T., & McAuslan, P. (2000). Alcohol 's effects on sexual perception. *Journal of Studies on Alcohol, 61*, 688-697.
- Abbey, A., Clinton, A., McAuslan, P., Zawacki, T., & Buck, P. (2002). Alcohol-involved rapes: Are they more violent? *Psychology of Women Quarterly, 26*, 99-109.
- Adam-Curtis, L., & Forbes, G. (2004). College women 's experiences of sexual coercion: A review of cultural, perpetrator, victim, and situation variables. *Trauma, Violence E Abuse, 5*, 91-122.
- Alferes, V. (2002). *Encenações e comportamentos sexuais: para uma psicologia social da sexualidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amick, A. & Calhoun, K. (1987). Resistance to sexual aggression: Personality, attitudinal, and situational factors. *Archives of Sexual Behavior, 16*, 153-163.
- Anderson, I. (1999). Characterological and behavioral blame in conversations about female and male rape. *Journal of Language and Social Psychology, 18*, 377-394.
- Anderson, I. (2004). Explaining negative rape victim perception: Homophobia and the male rape victim. *Current Research in Social Psychology, 10*, 44-57.
- Anderson, I. (2007). What is a typical rape? Effects of victim and participant gender in female and male rape perception. *British Journal of Social Psychology, 46*, 225-245.
- Anderson, I., Beatti, G., & Spencer, C. (2001). Can blaming victims of rape be logical? Attribution theory and discourse analytic perspectives. *Human Relations, 54*, 453-475.
- Anderson, I & Doherty, K. (2004). Making sense of male rape: constructions of gender, sexuality and experience of rape victims. *Journal of Community and Applied Social Psychology, 14*, 85-103.
- Anderson, J., Martin, J., Mullen, P., Romans, S., & Herbison, P. (1993). Prevalence of childhood sexual abuse experiences in a community sample of women. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 32*, 911-919.
- Anderson, V., Simpson-Taylor, D., & Herrman, D. (2004). Gender, age, and rape-supportive rules. *Sex Roles, 50*, 77-90.
- Andrews, B., Brewin, C., & Rozee, S., (2003). Gender, social support, and PTSD in victims of violent crime. *Journal of Traumatic Stress, 16*, 421-427.
- Arata, C. (2000). From child victim to adult victim: A model for predicting sexual revictimization. *Child Maltreatment, 5*, 28-38.
- Arata, C. & Lindman, L. (2002). Marriage, child abuse, and sexual revictimization. *Journal of Interpersonal Violence, 17*, 953-971.
- Archer, J. & Graham-Kevan, N. (2003). Do beliefs about aggression predict physical aggression to partners? *Aggressive Behavior, 29*, 41-54.
- Bachman, R. (1994). *Violence against women: A National Crime Victimization Survey Report*. Washington, DC: U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Statistics.

- Bachman, R. (1998). The factors related to rape reporting behavior and arrest. New evidence from the national crime victimization survey. *Criminal Justice and Behavior, 25*, 8-29.
- Bachman, R. (2000). A comparison of annual incidence rates and contextual characteristics of intimate partner violence against women from the National Crime Victimization Survey (NCVS) and the National Violence Against Women Survey (NVAWS). *Violence Against Women, 6*, 839-867.
- Baker, C. (2005). Images of women's sexuality in advertisements: A content analysis of black and white oriented women's and men's magazines. *Sex Roles, 52*, 13-27.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review, 84*, 191-215.
- Banyard, V., Plante, E., & Moynihan, M. (2004). Bystander education: Bringing a broader community perspective to sexual violence prevention. *Journal of Community Psychology, 32*, 61-79.
- Barbaree, H., Marshall, W., & Hudson, S. (1993). *The juvenile sex offender*. New York: Guilford.
- Baumeister, R., Catanese, K., Wallace, H. (2002). Conquest by force: A narcissistic reactance theory of rape and sexual coercion. *Review of General Psychology, 6*, 92-135.
- Becker, J. & Abel, G. (1981). Behavioral treatment of victims of sexual assault. In S. Turner, K. Calhoun & E. Adams (Eds), *Handbook of clinical behavior therapy* (pp.347-379). New York: John Wiley.
- Bell, S., Kurilloff, P. & Lottes, I. (1994). Understanding attributions of blame in stranger rape and date rape situations – an examination of gender, race, identification, and student's social perceptions of rape victims. *Journal of Applied Social Psychology, 24*, 1719-1734.
- Berkowitz, A. (1992). College men as perpetrators of acquaintance rape and sexual assault: A review of recent research. *Journal of American College Health, 40*, 175-181.
- Berkowitz, A. (2003). Applications of social norms theory to other health and social justice issues. In H. Perkins (Ed.), *The social norms approach to preventing school and college age substance abuse: A handbook for educators, counselors, and clinicians* (pp. 259-279). San Francisco: Jossey-Bass.
- Bernat, J., Calhaoun, K., & Stolp, S. (1998). Sexually aggressive men's response to a date analogue: Alcohol as a disinhibiting cue. *Journal of Sex Research, 35*, 341-348.
- Berta, M., Ornelas, J., & Maria, S. (2007). Sobreviver ao medo da violação: constrangimentos enfrentados pelas mulheres. *Análise Psicológica, 1*, 135-147.
- Bethke, T. & De Joy, D. (1993). An experimental study of factors influencing the acceptability of dating violence. *Journal of Interpersonal Violence, 8*, 36-51.
- Bevacqua, M. (2000). *Rape on the public agenda: Feminism and the politics of sexual assault*. Boston: Northeastern University Press.
- Boeringer, S. (1999). Associations of rape-supportive attitudes with fraternal and athletic participation. *Violence Against Women, 5*, 81-90.

Bibliografia

- Bondurant, B. (2001). University women's acknowledgment of rape: Individual, situational, and social factors. *Violence Against Women, 7*, 294-314.
- Boswell, A. & Spade, J. (1996). Fraternities and collegiate rape culture: why are some fraternities more dangerous place for women? *Gender & Society, 10*, 133-147.
- Botta, R., & Pringree, S. (1997). Interpersonal communication and rape: Women acknowledge their assault. *Journal of Health Communication, 2*, 197-212.
- Brener, N., McMahon, P., Warren, C., & Douglas, K. (1999). Forced sexual intercourse and associated health-risk behaviors among female college students in the United States. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 67*, 252-259.
- Bridges, J. (1991). Perceptions of date rape and stranger rape: a difference in sex role expectations and rape-supportive beliefs. *Sex Roles, 24*, 291-397.
- Bridgeland, W., Duane, E., & Stewart, C. (2001). Victimization and attempted suicide among college students. *College Students Journal, 35*, 63-76.
- Briere, J. (1992). *Child abuse trauma: Theory and treatment of the lasting effects*. Newbury Park, CA: Sage.
- Briere, J. (1995). *The trauma symptom inventory*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Briere, J. & Elliott, D. (2003). Prevalence and psychological sequelae of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population of men and women. *Child Abuse and Neglect, 27*, 1205-1222.
- Briere, J., & Jordan, C. (2004). Violence against women: outcome complexity and implications for assessment and treatment. *Journal of Interpersonal Violence, 19*, 1252-1276.
- Briere, J. & Runtz, M. (1990). Differential adult symptomatology associated with three types of child abuse histories. *Child Abuse and Neglect, 14*, 357-364.
- Briere, J. & Runtz, M. (1993). Child sexual abuse: Long term sequel and implications for psychological adjustment. *Journal of Interpersonal Violence, 8*, 312-330.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Brown, A., Messman-Moore, T., Miller, A., & Stasser, G. (2005). Sexual victimization in relation to perceptions of risk: mediation, generalization, and temporal stability. *Personality and Social Psychology Bulletin, 31*, 963-976.
- Brown, M., Testa, M., & Messman-Moore, T. (2009). Psychological consequences of sexual victimization resulting from force. Incapacitation or Verbal Coercion. *Violence Against Women, 8*, 898-919.
- Browning, C. & Lauman, E. (1997). Sexual contact between children and adults: A life course perspective. *American Sociological Review, 4*, 540-560.
- Brownmiller, S. (1975). *Against our will: Men, women, and rape*. New York: Bantam.

- Bryant, S. & Spenser, G. (2003). University student's attitudes about attributing blame in domestic violence. *Journal of Family Violence, 18*, 369-376.
- Buddie, A. & Testa, M. (2005). Rates and predictors of sexual aggression among students and nonstudents. *Journal of Interpersonal Violence, 20*, 713-724.
- Burnett, R., Templer, D., & Barker, P. (1985). Personality variables, circumstances and sexual assault predictive of a woman's resistance. *Archives of Sexual Behavior, 14*, 183-187.
- Burt, M. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology, 38*, 217-230.
- Burt, M. (1998). Rape myths. In M. Odem & J. Clay-Warner (Eds), *Confronting rape and sexual assault* (pp. 129-144). Washington: Taylor & Francis.
- Burt, D. & DeMello, L. (2002). Attribution of rape blame as a function of victim gender and sexuality, and perceived similarity to the victim. *Journal of Homosexuality, 43*, 39-58.
- Busby, D., & Compton, S. (1997). Patterns of sexual coercion in adult heterosexual relationships: An explorations of male victimization. *Family Process, 36*, 81-94.
- Buzy, w., Jouriles, R., Swank, P., Rosenfield, D., Shimek, J., & Corbitt-Shindler, D. (2004). Adolescent girl alcohol use as a risk factor for relationship violence. *Journal of Research on Adolescence, 14*, 449-470.
- Byers, E., & Eno, R. (1991). Predicting men's sexual coercion and aggression from attitudes, dating history, and sexual response. *Journal of Psychology and Human Sexuality, 4*, 55-70.
- Byers, J., Leonard, J., Mays., V. & Rosén, L. (2000). Gender differences in the perception of courtship abuse. *Journal of Interpersonal Violence, 15*, 451-466.
- Cameron, C., & Stritzke, W. (2003). Alcohol and acquaintance rape in Australia: testing the presupposition model of attributions about responsibility and blame. *Journal of Applied Social Psychology, 33*, 983-1008.
- Capaldi, D., Dishion, T., Stoolmiller, M., & Yoerger, K. (2001). Aggression towards female partners by at-risk young men: The contribution of male adolescent friendships. *Development Psychology, 37*, 61-73.
- Campbell, R., Wasco, S., Ahrens, C., Self, T., & Barnes, H. (2001). Preventing the "second rape": Rape survivor's experiences with community service providers. *Journal of Interpersonal Violence, 16*, 1239-1259.
- Card, C. (1991). Rape as a terrorist institution. In R. Frey & C. Morris (Eds.), *Violence, terrorism, and justice* (pp.296-319). New York: Cambridge University Press.
- Caridade (2011). *Vivências Íntimas Violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Carr, J., & Van Deusen, K. (2002). The relationship between family of origin violence and dating violence in college men. *Journal of Interpersonal Violence, 17*, 630, 646.
- Carr, J. & Van Deusen, K. (2004). Risk factors for male sexual aggression on college campuses. *Journal of Family Violence, 19*, 279-289.

Bibliografia

- Castro, R., & Ruíz, A. (2004). Prevalencia y severidade de la violencia contra mujeres embarazadas, México. *Revista Saúde Pública, 38*, 62-70.
- Chandy, J., Blum, R., & Resnick, M. (1996). Gender-specific outcomes for sexually abused adolescents. *Child Abuse & Neglect, 20*, 1219-1231.
- Chapleau, K., Oswald, D., & Russell, B. (2008). Male Rape Myths: The role of gender, violence and sexism. *Journal o Interpersonal Violence, 23*, 600-615.
- Cialdini, R. (1993). *Influence: science and practice* (3rd ed.). New York: Harpercollins
- Classen, C., Gronskeya-Palesh, O., & Aggarwal, R. (2005). Sexual revictimization: A review of the empirical literature. *Trauma, Violence, & Abuse, 6*, 103-129.
- Clark, M., Beckett, J., Wells, M., & Dungee-Anderson, D. (1994). Courtship violence among African American college students. *Journal of Black Psychology, 20*, 264-281.
- Clay-Warner, J. (2002). The context of sexual violence: Situational predictor of self-protective actions. *Violence and Victims, 18*, 543-547.
- Clay-Warner, J. (2003). The context of sexual violence: Situational predictors of self-protective actions. *Violence and Victims, 18*, 543-556.
- Cleveland, H., Koss, M., & Lyons, J. (1999). Rape tactics from the survivor's perspective: contextual dependence and within-event independence. *Journal of Interpersonal Violence, 14*, 532-547.
- Cleveland, H., Herrera, V., & Stuewig, J. (2003). Abusive males and abused females in adolescent relationships: Risk factors similarity and dissimilarity and the role of relationship seriousness. *Journal of Family Violence, 18*, 325-339.
- Cloitre, M., Tardiff, K., Marzuk, P., Leon, A., & Portera, L. (1996). Child abuse and subsequent sexual assault among female inpatients. *Journal of Traumatic Stress, 9*, 473-482.
- Clum, G., Nishith, P., & Calhoun, K. (2002). A preliminary investigation of alcohol use during trauma peritraumatic reactions in female sexual assault victims. *Journaç of Traumatic Stress, 15*, 321-328.
- Coelho, C. (em preparação). Educação por pares na prevenção de violência entre jovens. Tese de doutoramento. Universidade do Minho. Escola de Psicologia.
- Combs-Lane, A. & Smith, D. (2002). Risk of sexual victimization in college women. *Journal of Interpersonal Violence, 17*, 165-183.
- Copenhaver, S. & Grauerholz, E. (1991). Sexual victimization among sorority women: Exploring the link between sexual violence and institutional practices. *Sex Roles, 24*, 31-41.
- Cooper, M. (2002). Alcohol use and risk sexual behavior among college students and youth: evaluating the evidence. *Journal of Studies on Alcohol, 14*, 10-117.
- Cole, T. (2006). Rape at U.S. colleges often flueded by alcohol. *Journal of the American Medical Association, 296*, 504-505.

- Costa, I., & Sani, A. (no prelo). O Abuso e as Crenças sobre a Violência nas Relações Amorosas de Estudantes Universitários. *Revista Lusófona de Ciências da Mente e do Comportamento*, 8.
- Coxell, A., King, M., Mezey, G., & Gordon, D. (1999). Lifetime prevalence, characteristics and associated problems of non-consensual sex in men: Cross sectional survey. *British Medical Journal*, 318, 846-850.
- Christopher, F. (1988). An initial investigation into a continuum of premarital sexual pressure. *Journal of Sex Research*, 25, 255-266.
- Christopher, F., Owens, A. & Stecker, H. (1993). Exploring the dark site of courtship: A test of a model of premarital sexual aggressiveness. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 469-479.
- Cyr, M., McDuff, P., & Wright, J. (2006). Prevalence and predictors of dating violence among adolescent female victims of child sexual abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 21, 1000-1017.
- Craig, M. (1990). Coercive sexuality in dating relationships: A situational model. *Clinical Psychology Review*, 10, 395-423.
- Culbertson, K., & Dehle, C. (2001). Impact of sexual assault as a function of perpetrator type. *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 532-547.
- Davies, M. (2002). Male sexual assault victims: A selective review of the literature and implications for support services. *Aggression and Violent Behavior*, 7, 203-214.
- Davies, M. & McCartney, S. (2003). Effects of gender sexuality on judgments of victim blame and rape myth acceptance in a depicted male rape. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 13, 391-398.
- Davies, M., Pollard, P., & Archer, J. (2001). The influence of victim gender and sexual orientation on judgments of the victim in a depicted stranger rape. *Violence and victims*, 16, 607-619.
- Davis, R., Brickman, E., & Backer, T. (1991). Effects of supportive and unsupportive responses of others to rape victims: Effects on concurrent victim adjustment. *American Journal of Community Psychology*, 19, 443-451.
- Davis, K., Norris, J., George, W., Martell, J., & Heisman, J. (2006). Men's likelihood of sexual aggression: The influence of alcohol, sexual arousal, and violent pornography. *Aggressive Behavior*, 32, 581-589.
- Day, K. (1994). Conceptualizing women's fear of sexual assault on campus – a review of causes recommendations for change. *Environment and Behavior*, 26, 742-765.
- DeKeseredy, W. & Schwartz, M. (1998). *Women abuse on campus: results from the Canadian National Survey*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- DeKeseredy, W. & Schwartz, M. (1998). Male peer support and women abuse in postsecondary school courtship suggestions for new directions in sociological research. In R. K. Bergen (Ed.), *Issues in intimate violence* (pp.83-96). Thousand Oaks: Sage Publications.
- DeKeseredy, W., Schwartz, M. & Trait, K. (1993). Sexual assault and stranger aggression on a Canadian university campus, *Sex Roles*, 28, 263-277.

Bibliografia

- De River, J. (1950). *The sexual criminal: A psychoanalytic study*. Springfield, IL: Charles C Thomas.
- Dias, R. (2012). Relações de intimidade juvenis e adultas, uma análise comparativa: das narrativas de amor às conjugalidades violentas. Tese de doutoramento. Universidade do Minho. Escola de Psicologia.
- Doherty, K. & Anderson, I. (1998). Talking about rape: perpetuating rape supportive culture. *Psychologist, 11*, 583-587.
- Doroszewicz, K., & Forbes, G. (2008). Experiences with dating aggression and sexual coercion among Polish college students. *Journal of Interpersonal Violence, 23*, 58-73.
- Douglas, K., Collins, J., Warren, C., Kann, L., Gold, D., & Clayton, S. (1997). Results from the 1995 National College Health Risk Behaviors survey. *Journal of American College Health, 46*, 55-67.
- Draucker, C., Stern, P., Burgess, A., & Campbell, J. (2000). Women's responses to sexual violence by male intimates. *Western Journal of Nursing Research, 22*, 385-406.
- Du Mont, J., Miller, K., & Myhr, T. (2003). The role of "real rape" and "real victim" stereotypes in the police reporting practices of sexually assaulted women. *Violence against women, 9*, 466-486.
- Dudley, C. (2005). Alcohol, sexual arousal, and sexually aggressive decision-making: Preventative strategies and forensic psychology implications. *Journal of Forensic Psychology Practice, 5*, 1-34.
- Duncan, D. (1990). Prevalence of sexual assault victimization among heterosexual and gay, lesbian. *University Students Psychological Reports, 66*, 65-66.
- Eastel, P. (1992). *Whithout Consent: confronting adult sexual violence*. Canberra: Australian Institute of Criminology.
- Edleson, J. (1999). Children's witnessing of adult domestic violence. *Journal of Interpersonal Violence, 14*, 839-870.
- Ellis, C. (2002). Male rape – the silent victims. *Collegian: Journal of the Royal College of Nursing Australia, 9*, 34-39.
- Ellis, E., Atkeson, B., & Calhoun, K. (1981). An assessment of long-term reaction to rape. *Journal of Abnormal Psychology, 90*, 263-266.
- Emmers-Sommer, T., & Allen, M. (1999). Variables related to sexual coercion: A path model. *Journal Social Personal Relationships, 16*, 659-678.
- Erickson, P. & Rapkin, A. (1991). Unwanted sexual experiences among middle and high school youth. *Journal of Adolescent Health, 12*, 319-325.
- Estrich, S. (1987). *Real rape*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Evans, M. (1990). Brother to brother: Integrating concepts of healing regarding male sexual assault survivors and Vietnam veterans. In M. Hunter (Ed.). *The sexually abused male: Prevalence, impact, and treatment, 2*, 57-78. Lexington, MA: Lexington Books.

- Ewoldt, C., Monson, C., & Langhinrichsen-Rohling, J. (2000). Attributions about rape in a continuum of dissolving marital relationship. *Journal of Interpersonal Violence, 15*, 1175-1183.
- Fattah, E. (1991). *Understanding Criminal Victimization*. Scarborough, Ont: Prentice Hall Canada.
- Feiring, C., Deblinger, E., Hoch-Espada, A. & Haworth, T. (2002). Romantic relationship aggression and attitudes in high school students: the role of gender, grade and attachment and emotional styles. *Journal of Youth and Adolescence, 31*, 373-385.
- Feldman-Summers, S., Gordon, P., & Meagher, J. (1979). The impact of rape on sexual satisfaction. *Journal of Abnormal Psychology, 88*, 101-105.
- Felson, M. (1994). *Crime and everyday life*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press.
- Felty, K., Ainslie, J. & Geib, A. (1991). Sexual coercion attitudes among high school students. The influence of gender and rape education. *Youth & Society, 23*, 229-250.
- Ferrero, K. (1996). Women's fear of victimization: shadow of sexual assault? *Social Forces, 75*, 667-690.
- Ferguson, K. & Dacey, C. (1997). Anxiety, depression, and dissociation in women health care providers reporting a history of childhood psychological abuse. *Child Abuse and Neglect, 21*, 941-952.
- Fergusson, D., & Horwood, L., & Lynskey, M. (1997). Childhood sexual abuse, adolescent sexual behaviors and sexual revictimization. *Child Abuse and Neglect, 21*, 789-803.
- Finch, E., & Munro, V. (2005). Juror stereotypes and blame attribution in rape cases involving intoxicants. *British Journal of Criminology, 45*, 25-38.
- Finkelhor, D. (1990). Early and long-term effects of child sexual abuse: An update. *Professional Psychology: Research & Practice, 21*, 325-330.
- Finkelhor, D. & Browne, A. (1985). The traumatic impact of CSA: A conceptualization. *American Journal of Orthopsychiatry, 55*, 530-541.
- Fisher, B. (2009). The Effects of Survey Question Wording on Rape Estimates: Evidence From a Quasi-Experimental Design. *Violence Against Women, 15*, 133-147.
- Fisher, B., & Cullen, F. (2000). Measuring the sexual victimization of women: Evolution, current controversies, and future research, In D. Duffe (Ed.), *Measurement and analysis of crime and justice: Criminal justice 2000* (Vol.4, pp 317-390). Washington DC: U.S. Department of Justice.
- Fisher, B., Cullen, F., & Turner, M. (1997). *The sexual victimization of college women*. Washington DC: U.S. Department of Justice.
- Fisher, B., Cullen, F., & Turner, M. (2000). *The sexual victimization of college women*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Fisher, B., Daigle, L., Cullen, F., & Turner, M. (2003). Reporting sexual victimization to the police and others: results from a national-level study of college women. *Criminal Justice and Behaviour, 30*, 6-38.

Bibliografia

- Flack Jr., Daubman, K., Caron, M., Asadorian, J., Aureli, N., Gigliotti, S., Hall, A. Kiser, S., & Stine, E., (2007). Risk Factors and Consequences of Unwanted Sex among University Students: Hooking Up, Alcohol, and Stress Response. *Journal of Interpersonal Violence, 22*, 139-157.
- Forbes, G., & Adams-Curtis, L. (2001). Experiences with sexual coercion in college males and females: Role of family conflict, sexist attitudes, acceptance of rape myths, self-esteem, and the Big-five personality factors. *Journal of Interpersonal Violence, 16*, 865-889.
- Forbes, G., Adams-Curtis, L., Pakalka, A., & White, K. (2006). Dating aggression, sexual coercion, and aggression-supporting attitudes among college men as a function of participation in aggressive high school sports. *Violence Against Women, 12*, 441-455.
- Frazier, P. (2003). Perceived control and distress following sexual assault: a longitudinal test of a new model. *Journal of Personality and Social Psychology, 84*, 1257-1269.
- Frazier, P. (1991). Self-blame as a mediator of post-rape depressive symptoms. *Journal of Social and Clinical Psychology, 10*, 47-57.
- Frazier, P., Carlson, A., & Glaser, T. (2001). Positive and negative life changes following sexual assault. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 69*, 1048-1055.
- Frazier, P. & Seales, L. (1997). Acquaintance rape is real rape. In M. D. Schwartz (Ed.), *Researching sexual violence against women: Methodological and personal perspectives* (pp.54-64). Thousand-Oaks, CA: Sage.
- Freese, B., Moya, M. & Megias, J. (2004). Social Perception of rape: how rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence, 9*, 143-161.
- Frinter, M. & Rubinson, L. (1993). Acquaintance rape: The influence of alcohol, fraternity membership and sports team membership. *Journal of Sex Education and Therapy, 19*, 272-284.
- Frinter, M., & Rubinson, L. (1996). Acquaintance rape: The influence of alcohol, fraternity membership, and supports team membership. *Journal of Sex Education and Therapy, 19*, 272-284.
- Gagnon, J. (1977). *Human sexualities*. USA: Scott Foresman and Company.
- Gagnon, J. & Simon (1973). *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine.
- Garcia, L., (1998). Perceptions of resistance to unwanted sexual advances. *Journal of Psychology and Human Sexuality, 10*, 43-52.
- Gardner, C. (1995). *Passing by gender and public harassment*. Berkley: University of California Press.
- Garnets, L., Herek, G., & Levy, B., (1990). Violence and Victimization of Lesbians and Gay Men. Mental Health Consequences. *Journal of Interpersonal Violence, 5*, 366-383.
- Gavey, N. (1991). Sexual victimization among New Zealand university students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 59*,464-466.

- Gavey, N. (1999). "I wasn't raped, but....". In S. Lamb (Ed.). *New versions of victims: feminist struggle with the concept* (pp. 57-81). New York: New York University Press.
- Gavey, N. (2005). *Just Sex? The cultural scaffolding of rape*. New York: Routledge.
- Geiger, B., Fisher, M., & Eshet, Y. (2004). Date-rape-supporting and victim-blaming attitudes among high school students in a multi-ethnic society. *Journal of Interpersonal Violence, 19*, 406-607.
- Gelles, R. (1974). *The violent home*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Gelles, R. (1979). *Family violence*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Gidycz, C., Coble, C., Latham, L., & Layman, M. (1993). Sexual assault experience in adulthood and prior victimization experiences. *Psychology of Women Quarterly, 17*, 151-168.
- Gidycz, C., Hanson, K., & Layman, M. (1995). A prospective analysis of the relationships among sexual assault experiences: An extension of previous findings. *Psychology of Women Quarterly, 19*, 5-29.
- Gidycz, C., McNamara, J., & Edwards, K. (2006). Women's risk perception and sexual victimization: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 11*, 441-456.
- Gidycz, C., Warkentin, J., & Orchowski, L. (2007). Predictors of perpetration verbal, physical and sexual violence: a prospective analysis of college men. *Psychology of Men & Masculinity, 8*, 79-94.
- Girard, A., & Senn, C. (2008). The role of the new "date rape drugs" in attributions about date rape. *Journal of Interpersonal Violence, 23*, 3-20.
- Glass, N., Fredland, N., Jacquelyn, V., Michael, Y., Phyllis, S., & Joan, K. (2003). Adolescent dating violence: prevalence, risk factors, health outcomes, and implications for clinical practice. *JOGNN Clinical Issues, 32*, 227-238.
- Golding, J. (1999). Sexual-assault history and long-term psysical health problems: Evidence from clinical and population epidemiology. *Current Directions in Psychological Science, 8*, 191-194.
- Golge, B. Yavuz, F., Muderrisoglu, S. & Yavuz, S. (2003). Turkish university student's attitudes toward rape. *Sex Roles, 49*, 653-662.
- Goodman, L., Koss, M., Fitzgerald, L., Russo, N., & Keita, G. (1993). Male violence against women: Current research and future directions. *American Psychologist, 48*, 1054-1058.
- Gover, A. (2004). Risky lifestyles and dating violence: A theoretical test of violent victimization. *Journal of Criminal Justice, 32*, 171-180.
- Gover, A., Kaukimen, C., & Fox, K. (2008). The relationship between violence in the family of origin and dating violence among college students. *Journal of Interpersonal Violence, 23*, 1667-1693.
- Gray, H. & Foshee, V. (1997). Adolescent dating violence: Differences between one-sided and mutually violent profiles. *Journal of Interpersonnal Violence, 12*, 126-141.

Bibliografia

- Greene, D. & Navarro, R. (1998). Situation-specific assertiveness in the epidemiology of sexual victimization among university women: A prospective path analysis. *Psychology of Women Quarterly, 22*, 586-604.
- Gross, A., & Keller, H. (1992). Long-term consequences of childhood physical and psychological maltreatment. *Aggressive Behavior, 18*, 171-185.
- Gross, A., Weed, N., & Lawson, G. (1998). Magnitude scaling of intensity of sexual refusal behaviors in a date rape. *Violence Against Women, 4*, 329-343.
- Gross, A., Winslett, A., Roberts, M., & Grohn, C. (2006). An examination of sexual violence against college women. *Violence Against Women, 12*, 288-300.
- Groth, A. & Burgess, A. (1980). Male rape: Offenders and victims. *American Journal of Psychiatry, 137*, 806-810.
- Gyls, J., & McNamara, J. (1996). A further examination of validity for the sexual experiences survey. *Behavioral Sciences and the Law, 14*, 245-260.
- Gwartney-Gibbs, P., Stockyard, J., & Bohmer, S. (1987). Learning courtship violence: The influence of parents, peers, and personal experiences. *Family Relations, 36*, 276-282.
- Halpern, C., Oslak, S., Young, M., Martin, S., & Kupper, L. (2001). Partner violence among adolescents in opposite-sex romantic relationships: findings from national longitudinal study of adolescent health. *American Journal of Public Health, 91*, 1679-1685.
- Hamby, S., Koss, M. (2003). Shades of gray: A qualitative study of terms used in the measurement of sexual victimization. *Psychology of Women Quarterly, 27*, 243-255.
- Harrington, N. & Leitenberg, H. (1994). The relationship between alcohol consumption and victim behaviors immediately preceding sexual aggression by acquaintance. *Violence & Victims, 9*, 315-324.
- Harned, M. (2002). A multivariate analysis of risk markers for dating violence victimization. *Journal of Interpersonal Violence, 17*, 1179-1197.
- Hatten, T. (2000). Survey of Sexual Survivors. Ottawa. Department of Justice Canada.
- Heath, L. & Gilbert, K. (1996). Mass media and fear of crime. *American Behavioral Scientist, 39*, 379-386.
- Heise, L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women, 4*, 262-290.
- Hensley, L. (2002). Drug-facilitated sexual assault on campus: challenges and interventions. *Journal of College Counseling, 15*, 175-181.
- Herold, E. & Mewhinney, D. (1993). Gender differences in casual sex and AIDS prevention: a survey of dating bars. *Journal of Sex Research, 30*, 36-42.
- Hickson, R., Davies, P., Hunt, A., Weatherburn, P., McManus, T., & Coxon, A. (1994). Gay men as victims of non-consensual sex. *Archives of Sexual Behavior, 23*, 281-294.

- Higgins, D. & McCabe, M. (2000). Relationships between different types of maltreatment during childhood and adjustment in adulthood. *Child Maltreatment, 5*, 261-272.
- Hillman, R., O'Mara, N., Taylor-Robinson, D., & Harris, J. (1990). Medical and social aspects of sexual assault of males: A survey of 100 victims. *British Journal of General Practice, 40*, 502-504.
- Himelein, M. (1995). Risk factors for sexual victimization in dating. *Psychology of Women Quarterly, 19*, 31-48.
- Himelein, M., Vogel, R., & Wachowiak, D. (1994). Nonconsensual sexual experiences in precollege women: Prevalence and risk factors. *Journal of Counseling and Development, 72*, 411-415.
- Hindmarch, I., & Brinkman, R. (1999). Trends in the use of alcohol and other drugs in cases of sexual assault. *Human Psychopharmacology, 14*, 225-231.
- Hines, D. (2007). Predictors of sexual coercion against women and men: A multilevel, multinational study of university students. *Archives of Sexual Behavior, 36*, 403-422.
- Hines, D. & Saudino, K. (2002). Intergenerational transmission of intimate partner violence. A behavioural genetic perspective. *Trauma, Violence & Abuse, 3*, 210-225.
- Hinck, S. & Thomas, R. (1999). Rape myth acceptance in college students: How far have we come? *Sex Roles, 40*, 815-832.
- Hodge, S., & Cantor, D. (1998). Trends in the use of alcohol and other drugs in cases of sexual assault. *Human Psychopharmacology, 14*, 225-231.
- Hogben, M., Byrne, D., & Hamburguer, M. (1996). Coercive heterosexual sexuality in dating relationships of college students: Implications of differential male-female experiences. *Journal of Psychology and Human Sexuality, 8*, 69-78.
- Hogben, M., Byrne, D., & Hamburger, M. (1995). Coercive heterosexual sexuality in dating relationships of college students: implications of differential male-female experiences. *Journal & Psychology and Human Sexuality, 8*, 69-78.
- Hogben, M., Byrne, D., Hamburger, M., & Osland, J. (2001). Legitimized aggression and sexual coercion: Individual differences in cultural spillover. *Aggressive Behavior, 27*, 26-43.
- Hollander, J. (2001). Vulnerability and dangerousness: the construction of gender through conversation about violence. *Sociologist for Women in Society, 6*, 83-109.
- Horwitz, A., Widom, C., McLaughlin, J., & White, H. (2001). The impact of childhood abuse and neglect on adult mental health: A prospective study. *Journal of Research & Treatment, 15*, 27-48.
- Howard, D., Qiu, Y., & BoeKeloo, B. (2003). Personal and social contextual correlates of adolescent dating violence. *JOURNAL OF Adolescent Health, 33*, 9-17.
- Huckle, P. (1995). Male rape victims referred to a forensic psychiatric service. *Medicine, Science, and the Law, 35*, 187-192.

Bibliografia

- Humphrey, S., & Kahn, A. (2000). Fraternities, athletic teams, and rape. *Journal of Interpersonal Violence, 15*, 1313-1322.
- Humphrey, J., & White, J. (2000). Women's vulnerability to sexual assault from adolescence to young adulthood. *Journal of Adolescent Health, 27*, 419-424.
- Isely, P. & Gehrenbeck-Shim, D. (1997). Sexual assault of men in the community. *Journal of Community Psychology, 25*, 159-166.
- Ismail, F., Berman, H., & Ward-Griffin, C. (2007). Dating violence and the health of young women: a feminist narrative study. *Health Care for Women International, 28*, 453-477.
- Jacquier, V., Fisher, B., & Killias, M. (2006). Cross-national survey designs: Equating the National Violence against Women Survey and the Swiss International Violence Against Women Survey. *Journal of Contemporary Criminal Justice, 22*, 90-112.
- Jackson, S., Cram, F., & Seymour, F. (2000). Violence and sexual coercion in high school students' dating relationships. *Journal of Family Violence, 15*, 23-36.
- Jackson, T. & Davis, J. (2000). Prevention of sexual and physical assault toward women: A program for male athletes. *Journal of Community Psychology, 28*, 589-605.
- Jaffe, P., Sudermann, M., Reitzel, D., & Killip, S. (1992). An evaluation of a secondary school primary prevention program on violence in relationships. *Violence and Victims, 7*, 129-146.
- Jannoff-Bellman, R. (1985). Assumptive and the stress of traumatic events: Applications of the schema construct. *Social Cognition, 7*, 113-136.
- Johnson, J., Cohen, P., Smailes, E., Skodol, A., Brown, J., & Oldham, J. (2001). Childhood verbal abuse and risk for personality disorders during adolescence and early adulthood. *Comprehensive Psychiatry, 42*, 16-23.
- Johnson, D., Piki, J., & Chard, K. (2001). Factors predicting PTSD, depression, and dissociative severity in female treatment-seeking childhood sexual abuse survivor's. *Child Abuse & Neglect, 25*, 179-198.
- Johnson, I. & Sigler, R. (2000). Forced sexual intercourse among intimates. *Journal of Family Violence, 15*, 95-108.
- Jones, C. (2001). Suspicious death related to gamma-hydroxybutyrate (GHB) toxicity. *Journal of Clinic Forensic Medicine, 8*, 74-76.
- Jiminez, J. & Abreu, J. (2003). Race and sex effects on attitudinal perceptions of acquaintance rape. *Journal of Counselling Psychology, 50*, 252-256.
- Kalichman, S., Sarwer, D., Johnson, J., Early, J., & Tuten, T. (1993). Sexual coercive behavior and low styles: A replication extension. *Journal of Psychology and Human Sexuality, 6*, 91-107.
- Kahn, A., & Andreoli Mathie, V. (2000). Understanding the unacknowledged rape victims. In C. Brown Travis & J. White (Eds.), *Sexuality, society, and feminism* (pp.377-403). Washington, DC: American Psychological Association.

- Kahn, A., Andreoli Mathie, & Torgler, C. (1994). Rape scripts and rape acknowledgment. *Psychology of Women Quarterly, 18*, 53-66.
- Kanin, E. (1957). Male aggression in dating-courtship relations. *American Journal of Sociology, 63*, 197-204.
- Kanin, E. (1984). Date rape: Unofficial criminals and victims. *Victimology, 9*, 95-108.
- Kanin, E. & Parcell, S. (1977). Sexual aggression: A second look at the offended female. *Archives of Sexual Behavior, 6*, 67-76.
- Kassing, L. & Prieto, L. (2003). The rape myth and blame-based of counselors-in-training toward male victims of rape. *Journal of Counselling and Development, 81*, 455-462.
- Kessler, B. & Bieschke, K. (1999). A retrospective analysis of shame, dissociation, and adult victimization in survivors of childhood sexual abuse. *Journal of Counseling Psychology, 46*, 335-341.
- Kilpatrick, D., & Acierno, R. (2003). Mental Health of Crime Victims: Epidemiology and Outcomes. *Journal of Traumatic Stress, 16*, 119-132.
- Kilpatrick, D., Acierno, R., Resnick, H., Saunders, B., & Best, C. (1997). A 2-year longitudinal analysis of the relationships between violent assault and substance use in women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 65*, 834-847.
- Kilpatrick, C. & Kanin, E. (1957). Male sex aggression on a university campus. *American Sociology Review, 22*, 52-58.
- Kilpatrick, D., Resnick, H., Ruggiero, K., Conoscenti, L., & McCauley, J. (2007). *Drug facilitated, incapacitated, and forcible rape: A national study (report NCJ 219181)*. Washington, D.C.: US Department of Justice, National Institute of Justice.
- King, M., & Woollett, E. (1997). Sexually assaulted males: 115 men consulting a counseling service. *Archives of Sexual Behavior, 26*, 579-583.
- King, G., Flisher, A., Noubary, F., Reece, R., Marais, A., & Lombard, C. (2004). Substance abuse and behavioral correlates of sexual assault among South African adolescents. *Child Abuse & Neglect, 28*, 683-696.
- Kingfogel, K. & Grych, J. (2004). Interparental conflict and adolescent dating relationships: Integrating cognitive, emotional, and peer influences. *Journal of Family Psychology, 18*, 505-515.
- Kintz, P., Villain, M., & Ludes, B. (2004). Testing for the undetectable in drug-facilitated sexual assault using hair analyzed by tandem mass spectrometry as evidence. *Therapeutic Drug Monitoring, 26*, 211-214.
- Kite, M. & Whitley, B. (1996). Sex differences in attitudes toward heterosexual persons behaviors and civil rights: a meta-analysis. *Personality and Social Psychology Bulletin, 22*, 336-353.
- Kopper, B. (1996). Gender, gender identity, rape myth acceptance, and time of initial resistance on the perception of acquaintance rape blame and availability. *Sex Roles, 34*, 81-93.

Bibliografia

- Korman, S., & Leslie, G. (1982). The relationship of feminist ideology and date expense sharing to perceptions of sexual aggression in dating. *Journal of Sex Research, 18*, 114-120.
- Koss, M. (1985). The hidden rape victims: personality, attitudinal, and situational characteristics. *Psychology of Women Quarterly, 9*, 193-212.
- Koss, M. (1988). Hidden rape: Sexual aggression and victimization in a national sample of students in higher education. In A. Burgess (Ed.), *Rape and Social Psychology Bulletin, 22*, 336-353.
- Koss, M. (1992). The underdetection of rape: Methodological choices influence incidence estimates. *Journal of Social Issues, 48*, 61-75.
- Koss, M., Abbey, A., Campbell, R., Cook, S., Norris, J., Testa, M., Ullman, S., West, C., & White, J. (2007). Revising the SES: A collaborative process to improve assessment of sexual aggression and victimization. *Psychology of Women Quarterly, 31*, 357-370.
- Koss, M. & Cleveland, H. (1997). Stepping on toes: Social roots of date rape lead to intractability and politicization. In M. Schwartz (Ed.), *Researching sexual violence against women: methodological and personal perspectives* (pp.4-21). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Koss, M. & Dinero, T. (1989). Discriminant analysis of risk factors for sexual victimization among a national sample of college women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 57*, 242-250.
- Koss, M., Dinero, T., Seibel, C., & Cox, S. (1988). Stranger and acquaintance rape. Are differences in the victim's experience? *Psychology of Women Quarterly, 12*, 1-24.
- Koss, M., Figueredo, A., & Prince, R. (2002). A cognitive meditational model of rape recovery: preliminary specification and testing in cross-sectional data. *Journal Consulting and Clinical Psychology, 70*, 926-941.
- Koss, M. & Gidycz, C. (1985). The Sexual Experiences Survey: reliability and validity. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 53*, 442-443.
- Koss, M., Gidycz, C., & Wisniewski, N. (1987). The scope of rape: Incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 55*, 162-170.
- Koss, M., Heise, L., & Russo, N. (1994). The global health burden of rape. *Psychology of Women Quarterly, 18*, 509-537.
- Koss, M., Leonard, K., Beezley, D., & Oros, C. (1985). Nonstranger sexual aggression: A discriminant analysis of the psychological characteristics of undetected offenders. *Sex Roles, 12*, 981-992.
- Koss, M., & Oros, C. (1982). Sexual Experiences Survey: A research instrument investigating sexual aggression and victimization. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 50*, 455-457.
- Kosson, D., Kelly, J., & White, J. (1997). Psychopathy-related traits predict self-reported sexual aggression among college men. *Journal of Interpersonal Violence, 12*, 241-254.

- Koverola, C., Proulx, J. Battle, O., & Hanna, C. (1996). Family functioning as predictors of distress in revictimized sexual abuse survivors. *Journal of Interpersonal Violence, 11*, 263-280.
- Kramer, K., (1994). Rule by myth: the social and legal dynamics governing alcohol-related acquaintance rapes. *Stanford Law Review, 47*, 115-160.
- Krahé, B. (1991). Social psychology issues in the study of rape. *European Review of Social Psychology, 2*, 279-309.
- Krahé, B. (1998). Sexual aggression among adolescents: prevalence and predictors in a German sample. *Psychology of Women Quarterly, 22*, 537-554.
- Krahé, B. (2000). Sexual scripts and heterosexual aggression. In T. Eckes & H. Trautner (Eds.), *The development social psychology of gender* (pp. 273-292). Hillsdale, NJ El sevier.
- Kubany, E., Abueg, F., Owens, J., Brennan, A. & Watson, S. (1995). Initial examination of a multidimensional model of trauma-related guilt: Applications to combat veterans and battered women. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment, 17*, 353-376.
- Kufell, S. & Katz, J. (2002). Preventing physical, psychological and sexual aggression in college dating relationships. *The Journal of Primary Prevention, 22*, 361-374.
- Kury, H., Chovay, S., Oberfell-Fuchs, & Eoessner, G. (2004). The scope of sexual victimization in Germany. *Journal of Interpersonal Violence, 19*, 589-602.
- Lackie, L. & De Man, A. (1997). Correlates of sexual aggression among male university students. *Sex Roles, 37*, 451-457.
- Lambert, T., Kahn, A., & Apple, K. (2003). Pluralistic ignorance and hooking up. *Journal of Sex Research, 40*, 129-133.
- Lane, K. & Gwartney-Gibbs, P. (1985). Violence in the context of dating and sex. *Journal of Family Issues, 6*, 45-59.
- Langhinrichsen-Rohling, J., Hankla, M., & Stornberg, C. (2004). The relationship behavior networks of young adults: A test of the intergenerational transmission of violence hypothesis. *Journal of Family Violence, 19*, 139-151.
- Larcombe, W. (2002). The "ideal" victim vs. successful rape complainants: Not what you might expect. *Feminist Legal Studies, 10*131-148.
- Layman, M., Gidycz, C., & Lynn, S. (1996). Unacknowledged versus acknowledged rape victims: situational factors and posttraumatic stress. *Journal of Abnormal Psychology, 105*, 124-131.
- Lee, J. (1973). *The colors of love*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Lee, J., Busch, N., Kim, J., & Lim, H. (2007). Attitudes toward date rape among university students in South Korea. *Sex Roles, 57*, 641-649.
- Lee, J., Pomeroy, E., Yyoo, S., Rheinboldt, K. (2005). Attitudes toward rape. A comparison between Asian and Caucasian college students. *Violence Against Women, 11*, 177-196.

Bibliografia

- Lewis, S. & Fremouw, W. (2001). Dating violence: A critical review of the literature. *Clinical Psychology Review, 21*, 105-127.
- Littleton, H., Axson, D., Radecki, B., Breitkoff, C., & Berenson, A. (2006). Rape acknowledgment and postassault experiences: how acknowledgment status relates to disclosure, coping, worldview, and reactions received from others. *Violence and Victims, 21*, 761-778.
- Lodico, M., Gruber, E., & DiClemente, R. (1996). Childhood sexual abuse and coercive sex among school-based adolescents in a Midwest State. *Journal of Adolescents Health, 18*, 211-217.
- Loh, C. & Gidycz, C. (2006). A prospective analysis of the relationship between childhood sexual victimization and perpetration of dating violence and assault in adulthood. *Journal of Interpersonal Violence, 21*, 732-749.
- Loh, C., Gidycz, C., Lobo, T., & Luthra, R. (2005). A prospective analysis of sexual assault perpetration: Risk factors related to perpetrator characteristics. *Journal of Interpersonal Violence, 20*, 1325-1348.
- Loh, C., Orchowiski, L., Gidycz, C., & Elizaga, R. (2007). Socialization and Sexual Aggression in College Men: The Role of Observational Influence in Detecting Risk Cues. *Psychology of Men & Masculinity, 8*, 129-144.
- Lonsway, K. & Fitzgerald, L. (1994). Rape myths: In review. *Psychology of Women Quarterly, 18*, 133-164.
- Lorber, J. (1993). Believing is seeing: Biology as ideology. *Gender & Society, 7*, 568-581.
- Lott, B. (1990). Dual natures or learned behavior: the challenge to feminist psychology. In R. Hare-Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making a difference: psychology and construction of gender* (pp. 65-101). New Haven, CT: Yale University Press.
- Lottes, I. & Weinberg, M. (1997). Sexual coercion among university students: A comparison of the United States and Sweden. *Journal of Sex Research, 34*, 67-76.
- Lynch, J. (1996). The polls-review: clarifying divergent estimates of rape from two national surveys. *Public Opinion Quarterly, 60*, 410-430.
- Lysova, A. (2007). Dating violence in Russia. *Russian Education and Society, 49*, 43-59.
- Machado, C. (2004). *Crime e insegurança. Discursos do medo, imagens do «outro»*. Editorial Notícias: Lisboa.
- Machado, C., Coelho, C., Saavedra, R., Caridade, S., Martins, H., & Dias, A. (no prelo). Prevalência, significações e prevenção da violência nas relações juvenis de intimidade: um projecto integrado de investigação. Proceedings to the 2nd International Conference on Community Psychology. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Psicologia Comunitária.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas: comportamentos e atitudes na população universitária. *Psicologica, 33*, 69-83.
- Macy, R., Nurius, P., & Norris, J. (2006). Responding in their best interests: Contextualizing women's coping with acquaintance sexual aggression. *Violence Against Women, 12*, 478-500.

- Mahoney, P., Williams, L., & West, C. (2001). Violence against women by intimate relationship partners. In C. M. Renzetti, J. L. Edleson, & R. K. Bergen (Eds.), *Sourcebook on violence against women* (pp.143-178). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Masho, S., & Alvanzo, A., & Mens, A. (2010). Help-seeking behaviors of men sexual assault survivors. *Men's Health, 3*, 237-242.
- MaKepeace, J. (1986). Gender differences in courtship violence victimization. *Family Relations, 35*, 383-388.
- Maker, A., Kimmelmeier, M., & Peterson, C. (2001). Child sexual abuse, peer sexual abuse, and sexual assault in adulthood: a multi-risk model of revictimization. *Journal of Traumatic Stress, 14*, 351-368.
- Malamuth, N., Addison, T., & Koss, M. (2000). Pornography and sexual aggression: are there reliable effects and can we understand them? *Annual Review of Sex Research, 11*, 26-91.
- Malamuth, N. & Brown, L. (1994). Sexually aggressive men's perceptions of women's communications. Testing three explanations. *Journal of Personality and Social Psychology, 67*, 699-712.
- Malamuth, N., Linz, D., Heavey, C., Barnes, G., & Acker, M. (1995). Using the confluence model of sexual aggression to predict men's conflict with women: A 10-year follow-up. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*, 353-369.
- Malamuth, N., Sockloskie, R., Koss, M., & Tanaka, J. (1991). Characteristics of aggressors against women: Testing a model using a national sample of college students. *Journal of Consulting and Clinical Psychological, 59*, 670-681.
- Mandoki, C. & Burkhart, B. (1989). Sexual victimization: Is there a vicious cycle? *Violence and victims, 4*, 179-190.
- Martin. P. & Hummer, R. (1989). Fraternities and rape on campus. *Gender & Society, 3*, 457-473.
- Martin, A., Vergeles, M., Acevedo, V., Sánchez, A., & Visa, S. (2005). The involvement in sexual coercive behaviors of Spanish college men: prevalence and risk factors. *Journal of Interpersonal Violence, 30*, 872-891.
- Martins, S., & Machado, C. (2010). Violência Sexual em Jovens Adultos: Caracterização e implicações para a investigação. In C. Machado (Ed.), *Novas Formas de Vitimação Criminal* (pp.61-120). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Martins, S., Machado, C., Abrunhosa, R., Manita, C. (no prelo). Escala de Crenças sobre Violência Sexual. *Análise Psicológica*. Braga.
- Marx, B., Gross, A., & Adams, H. (1999). The effect of alcohol on the responses of sexually coercive and non-coercive men to an experimental rape analog. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 11*, 131-145.
- Marx, B., Van Wie, V., & Gross, A. (1996). Date rape risk factors: a review and methodological critique of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 1*, 27-45.

Bibliografia

- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Revista Psicológica: teoria e Prática*, *8*, 55-76.
- Matos, M., Machado, C., Gonçalves, M. (1999). E.C.V. – Escala de Crenças sobre Violação. Braga. Universidade do Minho. Escola de Psicologia
- Matos, M., Machado, C., & Gonçalves, M. (2000). *I.V.C. – Inventário de Violência Conjugal*. Braga: Universidade do Minho. Escola de Psicologia.
- Maxwell, C., Robinson, A., & Post, L. (2003). The nature and predictors of sexual victimization and offending among adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, *32*, 465-477.
- McAuslan e colaboradores (1998). Página 17
- McCaughey, M. (1997). *Real knockouts: the physical feminism of women's self-defense*. New York University Press.
- McCloskey, L & Lichter, F. (2003). The contribution of marital violence to adolescent aggression across different relationship. *Journal of Interpersonal Violence*, *18*, 390-412.
- McConaghy, N. & Zamir, R. (1995). Heterosexual and homosexual coercion, sexual orientation and sexual roles in medical students. *Archives of Sexual Behavior*, *24*, 489-502.
- McDaniel, P. (1993). *Self defense training and women's fear of crime*. *Women's Studies International Forum*, *16*, 37-45.
- McDonel, E. & McFall, R. (1991). Construct validity of two heterosocial perceptions skill measures for assessing rape proclivity. *Violence and Victims*, *6*, 17-30.
- McDonald, T. & Kine, L. (2004). Perceptions of appropriate punishment for committing date rape. Male college students recommend lenient punishment. *College Student Journal*, *38*, 44-56.
- McGregor, Lipowska, Hah, DuMont & De Siato (2003).
- McMullin e White (2006).
- Meadows, Jaycox, Stafford, Hambree, & Foa (1995)
- Meier & Miethe (1993).
- Merrill, L., Newell, C., Thomsen, C., Gold, S., Milner, J., & Koss, M. (1999). Childhood abuse and sexual revictimization in a female Navy recruit sample. *Journal of Traumatic Stress*, *12*, 211-225.
- Messman-Moore, T. & Brown, A. (2004). Child maltreatment and perceived family environment as risk factors for adult rape: Is child sexual abuse the most salient experience? *Child Abuse and Neglect*, *28*, 1019-1034.
- Messman-Morre, T., Coates, A., Gaffey, K., & Johnson, C. (2008). Sexuality, substance use and susceptibility to victimization: risk for rape and sexual coercion in a prospective study of college women. *Journal of Interpersonal Violence*, *23*, 1730-1746.

- Messman-Moore, T. & Long, P. (2003). The role of childhood sexual abuse sequelae in the sexual revictimization of women: An empirical review and theoretical reformulation. *Clinical Psychology Review, 23*, 537-571.
- Messman-Moore, T., Long, P., & Siegfried, N. (2000). The revictimization of child sexual abuse survivors: An examination of the adjustment of college women with child sexual abuse, adult sexual assault, and adult physical abuse. *Child Maltreatment, 5*, 18-27.
- Mezey, G., & King, M. (1989). The effects of sexual assault: A survey of 22 victims. *Psychological Medicine, 19*, 205-209.
- Miethe, T. & Meier, R. (1990). Opportunity, choice, and criminal victimization: A test of a theoretical model. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 27*, 243-266.
- Milhausen, R. & Herold, S. (1999). Does the sexual double standard still exist? Perceptions of university women. *Journal of Sex Research, 36*, 361-368.
- Miller, B., & Marshall, J. (1987). Coercive sex on the university campus. *Journal of College Student Personnel, 28*, 38-47.
- Mills, C. & Granoff, B. (1992). Date and acquaintance rape among a sample of college students. *Social Work, 37*, 504-509.
- Mitchell, D., Hirschman, R., & Hall, N. (1999). Attributions of victim responsibility, pleasure and trauma in male rape. *Journal of Sex Research, 36*, 369-373.
- Mohler-Kuo, M., Dowdall, G., Koss, M., & Wechsler, H. (2004). Correlates of rape white intoxicated in a national sample of college women. *Journal of Studies on alcohol, 9*, 37-43.
- Monson, C., Byrd, G., & Langhinrichsen-Rohling, J. (1996). To have and to hold. Perceptions of marital rape. *Journal of Interpersonal Violence, 15*, 1156-1174.
- Monson, C., Langhinrichsen-Rohling, J. & Biredup, T. (2000). Does "no" really mean "no" after you say "yes"?: Attributions about date and marital rape. *Journal of Interpersonal Violence, 15*, 1156-1174.
- Moraes, C., Cabral, C., & Heilborn, M. (2006). Magnitude e caracterização de situações de coerção sexual vivenciadas por jovens de três grandes capitais brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. *Caderno Saúde Pública, 22*, 1493-1504.
- Mosher, D., & Anderson, R. (1986). Macho personality, sexual aggression, and reactions to guided imagery of realistic rape. *Journal of research in Personality, 20*, 77-94.
- Muehlenhard, C., & Falcon, P. (1990). Date rape and sexual aggression in dating situations: incidence and risk factors. *Journal of Counseling Psychology, 34*, 186-196.
- Muehlenhard, C., Friedman, D., & Thomas, C. (1985). Is date justifiable: The effects of dating activity, who initiated, who paid, and men's attitudes toward women. *Psychology of Women Quarterly, 9*, 297-310.
- Muehlenhard, C. & Hollabaugh, L. (1988). Do women sometimes say no when they mean yes? The prevalence and correlates of women's token resistance to sex. *Journal of Personality and Social Psychology, 54*, 872-879.

Bibliografia

- Muehlenhard, C. & Linton, M. (1987). Date rape and sexual aggression in dating situations: Incidence and risk factors. *Journal of Counseling Psychology, 34*, 186-196.
- Muehlenhard, C., & McCoy, M. (1991). Double standard/double bind: the sexual double standard and women's communication about sex. *Psychology of Women Quarterly, 15*, 447-461.
- Muehlenhard, C. & Rodgers, C. (1998). Token resistance to sex: New perspectives on and old stereotype. *Psychology of Women Quarterly, 22*, 443-463.
- Mustaine, E. & Tewksbury, R. (1998). Victimization risk at leisure: A gender-specific analysis. *Violence and Victims, 13*, 231-249.
- Myers, M. (1989). Men sexuality assaulted as adult and sexually abused as boy. *Archives of Sexual Behavior, 18*, 203-215.
- Mynatt, C. & Algeier, E. (1990). Risk factors self-attributions and adjustment problems among victims of sexual coercion. *Journal of Applied Social Psychology, 20*, 130-153.
- Nabors, E., Dietz, T., & Jasinski, J. (2006). Domestic violence beliefs and perceptions among college students. *Violence & Victims, 21*, 783-799.
- Nagel, B., Matsuo, H., McIntyre, K., & Morrison, N. (2005). Attitudes toward victims of rape: Effects of gender, race, religion, and social class. *Journal of Interpersonal Violence, 29*, 362-376.
- Neves, A. & Machado, C. (2005). Avaliação de vítimas de violação. In R. A. Gonçalves & C. Machado (Coords.), *Psicologia Forense* (pp. 187-206). Coimbra: Quarteto.
- Nishith, P., Mechanic, M., & Resick, P. (2000). Prior interpersonal trauma. The contribution to current PTSD symptoms in female rape victims. *Journal of Abnormal Psychology, 109*, 20-25.
- Noland, V., Liller, K., McDermott, R., Coutler, M., & SEraphine, A. (2004). Is adolescent sibling violence a precursor to college dating violence? *American Journal Health Behavior, 28*, 13-23.
- Noll, J., Trickett, P., & Puttman, F. (2003). A prospective investigation of the impact of child sexual abuse. *The Journal of Psychology, 135*, 17-36.
- Norris, J., & Cubbins, L. (1992). Dating, drinking, and rape: effects of victim's and assailant's alcohol consumption on judgments of their behavior and traits. *Psychology of Women Quarterly, 16*, 179-191.
- Norris, J. & Kerr, K. (1993). Alcohol and violent pornography: responses to permissive and nonpermissive cues. *Journal of Studies and Alcohol, 11*, 118-127.
- Norris, J., Nurius, P., & Dimeff, L. (1996). Through her eyes: Factors affecting women's perception of resistance to acquaintance sexual aggression threat. *Psychology of Women Quarterly, 20*, 123-145.
- Nurius, P., Norris, J., Macy, R., & Huang, B. (2004). Women's situational coping with acquaintance sexual assault. *Violence Against Women, 10*, 450-478.
- Nurius, P., Norris, J., Young, D., Graham, T., & Gaylord, J. (2000). Interpreting and defensively responding to threats: Examining appraisals and coping with acquaintance sexual aggression. *Violence and Victims, 15*, 509-525.

- Oliver, M. & Hyde, J. (1993). Gender differences in sexuality: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 29-51.
- O'Keefe, M. (1997). Predictors of dating violence among high school students. *Journal of Interpersonal Violence*, 12, 546-568.
- O'Keefe (2005).
- O'Keefe, M. & Treister, L. (1998). Victims of dating violence among high school students: are the predictors different for males and females? *Violence Against Women*, 4, 195-223.
- O'Malley, P. & Johnston, L. (2002). Epidemiology of alcohol and other drug use among American college students. *Journal of Studies on Alcohol*, 14, 23-39.
- Ong, A. & Ward, C. (1999). The effects of sex and power schemas, attitudes toward women, and victim resistance and rape attributions. *Journal of Applied Social Psychology*, 29, 362-376.
- O'Sullivan, L., Byers, E., & Finkelman, L. (1998). A comparison of male and female college student's experiences of sexual coercion. *Psychology of Women Quarterly*, 22, 177-185.
- Orcutt, J. & Faison, R. (1988). Sex-role attitude change and reporting of rape victimization, 1973-1985. *Sociological Quarterly*, 29, 589-605.
- Orlando, J. & Koss, M. (1983). The effect of sexual victimization on sexual satisfaction: A study of the negative-association hypothesis. *Journal of Abnormal Psychology*, 92, 104-106.
- O'Sullivan, L., Byers, E., & Finkelman, L. (1998). A comparison of male and female college students' experience of sexual coercion. *Psychology of Women Quarterly*, 22, 177-195.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2004). Abuso no contexto íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4, 165-184.
- Pain, R. (1997). Whither women's fear? Perceptions of sexual violence in public and private place. *International Review of Victimology*, 4, 297-312.
- Paul, E., & Hayes, K. (2002). The casualties of "causal" sex: a qualitative exploration of the phenomenology of college student's hookups. *Journal of Social and Personal Relationships*, 19, 639-661.
- Paul, E., McManus, B., & Hayes, A. (2000). "Hookups": Characteristics and correlates of college student's spontaneous and anonymous sexual experiences. *The Journal of sex Research*, 37, 6-88.
- Peretti P., & Cozzens, N. (1983). Characteristics of female rapes not reporting and reporting the first incidence of rape. *Acta Psiquiátrica Bélgica*, 79, 332-342.
- Perry, L., McLendon, K., & Foley, L. (1994). Male and female perceptions of date rape. *Journal of Social Behavior and Personality*, 9, 421-428.
- Plummer, K. (1982). Symbolic interactionism and sexual conduct: an emergent perspective. In M, Brake (Ed.), *Human sexual relations toward a redefinition of sexual politics*. New York: Pantheon.

Bibliografia

- Pope, E., & Shouldice, M. (2001). Drugs and Sexual Assault: A Review. *Trauma, Violence & Abuse, 2*, 51-55.
- Pope, P., & Segal, N. (1988). The influence of sex and sex role orientation on sexual coercion. *Sex Roles, 19*, 689-701.
- Prentice, D. & Garranza, E. (2002). What women and men should be, shouldn't be, are allowed to be, and don't have to be: the contents of prescriptive gender stereotypes. *Psychology of Women Quarterly, 26*, 269-281.
- Prentky, R. & Knight, R. (1991). Identifying critical dimensions for discriminating among rapists. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 59*, 643-661.
- Presley, C., Meilman, P., & Leichter, J. (2002). College factors that influence drinking. *Journal of Studies on Alcohol, 14*, 82-90.
- Proite, R., D'Donnell, M. & Benton, S. (1993). Gender, sex-role stereotypes, and the attribution of responsibility for date and acquaintance rape. *Journal of College Student Development, 34*, 411-417.
- Quartilho, M. (2003). Sexualidade e construcionismo social: a propósito dos scripts sexuais. In L. Fonseca, C. Soares, & J. Vaz (Coords.), *A Sexologia: perspectiva multidisciplinar II*. Coimbra: Quarteto.
- Raj, A., Santana, C., La Marche, A., Amaro, H., Cranston, K., & Silverman, J. (2006). Perpetration of intimate partner violence associated with sexual risk behaviors among young adult men. *American Journal of Public Health, 96*, 1873-1878.
- Ramirez, I. (2002). Prevalence and chronicity of dating partner violence among a sample of Mexican male and female university students. *Journal of Interpersonal Violence, 20*, 1628-1647.
- Ramos, V., Carvalho, C., & Leal, I. (2005). Atitudes e comportamentos sexuais de mulheres universitárias: A hipótese do duplo padrão sexual. *Análise Psicológica, 2*, 173-185.
- Rando, R., Rogers, J., & Brittan Powell, C. (1998). Gender role conflict and college men's sexually aggressive attitudes and behavior. *Journal of Mental Health Counseling, 20*, 359-369.
- Rapaport, K. & Burkhart, B. (1984). Personality and attitudinal characteristics of sexually coercive college males. *Journal of Abnormal Psychology, 93*, 216-221.
- Reiss, I. (1964). The scaling of premarital sexual permissiveness. *Journal of Marriage and the Family, 26*, 188-198.
- Reitzel-Jaffe, & Wolfe, D. (2001). Predictors of relationship abuse among young men. *Journal of Interpersonal Violence, 16*, 99-115.
- Remer, R. & Ferguson, R. (1995). Becoming a secondary survivor of sexual assault. *Journal of Counseling and Development, 73*, 407-413.
- Rennison, C. (1992). *Rape and sexual assault: reporting to police and medical attention, 1992-2000*. Washington, DC Bureau of Justice Statistics Selected Findings.

- Rentoul, L. & Appleboom, N. (1997). Understanding the psychological impact of rape and serious sexual assault of men: a literature review. *Journal of Psychiatry, Mental Health & Nursing, 4*, 267-274.
- Resick, P. (1993). The psychological impact of rape. *Journal of Interpersonal Violence, 8*, 223-255.
- Resnick, H., Acierno, R., Holmes, M., Fammeyer, M., & Kilpatrick, D. (2000). Emergency evaluation and intervention with female victims of rape and other violence. *Journal of Clinical Psychology, 56*, 1317-1333.
- Resnick, H., Kilpatrick, D., Dansky, B., Saunders, B., & Best, C. (1993). Prevalence of civilian trauma and posttraumatic stress disorder in a representative national sample of women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 61*, 984-991.
- Rhynard, J., & Krebs, M. (1997). Sexual assault in dating relationship. *Journal of School Health, 67*, 89-93.
- Rice, M., Chaplin, T., Harris, G., & Coutts, J. (1994). Empathy for the victim and sexual arousal among rapists and nonrapists. *Journal of Interpersonal Violence, 9*, 435-449.
- Riggs, D., Kilpatrick, D., & Resnick, H. (1992). Long-term psychological distress associated with marital rape and aggravated assault: A comparison to other crime victims. *Journal of Family Violence, 7*, 283-296.
- Riggs, D. & O'Leary, K. (1996). Aggression between heterosexual dating partners: An examination of a causal model of courtship aggression. *Journal of Interpersonal Violence, 11*, 519-540.
- Rivera-Rivera, L., Allen-Leigh, B., Rodríguez-Ortega, G., Chávez-Ayala, R., Lazcano-Ponce, E. (2007). Prevalence and correlates of adolescent dating violence: baseline study of a cohort of 7960 male and female Mexican public school students. *Preventive Medicine, 44*, 477-484.
- Roberts, T. & Klein, J. (2003). Intimate partner abuse and high-risk behavior in adolescents. *Archives Pediatric Adolescent Medicine, 157*, 375-380.
- Roberts, W. & Strayer, J. (1996). Empathy, emotional expressiveness, and pro-social behavior. *Child Development, 67*, 449-470.
- Rodrigues, N. (2007). Vitimização sexual nas relações com os pares em mulheres adolescentes e jovens: prevalência e crenças relacionadas com a vitimização. Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social. Delegação Regional do Alentejo: Associação para o Planeamento da Família.
- Rogers, P. (1997). Posttraumatic stress disorder following male rape. *Journal of Mental Health, 6*, 5-9.
- Romano, E. & De Luca, R. (2001). Male sexual abuse: A review of effects, abuse characteristics, and links with later psychosocial functioning. *Aggression & Violent Behavior, 6*, 55-78.
- Roodman, A. & Clum, G. (2001). Revictimization rates and method variance: A meta-analysis. *Clinical Psychological Review, 21*, 183-204.
- Roscoe, B. & Callahan, J. (1985). Adolescents' self-reported of violence in families and dating relations. *Adolescence, 20*, 546-551.

Bibliografia

- Rozee, P., & Koss, M. (2001). Rape: A century of resistance. *Psychology of Women Quarterly, 25*, 295-311.
- Runtz, M. & Roche, D. (1999). Validation of the Trauma Symptom Inventory in a Canadian sample of university women. *Child Maltreatment, 4*, 69-80.
- Russell, D. (1984). *Sexual exploitation: Rape, child sexual abuse, and workplace harassment*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Russell, B. & Oswald, D. (2001). Strategies and dispositional correlates of sexual coercion perpetrated by women: An exploratory investigation. *Sex Roles, 45*, 103-115.
- Russell, B. & Oswald, D. (2002). Sexual coercion and victimization of college men. *Journal of Interpersonal Violence, 17*, 273-285.
- Ryan, K. (1988). Rape and seduction scripts. *Psychology of Women Quarterly, 25*, 295-311.
- Ryckman, R., Kaczor, L., & Thorton, B. (1993). Traditional and nontraditional women's attributions of responsibility to physical resistive and nonresistive rape victims. *Journal of Applied Social Psychology, 22*, 1453-1463.
- Saavedra, R. (2011). Prevenir antes de remedir: prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis. Tese de doutoramento. Universidade do Minho. Escola de Psicologia.
- Sanchez, D., Crocker, J., & Boike, K. (2005). Doing gender in the bedroom: investing in gender norms and the sexual experience. *Personality and Social Psychology Bulletin, 31*, 1445-1455.
- Sanday, P. (1981). The socio-cultural context of rape: A cross-cultural study. *Journal of Social Issues, 37*, 5-27.
- Sanday, P. (1990). *Fraternity gang rape: Sex, brotherhood, and privilege on campus*. New York: New York University Press.
- Sanday, P. (1996). *A woman scorned: Acquaintance rape on trial*. Berkeley: University of California Press.
- Sarwer, D., Kalichman, S., Johnson, J., Early, J., & Ali, S. (1993). Sexual aggression in love styles: An exploratory study. *Archives of Sexual Behavior, 22*, 265-275.
- Sawyer, R., Pinciaro, P., & Jessell, J. (1998). Effects of coercion and verbal consent on university student's perception of date rape. *American Journal of Health Behavior, 22*, 46-53.
- Scarce, M. (1997). *Male and male-rape. The hidden toll of stigma and shame*. New York and London: Plenum Press.
- Schumacher, J. & Slep, A. (2005). Attitudes and dating aggression: a cognitive dissonance approach. *Prevention Science, 5*, 231-243.
- Schuller, R., & Wall, A. (1998). The effects of defendant and complainant intoxication on mock juror's judgments of sexual assault. *Psychology of Women Quarterly, 22*, 555-573.
- Schwartz, M. & DeKeseredy, W. (1997). *Sexual assault on the college campus: The role of male peer support*. Thousand Oaks, CA: Sage.

- Schwartz, M., & Legget, M. (1999). Bad dates or emotional trauma? The aftermath of campus sexual assault: *Violence Against Women, 5*, 251-271.
- Schwartz, M. & Nogrady, C. (1996). Fraternity membership, rape myths, and sexual aggression on a college campus. *Violence Against Women, 2*, 148-162.
- Scott, H., & Beaman, R. (2004). Demographic and situational factors affecting injury, resistance, completion, and charges brought in sexual assault cases: What is best for arrest? *Violence and Victims, 19*, 479-494.
- Senn, C., Desmarais, S., Verberg, N., & Wood, E. (2000). Predicting coercive sexual behavior across the lifespan in a random sample of Canadian men. *Journal of Social and Personal Relationships, 17*, 95-113.
- Serquino-Ramiro, L. (2005). Physical intimacy and sexual coercion among adolescent intimate partners in the Philippines. *Journal of Adolescent Research, 20*, 476-496.
- Shook, N., Gerrity, D., Jurich, J., & Segrist, A. (2000). Courtship violence among college students: A comparison of verbally and physical abusive couples. *Journal of Family Violence, 15*, 1-22.
- Shotland, R. (1989). A model of the causes of date rape in developing and close relationships. In C. Hendrick (Ed.), *Close relationships* (pp. 247-270). Newburg Park, CA: Sage.
- Shotland, R. (1992). A theory of the causes of courtship rape. *Journal Sociology Issues, 48*, 127-143.
- Simoneti, S., Scott, E., & Murphy, C. (2000). Dissociative experiences in partner assaultive men. *Journal of Interpersonal Violence, 15*, 1262-1283.
- Smith, D., Davis, J., & Fricker-Elhai, A. (2004). Does trauma beget trauma? Cognitions about risk in women with abuse histories. *Child Maltreatment, 9*, 292-303.
- Spencer, J. (2001). "Rape shields" and the right to a fair trial. *The Cambridge Law Journal, 60*, 441-492.
- Spense, J., Losoff, M., & Robbins, A. (1991). Sexually aggressive tactics in dating relationships: personality and attitudinal correlates. *Journal of Social and Clinical Psychology, 10*, 289-304.
- Spisma, E., Carrobes, J., Montorio, I., & Everard, W. (2000). Sexual aggression against women by men acquaintances. Attitudes and experiences among Spanish university students. *Spanish Journal of Psychology, 3*, 14-27.
- Spitzberg, B. (1998). Sexual Coercion. In B. Spitzberg & W. Cupache (Eds.), *The dark side of close relationships* (pp.179-232). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Spitzberg, B. (1999). An analysis of empirical estimates of sexual aggression victimization and perpetration. *Violence and Victims, 14*, 241-260.
- StanKo, E. (1992). The case of fearful women: gender, personal safety, and fear of crime. *Women and Criminal Justice, 4*, 117-135.
- StanKo, E., (1997). Safety talk: Conceptualizing women 's risk assessment as a "technology of the soul". *Theoretical Criminology, 1*, 479-499.

Bibliografia

- Stanko, E.E. & Hobdell, K. (1993). Assault on men: masculinity and male victimization. *British Journal of Criminology*, 33, 400-415.
- Steele, C. & Josephs, R. (1990). Alcohol myopia: Its prized and dangerous effects. *American Psychologist*, 45, 921-933.
- Stefer, T., Strelbel, A., & Foster, D. (2000). So women have to submit to that: Discourses of power and violence in student's talk on heterosexual negotiation. *South African Journal of Psychology*, 30, 11-20.
- Stermac, L., Du Mont, J., & Dunn, S. (1998). Violence in know assailant assaults. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, 398-412.
- Stermac, L., Sheridan, P., Davidson, A., & Dunn, S. (1996). Sexual assault of adult males. *Journal of Interpersonal Violence*, 11, 52-64.
- Stets, J., & Pirog, M. (1989). Patterns of physical and sexual abuse for men and women in dating relationships: A descriptive analysis. *Journal of Family Violence*, 4, 63-76.
- Stevenson, M. & Gajarsky, W. (1991). Unwanted childhood sexual experiences relate to later revictimization and male perpetration. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 4, 57-70.
- Stewart, M., Dobbin, S., & Gatowski, S. (1996). "Real rapes" and "real victims": the shared reliance on common cultural definitions of rape. *Feminist Legal Studies*, 4, 159-177.
- Storaska, F. (1975). *How to say no to a rapist and survive*. New York: Random House.
- Strauss, M. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide: *Violence Against Women*, 10, 790-811.
- Straus, M., Aldrighi, T., Borochowitz, D., Brownridge, D., Chan, El., Figueiredo, B., Gagne, M., Galliher, R., Hebert, M., Jamieson, E., MacMillan, H., Laporte, L., Paiva, C., Ramirez, I., Trochmw, N., Walsh, C., & Yodanis, C. (2002). *Physical and sexual assault on dating partners by university students in nine countries. Paper presented at the meeting of the European Society Criminology*. Toledo. Spain.
- Straus, M., Gelles, R., & Steinmetz, S. (1980). *Behind closed doors*. Garden City, NJ: Anchor Press.
- Straus, M., Hamby, S., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. (1996). The Revised Conflict Tactics Scale (CTS 2). Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17, 283-316.
- Struckman-Johnson, C. (1988). Forced sex on dates: It happens to men, too. *The Journal of Sex Research*, 24, 234-241.
- Struckman-Johnson, C. & Strucman-Johnson, D. (1992). Acceptance of male rape myths among college men and women. *Sex Roles*, 27, 85-100.
- Struckman-Johnson, C. & Strucman-Johnson, D. (1994). Men pressured and forced into sexual experiences. *Archives of Sexual Behavior*, 23, 93-114.

- Struckman-Johnson, C., & Struckman-Johnson, D. (1998). The dynamics and impact of sexual coercion of men by women. In P. Anderson & C. Struckman-Johnson (Eds), *Sexually aggressive women: Current perspectives and controversies* (pp. 121-143). New York: Guilford.
- Sullivan, J. & Mosher, D. (1990). Acceptance of guided imagery of marital rape as a function of macho personality. *Violence and Victims, 5*, 275-286.
- Szmanski, L., Devlin, A., Chrisler, J., & Vyse, S. (1993). Gender role and attitudes toward rape in male and female college students. *Sex Roles, 29*, 37-57.
- Testa, M., & Livingston, J. (1999). Qualitative analysis of women's experiences of sexual aggression: Focus on the role of alcohol. *Psychology Women, 23*, 573-589.
- Testa, M., Livingston, J., Vanzile-Tamsen, C., & Frone, M. (2003). The role of women's substance use in vulnerability to forcible and incapacitated rape. *Journal of Studies on Alcohol, 64*, 756-764.
- Testa, M. & Dermen, K. (1999). The differential correlates of sexual coercion and rape. *Journal of Interpersonal Violence, 14*, 548-561.
- Testa, M., & Parks, K. (1996). The role of women's alcohol consumption in sexual victimization. *Aggression and Violent Behavior, 1*, 217-234.
- Testa, M., VanZile-Tamsen, C., Livingston, J., & Koss, M. (2004). Assessing women's experiences of sexual aggression using the sexual experiences survey: Evidence for validity and implications for research. *Psychology of Women Quarterly, 8*, 1273-1323.
- Tieger, T. (1981). Self-reported likelihood of raping and the social perception of rape. *Journal of Research in Personality, 15*, 147-158.
- Tjaden, P. & Thoennes, N. (1998). *Prevalence, incidence and consequences of violence against women: findings from the national violence against women survey*. Washington D.C.: National Institute of Justice.
- Tjaden, P. & Thoennes, N. (2000). *Full report of the prevalence, incidence, and consequences of violence against women*, CNCJ Rep. N° 183781. Washington, DC: US Department of Justice.
- Tomlinson, D. (1999). Police-reporting decisions of sexual assault survivors: An exploration of influential factors. *Studies on Crime and Crime Prevention, 5*, 182-202.
- Tomlinson, D. (2000). Sexual assault: An exploration of survivor's decisions not to report to police. *Social Problems, 31*, 459-467.
- Tomlinson, D. & Harrison, J. (1998). The management of adult male victims of sexual assault in the GUM clinic: A practical guide. *International Journal of STD & AIDS, 9*, 720-725.
- Turner, S. (2000). Surviving sexual assault and sexual torture. In G. Mezey, & M. King (Eds), *Male victims of sexual assault*. Oxford: Oxford University Press.
- Tyler, K. (2002). Social and emotional outcomes of childhood sexual abuse: A review of recent research. *Aggression & Violent Behavior, 7*, 567-589.

Bibliografia

- Tyler, K., Hoyt, D., & Whitbeck, L. (1998). Coercive sexual strategies. *Violence and Victims, 13*, 47-61.
- Ullman, S. (1996). Social reactions, coping strategies, and self-blame attributions in adjustment to sexual assault. *Psychology of Women Quarterly, 20*, 505-526.
- Ullman, S. (1997). Review and critique of empirical studies of rape avoidance. *Criminal Justice and Behavior, 24*, 177-204.
- Ullman, S. (1999). Social support and recovery from sexual assault: A review. *Aggression and Violent Behavior: A Review Journal, 4*, 343-358.
- Ullman, S. (2000). Psychometric characteristics of the Social Reactions Questionnaire: A measure of reactions to sexual assault victims. *Psychology of Women Quarterly, 24*, 169-183.
- Ullman, S. (2007). Estratégias de resistência
- Ullman, S., & Brecklin, L. (2002). Sexual assault and suicidal behavior in the National Comorbidity Survey. *Suicide and Life-Threatening Behavior, 32*, 117-130.
- Ullman, S., & Filipas, H. (2001). Predictors of PTSD symptom severity and social reactions in sexual assault victims. *Journal of Traumatic Stress, 14*, 369-389.
- Ullman, S., Filipas, H., Townsend, S., & Starzynski, L. (2006). The role of victim-offender relationship in women's sexual assault experiences. *Journal of Interpersonal Violence, 21*, 798-819.
- Ullman, S., Karabatsos, G., & Koss, M. (1999). Alcohol and sexual aggression in a national sample of college men. *Psychology of Women Quarterly, 23*, 673-689.
- Ullman, S., & Knight, R. (1993). The efficacy of women's resistance strategies in rape situations. *Psychology of Women Quarterly, 17*, 23-38
- Ullman, S., & Siegel, J. (1993). Victim-offender relationship and sexual assault. *Violence and Victims, 8*, 121-134.
- Ullman, S., & Siegel, J. (1995). Sexual assault, social reactions, and physical health. *Women's Health: Research on Gender, Behavior, and Policy, 1*, 289-308.
- Ullman, S., & Siegel, J. (1993). Victim-offender relationship and sexual assault. *Violence and Victims, 8*, 121-134.
- Ullman, S., Starzynski, L., Long, S., Mason, G., & Long, L. (2008). Exploring the relationships of women's sexual assault disclosure, social reactions, and problem drinking. *Journal of Interpersonal Violence, 23*, 1235-1257.
- Ullman, S., Townsend, S., Filipas, H., & Starzynski, L. (2007). Structural models of the relations of assault severity, social support, avoidance coping, self-blame, and PTSD among sexual assault survivors. *Psychology of Women Quarterly, 31*, 23-37.
- U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Statistics (2003). *National crime victimization survey, 1995-2000: Violent victimization of college students*. Washington, DC: Author.

- Valentine, G. (1992). Images of danger: women's sources of information about the special distribution of male dominance. *Area*, *24*, 22-29.
- Van Bruggen, L. Runtz, M., & Kadlec, H. (2006). Sexual revictimization: the role of sexual self-esteem and dysfunctional sexual behaviors. *Child Maltreatment*, *11*, 131-145.
- Verbeg, N., Desmarais, S., Wood, E., & Senn, C. (2000). Gender differences in survey respondent's written definitions of date rape. *Canadian Journal of Human Sexuality*, *9*, 181-191.
- Vézina, J., & Hébert, M. (2007). Risk factors for victimization in romantic relationships of young women. A review of empirical studies and implications for prevention. *Trauma, Violence & Abuse*, *8*, 33-66.
- Vicary, J., Klingaman, L., & Harkness, W. (1995). Risk factors associated with date rape and sexual assault of adolescent girls. *Journal of Adolescence*, *18*, 289-306.
- Vilar, D. (2003). Questões actuais sobre educação sexual num contexto de mudança. In L. Fonseca & J. Vaz (Coords.). *Sexologia: perspectiva multidisciplinária II*. (pp. 155-183). Coimbra: Quarteto.
- Villain, M., Chéze, M., Dumestre, V., Ludes, B., & Kintz, P. (2004). Hair to document drug-facilitated crimes: Four cases involving bromazepam. *Journal of Analytical Toxicology*, *28*, 516-519.
- Vrij, A. & Kirby, E. (2002). Sex differences in interpreting male-female dyad interactions. Male's predominance in perceiving sexual intent. *International Review of Victimology*, *9*, 289-297.
- Walby, S., & Myhill, A. (2001). New survey methodologies in researching violence against women. *British Journal of Criminology*, *41*, 502-522.
- Wang, X. & Sik Ying Ho, P. (2007). My Sassy girl. A qualitative study of women's aggression in dating relationships in Beijing. *Journal of Interpersonal Violence*, *22*, 623-638.
- Warkenting, J., & Gidycz, C. (2007). The use and acceptance of sexuality aggressive tactics in college men. *Journal of Interpersonal Violence*, *7*, 829-850.
- Warr (1985). Fear of rape among urban women. *Social Problems*, *32*, 235-250.
- Washington, P. (1999). Second assault of male survivors of sexual violence. *Journal of Interpersonal Violence*, *14*, 713-730.
- Weir, E. (2001). Drug-facilitated date rape. *Canadian Medical Association Journal*, *7*, 13-17.
- Wells, D. (2001). Drug administration and sexual assault: Sex in a glass. *Science & Justice*, *41*, 197-199.
- West, M. (2000). Homophobia: covert and overt. In G. Mezey & M. King (Eds.), *Male victims of sexual assault*. Oxford: Oxford University.
- Whatley, M. & Riggio, R. (1993). Gender differences in attributions of blame for male rape victims. *Journal of Interpersonal Violence*, *8*, 502-511.

Bibliografia

- Wheeler, J., George, W., & Dahl, B. (2002). Sexually aggressive college males: empathy as a moderator in the "Confluence model" of sexual aggression. *Personality and Individual Differences, 33*, 759-775.
- White, J. & Humphrey, H. (1991). Young people's attitudes toward acquaintance rape. In A. Parrot & L. Bechlofer (Eds.), *Acquaintance rape: the hidden crime* (pp.43-56).New York: Wiley.
- White, J. & Humphrey, H. (1994). Women's aggression in heterosexual conflicts. *Aggressive Behavior, 20*, 195-202.
- White, B. & Kurpius, S. (2002). Effects of victim sex and sexual orientation on perceptions of rape. *Sex Roles, 46*, 191-200.
- White, J. & Smith, P. (2004). Sexual assault perpetration and re-perpetration: From adolescence to young adulthood. *Criminal Justice and Behavior, 31*, 182-202.
- White, J., Merrill, L., & Koss, M. (2001). Predictors of premilitary courtship violence in a Navy recruit sample. *Journal of Interpersonal Violence, 16*, 910-927.
- White, J., Kadlec, K., & Sechrist, S. (2006). Adolescent sexual aggression within heterosexual relationships. In Barbaree, H., & Marshall, W. (Eds.). "*The Juvenile Sex Offender*". New York: Guilford Press.
- White, H., & Widom, C. (2003). Intimate partner violence among abuse and neglected children in young adulthood: the mediating effects of early aggression, antisocial personality, hostility and alcohol problems. *Aggression Behavior, 29*, 332-345.
- Widom, C. (2001). Child abuse and neglect. In S. White (Ed.), *Handbook of young and justice* (31-47). Newyork: Kluwer Academic/ Plenum Publisher.
- Widom, C. & Ames, M. (1994), Criminal consequences of childhood sexual victimization. *Child Abuse & Neglect, 18*, 303-318.
- Willian, V. & Pollard, P. (2003). Likelihood of acquaintance rape as a function of male's sexual expectations, disappointment, and adherence to rape-conductive attitudes. *Journal of Social and Personal Relationships, 20*, 637-661.
- Wilsnack, S., Vogeltanz, N., Kalssen, A., & Harris, T. (1997). Child sexual abuse and women's substance use: National survey findings. *Journal of Studies on Alcohol, 58*, 264-271.
- Wilson, A., Calhoun, K., & Bernat, J. (1999). Risk recognition and trauma-related symptoms among sexually revictimized women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 67*, 705-710.
- Wilson, A., Calhoun, K., & McNair, L. (2002). Alcohol consumption and expectancies among sexually coercive college men. *Journal of Interpersonal Violence, 17*, 1145-1159.
- Wolfe, D. & Wekerle, C. (1997). Pathways to violence in teen dating relationships. In Cichette, D., & Toth, S. (Eds). *Developmental Perspectives on Trauma: Theory, Research, and Intervention*, Rochester, NY.US: University of Rochester Press, pp. 315-341.
- Wolfe, D., Scott, K., Reitzel-Jaffe, D., Wekerle, C., Grasley, C., & Straatman, A. (2001). Development and validation of the conflict in adolescent dating relationships inventory. *Psychological Assessment, 13*277-293.

- Wood, S. (1999). Normative beliefs regarding the maintenance of intimate relationship among abused and nonabused women. *Journal of Interpersonal Violence, 14*, 479-491.
- Wood, I. & Rennie, H. (1994). Formulating rape: the discursive construction of victims and villains. *Discourse and Society, 5*, 125-148.
- Wood, M. & Sher, K. (2002). Sexual assault and relationship violence among college students: Examining the role of alcohol and other drugs. In C. Wekerle & A. Wall (Eds.), *The violence and addiction equation: Theoretical and clinical issues in substance abuse and relationship violence* (pp. 169-193). New York: Brunner-Routledge.
- Xenos, S. & Smith, D. (2001). Perceptions of rape and sexual assault among Australian adolescents and young adults. *Journal of Interpersonal Violence, 16*, 1103-1119.
- Zawacki, T., Abbey, A., Buck, P., McAuslan, P., & Clinton-Sherrod, A. (2003). Perpetrators of alcohol-involved sexual assaults: How do they differ from other sexual assault perpetrators and non-perpetrators? *Aggressive Behavior, 29*, 366-380.
- Zweig, J., Barber, B., & Eccles, J. (1997). Sexual coercion and well-being in young adulthood: Comparisons by gender and college status. *Journal of Interpersonal Violence, 12*, 291-308.
- Zweig, J., Crockett, L., Sayer, A., & Vicary, J. (1999). A longitudinal examination of the consequences of sexual victimization for rural young women, *Journal of Sex Research, 36*, 396-409.

